

Revista da Extensão

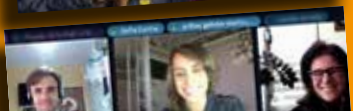
Dez. 2021 / n. 23

ISSN 2238-0167

Entrevista com

Inês Martina Lersch

Esta edição contém também
21 artigos abordando temas
extensionistas em
tempos de Pandemia



A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Apresentação

Estamos aqui apresentando a segunda edição da Revista de Extensão da UFRGS, sempre com muita alegria e certeza da importância em divulgar todo o trabalho produzido pelas atividades extensionistas. Esta edição, como a anterior, continua sendo temática sobre a pandemia, onde presenciamos o engajamento da extensão universitária brasileira em todas as áreas do conhecimento, não apenas da Saúde, sempre com o foco no combate à pandemia. A Pró-Reitoria de Extensão tem cumprido seu papel divulgando todas as ações dos extensionistas da Universidade para a comunidade, independentemente de apresentarem ou não relação com a pandemia.

Sabemos que os países são delimitados por fronteiras e os estados são separados por divisas. Outras divisões ocorrem, mas todos como linhas imaginárias. Neste momento em que estamos vivendo, o vírus da Covid-19 não hesitou em extrapolar os limites entre os continentes, países, federação entre outros. Em nossa triste realidade atual, os países precisaram repensar suas atenções no que tange à saúde da população e seus acordos comerciais em nome de interesses econômicos. O que temos observado é que cada vez mais imigrantes deixam seus países e cruzam tais linhas imaginárias para tentar uma vida melhor, mais digna em outro país.

Diante deste fato real, a extensão universitária tem como função principal derrubar esses limites ou muros inventados pelo próprio homem e priorizar a realidade da sua comunidade, ao transmitir e receber conhecimentos na forma de troca extraordinariamente rica, tendo como consequência um ganho para todos nós. Não há outro modo de se fazer extensão: é preciso que rompamos as linhas imaginárias para nos aproximarmos cada vez mais com a comunidade.

A Revista da Extensão tem a satisfação de, mais uma vez, receber em seu rol de artigos trabalhos altamente qualificados de outras instituições. Foi impossível selecionar todos, pois, para nossa satisfação, recebemos uma quantidade enorme de interessados, o que nos levou a preparar nesta segunda edição com o mesmo foco da primeira, ou seja, a temática sobre a pandemia.

Desejamos a todos (as) uma boa e gratificante leitura nos tantos artigos de alta qualidade disponíveis nesta edição, com enfoque sobre o que é a extensão universitária brasileira. Sempre teremos novos desafios, projetos, parcerias que fortalecem o que é ser extensionista. Nosso trabalho é apaixonante, demonstrado pelo retorno tão positivo dos inúmeros artigos enviados para as duas últimas edições.

Adelina Mezzari

Pró-Reitora de Extensão

Editorial

Revista
da Extensão

Atenção! “É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”. Como nos lembram Gil e Caetano, desde 1968, podemos esmorecer, mas não deixar de seguir em frente e superar os desafios!

A nossa **Revista da Extensão** chega mais uma vez em suas mãos com uma série de artigos sobre a pandemia que ainda se mostra perigosa. O Brasil é o segundo país com maior número de mortes por Covid-19 no mundo, portanto, temos que fazer a nossa parte tomando vacinas e seguindo todos os protocolos sanitários recomendados. É preciso que nos mantenhamos informados para combater as *fake news* com conhecimentos que sejam resultados da pesquisa e da extensão universitária.

Nesse sentido, a universidade pública tem cumprido papel importante nas questões que envolvem a produção de conhecimentos, o acesso a informações científicas e a resolução de problemas sociais que envolvem a pandemia. Embora a necessidade de distanciamento social, visando diminuir a interação entre as pessoas para aplacar a velocidade de transmissão do vírus, temos nos mantidos solidários com parcelas consideráveis de nossa população que precisam de todo tipo de ajuda.

Desde o acesso à água potável e a um prato de comida na mesa; na luta contra a violência de gênero e exploração sexual de crianças e adolescentes; na busca de justiça e de meios de acesso à informação e ao estudo, como computadores e internet; na criação de vias sustentáveis para distribuir produtos resultados da agricultura familiar; no preparo para o ENEM e na educação financeira; na assessoria a pequenas e médias empresas; no acolhimento solidário, mesmo que *on line*, ou no reconhecimento de outras cosmologias que apontam práticas curativas do corpo e do espírito. Em todas as searas da existência humana a extensão universitária tem se feito presente!

Temos a convicção de que seguiremos juntos (as) nos próximos anos, criando possibilidades de (re)existências mútuas e caminhos de vida que promovam a liberdade, a igualdade e o respeito.

José Antônio dos Santos

Editor

Sumário

Entrevista com
Inês Martina Lersch

4



Acolhimento solidário on-line e a pandemia de Covid-19 no Brasil 16

Projetos de condicionamento de computadores usados para estudantes e escolas 22

Agricultura familiar *Delivery*: extensão em Cachoeira do Sul - RS 28

Uma epidemia na pandemia: a violência de gênero! 36

Assessoria jurídica universitária em tempos de pandemia: reflexões acerca dos atendimentos realizados pelo Grupo G1 SAJU UFRGS 45

Ciências Humanas e suas tecnologias: preparatório para o ENEM 52

Educação financeira em tempos de Covid-19 58

A cosmologia das práticas curativas: fazendo extensão com pessoas, cultura e natureza 66

Revista
da Extensão

76 Assessoria a pequenas e médias empresas durante a pandemia da Covid-19

86 Direitos sociais de mulheres e meninas em situação de violência social: em tempos de Covid-19

93 Divulgação da ciência durante a pandemia de Covid-19: relato de experiência

99 Cidade Viva: a coletividade em tempos de isolamento social

105 Programa de Extensão Clube de Ciências do Campo na pandemia

114 A extensão do CEP-RUA/FURG no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes: ações e reinvenções durante a pandemia

123 Português para falantes de outras línguas da UTFPR: do presencial ao remoto

130 Charla Agroecológica

135 O rumo das atividades do tripé universitário durante a pandemia: um relato do Grupo PET Letras

143 Visitas monitoradas pelos prédios da UFPel em tempos de pandemia

152 Programa Aproxime-se 2020: ações de Extensão Universitária ancoradas na EaD

160 Entre extensão, ensino e pesquisa: artesanias, escutações e conversações entre arte, saúde e educação

168 Curricularização da extensão na pandemia: o III Seminário das Armações Baleeiras de Santa Catarina

Entrevista com

Inês Martina Lersch

Entrevista, edição e revisão: Vicente Fonseca

Transcrição: Ana Julia Zanotto e Gabriela Sardi

Inês Martina Lersch é uma extensionista entusiasmada. Tanto que, desta vez, decidimos publicar até mesmo a saudação inicial de agradecimento que fazemos a cada entrevistado aqui na Revista da Extensão, mas que normalmente suprimimos por questão de espaço. O motivo é simples, porém nobre: demonstrar desde o início a empolgação da Professora Martina - como é carinhosa-mente conhecida na Faculdade de Arquitetura e entre os extensionistas da UFRGS - pela extensão, a partir de uma verdadeira declaração de amor à extensão que ela dá logo nos primeiros minutos de nossa conversa. Dona de uma trajetória que une ensino, pesquisa e extensão de maneira extremamente integrada, ela nos concedeu esta entrevista na qual resgata sua trajetória desde os tempos de estudante, mostrando como sua relação, como docente e com a extensão, evoluiu em três décadas de vínculo com a UFRGS, que se completam em 2022.

Revista da Extensão: Boa tarde, professora Martina. Muito obrigado por aceitar o nosso convite!

Inês Martina Lersch: Boa tarde! Eu que agradeço! Para mim é uma grande honra poder dar essa entrevista e trazer alguns depoimentos com relação à minha trajetória na Faculdade de Arquitetura, primeiramente como aluna, desde 1992 e, como servidora pública, professora, pesquisadora e extensionista, desde 2006. Eu sou muito feliz na extensão universitária! Não abro mão de poder levar todas as atividades, tanto de graduação, quanto de pesquisa, junto com a extensão, porque a extensão me retroalimenta, com relação a aspectos teórico-conceituais, que eu procuro levar para a sala de aula e também para as discussões, com os alunos de iniciação científica, de mestrado e doutorado, na pesquisa. De fato, eu não conseguiria traçar uma trajetória acadêmica sem as atividades da extensão.

Revista da Extensão: E como foi o começo desta história? Por que a Arquitetura?

Inês Martina Lersch: Eu entrei na UFRGS no primeiro semestre de 1992. Escolhi o curso de Arquitetura e Urbanismo por causa do gosto pelo desenho. Lembro que no hall da Faculdade de Arquitetura havia um totem com todo o currículo do curso, e se verificava ali que nos primeiros semestres já eram oferecidas disciplinas de expressão gráfica. Eu não fazia ideia ainda do que se tratava, por exemplo, o Urbanismo. Curiosamente, hoje estou chefe do Departamento de Urbanismo. Na época eu não tinha noção, mas à medida que avançava na minha formação acadêmica, fui me dando conta de que a Arquitetura não era só desenho, mas que o desenho era o modo pelo qual a gente expressava as nossas ideias, enquanto soluções de projeto.

Revista da Extensão: A tua trajetória como extensionista é muito ligada a questões

sociais. Quando na tua formação este outro lado do curso de Arquitetura e Urbanismo te despertou?

Inês Martina Lersch: No meu caso, foi a partir do quinto semestre. Como o currículo mudou da minha época de estudante para cá, hoje em dia isso ocorre mais cedo - no segundo ou terceiro semestre os alunos começam a ter mais contato com as questões de práticas sociais - disciplinas, inclusive, de história da cidade e do Urbanismo. Essa é uma disciplina que eu ministro, por sinal: Evolução Urbana, na quarta etapa do curso. E à medida que eu fui avançando nas disciplinas que tratavam sobre a escala urbana, acabei me identificando bastante. A pesquisa, na iniciação científica, já no terceiro semestre, e, logo em seguida, um ou dois semestres depois, com a extensão universitária, me deram uma noção mais clara do que se tratava o termo Urbanismo e a formação em Urbanismo. De modo que, ao longo dessa trajetória, depois me formando, fazendo mestrado e doutorado, é que eu realmente fiquei plenamente identificada com o tema cidade e escala. Hoje, eu atuo bem mais no campo do Urbanismo.

Revista da Extensão: Foi na pós-graduação que esta identificação com o Urbanismo se consolidou?

Inês Martina Lersch: Principalmente no doutorado. Meu mestrado foi na Engenharia Civil, no campo da construção, com um tema bem voltado para a preservação do patrimônio cultural edificado. A seguir, fui para a escala urbana: atravessei a rua, como eu digo, e fui fazer o doutorado no PROPUR (NR: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS). E acho que a extensão universitária tem um papel crucial nessa minha trajetória, porque através dela é que a gente, na maioria das vezes, sai da sala de aula para ver a cidade, as obras urbanas, as intervenções na escala urbana ou a visitar

um parque, numa disciplina, muitas vezes, de paisagismo. Isso ampliou essa dimensão da relação das edificações, que elas não estão isoladas, sozinhas. Não são uma maquete só do edifício, mas estão inseridas no contexto urbano. Sob esse ponto de vista, a extensão me ajudou bastante a definir a minha área de atuação profissional.

Revista da Extensão: E o que a experiência como bolsista de extensão trouxe para a tua formação e também para tua trajetória como professora?

Inês Martina Lersch: Eu não cheguei a ser bolsista de extensão! (risos) No terceiro ano da faculdade eu fui bolsista de iniciação científica - a pesquisa é a minha escola. Fui recebida pela professora Célia Ferraz de Souza, já no terceiro semestre, e fiquei com ela dois anos. No primeiro ano, 1994, eu fui bolsista da PROPESQ (NR: Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS) quando ganhei o prêmio de jovem pesquisadora no Salão de Iniciação Científica. No segundo ano fui bolsista do CNPq. Depois, fui para a FABICO (NR: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS), onde fiz formação em fotografia e fui por dois anos bolsista CNPq no Núcleo de Fotografia. Foi aí que a coisa começou a derivar para a extensão. A Célia mantinha sempre no Gabinete de Estudos e Documentação em Urbanismo (GEDURB) de iniciação científica, de extensão e monitores. Ela sempre tratou esse grupo de estudantes, ela sempre fomentou muito e incentivou muito esse grupo de estudantes.

Revista da Extensão: Então foi nesta relação com bolsistas de extensão que teve início a tua relação com a extensão universitária?

Inês Martina Lersch: Junto dos bolsistas extensão e dos monitores. A Célia acolhia os estudantes no gabinete e a gente convivia nesses três âmbitos. Então eu me lembro de ter ido para um SEURS (NR: Seminário de Extensão

Universitária da Região Sul) em Curitiba, em 1995. Não apresentei trabalho, mas, sendo Curitiba um tema interessante para arquitetos urbanistas, eu acompanhei a professora Célia, a professora Maria Almeida e a nossa bolsista Cristina Bersano, que era bolsista de extensão na época. Lembro também de lá na FABICO a gente trabalhar no Núcleo de Fotografia com extensão universitária, mesmo a gente sendo bolsista do CNPq, com a Professora Ana Maria Dalla Zen e o Mário Bitt Monteiro, que também tinha esse convívio de professores, substitutos, bolsistas de pesquisa, bolsistas de extensão. Eu sempre tive muito essa experiência acadêmica de conviver com os bolsistas.



Equipe do Núcleo de Fotografia da FABICO em expedição a São José dos Ausentes, em 1997

Revista da Extensão: E como foi essa experiência na FABICO? O que dá para destacar entre os aspectos que ela agregou para a tua trajetória?

Inês Martina Lersch: Eu participei do Povo e Paisagens, de São José dos Ausentes. Fomos duas vezes para lá. A gente passava dois ou três dias lá em cima, uma viagem de quatro ou cinco horas, às vezes até mais, em uma van. Acordávamos de madrugada, para ainda pegar o sol nascendo, aquela bruma, visitar

os cânions. Essas saídas de campo, por meio da extensão universitária, sempre agregaram muito. É aquilo que a extensão tem como princípio: ser essa via de duas mãos entre a universidade e a sociedade. Hoje eu compreendo isso tudo com muito mais clareza: que não é a universidade indo lá para ensinar o que ela sabe, mas sim, na maioria das vezes, a gente é que aprende com a comunidade. Essa postura de respeito, seja com uma comunidade de um assentamento urbano, ou uma praticamente rural, como esta de São José dos Ausentes na época. Ela até tinha um núcleo urbano, mas a gente atuava realmente no registro fotográfico da paisagem dos Campos de Cima da Serra, já que o objetivo era a divulgação dessa paisagem por meio de fôlderes e exposições.

Revista da Extensão: Foi a partir desta experiência, então, que o respeito ao saber das comunidades para o fazer extensionista apareceu para ti pela primeira vez?

Inês Martina Lersch: Esse respeito por qualquer que seja o grupo que a gente fosse interagir, essa humildade de chegar e aprender também com eles. Desde essas primeiras experiências de extensão, para mim isso sempre foi muito marcante.

Revista da Extensão: E em termos acadêmicos, para a tua formação na Faculdade de Arquitetura, o que mais esta experiência com fotografia e comunicação te acrescentou?

Inês Martina Lersch: Atuando na Fabico em 1996 e 1997 a gente também ajudou na construção do Atlas Ambiental. Lembro de termos duplas de alunos que iam fotografar determinados temas. A minha dupla era Daniela Picoral, e o nosso tema era arborização urbana. A gente tinha um cronograma e a atribuição de registrar quais as praças e as ruas de Porto Alegre que tinham exemplares de certas espécies de vegetação que estariam floridas, então o professor Paulo Backes nos guiava, nos dava a informação “olha, essa semana tal e tal rua estão com jacarandás floridos, daqui a pouco uma praça lá na zona sul está com uma determinada espécie de vegetação, vão lá registrar”. A gente passou um ano e tanto fazendo esses registros de arborização urbana. O Atlas foi mais no campo da pesquisa, não lembro se foi registrado como extensão. Mas, de qualquer modo, é sobre sair da sala de aula, conseguir aplicar o conhecimento obtido nela (no caso ali de fotografia), para contribuir com uma construção de conhecimento, um registro, e juntar o conhecimento dos especialistas. O Atlas é um grande exemplo de trabalho de vários especialistas, seja na história da cidade, seja na questão da Geologia, Ecologia, enfim, vários temas que ele apresenta.

Revista da Extensão: Houve mais alguma experiência com a extensão em seu período como estudante de graduação?

Inês Martina Lersch: Além desse, tivemos um com a professora Célia Ferraz, um projeto de extensão que está fazendo 25 anos. Foi uma viagem de estudos a Portugal, em 1996. Nós nos organizamos financeiramente, antes mesmo de ter Ciência Sem Fronteiras ou qualquer outro programa maior. Primeiro, realizamos uma viagem de estudos rápida, numa

disciplina de evolução urbana no Brasil. Visitamos Montevideu e Colônia do Sacramento, para justamente compreender essa relação da formação das cidades aqui na América do Sul, a relação com os nossos vizinhos, a importância, a compreensão da fundação de Colônia do Sacramento por conta das disputas entre colonizadores espanhóis e portugueses. Ali a gente começou a alimentar uma ideia de “poxa vida, já que a gente veio aqui ver isso, por que a gente não consegue organizar uma coisa maior, para estudar cidade, arquitetura e urbanismo português e as suas relações com arquitetura e urbanismo que vem por intermédio dos colonizadores para o Brasil, para o sul do país também? Vamos empreender isso!”. E realmente a gente conseguiu, no final de maio de 1996. Tudo foi registrado como extensão universitária, nós fomos inclusive recebidos na Pró-Reitoria de Extensão na época. Foram 21 dias, conhecendo primeiro Lisboa e depois cidades do interior. Fizemos registros em preto e branco, em slides para o acervo da disciplina de história da cidade. Um engajamento, não só dos professores, mas dos alunos também. Outra pessoa que não pode deixar de ser citada, que infelizmente perdemos muito cedo, foi o professor José Albano Volkmer. Ele me patrocinou um dos rolos de fotogramas para slide. E eu lembro que eu rebobinei, fui lá no núcleo de fotografia com equipamento para rebobinar, fiz os rolinhos. O Albano, como professor de história da arquitetura no Brasil, tinha o maior interesse de ter esses registros da arquitetura em Portugal, inclusive para suas aulas.

Revista da Extensão: E como foi no retorno após estas duas experiências?

Inês Martina Lersch: No retorno, concluindo a bolsa na Fabico, eu me vinculo ao professor Albano para continuar fazendo projetos de extensão com ele. E aqui vem uma outra história que eu acho muito maluca, porque daí a gente foi empreender quase que um programa de povo e paisagem de Santo Antônio da

Patrulha. Fomos algumas vezes para lá. A gente pegava o próprio carro, ou do professor Albano, ou de algum colega que já tinha carro, e íamos a Santo Antônio, realizando levantamentos métricos cadastrais nas casas da parte alta da cidade, que tem a formação portuguesa. Fazíamos desenhos das fachadas. Nas sextas-feiras, às vezes à noite, ou nós éramos recebidos na casa de moradores para tomar um café, e isso também não foi um grupo pequeno: chegamos uma vez em oito ou nove alunos. Inclusive, vários deles hoje são professores. Acho que cada um desses docentes que eu citei, a Célia, a Ana Maria, o Monteiro, o Albano, plantaram sementes que hoje estão frutificando. Para mim é um grande prazer encontrar esses colegas em outras universidades. Em Santo Antônio da Patrulha, chegamos a inaugurar a Casa da UFRGS, espaço dedicado à extensão universitária, com a presença da Professora Wrana Panizzi, então reitora. Também lá em Santo Antônio, a gente chegou a participar de um evento de professores das escolas municipais, para falar um pouco sobre a importância do patrimônio arquitetônico português, açoriano, para a cidade, no sentido de trabalhar com a educação patrimonial. E nós não tínhamos bolsa. Por isso que eu te falo: das vezes que eu atuei como aluna, nunca fui bolsista de extensão. O que a prefeitura de Santo Antônio fazia era pagar diárias para gente numa pousada, refeições, era quase uma ajuda de custo. Mas pra nós, que éramos alunos de graduação, tudo valia. Então o professor Albano foi uma pessoa essencial, e a extensão universitária uma parte muito importante da minha formação.

Revista da Extensão: E após a formatura? Conseguiu manter algum contato com a extensão na pós-graduação?

Inês Martina Lersch: durante o mestrado, tive de me desligar um tempo da extensão, porque tinha metas, prazos. Então, passei num concurso para professora substituta na

expressão gráfica. Atuei nos primeiros semestres, tanto das engenharias como na Arquitetura, nas disciplinas de desenho e desenho técnico. Isso foi em 2002, 2003 e 2004. Aí, terminou meu período de professora substituta (não deu tempo de fazer extensão nessa função) e acabei sendo chamada para trabalhar no Setor de Patrimônio Histórico (SPH) da UFRGS, ou seja, eu nunca me desvinculei da UFRGS, na verdade. Foi um trabalho técnico, mas no qual tu não deixas de fazer essa troca, porque tu está ali nesse caminho de duas vias, universidade e sociedade, mas também com vários técnico-administrativos, servidores, professores, porque a gente precisava fazer levantamentos métricos cadastrais, dialogar com as pessoas dos laboratórios. Ali eu conheci muita gente da comunidade universitária e fiquei ali agosto de 2005 até abril de 2006. Foi uma época muito bacana, e é por isso que eu digo: a UFRGS foi minha casa sempre. Foi quando eu fiquei grávida e, no SPH, as meninas fizeram o chá de fraldas do Gui, meu filho, que hoje está com 16 anos. Aí, fiz o concurso para docente em 2005. Em setembro de 2006 eu fui chamada, veio a minha vaga. Então, eu assumi como professora no Departamento de Expressão Gráfica.

Revista da Extensão: Chegava então o momento de retomar o contato com extensão, enfim...

Inês Martina Lersch: Por seis anos, eu dei aula nas disciplinas iniciais da Faculdade de Arquitetura, em disciplinas de desenho e expressão gráfica. E logo de cara, ali no primeiro, segundo ano, eu montei o projeto de extensão. Fui para a Secretaria de Educação à Distância da UFRGS (SEAD) para fazer cursos, porque eu sabia que essa questão do ensino remoto, do desenvolvimento de objetos de aprendizagem, seria uma tônica do Século 21, então me lembro que eu fui à SEAD fazer formação em objetos de aprendizagem e fui para a extensão universitária, tinha deixado até um pouco a

pesquisa de lado. Fui fazer o doutorado só em 2010 - eu venci primeiro o estágio probatório para depois fazer o doutorado. Uma coisa de cada vez, até porque eu estava com um nenê pequeno em casa, e aí o projeto de extensão que eu montei foi vinculado ao meu tema de mestrado e ao SPH. Nós tínhamos por meio do professor Hélio Greven, meu orientador de mestrado, um contato com um pesquisador, um profissional do campo de patrimônio do sul da Alemanha, mais precisamente em Munique, e ele estava vindo ao Brasil. Assim, houve dois projetos que eu montei de cara: um foi sobre todo o processo de levantamento métrico, cadastral, de danos e fotográfico para desenvolver um projeto arquitetônico de restauração - o projeto de extensão instrumentalizava alunos de graduação ou a comunidade em geral para desenvolver todos esses documentos que precisam ser feitos para apresentar um projeto arquitetônico, de restauração. Esse foi o primeiro. Depois, com a vinda do professor Jorg Seele da Alemanha, nós fizemos um curso com outro público - me lembro enchemos o auditório da Faculdade de Arquitetura, 90 pessoas, uma semana inteira, de segunda a sexta, todas as tardes, com tradução simultânea. Tivemos desde já essa compreensão de que a universidade, se a gente quer como pública, autônoma, com construção de conhecimento, com pesquisa sendo desenvolvida, com a participação da sociedade, não tem como entender um tripé de três pernas separadas, sinceramente. Ensino, pesquisa, extensão e, hoje, a inovação, na minha compreensão, não são gavetinhas separadas, por mais que sejam separadas em pró-reitorias.

Revista da Extensão: Tu tiveste uma formação bem rica e intensa, principalmente como estudante. Citaste experiências com Engenharia, História, Fotografia, e essas visitas de campo não deixam de ser Antropologia, Sociologia, Cultura... como tu fazes para mexer esse caldeirão todo de áreas diferentes?

Inês Martina Lersch: Se tu fores ver as diretrizes da formação do arquiteto urbanista, tu vais ver lá que nós formamos profissionais generalistas. É justamente por isso: o nosso campo de atuação requer que a gente tenha um embasamento de história da arte, de história da arquitetura, de história da cidade. Inclusive, no meu currículo como aluna isso tudo eram disciplinas separadas. Além dessa formação generalista, nós temos todo um grupo de disciplinas que são as técnicas, desde cálculo, resistência, estruturas, concreto, materiais de construção, prática de obras... ou seja: tem todo um lado técnico, e outro ainda de capacidade projetual de metodologias de projeto, tanto arquitetônico quanto urbanístico. De modo que tu aprende a trabalhar em várias escalas. A gente é capacitado para desenhar objetos, casas, edifícios e a cidade. A gente acaba sendo treinado para ter essa capacidade de lidar com diferentes escalas. E aí vem a tríade vitruviana, que a gente fala, que são os três elementos fundamentais da arquitetura. A gente transita por esses três elementos para podermos desenvolver as soluções projetuais. E cada um desses três elementos requer que nós não só tenhamos as disciplinas na graduação e na formação, mas que a gente se interesse por esses aspectos. Além disso, há também as viagens. Sou de Santa Cruz do Sul, e meu pai sempre nos levou, nem que fosse pra conhecer a cidade do lado, ou conhecer alguém que fosse mais para o interior. Como ele circulou com a gente no interior do estado, quando eu dou aula de Evolução Urbana no Brasil, existe uma parte da disciplina que fala sobre as cidades do Rio Grande do Sul, e pra mim é natural falar delas. Hoje, como pesquisadora em congressos, eu tenho a oportunidade de visitar muitos lugares no Brasil ou fora, e aproveito para também ver o núcleo inicial da cidade, circular pelo que tem ali de arte, cultura, o que que está acontecendo em volta... isso tudo é inerente à formação do arquiteto. A gente não consegue se furtar, assim, de ter essa visão mais ampla. E isso a gente transmite para os alunos:



Professora Martina e bolsistas do projeto de extensão Escritório Modelo Albano Volkmer durante o Salão de Extensão da UFRGS, em outubro de 2017

essa relação, então, não só de falar do edifício isolado, não, mas de relacionar o edifício com o seu contexto urbano na cidade brasileira, essa é uma disciplina que eu dou na Pós-Graduação. Quando vamos para a escala do urbano torna-se necessário ter essa visão mais ampla.

Revista da Extensão: Tu citaste várias vezes que a UFRGS é a tua casa. Como foi o começo desse amor todo?

Inês Martina Lersch: Foi uma exposição, que eu vi na Universidade, no salão do segundo andar da Reitoria, que me instigou a vir estudar na UFRGS. No Ensino Médio, o colégio onde eu estudava, fez três visitas: uma foi a Universidade Federal de Santa Maria; outra foi para a Unisinos; e a outra para a UFRGS. E quando nós viemos na UFRGS tinha uma exposição

sobre o Leonardo da Vinci. Lembro de ver maquetes. Isso deve ter sido em 1989 ou 1990. Ali eu disse "cara, é aqui que eu quero estudar". Mas nunca imaginei que seria também aonde eu fosse depois lecionar.

Revista da Extensão: Esta exposição provavelmente foi do Museu da UFRGS, né? O Museu ficava ali naquela época.

Inês Martina Lersch: Exatamente. Aquilo ali foi muito impressionante, aquela visita me marcou demais. Eu nunca imaginei que depois a UFRGS fosse fazer tanto parte da minha vida, a ponto de eu dizer que é a minha casa. Já foram 15 anos como professora. Em 2013, com a aposentadoria da professora Célia Ferraz de Souza, com quem eu fiz iniciação científica lá em 1994 e 1995, eu migrei do Departamento

de Expressão Gráfica para o de Urbanismo. E sempre coloco no meu plano de trabalho, no cronograma, as saídas a campo, a gente faz a pé o percurso no centro da cidade. Então, estou conseguindo, no Departamento de Urbanismo, desde 2013/2014, desenvolver não só projetos de pesquisa, mas projetos de extensão voltados para a questão da escala urbana. Em 2017, já então tendo como colega o querido professor Bruno César Euphrasio de Mello. Com o Professor João Farias Rovati, em 2015, realizamos o projeto de extensão/curso Formação Continuada em Planejamento Urbano e Regional. Ao longo de todo o ano, realizamos atividades com alunos de graduação, pós-graduação e egressos sobre temas inerentes aos estudos urbanos. Havia encontros presenciais, mas a gente já estava usando o Moodle para atividades virtuais de egressos da faculdade, alunos de graduação, mestrandos, em discussões de textos sobre urbanismo. E desde 2017, juntos, eu, Bruno e João nos dedicamos ao Projeto Práticas Urbanas Emergentes, que tem dois livros publicados. O primeiro deles foi publicado em 2019, com apoio de fomento da Pró-Reitoria de Extensão.

Revista da Extensão: Vamos então falar mais sobre o Práticas Urbanas Emergentes? O que dizer deste projeto de extensão?

Inês Martina Lersch: No final de 2017 nós criamos este projeto, que passa a atuar em 2018. A primeira metodologia a gente foi, na verdade, elaborar à medida que a coisa foi nascendo, criando, à base de muito diálogo entre eu, o João Rovati e o Bruno Mello. Num primeiro momento, a intenção com esse nome Práticas Urbanas Emergentes era trazer para discussão temas, como o próprio nome diz, emergentes, temas do urbano, da cidade, que muitas vezes já estão acontecendo. A cidade já acolhe essas ações, mas talvez muitas delas não estão ainda nos nossos livros. E a nossa ideia, então, primeiro foi reunir, convidar os alunos em um primeiro momento. Em março

de 2018, fizemos convites a alunos dizendo que iríamos começar o projeto de extensão. Naquele primeiro encontro nós já tivemos um grupo bem significativo, não lembro se foram 18 ou 20 alunos. Ali já conversamos com os alunos, no sentido de perguntar: a que tipos de ações que acontecem na cidade nós podemos nos dedicar a observar, estudar, olhar e principalmente participar? Então, a ideia do Práticas nunca foi de a gente, por exemplo, ir como no museu, só olhar, observar. Não! Sempre foi fazer junto.

Revista da Extensão: Como funciona a atuação do projeto, esta prática?

Inês Martina Lersch: Criamos a seguinte metodologia: iríamos naquele primeiro ano, por sugestão dos alunos, colocando no quadro negro os vários temas que estavam surgindo. Eu me lembro que surgiu a questão das hortas urbanas, do cicloativismo, das ocupações urbanas, dos assentamentos urbanos, dos coletivos que promovem a alimentação de pessoas em condição de rua, a própria situação de pessoas em condição de rua... vários temas que naquele momento os alunos levantaram. Poxa, isso a gente não vê na graduação, e são temas que o arquiteto urbanista não pode fechar os olhos, porque a cidade do cotidiano está acontecendo ali. Eu boto o pé, eu saio do elevador, passo pelo hall do edifício, está ali na rua: as pessoas dormindo na praça, a carrocinha do coletor, do rapaz que coleta papelão - aliás, esse também foi um tema, a questão da coleta e do processo de reciclagem do lixo. Selecionamos cerca de dez temas, dos quais escolhemos três para aquele primeiro momento, democraticamente, por votação. Naquele primeiro ano a gente trabalhou a questão da agroecologia, hortas urbanas, e é natural que de um tema surjam muitas questões, como, por exemplo: como as pessoas na cidade estão se alimentando? Como é a qualidade dessa alimentação? O que significa produzir alimentos orgânicos? Qual é a proximidade dessas terras rurais que

estão produzindo alimentos para a cidade, qual é a proximidade ou distância? Quanto custa produzir alimento para quem mora na cidade? Ou, em seu processo de expansão, o quanto a cidade está avançando sobre as áreas rurais? E tudo isso foi tema: o quanto a especulação imobiliária está atingindo as áreas de produção cultural, produção de alimentos. Tivemos oportunidade, então, de visitar o Sítio Arvorecer, que fica ali perto da Hípica. Passamos um dia inteiro lá, vivemos este método de fazer, experienciar, ter a vivência. Capinamos juntos, ajudamos, aprendemos a plantar bananeira. Foi muito bacana. Daí surgiu essa ideia: vamos incentivar os alunos a observar, a fotografar, a desenhar, a fazer anotações. Isso também faz parte da metodologia.



Lançamento do livro
Práticas Urbanas
Emergentes,
em setembro de 2019

Revista da Extensão: Foi daí que surgiu a ideia do livro sobre o projeto?

Inês Martina Lersch: Sim. A gente queria um retorno, que eles produzissem a partir das percepções deles. Então o livro é todo assim, composto pelos desenhos, pelas fotografias, por escritas, por poesias dos alunos participantes do projeto de extensão. Tínhamos esse caminho de duas vias: primeiro a vivência, e depois a gente convidava aquelas pessoas que nos receberam lá para vir para a Universidade, para a oficina, onde realizávamos as discussões a partir da teoria. Discutimos agroecologia, artes urbanas, a questão dos assentamentos, das ocupações e das remoções.



Ações do projeto Práticas Urbanas Emergentes durante a pandemia de Covid-19, na Vila Nazaré, em Porto Alegre

Revista da Extensão: Foi aí que ocorreu a aproximação de vocês com a comunidade da Vila Nazaré?

Inês Martina Lersch: Exatamente. A Vila Nazaré é uma área urbana consolidada desde os anos 1950, 1960, que vinha sofrendo nos anos de 2018 e 2019 um processo de remoção daquela população, daquelas famílias, por conta da expansão da pista do aeroporto. Famílias que estavam ali há duas, três gerações, foram removidas para bairros da cidade distantes do seu lugar de trabalho ou do centro da cidade. Como a grande maioria é coletor de resíduos sólidos para reciclagem, estavam há a cinco ou seis quilômetros do centro e, de um dia para o outro, foram colocados a dez quilômetros de distância. No momento em que tu removes uma comunidade, tu desfazes o tecido social, desmanchas essa relação de vizinhança onde antes havia, talvez, uma mãe ou uma tia que cuidava dos filhos da vizinhança, ou os seus próprios filhos. Aí, de repente, essas famílias ficam dispersas pela cidade. A comunidade foi dividida em dois novos assentamentos.

Revista da Extensão: Falaste na agroecologia e nas hortas urbanas. Qual seria o terceiro tema?

Inês Martina Lersch: O terceiro é a questão da alimentação de coletivos que preparam alimentos para pessoas em situação de rua. E aí fomos aqui para o Brooklyn, para o Viaduto Imperatriz Leopoldina, pertinho da UFRGS. Ali também passamos o dia - na Vila Nazaré inclusive promovemos o café da manhã, conversamos com moradores, com o pessoal da associação de moradores. No caso aqui do Brooklyn, passamos o sábado com eles. Ajudamos a organizar ali a distribuição das marmitas - foram mil ao todo! O público que recebeu as marmitas foram aposentados, imigrantes, pessoal em situação de rua. Aquilo foi muito impactante. Todos esses relatos estão no livro. Em 2019 nós fizemos o PUE, como carinhosamente chamamos o Práticas Urbanas

Emergentes, o ano II e aí nós nos concentramos nesse movimento de fazer vivência e depois oficina. No ano seguinte, nos dedicamos mais à Vila Nazaré, uma das remoções, e à Ocupação Povo Sem Medo. Então temos o livro, cujas atividades foram realizadas durante o ano de 2019. Em 2020, durante a pandemia, nós juntamos material, a ponto de termos o livro pronto, só não conseguimos fazer o seu lançamento. Tanto o primeiro como o segundo nós imprimimos na Gráfica da Universidade.

Revista da Extensão: Professora, para finalizarmos: qual tu consideras que é a principal importância do papel da extensão para interlocução entre universidade e sociedade?

Inês Martina Lersch: A extensão é inerente à nossa formação e à formação dos nossos alunos. Proporcionar essa relação sociedade-universidade, essa relação em que a Universidade não está à parte da sociedade, é muito importante.. A UFRGS formou milhares de profissionais já. E ela não pode ficar apática, principalmente nesse momento, agora, que está passando por grandes dificuldades econômicas, políticas, enfim. A sociedade é crucial no reconhecimento da Universidade como ente fundamental da sociedade do Rio Grande do Sul. ◀

Acolhimento Solidário em Saúde Mental

O curso de Psicologia e o C

disponibilizam escuta psico

disponibilizam escuta psico

Acolhimento solidário on-line e a pandemia de Covid-19 no Brasil

Ângela Carina Paradiso: Psicologia - Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT); angelaparadiso@faccat.br

Beatriz Cancela Cattani: Psicologia - Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Aline de Andrade Rischter: Centro de Serviços Psicologia (Cesep) - Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Bruna Kuhn: Coordenação do Curso de Psicologia - Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

O primeiro semestre de 2020 trouxe consigo mudanças significativas na vida de todos. As notícias sobre a existência do novo coronavírus (Covid-19), acompanhadas em países asiáticos e europeus com alguns meses de antecedência, até

então pareciam algo distante da nossa realidade enquanto brasileiros. A decretação do estado de pandemia em 11 de março de 2020 (OMS, 2020) chegou ao Brasil junto com as orientações de isolamento social devido à possibilidade de propagação do vírus. As informações fornecidas

pela mídia e pelos órgãos de saúde destacavam que a forma como a contaminação ocorria era pelo contato com o vírus, sendo ele proveniente de uma pessoa contaminada ou de um ambiente com resquícios do vírus no ar ou em objetos. Assim, além da distância física entre as pessoas, os termos “álcool em gel”, “lockdown” e “quarentena” entraram em nosso dicionário do cotidiano.

No contexto universitário, as Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), assim como todas as demais instituições de ensino público ou privado do Brasil, imediatamente suspenderam as aulas presenciais. Em nossa instituição, o ensino remoto emergencial (ERE) foi implementado após duas semanas de planejamento, conjuntura que se mantém até o momento atual.

Tal cenário trouxe à tona afetos relacionados à ansiedade diante das incertezas e daquilo que as futuras semanas e meses poderiam trazer. Falava-se sobre a possibilidade real da perda de entes queridos, bem como o adoecimento do próprio sujeito. Afinal, o desconhecimento em relação ao vírus era compartilhado por todos.

Enquanto instituição, nosso grupo foi tomado pelos mesmos sentimentos. Professoras, técnicas e alunas que atuavam na equipe da coordenação do curso de Psicologia da Faccat e no Centro de Serviços em Psicologia (CESEP) preocuparam-se com a saúde mental dos membros da comunidade na qual a Faccat está inserida.

A instituição oferece 20 cursos de graduação, entre licenciaturas, bacharelados e tecnológicos, além de especializações e um curso de mestrado. A área de abrangência da instituição compreende 19 municípios, que juntos totalizam mais de 540.000 pessoas. Assim, o alcance das ações da instituição vai muito além do território do campus, localizado em Taquara/RS (FACCAT, 2019).

A partir de tal contexto, e em consonância com a Política de Responsabilidade Social da

instituição, formulou-se no mês de abril de 2020 o projeto intitulado “Acolhimento Solidário em Saúde Mental”, voltado para comunidade interna e externa. A intenção não era realizar psicoterapia breve ou outra modalidade de trabalho psicoterapêutico, demandas estas absorvidas pelo Cesep, o serviço-escola da instituição. O objetivo do projeto foi proporcionar um espaço de escuta psicológica das angústias de pessoas que precisavam de apoio emocional, mas em função do isolamento total ou parcial, estavam impedidas de circular no campus. O projeto foi idealizado a partir do Cesep, em parceria com a coordenação do curso de Psicologia.

O Cesep, implantado desde 2007 pelo curso de Psicologia, é um serviço-escola que busca assegurar o compromisso com a comunidade do Vale do Paranhana através da oferta de serviços psicológicos a indivíduos, famílias, grupos e organizações. Voltado para a população de baixa renda, funcionários e acadêmicos da Faccat, o Cesep realiza diversas atividades, dentre elas avaliação psicológica, atendimento psicoterapêutico para indivíduos, casais e famílias em quatro abordagens teóricas, e consultoria a empresas. São realizadas ainda, atividades nas áreas Clínica, Jurídica, Comunitária, Trabalho, Organizacional e Escolar.

A proposta do “Acolhimento Solidário em Saúde Mental” partiu da perspectiva de proteger a saúde mental por meio da oferta dos primeiros cuidados psicológicos a pessoas com sofrimento e necessidade de apoio social e emocional (OPAS, 2006; 2015). A divulgação do projeto deu-se prioritariamente a partir das redes sociais (Facebook e Instagram) e por meio de aplicativo de mensagens (WhatsApp) (figura 1). As pessoas interessadas eram convidadas a preencher um formulário on-line, que informava sobre o objetivo e a dinâmica do acolhimento, sigilo dos encontros, questões éticas e, por fim, solicitava que o acolhido concordasse ou não com um Termo de Consentimento Livre

e Esclarecido (TCLE), para utilizar as informações coletadas nos acolhimentos para fins de pesquisa. Independente do aceite ou não do TCLE, o sujeito foi acolhido.



Figura 1 – Divulgação do serviço de acolhimento solidário
Fonte: Cesep

Criada a ficha da pessoa, esta era encaminhada por e-mail ao profissional que ficaria responsável pelo atendimento. O profissional tinha 24 horas para entrar em contato com o acolhido. Os encontros on-line tinham duração de até 30 minutos, podendo ser de um a três encontros, dependendo do caso, e após o terceiro encontro era definido o encaminhamento a ser dado para o caso.

A cada encontro, o profissional responsável pelo acolhimento deveria preencher uma ficha de evolução do caso, contendo dados gerais sobre o atendimento. Após a finalização do acolhimento, era enviado ao paciente um formulário de avaliação do serviço, com o objetivo de coletar opinião sobre a experiência e avaliar a efetividade da prática ofertada. Neste, o paciente era convidado a preencher uma escala likert de 5 pontos (não estou decidido, discordo totalmente, concordo plenamente, discordo, concordo). As afirmações envolviam questionamentos como “O acolhimento contribuiu para

a redução das minhas angústias e necessidades do momento” e “Me senti confortável durante a conversa”.

O público-alvo inicialmente foi limitado à comunidade interna da instituição, sendo representada por alunos, funcionários e familiares de alunos e funcionários. No mês de agosto de 2020, o acolhimento solidário passou a ser aberto à comunidade externa da instituição. Entende-se aqui como comunidade, todos os cidadãos que vivem nas cidades próximas ao campus, mas que não fazem parte da comunidade interna.

A condução dos atendimentos foi inicialmente realizada por 12 docentes do curso de Psicologia e 3 psicólogos técnicos do serviço-escola. Posteriormente, foi estendido aos 14 estagiários do estágio profissional (EP), tendo em mente a necessidade da aproximação à realidade social através da prática profissionalizante (figura 2).

Dos 102 formulários preenchidos entre abril e dezembro de 2020, 54,9% eram de alunos da instituição, 10,8% funcionários, 27,5% familiares de alunos e funcionários e 13,7% comunidade externa. Dos alunos da instituição que buscaram o acolhimento, a maioria era de acadêmicos do curso de Psicologia. Tal resultado pode ser compreendido pelo maior incentivo dos docentes e técnicos do curso pela procura por atendimento psicológico. Também pode explicar essa realidade o fato do curso de Psicologia ser um dos que mais têm alunos matriculados.

A idade dos participantes variou entre 14 e 70 anos, havendo um predomínio de adultos jovens. Dentre os inscritos, 78,4% eram mulheres. Houve uma grande variação nas ocupações indicadas pelos inscritos. As que tiveram maior prevalência foram atendentes ao público, auxiliares administrativos, professores, estudantes, estagiários e pessoas que não estão trabalhando no momento.

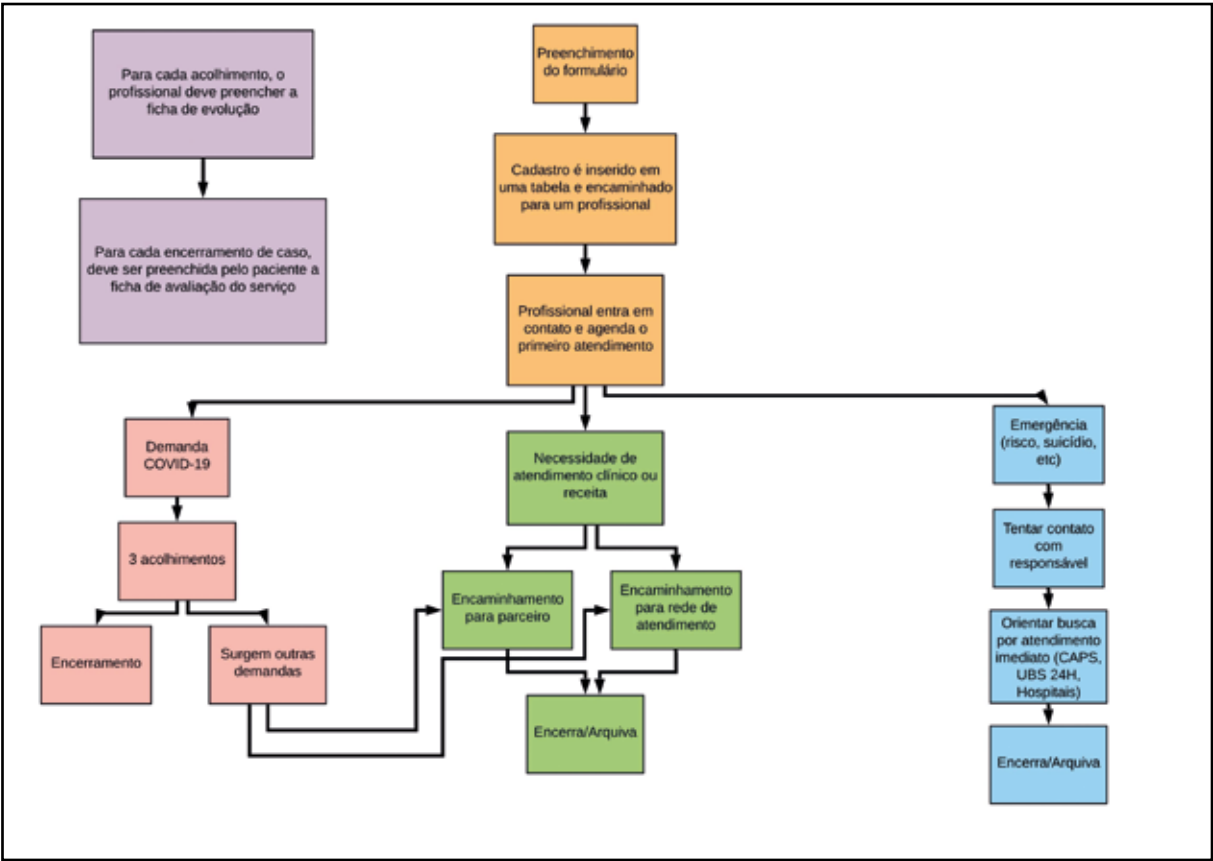


Figura 2 – Fluxograma de atendimento
Fonte: Cesep

Dentre as pessoas que realizaram a inscrição, 95,7% estavam em isolamento voluntário (estar em casa, mas sem impedimento de ir a locais essenciais), enquanto que 4,3% estavam em isolamento obrigatório (não poder sair de casa devido a contaminação com o coronavírus ou com suspeita de contaminação).

Referente ao questionamento sobre estar em tratamento psicológico, 88,2% responderam que não, 8,8% responderam que estavam em atendimento no momento e 2,9% responderam que estavam em atendimento, mas que este foi interrompido devido à pandemia. Sobre tratamento com psiquiatra, 88,2% responderam que não, 7,8% responderam que estavam em atendimento, mas este foi interrompido por causa da pandemia e 3,9% estavam em atendimento psiquiátrico no momento. Nos motivos da busca, houve uma prevalência de sintomas

de ansiedade, estresse e depressão. Este resultado está bastante de acordo com a realidade vivida pelos sujeitos em contexto de pandemia (SCHMIDT *et al.*, 2020).

Na escolha do tipo de contato para atendimento on-line, os participantes puderam selecionar duas opções; destas, 77% preferiram contato por telefone no qual incluía WhatsApp e ligação telefônica, e 22% optaram por e-mail, no qual incluía a opção de videochamada por meio do Google Meet.

Dos 102 casos que buscaram acolhimento, 21,5% das pessoas não participaram efetivamente do acolhimento. As justificativas variaram entre “não atender as ligações e mensagens do WhatsApp” feitas pelo psicólogo ou estagiário, “não ter mais interesse”, “ter preenchido o formulário por engano” e “não ter

horário disponível no momento”.

Dentre as pessoas que receberam acolhimento (78,4%), identificou-se diferentes desfechos: 21,25% receberam alta, caracterizada por encerramento do acolhimento psicológico e sem encaminhamento, 28,75% receberam encaminhamento para os psicólogos parceiros (antigos estagiários do Cesep já formados psicólogos), 5% para a rede pública, 6,25% foram encaminhados, mas sem especificação do encaminhamento realizado e 1,25% receberam indicação para um grupo de apoio psicológico que estava sendo oferecido concomitantemente pelo serviço-escola. Os casos sem desfecho representam 17,5%, nos quais consta apenas a informação de que o acolhimento foi realizado, e 2,5% dos casos foram acolhidos, mas suas queixas não eram referentes às demandas emocionais relacionadas à Covid-19.

Dentro do período que o acolhimento ocorreu, houve meses de maior procura. Destes, destacamos o início do projeto, entre os meses de abril e maio de 2020 e o final do ano, especialmente no mês de novembro.

A avaliação realizada pelos participantes ao final do acolhimento recebeu 38 respostas. No item “O acolhimento contribuiu para a redução das minhas angústias e necessidades do momento”, 55,3% responderam que concordam plenamente com o auxílio do acolhimento para a redução de suas angústias e necessidades do momento, 42,1% responderam que concordam e 2,6% respondeu que não estava decidido sobre a resposta. Já na pergunta sobre “Recebi apoio emocional durante o acolhimento”, 27,9% responderam que concordam plenamente, 39,5% indicaram que concordam com a afirmativa e 2,6% não estavam decididos sobre a resposta. Na afirmativa “O acolhimento foi importante para que eu conseguisse seguir minhas atividades durante e/ou após o isolamento”, 63,2% concordaram plenamente, 31,6% concordaram e 5,3% não estavam decididos quanto a sua resposta.

A avaliação também continha um espaço no qual era possível escrever “Observações, críticas e/ou sugestões”. Foram feitos agradecimentos aos profissionais que realizaram os acolhimentos e à instituição. As mensagens envolviam reflexões (*“Ótimo acolhimento. Obrigada pelo apoio, me sinto melhor. Às vezes ficamos tão focados nos problemas e não damos espaço para pensar na solução. E de certa forma me abriu um pouco a mente”*), agradecimentos (*“Foi ótimo, acolhedor, principalmente neste momento em que os sentimentos estavam tão extremos, confusos, sem orientação. Agradeço de coração a Instituição por proporcionar esse acolhimento, essa escuta dedicada”*) e elogios à iniciativa (*“Me senti amparada e acolhida pela profissional, me deixou à vontade. Muito importante nesse momento de incertezas e angústias. Ótima a iniciativa da Faccat em proporcionar para os alunos esse amparo”*). A partir de tais recortes, foi possível perceber a efetividade da prática ofertada aos participantes que responderam a avaliação.

A pandemia surpreendeu a todos. O vírus obrigou nações inteiras a fecharem comércios e instituições, bem como proibirem acesso a locais públicos, ocasionando medo e insegurança na população. Pessoas adoeceram e milhares morreram. Durante esse período, além da doença física, pode-se dizer que enfrentamos o adoecimento psicológico, uma vez que as incertezas provocadas pela Covid-19 causam um aumento da ansiedade e do estresse. Nesse sentido, profissionais de saúde elaboraram propostas de intervenção às quais todos pudessem ter acesso, como cartilhas psicoeducativas, escuta psicológica, atendimentos on-line ou por telefone, objetivando minimizar o sofrimento humano (SCHMIDT *et al.*, 2020).

Levando em consideração que ainda hoje pessoas da comunidade sofrem com demandas relacionadas ao Covid-19, o projeto segue vigente. Rebatizado de Acolhimento Psicológico, continua com o mesmo objetivo do serviço proposto inicialmente em abril de 2020:

promover uma escuta qualificada da comunidade, por meio de profissionais e estudantes capacitados, sempre resguardando sigilo e atendendo ao Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005).

Futuros projetos de acolhimento psicológico, incluindo parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde de Taquara, estão dentre os planos da instituição (figura 3). Isso, porque, mesmo com o avanço da vacinação contra a Covid-19 no país, ainda não há perspectivas quanto ao fim

da pandemia. Desta forma, entendemos que o impacto econômico e social que tal contexto imprimiu na nossa realidade ainda não é possível de ser medido. Apesar disso, enquanto serviço-escola de Psicologia inserido em uma IES comunitária, reforçamos o compromisso ético e institucional de promover o bem-estar e a qualidade de vida da sociedade da qual fazemos parte. ◀



Figura 3 – Divulgação realizada pela Prefeita de Taquara sobre o projeto “Pró-Vida Taquara” em parceria com o Cesep
Fonte: Divulgação pessoal/redes sociais

Referências

- Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2021.
- FACCAT. **Catálogo Institucional**. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Cat%C3%A1logo%202019_0.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). **Proteção da saúde mental em situação de epidemias**. 2006. Disponível em: <<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2009/Protecao-da-Saude-Mental-em-Situacoes-de-Epidemias-Portugues.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2021.
- Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). **Primeiros cuidados psicológicos: guia para trabalhadores de campo**. 2015. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/dmdocuments/GUIA_PCP_portugues_WEB.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020**. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em: 5 maio 2021.
- SCHMIDT, Beatriz, *et al.* Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 37, 2020.



Projetos de recondicionamento de computadores usados para estudantes e escolas

Renato Perez Ribas: Instituto de Informática - UFRGS; e-mail: renato.ribas@ufrgs.br
Marcelo Soares Lubaszewski: Escola de Engenharia – UFRGS
Erik Álvaro Fernandes: Escola de Administração – UFRGS
Acadêmico de Ciência da Computação: Gustavo Ribeiro Kremer

Introdução

Ações afirmativas no contexto educacional são cruciais e imperativas para que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam desenvolver seus estudos de forma satisfatória.

Baixo desempenho e evasão escolar são sintomas da carência de ações afirmativas efetivas. Esta efetividade compreende a abrangência de tais ações que devem envolver questões de moradia, alimentação, saúde, transporte e condições

adequadas de estudos (apoio pedagógico, infraestrutura, entre outras).

Dentre as condições necessárias para o desenvolvimento adequado dos estudos é evidente a disponibilidade de equipamento de informática para o acompanhamento de aulas e para a realização de trabalhos, principalmente neste período de pandemia da Covid-19. Nos últimos anos o computador já faz parte do material escolar de um estudante. Com a adoção do ensino remoto nas escolas e universidades, esta necessidade tornou-se mais evidente (UFRGS, 2021). Além disso, este já era um instrumento pouco acessível a todos pelo seu valor de compra. Com a pandemia os preços de mercado elevaram-se significativamente. Hoje, um computador usado, completo e com as mínimas características para uso nas aulas remotas não custa menos do que mil reais.

Por outro lado, há muito equipamento de informática em desuso em residências, escritórios e empresas simplesmente porque se tornaram “velhos” (obsoletos) ou precisam de pequenos reparos. E muitas pessoas e empresas não sabem como descartá-los corretamente ou mantêm a expectativa de ainda reaproveitá-los algum dia. Exercitar o desapego e descartar um computador inativo de forma correta pode ajudar muito para ações afirmativas e inclusão digital, pois, tais equipamentos, embora pareçam obsoletos, ainda podem ser úteis e efetivos para algumas atividades.

Este artigo descreve dois modelos de projeto de recondicionamento de computadores que estão sendo executados com o envolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Um deles é o CRC Zenit Belém que vem sendo realizado desde 2008 em parceria com a Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações e com a organização social civil Núcleo Comunitário e Cultural de Belém Novo (NCC Belém). O outro projeto é uma ação de extensão universitária chamada Reconnecta UFRGS, criada

em meados de 2020, como ação emergencial para este período de isolamento social.

Centros de Recondicionamento de Computadores

Um CRC ou Centro de Recondicionamento de Computadores é um conceito internacional explorado em diversos países nas últimas décadas. Trata-se de um local onde computadores em desuso, obsoletos ou mesmo estragados são recuperados ou seus componentes funcionais são utilizados na recuperação de outros. A possibilidade de recondicionar um equipamento depende muito da finalidade que se deseja dar para este. E, para isso, as suas configurações (modelo de processador e placa-mãe, capacidade de memória RAM e disco rígido) bem como o sistema operacional a ser instalado (Linux, Windows, ou outro) são determinantes.

Quando não é possível reaproveitar um computador, os componentes que estejam funcionais e dentro das características mínimas definidas são removidos para criar o almoxarifado e, posteriormente, serem utilizados na recuperação ou melhoria de outro. Ou seja, não é preciso comprar peças novas pois o próprio sistema de trabalho reabastasse o CRC com os insumos necessários. Para computadores de mesa (desktop) tem-se uma estimativa de aproveitamento de dois para um, ou seja, cada dois computadores recebidos como descarte é possível reconstruir um. No caso dos notebooks este aproveitamento é menor (em geral, de três a quatro para um) em razão da especificidade dos componentes segundo o modelo e o fabricante do equipamento.

Os computadores recondicionados recebem software livre (sistema operacional Linux) e passam por vários testes de estresse para verificar que os seus componentes (processador, memória, disco rígido) terão ainda um certo tempo de vida.

O Linux também permite um melhor desempenho do computador por ser mais “leve” do que

outros sistemas operacionais.

O material que não é aproveitado constitui o real resíduo e deve ser descartado corretamente através de recicladoras de resíduos eletrônicos, pois não se degrada facilmente na natureza em curto período de tempo e, suas placas de circuito impresso e componentes possuem elementos químicos contaminantes (OLIVEIRA, 2010). É interessante observar que esses equipamentos possuem partes plásticas cujo tipo de polímetro envolvido pode ser utilizado como matéria prima para impressora 3D, por exemplo.



Figura 1 – Resíduo eletrônico, material para condicionamento



Figura 2 – Oficina do CRC Zenit Belém

CRC Zenit Belém

O CRC Zenit Belém é um projeto institucional da UFRGS, via Parque Científico e Tecnológico Zenit, com o Ministério das Comunicações (Secretaria de Inclusão Digital) para a criação e manutenção de um centro de recondicionamento de computadores na organização não governamental (ONG) Núcleo Comunitário e Cultural de Belém Novo (NCC Belém). O projeto iniciou em 2008 e tem por objetivo formar jovens e adultos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no conserto de computadores e repassar equipamentos reconicionados para pontos de inclusão digital (PID) cadastrados no Ministério, em geral, escolas públicas e associações comunitárias (CRC, 2021).

O material recebido pelo CRC Zenit Belém é proveniente principalmente de órgãos públicos (equipamento que foi dado baixa patrimonial) mas também pode vir de empresas e pessoa física. Todo material não aproveitado é descartado corretamente em parceria com a startup Trashin para recicladoras do ramo.

Os cursos de formação possuem carga horária de 60 horas, e duração média de oito semanas. O público é formado por jovens a partir dos 15 anos de idade ou a partir do nono ano escolar.

Os alunos aprendem não apenas como consertar o equipamento mas também todo o ciclo de funcionamento de um CRC, desde a triagem do material recebido até a embalagem final do material pronto para doação. Antes da pandemia, até fevereiro de 2020, os cursos foram oferecidos no modelo presencial no espaço do CRC Zenit Belém, sediado no NCC Belém. Com o isolamento social requerido nos últimos meses, os cursos estão sendo formatados para um modelo híbrido com aulas remotas, através de encontros síncronos e atividades assíncronas, e futuramente com alguns encontros presenciais.

Até o momento foram certa de 150 alunos formados nos cursos presenciais e outros 150 nos cursos remotos, e 270 computadores repassados para 12 PIDs. Cerca de cinco toneladas de resíduo eletrônico foram descartadas corretamente.



Figura 3 – Uma das turmas formadas pelo projeto CRC Zenit Belém

Reconecta UFRGS

O Reconecta UFRGS é um projeto de extensão

criado na UFRGS pela própria equipe do CRC Zenit Belém durante este período da pandemia da Covid-19 (RECONECTA, 2021). Ele foi iniciado em julho de 2020 e constitui uma rede de cerca de 40 colaboradores (servidores docentes e técnicos-administrativos, discentes e voluntários externos).

O material recebido vem de pessoas físicas e jurídicas (pequenas empresas e escritórios). A Escola de Administração e o Instituto de Informática da UFRGS têm colaborado como ponto de recebimento de doações, embora a grande maioria dos contribuintes preferem a coleta à domicílio devido ao isolamento social. Para isso, a rede Reconecta UFRGS conta com um grupo de voluntários motorizados que realiza caravanas para as visitas de recolhimento das doações.

Uma vez que, o material chega na oficina do projeto, instalada no Instituto de Informática, ele é triado e reconicionado por voluntários (estudantes da UFRGS e colaboradores externos). Os equipamentos não passam por nenhum

processo de patrimonialização na universidade. Uma vez recuperados, eles são repassados diretamente aos beneficiários, que no caso são estudantes que possuem o cadastro de baixa renda na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da

Universidade. Este repasse aos estudantes é realizado por meio de sorteios virtuais transmitidos ao vivo pelo página do projeto no Facebook.

Entre agosto de 2020 e janeiro de 2021 foram beneficiados 270 estudantes de diversos cursos de graduação da UFRGS. Sabendo que trata-se de computadores usados e que podem eventualmente necessitar de manutenção, esses estudantes foram acompanhados e atendidos quando os equipamentos recebidos apresentaram algum problema.

Atualmente, o projeto Reconecta UFRGS está sendo reformulado para atuar como uma equipe técnica itinerante para auxiliar grupos e unidades acadêmicas que queiram criar os seus próprios “reconectas”. Com isso, a coleta do material e o repasse aos estudantes ficará a cargo da unidade acadêmica e não mais do projeto. Acreditamos que esta descentralização irá dar mais sustentabilidade e dinamismo ao projeto, e permitirá um atendimento mais amplo dos estudantes da UFRGS.



Figura 4 – Oficina do projeto Reconecta UFRGS no Instituto de Informática

Modelo Proposto

Com essas duas experiências de projetos de recondicionamento de computadores, acreditamos que outros grupos e entidades são capazes de criar e manter algo semelhante, dentro e fora da universidade. Para isso, basta tomar alguns cuidados nas quatro etapas principais envolvidas: recebimento do material, trabalho de recondicionamento, destinação das doações e descarte dos resíduos.

Em relação ao recebimento do material, deve-se manter o controle dos dados cadastrais dos doadores para comprovar a procedência dos equipamentos. Isso é importante tanto para o transporte quanto para a armazenagem deste material. Não se deve vincular a máquina doada por um contribuinte a um beneficiário específico (algo do tipo, a máquina deste doador foi para aquele beneficiário) pois a grande maioria dos equipamentos são descaracterizados para construir uma “nova” funcional. Dessa forma este procedimento provoca falsas expectativas por parte dos contribuintes uma vez que a sua máquina específica pode não ter sido vinculada a nenhum beneficiário.

Sobre o trabalho de recondicionamento, este requer uma atenção especial. Nunca se deveria repassar uma doação diretamente para um beneficiário sem verificar as condições do equipamento, além de formatá-lo, instalar software livre, fazer alguma atualização de memória, rodar testes de estresse, entre outros. Do contrário, muitas surpresas podem aparecer. É extremamente importante também a postura ética da equipe

em formatar os computadores recebidos sem acessar dados originais dos doadores. Embora pareça tecnicamente complexo, o processo de recondicionamento é simples e pode ser

aprendido rapidamente por interessados. E não requer uma infraestrutura sofisticada, apenas uma mesa, acesso à rede elétrica e de dados, e algumas ferramentas básicas.

Quanto ao repasse aos estudantes beneficiários, deve-se ter critérios bem claros e objetivos a quem repassar a fim de evitar questões sobre falta de transparência. Os alunos apoiados devem ser acompanhados e atendidos após a entrega caso o equipamento apresente algum problema. Do contrário, o benefício pode tornar-se uma frustração em poucas semanas, tornando o processo uma distribuição de resíduo eletrônico nas residências dos contemplados.

Finalmente, o descarte correto do real resíduo deve ser equacionado desde o início da ação para não se tornar um problema para o projeto.



Figura 5 – Equipamentos embalados para doação

Não é difícil encontrar empresas e cooperativas parceiras que tratam deste tipo de resíduo. Este cuidado é parte importante quanto à credibilidade do trabalho realizado.

Considerações Finais

O recondicionamento de computadores usados para benefício de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica vem de encontro às ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da Agenda 2030 da ONU (AGENDA, 2021). É evidente a contribuição para a sustentabilidade ambiental. Como ação afirmativa nas escolas e universidades, observa-se a contribuição para a sustentabilidade educacional. E quando há a formação de jovens e adultos na etapa de recondicionamento de computadores, como no caso do CRC Zenit Belém, cria-se uma perspectiva de empregabilidade e geração de renda, vislumbrando a questão da sustentabilidade financeira do indivíduo.

Certamente o trabalho aqui apresentado não foi realizado apenas pelos quatro autores deste artigo. Gostaríamos de enfatizar a existência das equipes por trás desses projetos e agradecer à equipe CRC Zenit Belém e à rede Reconecta UFRGS pelo seu envolvimento, dedicação e parceria. Os resultados deste esforço conjunto são muito gratificantes. ◀

Referências

- CRC Zenit Belém – **Centro de Recondicionamento de Computadores, Parque Científico e Tecnológico Zenit - UFRGS**. <http://www.ufrgs.br/zenit/crc>. Acesso em 31/05/2021.
- OLIVEIRA, Camila Reis. **Alternativas Tecnológicas para o Tratamento e Reciclagem do Lixo de Informática**. (Trabalho de Conclusão do Curso de Química Industrial) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- AGENDA 2030 ONU – **Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. <http://www.agenda2030.com.br>. Acesso em 31/05/2021.
- RECONECTA UFRGS – **Projeto de extensão universitária da UFRGS, no. 43190, “Conecta UFRGS – Computadores para Estudantes Carentes”**. <http://www.ufrgs.br/zenit/crc>. Acesso em 31/05/2021.
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Ensino Remoto Emergencial (ERE)**, 2020. <https://www.ufrgs.br/ensinoremoto>. Acesso em 31/05/2021.



Agricultura familiar *Delivery*: extensão em Cachoeira do Sul - RS

Chaiane Leal Agne: Desenvolvimento Rural – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS);
e-mail: chaiane-agne@uergs.edu.br
Acadêmica de Agronomia: Luisa Tatiane Müller

Introdução

A pandemia do novo coronavírus impôs ao mundo uma série de desafios, afetando questões econômicas e de saúde pública. O aumento exponencial do número de casos e mortes exigiu dos governos a adoção de decretos e protocolos que restringiram não somente a mobilidade,

mas, principalmente o funcionamento de atividades produtivas e comerciais. Apesar de não ter um tratamento médico específico, os protocolos e as recomendações de prevenção da Covid-19 incluem o uso de máscaras, higiene (como lavar as mãos e uso de álcool 70°), isolamento, distanciamento social e *lockdown* (OMS, 2021).

Apesar das restrições, um dos focos é a manutenção das atividades essenciais, especificamente o abastecimento de alimentos à população, o que coloca prioridade ao setor agropecuário. Nesse sentido, ganha destaque a importância dos mercados locais e dos circuitos curtos de comercialização, cuja demanda alimentar do país é 70% suprida pela agricultura familiar (BRASIL, 2017).

A garantia aos alimentos com qualidade e quantidade suficientes à demanda da população no período da pandemia impõe desafios governamentais, institucionais e organizacionais. No contexto da agricultura familiar, as dificuldades em torno da produção e do escoamento dos alimentos são as principais problemáticas emergentes da crise da Covid-19. Tais problemas foram evidenciados, especialmente após o fechamento das feiras, restaurantes e escolas, além da diminuição de circulação das pessoas nos locais públicos de comercialização (VALADARES *et al.*, 2020).

As medidas para a contenção do vírus atingiram também o funcionamento das instituições de ensino, em todos os níveis. No mês de março de 2020, as atividades suspensas incluíram também os projetos de extensão desenvolvidos pelas Universidades. No conjunto de projetos, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), na Unidade Cachoeira do Sul desenvolvia a “Feira da Agricultura Familiar”, que consistia em ações de inserção social e econômica a esse público-alvo, objetivando a valorização do trabalho das famílias envolvidas.

A partir desse contexto, o projeto passou por um processo de reformulação, adaptando a ideia para o formato *delivery*. A dinâmica das entregas dos alimentos nas residências das famílias destacou-se como uma oportunidade de inserção da agricultura familiar no novo formato de comercialização, garantindo a manutenção do trabalho e da renda. Além disso, o formato *delivery* poderia ser uma forma de ampliar a visibilidade deste público no município.

Diante deste contexto, o presente artigo tem como objetivo descrever a trajetória e os resultados do projeto de extensão denominado “Agricultura Familiar *Delivery*”, desenvolvido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), em Cachoeira do Sul.

O município de Cachoeira do Sul está localizado na região central do Rio Grande do Sul, possui uma população de quase 84.000 habitantes de acordo com o último Censo Demográfico em 2014 (IBGE, 2017). A atividade agropecuária contribui com 60% para a economia local, onde 79% dos estudantes das escolas municipais estão consumindo alimentos provenientes dos agricultores familiares (COREDE JACUÍ CENTRO, 2010). A agricultura familiar está presente em quase 2 mil estabelecimentos e abastece o município por meio dos principais alimentos componentes da cesta básica, tais como verduras, legumes, frutas e produtos artesanais industrializados (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Este artigo está estruturado em quatro partes, a contar desta introdução. O próximo capítulo tem como objetivo apresentar os principais autores sobre o tema, além de descrever os caminhos utilizados para a operacionalização do projeto de extensão. Os resultados e discussão serão apresentados na terceira seção, cuja finalidade é apresentar o histórico do projeto e as mudanças desenvolvidas a partir da pandemia de Covid-19. O artigo encerra com as considerações finais.

Fundamentação teórico-metodológica

No final de 2019, um novo agente do coronavírus foi descoberto em Wuhan, capital e maior cidade da província de Huben, localizada na China. Em poucas semanas, a incidência do vírus aumentou de forma exponencial, causando infecções respiratórias, desde leves e moderadas até graves. Com taxa de letalidade em torno de 3,4%, a evolução dos casos no mundo causou um grave problema de saúde pública mundial, afetando também as

atividades econômicas, especialmente emprego e renda.

No final do mês de abril de 2020, o país já registrou mais de 14 milhões de casos e 400 mil mortes. No mesmo período, o estado do Rio Grande do Sul registrou mais de 900 mil casos e 25 mil mortes (JHU CSSE COVID-19 DATA, 2021). Dentre os protocolos e recomendações de prevenção, estão o uso de máscaras, higiene (como lavar as mãos e uso de álcool 70°), isolamento e distanciamento social. Uma das medidas mais restritivas caracteriza-se pelo *lockdown*, que significa o bloqueio total da circulação das pessoas, aplicado em vários países do mundo (OMS, 2021).

As recomendações de ordem sanitária interferiram substancialmente no funcionamento da economia mundial. O Brasil, desde o mês de março de 2020 instituiu decretos que regulam e orientam as ações para conter a pandemia no país. O decreto de número 10.282 de 20 de março de 2020, regulamenta a definição de serviços públicos e atividades essenciais, caracterizados como “aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população” (Artigo 3º, Parágrafo 1º). Dentre as atividades caracterizadas como essenciais estão incluídas a produção, distribuição, comercialização e entrega de alimentos e bebidas (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, o abastecimento de alimentos torna-se uma das questões centrais no cenário da pandemia, especialmente em um país com intensa desigualdade, acentuada pela diminuição dos investimentos em programas e políticas sociais. A oferta de alimentos componentes da cesta básica brasileira depende principalmente da agricultura familiar (SCHNEIDER, *et al.*, 2020).

A agricultura familiar é regulamentada pela Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. A partir dessa lei,

o “agricultor familiar” é considerado aquele que: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e, dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

De acordo com Censo Agropecuário (2017), 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros pertence a grupos familiares. Não obstante, a agricultura familiar possui um papel substancial para a segurança alimentar, justificada pela sua participação em torno de 70% dos consumidos no país. No município de Cachoeira do Sul, a agricultura familiar também é destaque pelo número expressivo de estabelecimentos: quase 2 mil segundo o mesmo censo. A agricultura familiar contribui para o abastecimento alimentar, especialmente com o fornecimento de grãos, hortaliças, frutas, pecuária de corte e de leite. De forma geral, a agricultura familiar comercializa os seus alimentos por meio de associações e/ou cooperativas; intermediários (aqui entendidos como atravessadores); feiras locais e da região, através de redes de supermercados; pequenos armazéns; e ainda, por meio dos programas institucionais (PNAE e PAA).

Devido às restrições governamentais de circulação e distanciamento social, a UERGS em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) modificou a feira presencial para o formato *delivery*. Dentre os métodos utilizados, destacam-se os aportes da comunicação rural, que permitiram obter participação significativa dos agricultores, valorizando o seu olhar e as suas experiências. Nesse sentido, o diálogo dos agricultores com a equipe do projeto foi realizado de forma remota, com o auxílio de chamadas de vídeos, ligações telefônicas e áudios no WhatsApp. A proximidade da professora e discentes com as famílias facilitou o contato e

o desenvolvimento dos trabalhos de orientação sobre a nova forma de comercialização, bem como o passo a passo para operacionalizá-la. Para a confecção dos *flyers* digitais de divulgação, destaca-se o uso da plataforma *Canva*, que permite a criação de artes personalizadas. Os *flyers* são atualizados com informações dos produtos e valores e compartilhados semanalmente por meio das redes sociais.

Dessa maneira, a metodologia empregada no projeto de extensão buscou desenvolver técnicas e instrumentos de acordo com o perfil do público-alvo, aproximando produtores e consumidores. A extensão universitária é consolidada com base nas trocas de experiências, saberes e conhecimentos de todos os atores envolvidos. Quanto à avaliação dos resultados, um questionário de pesquisa foi desenvolvido e aplicado aos consumidores, tendo em vista avaliar a ação *delivery*. Os resultados foram discutidos com os agricultores e conduziram às evoluções no projeto, especialmente quanto à diversificação dos alimentos ofertados na plataforma.

Resultados e Discussão

O projeto de extensão “Agricultura Familiar *Delivery*” teve origem a partir do histórico de ações desenvolvidas com este público-alvo pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) no município de Cachoeira do Sul. No final de 2016, como atividade de encerramento do curso de gestão financeira para agricultores familiares, foi realizada uma feira na praça central da cidade, em formato piloto. Devido ao sucesso desta edição, um projeto de extensão denominado “Feira da Agricultura Familiar” foi aprovado pela Universidade e passou a ser desenvolvido a partir do ano de 2017. Nesse mesmo ano, foram desenvolvidas nove edições da feira, com a participação de seis famílias. No ano

de 2018, o projeto evoluiu de uma forma muito significativa, recebendo apoio da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), realizando 13 edições e o cadastro de 18 famílias. No ano de 2019, foram realizadas 15 edições da feira, com o cadastro de 25 famílias participantes.

No final do mês de março de 2020, devido às suspensões das atividades de extensão da UERGS em função da pandemia do Coronavírus, a feira começou a ser desenvolvida de forma remota, no formato *delivery*. Inicialmente foi criado um grupo de WhatsApp com os consumidores interessados em receber os alimentos nas suas residências. Atualmente, o grupo é composto por 200 consumidores que recebem as atualizações semanais dos alimentos disponíveis para venda. Os pedidos são realizados pelos próprios clientes em contato com os agricultores. As entregas são realizadas pelos agricultores todas as quartas e sextas-feiras, sendo que os mesmos utilizam a camiseta do projeto, destacando que pertencem ao público “agricultura familiar” (Figura 1).



Figura 1 – Agricultor familiar em entregas - Agricultura Familiar *Delivery*
Fonte: Dos autores (2020)

Dentre os principais resultados, destacam-se a ampliação da divulgação do projeto (reportagens dos jornais Zero Hora e Jornal do Povo) o aumento das vendas, sendo que os agricultores participantes triplicaram os valores comparado à edição presencial.

Com relação ao público, houve a adesão de jovens, evidenciando que o perfil do consumidor foi ampliado comparado à feira presencial. Por meio de um projeto de pesquisa, foram coletadas informações com 120 consumidores do *delivery*, com o intuito de identificar as preferências de consumo. Atualmente, a feira possui 50% do público entre 18 a 35 anos e 50% mais de 35 até 80 anos. Já a feira presencial é composta por 70% do público idoso. Quando questionados sobre se eram consumidores da feira da agricultura familiar, 57% respondeu que não, porém a maioria (95%) pretende continuar adquirindo alimentos pós pandemia. Tais dados indicam a pertinência

de dar continuidade ao formato *delivery*, mesmo em caso de um possível retorno da feira na modalidade presencial.

Os agricultores participantes comercializaram frutas, legumes, verduras *in natura*, legumes minimamente processados, doces, geleias, pães, cucas, bolos, sucos, mel e queijo. Tais itens estão em consonância às preferências do público-alvo, cujos dados auxiliaram os agricultores para a diversificação de itens disponíveis e inovação. A Figura 2, a seguir, apresenta um dos *flyers* de divulgação com as geleias de morango e goiaba produzidas pela Agroindústria Sabores da Terra, participante do projeto.

Quanto às formas de divulgação, é pertinente destacar alguns avanços ocorridos nos anos de 2018 e 2019. Uma nova arte foi desenvolvida, que representa a digital real de um agricultor familiar, simbolizando o trabalho artesanal. Um agricultor



Figura 2– Geleias de morango e goiaba – Agricultura Familiar *Delivery*
Fonte: Dos autores (2020)

familiar do grupo foi escolhido de forma coletiva para representar o projeto. Este trabalho simboliza o contato das mãos do agricultor com a terra, onde executa com a própria família as atividades da agricultura e pecuária. A arte foi desenvolvida pela Assessoria de Comunicação da UERGS (ASCOM), criada com o intuito de transformar o projeto da feira para além da sua função de comercialização. A logomarca passou a ser utilizada nos *flyers* de divulgação da “Agricultura Familiar *Delivery*”, como pode ser observada na Figura 3.

valorizar o agricultor, fortalecer a cultura alimentar do município e da região, estimular o consumo e dieta saudável. Estes últimos itens correspondem às expectativas e demandas dos clientes no contexto da pandemia, já que as preocupações giram em torno da saúde e imunidade.

A flyer for 'Agricultura Familiar Delivery' from 'Casa das Trabalhadoras Rurais'. It features a logo of a fingerprint and a photo of a hand holding a basket of vegetables. The text includes contact information: WhatsApp (51) 99814-0163 (Tânia). It lists delivery days as 'ENTREGAS QUARTAS-FEIRAS'. The menu is divided into 'Hortaliças/frutas' (listing various vegetables and prices), 'Industrializados' (listing processed foods like Aipim, Ralado, Mel, Suco, etc.), and 'Queijo colonial, integral e pasteurizado'. It also mentions delivery fees and accepted payment methods (Visa and Master). Social media handles @somasagriculturafamiliar and the UERGS logo are at the bottom.

Figura 3 – Um dos Flyers Modelo de divulgação da Agricultura Familiar *Delivery*
Fonte: Dos autores (2020)

Atualmente, a estratégia *delivery* recebe novos clientes toda semana. A agricultura familiar *delivery* representa, ainda, um mecanismo para valorizar o público-alvo, além de ser um meio para ampliar o conhecimento da população sobre os alimentos produzidos localmente. Nesse sentido, as divulgações expressam conteúdos relacionados à importância de

Além do planejamento e execução da divulgação, a Universidade ainda auxilia os agricultores no planejamento e na organização da logística, desde os pedidos até as entregas. Desde o início, o projeto realiza reuniões mensais com o propósito de planejar e executar coletivamente as ações para a Feira, especialmente projetando atividades para

a evolução do projeto. No ano de 2020, as reuniões passaram a ser desenvolvidas no formato online.

A estratégia “Agricultura Familiar *delivery*” manteve os mesmos canais de divulgação utilizados pela Feira da Agricultura Familiar, tendo em vista captar os consumidores que já eram assíduos e frequentadores da edição presencial. Além da inserção dos *flyers* no grupo do WhatsApp, são utilizados os endereços da Fanpage e do Instagram para o compartilhamento de publicações diárias. São publicados *flyers* dos produtos disponíveis, fotos dos alimentos prontos, dicas de receitas, fotos estimulando a alimentação saudável, à valorização da agricultura familiar e da alimentação local. No ano de 2019 o número de seguidores da Fanpage aumentou de 600 para 2.250. No ano de 2018, o projeto ainda passou a contar com um perfil no Instagram @somosagriculturafamiliar, vinculado à fanpage. No ano de 2020, a conta no Facebook ultrapassou os 3 mil seguidores.

Outro resultado significativo do projeto de extensão corresponde à construção de autonomia dos agricultores quanto à comercialização no formato *delivery*. Inicialmente, houve resistência do grupo de agricultores quanto ao uso das ferramentas digitais para a venda de alimentos. Até final de 2019 os agricultores comercializavam os seus alimentos nas feiras locais, além dos mercados institucionais. É importante ressaltar que o formato de organização das feiras difere do *delivery*. As feiras constituem espaços de interação com os consumidores, onde os agricultores organizam os alimentos e os colocam para exposição em bancas. Já o formato *delivery* há a realização de pedidos prévios, onde os agricultores devem ter um controle sistemático, desde o recebimento até a entrega dos produtos. Nesse sentido, há ações de planejamento com relação aos dados dos clientes, tais como itens, valores, forma de pagamento,

endereço e horário de entrega.

Com os resultados satisfatórios, os agricultores investiram em ações próprias de organização do *delivery*, tais com a criação de grupo no Whatsapp e divulgação dos alimentos, utilizando as suas redes sociais. Nesse sentido, a estratégia começou a estimular outros agricultores familiares do município, desenvolvendo novas iniciativas para a adoção da comercialização neste formato, gerando renda para este público no período da pandemia.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo descrever o projeto de extensão “Agricultura Familiar *Delivery*” executado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em Cachoeira do Sul. A ação foi desenvolvida a partir da problemática de abastecimento de alimentos no contexto da pandemia de Covid-19, tendo em vista oportunizar alternativas de comercialização aos agricultores familiares.

Para a viabilização da aproximação dos agricultores com os consumidores, foram utilizadas as redes sociais como ferramentas de comunicação e divulgação. Dentre os principais resultados, destacam-se: o aumento do número de consumidores, a triplicação dos valores de comercialização, a captação do público jovem, a diversificação dos alimentos oferecidos para a venda, e inovação. Ademais, é pertinente destacar a construção da autonomia dos agricultores sobre o planejamento das vendas, estimulando outros produtores rurais do município a inserir os seus alimentos no formato *delivery*.

Com relação à pesquisa com os consumidores, os dados evidenciaram que há demandas para alimentos não oferecidos para a venda, tais como ovos, leite e embutidos. Nesse sentido,

destacam-se essas oportunidades para investimentos na produção da agricultura familiar, já que o município possui quase 2 mil estabelecimentos e têm potencial para o fortalecimento das agroindústrias rurais.

Devido aos protocolos de recomendação para contenção da transmissão de Covid-19, relacionados ao isolamento e distanciamento social, as estratégias que conectam agricultores e consumidores por meio de plataforma digitais têm se mostrado eficiente. É adequada para responder as expectativas de ambos, garantindo renda aos produtores e segurança na comercialização e no consumo. Ademais, o principal público-alvo do projeto de extensão - a agricultura familiar, por meio da estratégia, tem sido reconhecida e valorizada pela capacidade de abastecimento de alimentos no âmbito local, ao mesmo tempo em que oportuniza visibilidade para a Universidade.

Por fim, a extensão universitária é mais do

que uma forma de transmitir conhecimentos. Ela deve ser entendida como uma forma de construir ações e soluções inovadoras a partir das demandas da sociedade, especialmente respondendo as necessidades do público-alvo. ◀

Referências

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm> Acesso 21 jan. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, DF, 20 mar. 2020.
- COREDE Jacuí Centro. **Planejamento Estratégico Corede Jacuí-Centro**: Desenvolvimento Regional, harmônico e sustentável. Outubro, 2010.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430300>. Acesso em 1 Nov. de 2021.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus>, 2021.
- SCHNEIDER, S., et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos avançados**. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020 Epub, Nov 11, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142020000300167&script=sci_arttext> Acesso 9 mar. 2021.
- VALADARES, A.A.; et al., **Agricultura Familiar e abastecimento alimentar no contexto do covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais**. Brasília: IPEA, 2020. 30 p.
- ZERO HORA. **Produção da Agricultura familiar ganha versão delivery em Cachoeira do Sul**. 22 de março de 2020. Gisele Loeblein. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/gisele-loeblein/noticia/2020/03/producao-da-agricultura-familiar-ganha-versao-delivery-em-cachoeira-do-sul-ck839ww060io01rxz2ihmrcj.html>> Acesso em 25 mai. 2021.

Uma epidemia na pandemia: a violência de gênero!

Fatiane Nogueira Silveira: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); fatianens@gmail.com
Letícia de Faria Ferreira: Antropologia – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
Tônia Ribeiro: Assistente Social – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
Yandira Alvarez: Centro de Estudios de la Frontera – Universidad de la Republica/ Uruguai (UdelaR)

Introdução

Partindo da premissa do significativo aumento da violência doméstica durante o isolamento social, trabalhamos com ideia de que as atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária têm absoluta

pertinência e relevância não apenas no combate direto – sanitário e médico – mas, também, quando se propõem a discutir e analisar as políticas públicas neste contexto pandêmico que buscaram abranger situações de saúde pública e de direito

cidadão. A forma global como fomos afetados pela Covid-19 elucidou para a maioria das nações a seriedade com que essa doença precisa ser tratada. Assim como percebemos que a ampliação dos casos de violência contra as mulheres ocasionada pelo isolamento social e o confinamento doméstico tornou-se outro grande dilema. O momento pandêmico leva-nos a questionar a efetividade das políticas públicas e a suficiência dos investimentos sociais que os governos e as sociedades vêm fazendo para enfrentar a violência de gênero. Tirar da invisibilidade a violência doméstica através de relatos e espaços de diálogo, de averiguação do aumento de denúncias nas delegacias de polícia e das medidas protetivas efetivadas no período tornou-se uma necessidade para a compreensão do atual momento.

Inicialmente colocamos a hipótese de que o confinamento social contribui com o aumento da violência doméstica e, na sequência, a partir de leituras de pesquisas, reportagens jornalísticas de periódicos especializados e atividades realizadas pelo projeto de extensão podemos constatar que sim, em decorrência do isolamento social e do confinamento domiciliar ocasionado pela pandemia de Covid-19 se multiplicaram os casos de violência doméstica. Ainda, pode-se observar que a pandemia apontou para várias crises na saúde pública, abrangendo a violência doméstica em nível mundial. A revista eletrônica Consultor Jurídico (ConJur)¹ assinalou que já nos meses iniciais da pandemia um outro fator de saúde pública para além do vírus começa a ser notado: os índices de violência doméstica, que no Brasil já podem ser constatados desde os primeiros meses de confinamento domiciliar. O Ministério Público de São Paulo, por intermédio do Núcleo de Gênero e do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCrim), constatou aumento de 29% dos pedidos de medidas protetivas de urgência e de 51,4% das prisões em flagrante em razão de

violência contra a mulher entre os meses de fevereiro e março de 2020.²

Entendemos que mesmo as medidas não diretamente voltadas para o vírus merecem atenção, posto que precisam ser levadas em conta quando pretendemos pensar políticas públicas transversais, que operam no combate às mortes e as situações de vulnerabilidade intensificadas na pandemia. Chamamos atenção para o artigo do periódico Open Democracy³ que assinala para o alerta dado pela Organização das Nações Unidas – ONU sobre a chamada “*pandemia silenciosa*” (expressão que inspirou o título de nosso texto), que atingiu todo o Brasil, na segunda metade de março, dado que juízes especializados em violência de gênero estimam que tais casos dobraram.

Devido a pandemia de Coronavírus e o fechamento das escolas, o Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem tem demonstrado que outros canais para denúncia da violência doméstica contra crianças e adolescentes precisam ser abertos e efetivados, conforme diz Márcia Andréa Bonifácio, chefe de uma equipe de psicólogos e psicopedagogos da Prefeitura Municipal de São Paulo.⁴

Dentro do exposto, o presente artigo exprime outros aspectos que implicam na saúde pública e decorrem das medidas protetivas adotadas visando o enfrentamento ao novo Coronavírus. A violência doméstica atinge pessoas de todas classes socioeconômicas, de todos grupos

1. O artigo completo com a pesquisa pode ser encontrado em <https://www.conjur.com.br/2020-abr-29/opiniao-confinamento-social-violencia-domestica>

2. A nota do MP-SP pode ser lida em Nota Técnica. MPSP. RAI0 X da violência doméstica durante o confinamento. Um retrato de São Paulo. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/I/PORTAL.wwwpob_page.show?_docname=2659985.PDF. Acesso em: 15.04.2020.

3. O artigo completo pode ser encontrado em: <https://www.opendemocracy.net/pt/5050/mulheres-negras-brasileiras-contraviolenencia-genero/>

4. Maiores informações em Naiara Galarraga Gortáza, Quatro meninas brasileiras estupradas por hora. Um crime generalizado e silenciado. (<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-18/quatro-meninas-brasileiras-estupradas-por-hora-um-crime-generalizado-e-silenciado.html>)

étnico-raciais, de diversas orientações sexuais e religiosidades, entretanto, não são poucas as pesquisas que revelam que sua incidência é ainda maior nas comunidades negras e, em meio aos grupos marginalizados. Elementos como instabilidade econômica, moradia precária e insegura, falta de acesso à escola, creches e apoio social majoram o risco de violência doméstica. Entende-se que as evidências sociais, econômicas e étnico-raciais vêm revelando um cenário de disparidades de gênero já conhecido no país, entretanto, aprofundado com a pandemia, mostra abismos sociais, desigualdades econômicas e racismos estruturais. Operarmos com o conceito de que “violência contra mulheres se constitui em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física”, conforme consta no Plano de Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Como escrevem PEREIRA, Bruna e AGUILAR, Macarena⁵, “Mesmo em tempos “normais”, o Brasil é um dos países mais violentos do mundo para mulheres. Em 2018, quase 70% das mulheres mortas no país eram negras, segundo dados do Governo Federal. O racismo estrutural e os estereótipos raciais de gênero exacerbaram essa violência, juntamente com a pobreza e a discriminação, que também afetam desproporcionalmente as mulheres negras. No entanto, observamos que o expressivo aumento de casos de violência de gênero no atual contexto de resguardo e confinamento no espaço doméstico revela que a legislação e as instituições encarregadas do cumprimento da mesma não estão sendo suficientes ou, alcançando, de modo satisfatório, as situações de violência doméstica. Todavia, antes de mais nada é preciso pontuar que as desigualdades

5. Fonte: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_nacional_enfrentamento_a_violencia.pdf

6. In. <https://www.opendemocracy.net/pt/5050/mulheres-negras-brasileiras-contra-violencia-genero/>, maio de 2020.

entre homens e mulheres são históricas e estruturais, conforme afirmam Stuker, Matias & Alencar (2020: 124) “o contexto da pandemia provocada pelo novo coronavírus tem impactado nos casos de VDFM⁷ sem situar que este tipo de crime é baseado no gênero põe em risco sua compreensão mais profunda, além de induzir a percepções que abordam o fenômeno como algo “natural”, motivado simplesmente pelo convívio social entre os envolvidos.” Nesse sentido, a partir de pesquisas de campo que desenvolvemos, podemos afirmar que os órgãos receptores de denúncias não conseguem dar conta de acolher e dar os devidos encaminhamentos devido à crescente incidência da violência de gênero no período pandêmico. Considerando a essencialidade das políticas públicas no enfrentamento à violência de gênero, do papel do Estado e das instituições públicas, entendemos que o desafio de construir canais e espaços por onde esse tema possa ser elucidado, debatido e aprofundado é essencial para a elaboração de ações efetivas de enfrentamento à violência que permitam que se chegue a uma real e abrangente aplicação da Lei Maria da Penha. Trata-se da necessidade de se refletir sobre o universo doméstico, trazê-lo para o espaço público, especialmente quando é nele, no âmbito do privado e do doméstico, que se encontra um alto índice de infração aos direitos humanos. Outro aspecto que é preciso considerar para além da violência majorada durante a pandemia, é o elemento do “cuidado” de que nos fala Débora Diniz em diversos de seus artigos e entrevistas. Se ponderarmos sobre a desigualdade dos impactos econômicos da pandemia terem gênero, não poderíamos deixar de considerar que o isolamento social e, por consequência, o aumento do cuidado com os doentes, com a casa e com a economia doméstica também tem um gênero. Diniz coloca em entrevista para Folha de São Paulo no dia 6/04/2020: “a pandemia tem gênero”. Para tal, podemos agregar: a pandemia silenciosa tem gênero.

7. Violência doméstica e familiar contra mulheres (VDFM).

Políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres durante a pandemia de Coronavírus

A pesquisa que desenvolvemos sobre violência de gênero tem seu campo em uma região fronteiriça, começou em período anterior a pandemia e foi sendo repensada na medida que, em contexto marcado pelo isolamento social, índices crescentes dispararam o alerta. Propriamente, o campo de atuação do projeto de extensão abrange o município de Jaguarão e a cidade vizinha de Rio Branco, no Uruguai. Nesse sentido, a pergunta que nos colocamos é sobre quais foram as políticas públicas desenvolvidas pela prefeitura local, quais são programas estaduais e/ou federais promovidos pelo Estado, tanto no Brasil quanto no Uruguai, que foram de fato implementados e que puderam ajudar a essas mulheres? Partindo de um entendimento que não temos uma “categoria mulher” homogênea, que as situações de enfrentamento à pandemia - home office, acesso às medidas sanitárias e de condições de moradia para o isolamento social são bastante heterogêneas.

No Uruguai, em 2017, foi promulgada a Lei 19.580 - sobre Violência contra a Mulher de Gênero. Conforme afirma seu artigo 1º, esta regulamentação nacional visa garantir o gozo efetivo do direito da mulher a uma vida livre da violência de gênero. Inclui mulheres de todas as idades, mulheres trans, de orientações sexuais diversas, nível socioeconômico, pertença territorial, crença, origem cultural e étnico-racial ou deficiência, sem qualquer distinção ou discriminação. São estabelecidos mecanismos, medidas e políticas abrangentes de prevenção, cuidado, proteção, punição e reparação. No entanto, esta lei não tem conseguido ser implementada em todos os seus termos, uma vez que a sua promulgação não foi acompanhada dos recursos orçamentais necessários. No início de 2020, coincidindo com o início da emergência sanitária, no Uruguai ocorreu uma mudança na liderança do governo nacional. Embora as mais altas autoridades do

novo governo tenham cometido uma luta frontal contra a violência contra as mulheres, o atual orçamento de cinco anos não reflete essa vontade política. De acordo com uma notícia no jornal “La Diaria”⁸, o governo e o Judiciário decidiram adiar a implementação total da Lei 19.580 para 2024. Isso implica, entre outras coisas, colocar em espera a criação de mais tribunais especializados em violência de gênero. O texto do projeto revela que, de fato, o orçamento não prevê os recursos para a implementação da lei. No Uruguai, de acordo com a Segunda Pesquisa Nacional de Prevalência de Violência de Gênero e Geração (2019), 76,7% das mulheres, maiores de 15 anos, que vivem em território uruguaio, afirmam ter sofrido algum tipo de violência ao longo de sua vida. Isso implica que, no Uruguai, 8 em cada 10 mulheres já tiveram esse tipo de experiência. Da mesma forma, ao considerar as múltiplas vulnerabilidades sofridas pelas mulheres, a pesquisa revela uma maior prevalência de violência em mulheres negras e mulheres não heterossexuais.

Outra das conclusões deste estudo é que, em alto percentual, as mulheres que reconheceram ter vivenciado situações de violência não realizaram nenhum tipo de ação, o que mostra a necessidade de desnaturalizar a violência por meio de processos de conscientização sobre essa questão. A nova dinâmica cotidiana e as crescentes tensões intrafamiliares impostas pela crise sanitária e social que hoje se vive em decorrência da pandemia de Covid-19, colocam mulheres e meninas em maior risco de sofrer violência, principalmente dentro de casa. Da mesma forma, as medidas de confinamento limitam as vítimas em suas possibilidades de pedir ajuda, uma vez que as oportunidades de sair de suas casas são reduzidas, aumentando o controle dos perpetradores.

O Uruguai foi um dos países que não adotou o confinamento obrigatório como uma das medidas

8. La Diaria - 1º de setiembre - 2020 - (<https://ladiaria.com.uy/feminismos/articulo/2020/9/el-presupuesto-no-contempla-mas-recursos-para-la-implementacion-de-la-ley-integral-de-violencia-basada-en-genero/>)

de contenção do coronavírus. No entanto, durante os primeiros meses da pandemia, as ligações para a linha 0800 4141 dispararam. De fato, desde o início da emergência sanitária, esta linha direta de aconselhamento e orientação para mulheres vítimas de violência atendeu em média 75 ligações por dia, o que representa um fenômeno repetido na análise de como a violência de gênero tem se comportado no contexto de uma pandemia: a casa deixa de ser um local seguro e passa a ser a principal ameaça às mulheres, que, na companhia de seus agressores, ficam prejudicadas na capacidade de ter contato com o mundo exterior e buscar alternativas para escapar da violência. Neste contexto, os esforços para ampliar as redes de contenção para que cada vez mais pessoas tenham um olhar atento e empático, que lhes permita reconhecer a violência e agir em conformidade, ouvindo e acompanhando as vítimas para que possam encontrar caminhos que possibilitem sair da situação de violência.

No Brasil, dentre as atividades do projeto de extensão, observamos algumas iniciativas movidas pelo poder público, tanto estadual quanto municipal, algumas iniciadas anteriormente à pandemia, e sua eficácia e abrangência no enfrentamento da violência doméstica. Podemos elencar três iniciativas que foram implementadas e que conseguimos, dentro do contexto pandêmico, observar e fazer a análise abaixo.

Iniciamos a pesquisa de campo fazendo contato com um soldado do Batalhão da Brigada Militar que nos relatou sobre o movimento denominado Patrulha Maria da Penha que ocorre no município sob responsabilidade de uma colega, uma policial. A ideia de pesquisar sobre a atuação da Patrulha Maria da Penha foi suscitada durante um encontro do grupo do projeto de extensão, com o intuito de nos dotar de informações pertinentes sobre a efetivação da política de combate à violência de gênero. Conforme relatou, atualmente a Brigada deve atender um ou dois casos de solicitações do poder judiciário para acompanhamento da Patrulha em casos de risco

à vida de mulheres que denunciaram situações de violência doméstica. A Brigada Militar, portanto, opera a partir de notificação judicial para acompanhamento da vítima e monitoramento de descumprimento de medida protetiva por parte do agressor. Esse trabalho até então não era feito articulado com o poder público municipal no que se refere ao sistema de proteção social da política de assistência social. Em Jaguarão, o departamento de referência ao atendimento das mulheres vítimas de violência é a Sala Lilás, localizada no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). No dia 9 de maio de 2021 realizamos uma entrevista com a policial responsável pela parte administrativa da Patrulha Maria da Penha na cidade de Jaguarão/RS. Conforme descreveu, o seu papel é organizar os dados quantitativos referentes às visitas realizadas às mulheres em situação de violência doméstica e manter contato com o poder judiciário, órgão que solicita o acompanhamento da Patrulha Maria da Penha em alguns casos específicos e mais graves. Segundo a agente, anteriormente a esse processo era preciso atuar de forma ostensiva e apenas encaminhar as mulheres nessa situação para o registro na polícia civil. Ao ser questionada sobre a atividade ser realizada apenas por homens, a policial diz que não vê problema nenhum nesse sentido, mas acredita que as mulheres sentiriam-se mais à vontade sendo atendidas por outra mulher. Ainda, coloca também que há uma grande desistência no número de denúncias, pois as mulheres dependem financeiramente dos maridos e não teriam como sustentar os filhos caso houvesse uma separação.

Em Jaguarão, a Patrulha foi estabelecida em 1º de abril de 2020 e atua de forma preventiva e repressiva. O patrulhamento é realizado, através de solicitação por ordem judicial, de forma ostensiva e deve ser aceito ou solicitado pela mulher em situação de violência doméstica, enfatiza a policial em entrevista realizada via WhatsApp dentro das circunstâncias de pandemia. Quando acontece a violência, o casal é encaminhado juntamente para a polícia civil para o registro, caso a mulher

esteja sozinha, deve passar no pronto socorro local para realizar o corpo de delito. Ainda dentre as políticas públicas que visam detectar situações de violência doméstica durante a pandemia, constatamos que a cidade participa do projeto chamado de “Máscara Roxa”. Sancionada em agosto de 2020 pelo Governador Eduardo Leite e de autoria do deputado Edegar Pretto, a lei é relativa à violência doméstica na pandemia. Ela determina que atendentes de farmácia, comércio e prestadores de serviço podem receber denúncias das vítimas acenando para o atendente com um X na mão ou no caso da farmácia, pedindo para comprar uma máscara roxa⁹. Segundo a proprietária da Farmácia Agafarma, a instituição recebeu cartazes e instruções via e-mail para fazer o atendimento. As funcionárias do estabelecimento, após a sinalização das denunciante, registram os dados da mulher com cuidado e discrição e logo após fazem a queixa na Brigada Militar. A proprietária enfatiza que houveram duas denúncias até o momento, porém, no final do dia, as mulheres voltaram no local pedindo para retirar a denúncia contra o agressor, sem maiores explicações.

Averiguamos ainda, a atuação na cidade da Frente Parlamentar de Homens (Projeto de Lei Pluripartidário 9/21) pelo Fim da Violência contra a mulher. A frente está sendo implementada e contará com a participação de três parlamentares homens, no mínimo. Segundo o site da Câmara de Vereadores de Jaguarão, essa Frente terá a função de planejar, organizar ações de combate à violência contra a mulher, além de participar em eventos relativos a essa temática. Jaguarão conta também com a lei 7/2021¹⁰ que reserva vagas em programas habitacionais para mulheres em situação de violência doméstica mediante comprovação de existência de ação penal por Maria da Penha e um laudo de uma

9. Informações do site: <https://estado.rs.gov.br/governador-sanciona-leis-que-criam-programa-veiculo-legal-e-o-projeto-mascara-roxa>

10. O projeto de lei é de autoria do vereador Ricardo Pereira (MDB) e abrange também pessoas portadoras de deficiência.

assistente social de algum programa do município da rede de proteção à mulher.

Atividades do Projeto de Extensão

Desde o ano de 2017, desenvolvemos junto com pesquisadoras da Universidad de La República – UDELAR um projeto de pesquisa sobre violência de gênero na fronteira Brasil/Uruguai. Pesquisamos as políticas públicas implementadas na fronteira sul, entre Uruguai e Brasil, mais especificamente nas cidades de Rio Branco/UY e Jaguarão/BR, e a efetividade dessas políticas, sua existência real na garantia da vigência da legislação e dos direitos das mulheres. Dentro dessa preocupação, elaboramos o projeto de extensão durante a pandemia, pois compreendemos a extensão como prática acadêmica que visa interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com a comunidade, assim, buscamos implementar estratégias e ações junto à comunidade externa, especialmente com as mulheres, com o objetivo de ampliar as interseccionalidades entre o meio acadêmico e a sociedade acerca da violência de gênero, da construção social da opressão feminina e debater acerca das práticas cotidianas e domésticas, em busca da conscientização sobre a desigualdade de gênero e raça, e das ações possíveis e necessárias para sobrepujar a violência contra as mulheres.

As atividades desenvolvidas pela equipe do projeto **Violência De Gênero, Pandemia de Coronavírus e Políticas** durante o mês de março de 2021 que trataram e promoveram o debate e a análise do aumento da violência no contexto pandêmico junto à comunidade acadêmica e externa. O mês de março de 2021 foi de intensas atividades relacionadas ao dia 8 (oito), dia reconhecido como sendo da Mulher. O projeto não se limitou a realizar eventos apenas nesse dia, estendemos durante todo o mês um conjunto de ações para tratar da temática orientadora das atividades de extensão propostas. Conseguimos reunir as atividades de pesquisa de professoras, servidoras técnico-administrativas, discentes e comunidade



Figura 1 - Roda de conversa: Diálogos sobre o enfrentamento da Violência de Gênero na pandemia

Fonte: Criação da equipe do projeto de extensão Violência de Gênero, Pandemia de Coronavírus e Políticas Públicas" UNIPAMPA/ Campus Jaguarão/RS.



Figura 2 - Palestra: O papel dos homens pelo fim da violência contra as mulheres

Fonte: Criação da equipe do projeto de extensão Violência de Gênero, Pandemia de Coronavírus e Políticas Públicas" UNIPAMPA/ Campus Jaguarão/RS.

tratar de temas que incluem a história dos movimentos feministas, a atuação do judiciário no combate à violência de gênero, debatemos as masculinidades e o papel dos homens no combate à violência de gênero. As atividades parciais realizadas foram as seguintes: - **Roda de conversa:** Diálogos sobre o enfrentamento da Violência de Gênero na pandemia. Realizada no dia **08**

de março de 2021, às 19hs através da plataforma Google Meet. Considerando o perfil do evento, ocorreram participações diversas, contando com falas de mulheres vinculadas à Unipampa e a

externa envolvidas no projeto, especialmente do grupo *Mujeres de Frontera* e do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Políticas Sociais, Cidadania e Serviço Social - PSCISS/ UCpel para



Figura 3 - Conferências: Violência de Gênero sob a perspectiva do poder judiciário

Fonte: Criação da equipe do projeto de extensão Violência de Gênero, Pandemia de Coronavírus e Políticas Públicas" UNIPAMPA/ Campus Jaguarão/RS

e representantes de coletivos feministas. No evento as participantes tiveram a possibilidade de compartilhar as suas vivências e as mudanças ocorridas em suas vidas durante o trabalho em casa. Foram relatos dos inúmeros desafios trazidos pelo home office, esse constante exercício para conciliar trabalho profis-

sional, com afazeres domésticos, com cuidados com os outros - idosos, filhos, etc, dentro de uma dinâmica de compartilhamento de histórias de vida, acolhimento, empatia e, ainda, visando oportunizou às partícipes a construção e/ou o aprofundamento de uma visão crítica sobre a assimetria de gênero na sociedade brasileira e uruguaia (FIGURA 4).

Considerações finais

As pesquisadoras do projeto de pesquisa Violência de Gênero foram instigadas a pensar um projeto de extensão para tratar da epidemia de violência de gênero decorrente do isolamento social. Relatos, constatações e a leitura de reportagens que traziam dados como este "Você não pode se esconder atrás da Covid-19! Estamos de olho e chamaremos a polícia" foram o estopim para concluirmos que não havia apenas uma pandemia, mas que decorrente da busca por evitar o alastramento de outras formas de morte e adoecimento estavam ocorrendo. Buscamos, mesmo estando cada uma de nós em home office, pelos dados da violência de gênero - seu

Universidad de La República - Udelar, além de outras instituições, movimentos sociais, grupos de atuação e de pesquisa; (FIGURA 1). - **Palestra:** *O papel dos homens pelo fim da violência contra as mulheres*. Realizada no dia **10 de março de 2021**, às 19hs. A palestra foi proferida pelo psicólogo e pesquisador uruguaio Gonzalo Carbajal Barboz. O evento contava em sua programação com a presença do deputado estadual Adão Pretto, mas que no último momento não pode participar por compromissos de trabalho. A palestra contou com um público diverso que pode assistir pelo Facebook ou pelo Youtube, usando o chat dos canais para interagir (FIGURA 2). - **Conferências:** *Violência de Gênero sob a perspectiva do poder judiciário*. Realizada no dia 17 de março de 2021, às 10hs. A mediação do evento contou com a participação de Fátiane Silveira, doutoranda pela UCpel e integrante do *Mujeres de Frontera* (FIGURA 3). - **Roda de conversa:** *Mulheres em home office - multiplicando jornadas*. Realizada no dia **13 de maio de 2021**, às 17h30min através da plataforma Google Meet. Reuniram-se mulheres trabalhadoras do Brasil/Uruguai



Figura 4 - Roda de conversa: Mulheres em home office - multiplicando jornadas

Fonte: Criação da equipe do projeto de extensão Violência de Gênero, Pandemia de Coronavírus e Políticas Públicas" UNIPAMPA/ Campus Jaguarão/RS.

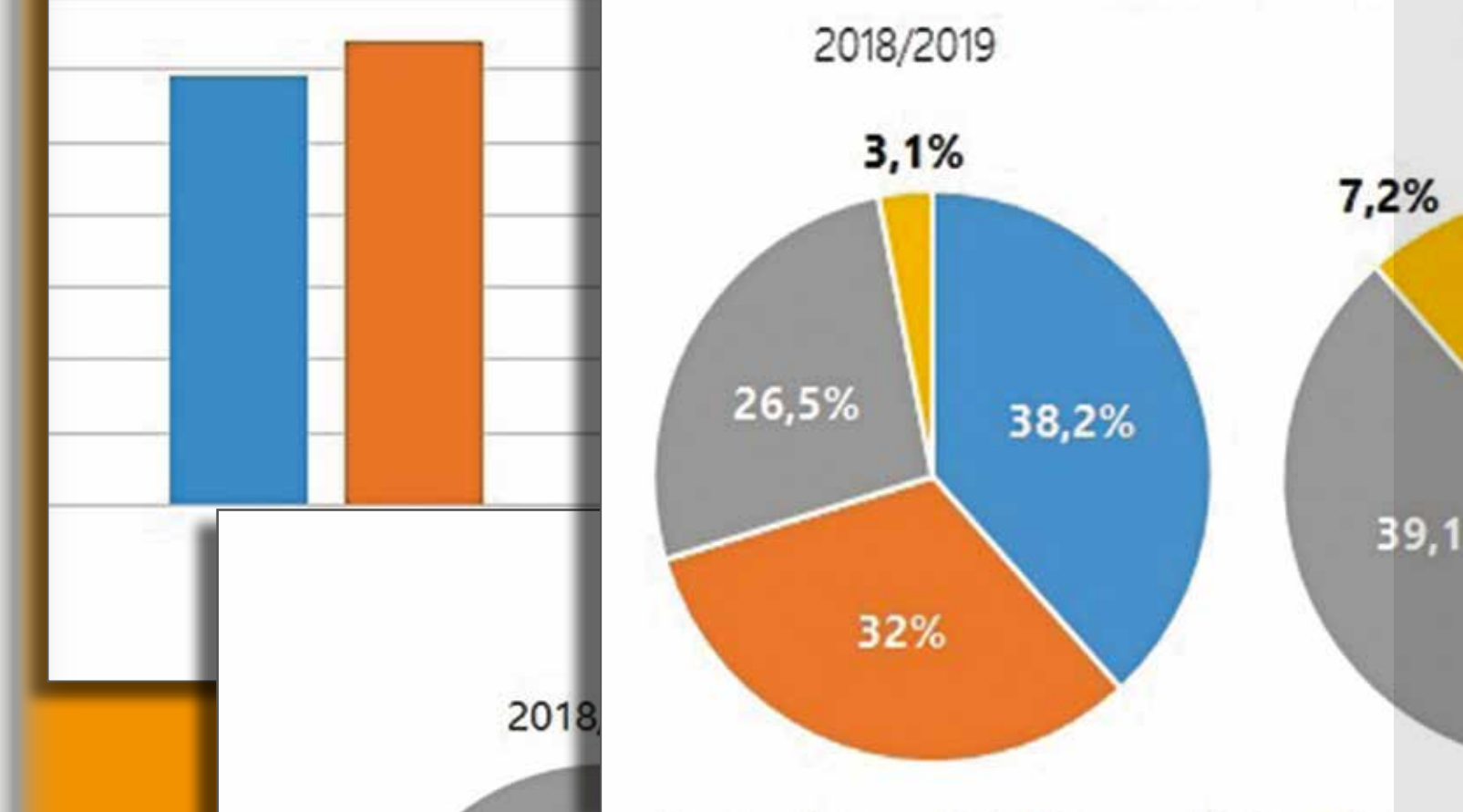
A emancipação feminina ainda tem uma longa e necessária jornada pela frente, disso não temos dúvidas. A rotina de múlti-

plas atividades não é prerrogativa da pandemia no cotidiano das mulheres, mas sem dúvidas que com o acirramento do desemprego, muitas tiveram que se virar para dar conta do sustento familiar, dos filhos e dos afazeres domésticos. Sabemos que também não é novidade a opressão e a violência doméstica, assim como, os papéis sociais de homens e mulheres sempre aprofundaram as desigualdades no mercado de trabalho, mas observamos que tudo foi redimensionado na pandemia, que, inclusive, redimensionou, conforme cada particularidade, a vida de cada uma e de todas. ◀

aumento ou não - em nosso campo de atuação, e fomos atrás das políticas estatais implementadas. Concluímos que vivemos uma epidemia de casos de violência doméstica, pois não houve apenas aumento da mesma durante o período pandêmico, mas, ainda observamos a subnotificação dos casos, aliado a isso uma ausência de estruturas públicas capazes de dar encaminhamento e aporte para as vítimas de violência, como abrigos e garantia de modos de sobrevivência para que não precisassem recorrer, para seu sustento e dos filhos, ao agressor.

Referências

- DINIZ, Débora. Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga. In. www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/04/mundo-pos-pandemia-tera-valores-feministas-no-vocabulario-comum-diz-antropologa-debora-diniz.shtml (acessado em abril de 2020)
- GLOBO, O. Casos de violência doméstica no RJ crescem 50% durante confinamento. (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/23/casos-de-violencia-domestica-norj-crescem-50percent-durante-confinamento.ghtml>). (acessado em março de 2020).
- GORTÁZA, Naiara Galarraga. Quatro meninas brasileiras estupradas por hora. Um crime generalizado e silenciado. In. <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-18/quatro-meninas-brasileiras-estupradas-por-hora-um-crime-generalizado-e-silenciado.html>. (acessado em maio de 2021).
- PEREIRA, Bruna e AGUILAR, Macarena. Mulheres negras brasileiras agem com coragem contra a violência de gênero. In. <https://www.opendemocracy.net/pt/5050/mulheres-negras-brasileiras-contraviolencia-genero/>, (acessado em maio de 2020).
- Stuker, Matias & Alencar. Políticas Públicas à violência doméstica em tempos da pandemia. In. *O Público e o Privado* • nº 37 • set/dez • 2020.



Assessoria jurídica universitária em tempos de pandemia: reflexões acerca dos atendimentos realizados pelo Grupo G1 SAJU UFRGS

Jéssica Becker Moraes: Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) - UFRGS; adv.jessicabecker@gmail.com

Natália Kochenborger Haack: Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) - UFRGS

Robeilton Andrade Lima: Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) - UFRGS

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020, em Genebra, Suíça, declarou que a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, é agora caracterizada como uma

pandemia (OPAS, 2020, web).

A partir dessa declaração, a questão a ser encarada diz respeito a uma pandemia, fenômeno multifacetado e causado por um agente

patogênico em constante mutação. A crise do coronavírus gerou a paralisação, por questões sanitárias e de saúde pública, de significativa parcela das atividades produtivas no país e no mundo.

A pandemia impôs uma série de restrições à circulação de pessoas e também o distanciamento social, o que vem a expor, de maneira acentuada, uma das fragilidades da Justiça: o seu acesso pelos mais pobres. A dificuldade desse alcance à Justiça impede que pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social possam ter seus direitos assegurados e ratifica, ainda mais, a desigualdade.

De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo (UOL, 2019, web). Os dados do relatório são de 2017 e, consequentemente, não refletem o impacto da pandemia na economia, que deve agravar ainda mais esse cenário.

Em se tratando de desigualdade social, vários e nefastos são os seus efeitos. Em um país no qual uma expressiva parcela da população desconhece muitos de seus direitos mais básicos, quando não os ignoram, não têm condições de exercê-los. Um deles, já citado, é a dificuldade de acesso ao Poder Judiciário.

Apesar de não ser tão conhecida por parte da população, a assistência jurídica integral e gratuita é consagrada como um direito fundamental e está disposta na Constituição Federal, no artigo 5º, inciso LXXIV, *in verbis*: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (BRASIL, 1988).

Contudo, a concretização desse direito esbarra em diversos obstáculos à sua efetivação. Em especial, a vulnerabilidade econômica como sendo um dos aspectos a afastar e/ou inviabilizar o acesso à jurisdição. Isso, consequentemente, resulta em relevante empecilho ao pleno exercício da

cidadania.

O acesso ao Direito e à Justiça se refere, de acordo com Cappelletti (1978 apud DUARTE, 2007, p. 3), a dois objetivos essenciais do sistema jurídico e judiciário. O primeiro se refere à acessibilidade deste sistema por todos os cidadãos, independentemente da sua classe social, sexo, raça, etnia, religião e orientação sexual. A ninguém deve ser negado o pedido de justiça. O segundo objetivo é que o sistema venha a permitir que sejam alcançados resultados individual e socialmente justos.

O acesso à Justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos Direitos Humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar, os direitos de todos na concepção de um Estado democrático de direito preconizado por nossa Constituição Federal.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desde 1950, o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) presta atendimento jurídico à população hipossuficiente, efetivando os direitos positivados por meio da orientação jurídica, ajuizamento de ações e encaminhamento a outros serviços da rede pública. Atualmente, atuam neste serviço entre 300 e 400 pessoas, estudantes e profissionais de diversos cursos e universidades. As áreas abrangidas são as mais diversas, divididas em 19 grupos temáticos.

Por sua vez, o Grupo 1 (G1) do SAJU/UFRGS atua precipuamente em causas de natureza cível, previdenciária e trabalhista. Antes da pandemia, os atendimentos ocorriam nas quintas-feiras à noite, ocasião em que os assistidos, ao chegarem com horário marcado, eram recepcionados por um integrante do próprio Grupo. De início, recebiam uma ficha de cadastro, a qual deveria ser preenchida enquanto aguardavam a chamada para o atendimento feito por ordem de chegada.

Um diferencial do G1 eram os atendimentos pelo grande grupo, composto por aproximadamente

25 membros, entre estudantes e advogados voluntários. Neste formato, conseguiam-se concretizar dois dos pilares que formam o Programa de Extensão SAJU, quais sejam o protagonismo estudantil e a horizontalidade, já que todos tinham a oportunidade de contribuir com a resolução do caso, além de fomentar o aprendizado coletivo. No acompanhamento, dois membros do Grupo seguiam em contato com o assistido se houvesse necessidade de ajuizamento de ação ou requerimentos extrajudiciais. Também, o Grupo é orientado por um docente da UFRGS que está à disposição para dirimir dúvidas dos integrantes.

Com o advento da pandemia da Covid-19 e a interrupção das atividades presenciais na Universidade, o G1 passou a utilizar meios virtuais para o contato com os assistidos, como o WhatsApp e o Google Meet, com equipe reduzida. Contudo, a fim de que não fosse perdida a essência e o diferencial do Grupo, é realizada uma reunião semanal através da plataforma Mconf, disponibilizada pela própria Universidade, para exame e discussão coletiva dos casos.

O fluxo de atendimento, antes iniciado por telefone ou presencialmente pelo assistido via secretaria do SAJU, passou a necessitar do intermédio virtual, por e-mail ou por mensagem no Facebook da instituição. Em 2021, o SAJU implementou um formulário de solicitação de atendimento reunindo os pedidos em via única, mas ainda sem dispensar o acesso à internet.

O Grupo G1, conforme já referido, realiza atendimentos nas áreas cível, previdenciária e trabalhista, mas todos os demais casos podem ser analisados no processo de triagem objetivando avaliar eventuais acréscimos à aprendizagem. O atendimento na área do Direito Civil envolve especialmente direitos reais, usucapiões, defesa do consumidor e direito de família e das sucessões, pensões alimentícias, execuções de pensões e inventários e partilhas. No Previdenciário, são corriqueiras as demandas de benefício de prestação continuada (BPC),

aposentadorias, auxílio-doença, pensão por morte e salário-maternidade e, neste momento, auxílio emergencial. No Direito do Trabalho, a maior ocorrência de demandas está nas ações de dispensa imotivada, reconhecimento do vínculo trabalhista, recolhimento do fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) e pagamento de horas extraordinárias.

Também foram realizadas orientações jurídicas nas quais o atendimento ao assistido findou com o esclarecimento de direitos e obrigações e com a indicação de procedimentos a serem tomados, demandas que restaram conclusas tão somente por meio de solução extrajudicial e de algumas conciliações.

O presente estudo fará uma reflexão a respeito do impacto da pandemia nos atendimentos do Grupo 1 do SAJU/UFRGS, transferidos para a modalidade virtual por conta do isolamento social necessário à prevenção diante da Covid-19 no que se refere ao estabelecimento de novos modelos de atendimento.

Metodologia

A metodologia é descritiva e qualitativa, utilizando o método hipotético-dedutivo, por meio de revisão bibliográfica de acordo com Gil (2006, p. 46). Os dados foram obtidos mediante pesquisas bibliográficas em artigos jurídicos da área, em teses e livros, assim como em coletas de dados primários dos atendimentos realizados no G1.

Como parâmetro comparativo para verificar a mudança do perfil dos atendimentos a partir da imperatividade do uso exclusivo do meio virtual, foram utilizados os dados publicados nos anais do evento Encontro Nacional de Estudantes de Direito (MORAES e GUERRA, 2019), coletados entre janeiro de 2018 e junho de 2019, a partir das fichas de triagem do Grupo. Manteve-se a classificação proposta pelas autoras: por temática (previdenciário/trabalhista/cível/outros), acrescentando a divisão “auxílio emergencial”;

por solução jurídica (ajuizamento/tratativa extrajudicial/orientação) e por resultado (ajuizado/resolvido extrajudicialmente/encerrado por orientação/interrompido).

Os dados relativos aos anos de 2020/2021 foram retirados de uma tabela de acompanhamento de casos alimentada pelos integrantes do Grupo a cada novo caso atendido.

Resultados e Discussão

Entre janeiro de 2018 e 20 de junho de 2019 (18 meses), foram atendidas 118 pessoas com casos novos no Grupo 1 do SAJU, perfazendo um total de 128 demandas - alguns assistidos trouxeram mais de um problema jurídico. No comparativo com o período de pandemia, entre março de 2020 e 29 de maio de 2021 (15 meses), assomaram ao Grupo 58 pessoas, concretizando 69 questões para análise.



Figura 1 – Total de assistidos e demandas no período de janeiro de 2018 a julho de 2019, em comparação com o período de março de 2020 a maio de 2021

Fonte: elaborado pelos autores

Os dados apresentados indicam que a quantidade de atendimentos realizados pelo Grupo no período da pandemia diminuiu significativamente. Em 2018/2019, teve-se uma média de 6,5

pessoas por mês em comparação com a média de 3,8 atendimentos remotos mensais no período da pandemia.

Essa diminuição pode estar relacionada à adoção de vias de comunicação digital para a solicitação do atendimento. O isolamento social impôs a suspensão dos atendimentos presenciais, colocando como única alternativa viável o uso de ferramentas digitais, fator que restringe o público-alvo do G1/SAJU.

A desigualdade digital é um fator importante para se pensar nessa queda de atendimentos. Cerca de 70 milhões de brasileiros têm acesso precário à internet ou não têm nenhum acesso. Além disso, mais de 42 milhões de pessoas nunca acessaram a rede. Dos cidadãos das classes D e E já conectados, 85% utilizam a internet só pelo celular e com pacotes limitados (SOPRANA, 2020, web). E isso sem falar na questão da educação digital,

que impede, por desconhecimento ou receio das novas tecnologias, o acesso a serviços e informações fora do meio analógico.

Mesmo ciente dessa realidade e buscando de alguma forma a cooptação do assistido, o Grupo iniciou, em 2021, um perfil no Instagram¹ com postagens sobre temas relevantes relacionados à

demanda de atendimentos do grupo. Para tanto, foi criada uma Comissão que elabora o plano de comunicação e o design das redes sociais. A cada mês, são tratados três novos assuntos pertinentes à temática do grupo. A título de exemplo, abordaram-se temas de Direito Trabalhista como a redução salarial e a suspensão do contrato de

1. Encontrado na plataforma Instagram pelo nome @g1saju.

trabalho durante a pandemia, os tipos de dispensa e os direitos dos empregados domésticos. Além destes, foi criada uma série de posts chamada “mês tem cor” que consiste em explicar as campanhas do Governo, em especial as do Ministério da Saúde, nas quais uma cor é vinculada a um mês para fins de conscientização no combate a doenças e problemas na sociedade. Ainda, a Comissão é responsável pelas interações mais corriqueiras e diárias das redes sociais, que se tornaram também um meio de dialogar com o público em geral sobre assuntos jurídicos.

Essa experiência inovadora para todos os envolvidos começou com algumas dúvidas não só no tocante às ferramentas tecnológicas adequadas para sua implementação, mas também quanto aos procedimentos, que logo foram dissipadas na medida em que se constatava o êxito da iniciativa, comprovada por um crescente número de seguidores.

No tocante às demandas, os números são significativos na comparação entre os dois períodos

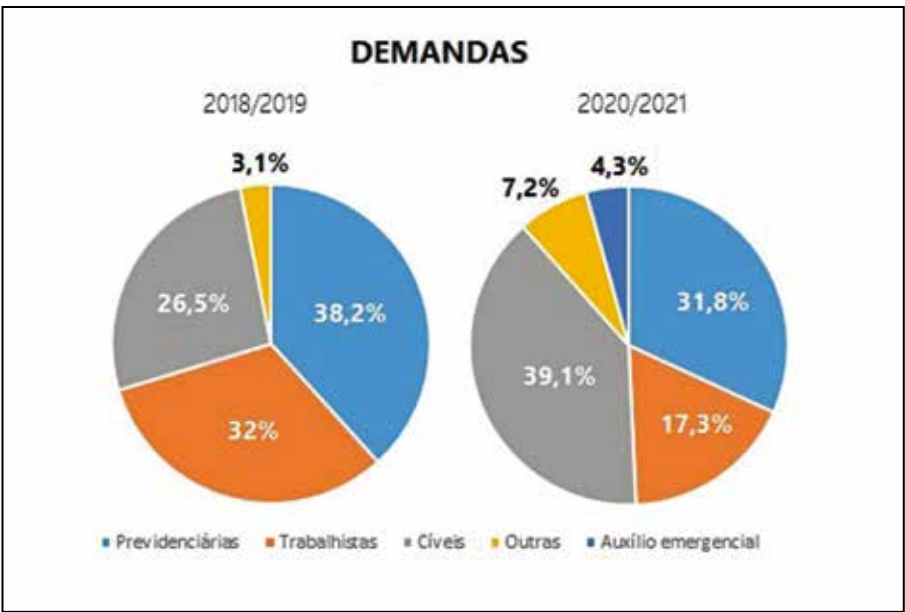


Figura 2 – Demanda dos atendimentos efetuados no período de janeiro de 2018 a julho de 2019, em comparação com o período de março de 2020 a maio de 2021

Fonte: elaborado pelos autores

analisados. No levantamento de 2018/2019, 49 foram previdenciários (38,2%); 41 trabalhistas (32%); 34 cíveis (26,5%) e 4 relativos a outras temáticas (3,1%). Já em 2020 e 2021, foram 22 casos de previdenciário (31,8%), 12 de trabalhista (17,3%), 27 de cível (39,1%), 5 envolvendo outras temáticas (7,2%) e 3 casos de auxílio emergencial (4,3%).

Nota-se uma acentuada queda na procura de demandas trabalhistas, o que, aparentemente, contrasta com o cenário de crise econômica e fechamento de empresas. Analisando o cenário das relações de trabalho, Antunes (2020) ressaltou que elas já estavam atravessadas pelos fenômenos da terceirização, da informalidade e da flexibilidade, o que se intensificou em um contexto de pandemia, especialmente para aqueles trabalhadores que já se encontravam vulneráveis por sua raça, gênero ou origem.

Há indícios, portanto, que a diminuição dos atendimentos trabalhistas no período de 2020/2021 têm relação com a retirada de direitos dos traba-

lhadores, o que esvazia a demanda por tutela judicial. A hipótese merece ser melhor investigada em estudos posteriores.

Sobre o encaminhamento dado durante os atendimentos, tivemos que em 2018/2019, 58 casos tratavam de direitos e obrigações e/ou de pessoas orientadas sobre procedimentos a serem tomados (45,8%); em 45 atendimentos vislumbrou-se a necessidade de ajuizamento de ação judicial ou a defesa em ação já ajuizada (35,1%) e em 25 atendimentos, tentou-se inicialmente a solução extrajudicial (19,5%). Já em 2020/2021, em 33 dos casos foi oferecida

zamento de ação judicial ou a defesa em ação já ajuizada (35,1%) e em 25 atendimentos, tentou-se inicialmente a solução extrajudicial (19,5%). Já em 2020/2021, em 33 dos casos foi oferecida

orientação jurídica (47,8%), em 27 das vezes foi indicada a via judicial (39,1%) e em 9 casos buscou-se a solução extrajudicial (13,04%).

Em 2020/2021, 24 situações tiveram desfecho na via judicial (34,7%); 10 casos seguiram a solução extrajudicial indicada (14,4%); 10 atendimentos foram concluídos somente com orientação (14,4%); e 25 pessoas interromperam o atendimento (36,2%).

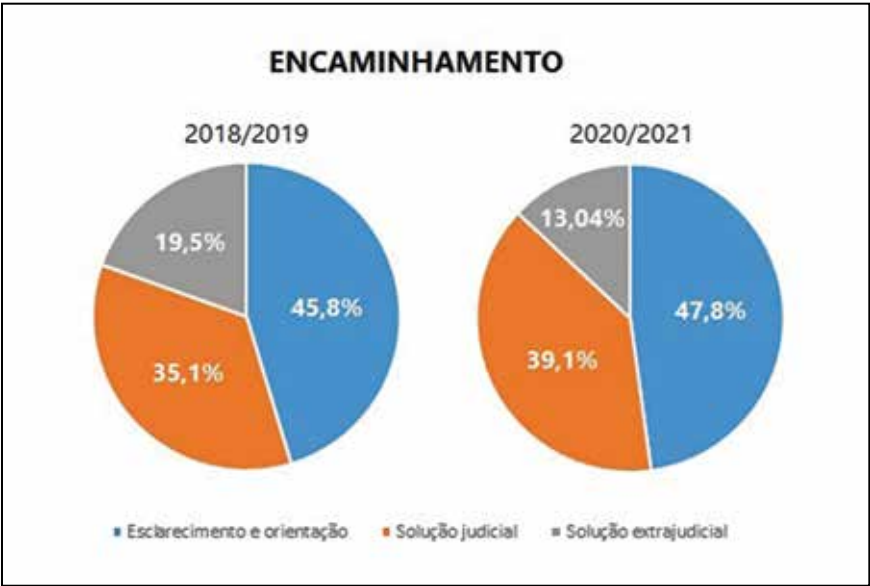


Figura 3 – Encaminhamento dos atendimentos efetuados no período de janeiro de 2018 a julho de 2019, em comparação com o período de março de 2020 a maio de 2021

Fonte: elaborado pelos autores

A imagem comparativa mostra certa constância na resposta inicial vislumbrada pelo Grupo, consolidando as práticas aplicadas nos diversos contextos analisados.

No acompanhamento dos casos, em 2018/2019, 30 situações foram efetivamente levadas à apreciação do Poder Judiciário (23,4%); 21 demandas obtiveram êxito com a solução extrajudicial proposta (16,4%); 36 atendimentos se encerraram apenas com a orientação (28,1%) e 41 pessoas interromperam o atendimento (32%), deixando de trazer documentos para análise ou ajuizamento, contentando-se com a orientação inicial ou não enviando notícias sobre a tentativa de solução extrajudicial.

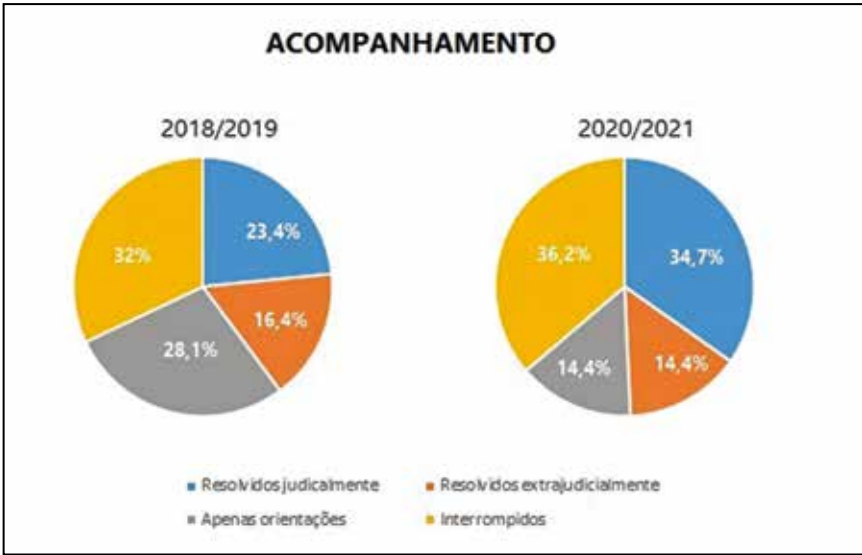


Figura 4 – Acompanhamento dos atendimentos efetuados no período de janeiro de 2018 a julho de 2019, em comparação com o período entre março de 2020 e maio de 2021

Fonte: elaborado pelos autores

No que se refere ao acompanhamento, percebe-se que o percentual de casos resolvidos extrajudicialmente e aqueles interrompidos se manteve equilibradamente estável. Já as orientações reduziram substancialmente, dando espaço para o aumento do ajuizamento de demandas, ou seja, houve a necessidade de mais intervenção, pela via judicial, para além da simples orientação sobre direitos e obrigações. Há, portanto, um indício de que as pessoas estejam procurando advogados para o ajuizamento de ações, enquanto a retirada de dúvidas está sendo suprida em outros meios como a internet. A hipótese merece ser aprofundada em novas análises do SAJU ou em contextos semelhantes.

Considerações Finais

Os impactos da pandemia sobre os atendimentos realizados pelo Grupo 1 do SAJU/UFRGS foram sentidos tanto no formato do serviço prestado, que precisou ser fragmentado em pequenas reuniões, quanto na quantidade e no perfil de casos que chegaram.

Atribui-se a diminuição dos atendimentos a três fatores: menor procura, relacionada ao isolamento social e restrição das atividades produtivas; dificuldade do acesso a meios digitais por pessoas de baixa

renda e de menor instrução e necessidade de readaptação dos próprios membros do grupo à modalidade home office e ao ensino à distância.

A comparação dos dados de atendimento 2018/2019 com o presente estudo possibilitou uma análise inicial dos impactos da pandemia de Covid-19 nos atendimentos jurídicos realizados no grupo G1 do SAJU, abrindo também outras linhas de investigação como a questão das relações trabalhistas.

Tempos de pandemia demandam uma harmonia social. Exigem inserção, adaptação e integração perante a incerteza e a imprecisão. O grupo tem buscado novas formas de atendimento e cooptação de assistidos.

Apesar de todas as dificuldades, o Grupo G1 do SAJU se mantém de portas abertas para enfrentar os novos desafios desencadeados pela pandemia do coronavírus, continuando a realizar atendimentos e buscando acolhimento aos seus assistidos.

Importa pontuar, por fim, a constante necessidade de transformação, própria da extensão universitária: é persistindo e recriando que o SAJU segue, há 7 décadas, promovendo Direitos Humanos, Cidadania e Acesso à Justiça. ◀

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.br>>. Acesso em 05 maio. 2021.

DUARTE, Madalena. **Acesso ao direito e à justiça**: Condições prévias de participação dos movimentos sociais na arena legal. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/357fTuT>>. Acesso em: 10 mai.2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORAES, Jéssica Becker; GUERRA, Carolina Nocchi. Acesso à Justiça Através da Assessoria Jurídica Universitária - Reflexões a partir da prática extensionista. In: IANTAS, Isabel Ceccon; SILVA, Maria de Fátima da (orgs.). **Nenhum passo atrás: das ruas às cortes**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. Disponível em: <<http://www.editorafi.org>>. Acesso em: 30 maio. 2021

OPAS - **Organização Pan-Americana da Saúde**. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812> Acesso em: 15 abr. 2021.

SOPRANA, Paula. 70 milhões de brasileiros têm acesso precário à internet na pandemia do coronavírus. **Folha de São Paulo**. São Paulo: Grupo Folha, [1921?]-Diário. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/cerca-de-70-milhoes-no-brasil-tem-acesso-precario-a-internet-na-pandemia.shtml>>. Acesso em 29 mai. 2021.



Ciências Humanas e suas tecnologias: preparatório para o ENEM

Elton John da Silva Santiago: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) – Instituto Federal Goiano (IFG); elton.john@ifgoiano.edu.br

Ricardo Takayuki Tadokoro: Docente Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Instituto Federal Goiano (IFG)

João Eratóstenes Doulgras Cardoso: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) - Instituto Federal Goiano (IFG)

Acadêmica de Licenciatura em Química: Grazielle Fernanda Bailona

Considerações Iniciais

A pandemia causada pela Covid-19 trouxe novos desafios para as instituições de ensino. A utilização de novas ferramentas de comunicação e informação na mediação didática,

como forma de minimizar os danos no processo de ensino-aprendizagem, produziu novas dinâmicas na relação professor-aluno e na relação aluno-escola, provocando uma exclusão acentuada de alunos das camadas

populares, com claro recorte de raça e classe. Nesse sentido, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, refletindo sobre esta temática, formulou e executou o projeto de extensão “Ciências Humanas e suas Tecnologias: preparatório para o ENEM”, que teve como objetivo oferecer outros canais, para além dos que atualmente estão previstos formalmente no calendário escolar das redes de ensino, como forma de atenuar os impactos causados pela pandemia no campo da educação na região em que o campus está inserido.

Nacional do Ensino Médio (ENEM). Desse modo, o projeto tem como finalidade servir como ferramenta adicional e complementar, não substituindo, portanto, a oferta de meios formais já existentes nestas redes. Pela concepção política, ética e pedagógica que rege o funcionamento do NEABI e que é compartilhada pelos membros que o compõem, o projeto tem como finalidade, ainda, oferecer recursos que possibilitem um maior entendimento sobre os dilemas e desafios do mundo contemporâneo em toda sua complexidade e diversidade. Assim, este projeto de extensão buscou romper as barreiras do senso comum e os muros e

cercas — físicas e simbólicas — de nossa instituição, de modo a converter-se em ponto de encontro de reflexão crítica, de contestação e de formação política e cidadã.

Fundamentação Teórica

A extensão, quando entendida como uma ferramenta para conectar mundos, reduzir a distância entre as instituições públicas de ensino e as camadas populares e articular ensino e pesquisa, superando, assim, a visão elitista que norteou a história da criação das universidades no Brasil, pode se tornar ferramenta fundamental para a análise e busca de

soluções para os verdadeiros problemas da maioria da sociedade. Para além disso, esse compromisso social adotado pelas Universidades e Institutos Federais através da extensão, fruto de lutas históricas no campo da educação na América Latina, que tem como marco importante o *Manifesto*



Figura 1 – Divulgação do projeto e abertura de inscrições

Fonte: Ricardo Takayuki

O projeto teve como finalidade atender alunos internos e externos, bem como, a comunidade em geral, sobretudo alunos e ex-alunos das redes públicas de ensino que encontram-se em preparação para o Exame

de Córdoba¹, nos permite explorar todas as potencialidades que residem na base de sustentação dos institutos e universidades brasileiras: *ensino-pesquisa-extensão*.

Reinaldo Matias Fleuri (2005, p.11) diz que “os significados configurados pelas relações pedagógicas e pela produção científica se mostram paradoxais, porque são produzidos e atravessados por múltiplas relações, múltiplas dimensões e múltiplos movimentos sociais”. Portanto, a articulação destas três dimensões — ensino, pesquisa e extensão — não se dá de forma isolada, é necessário partir da premissa de que no processo educativo ocorrem atravessamentos políticos, sociais e econômicos, para além do acúmulo histórico. A partir disso é que se pode transformar estas instituições em *locus* permanente de reflexões críticas e, com isso, fazer valer seu compromisso institucional, devolvendo à sociedade, através da extensão, o que é desenvolvido internamente no âmbito do ensino e da pesquisa.

Para a formulação e execução do projeto supracitado, adotamos aqui a conceituação de “extensão” formulada no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, que serviu de base para o reconhecimento constitucional em 1988 do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Este mesmo conceito foi utilizado na elaboração do Plano Nacional de Extensão (1999/2001), que deu origem posteriormente à Política Nacional de Extensão (2012).

1. Documento da Federação Universitária de Córdoba (FUC), de 1918, que marcou o início do movimento pela Reforma Universitária em Córdoba, na Argentina. Este movimento buscava romper com o modelo de educação herdado do período colonial, com forte influência da Igreja e da Europa, e, com isso, impulsionar um movimento de profunda transformação na estrutura universitária existente até então. Essa reforma, pautada pela forte ação do movimento estudantil argentino e apoiada por sindicatos, políticos de esquerda e intelectuais, estimulou o movimento por reformas universitárias e o crescimento e organização do movimento estudantil em vários países da América Latina, como no Brasil, que teve na criação da UNE, vinte anos depois, seu marco. Uma das principais pautas do movimento era a discussão sobre a função e compromisso social da universidade, sendo a democracia universitária e a extensão elementos primordiais.

Segundo a Carta deste Encontro, que marcou também a criação do Fórum que hoje se intitula Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), a Extensão universitária:

é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 2001, p.5).

Dessa forma, se entendemos a extensão como a materialização da práxis do conhecimento acadêmico, ou seja, a “relação bidirecional entre a universidade e a sociedade” (CAMPOS e BENINCÁ, 2017, p.150), passamos então a outras questões igualmente importantes que nortearam todo o processo de elaboração e execução do projeto: como ocorre esse processo de aproximação e contato entre esses dois polos de produção de conhecimento, de epistemologias diferentes e aparentemente distantes? Qual é o caminho que os saberes produzidos academicamente devem percorrer para se transformarem em saberes capazes de atingir os objetivos inicialmente propostos? A reflexão sobre estas questões constitui etapa importante do processo de ensino-aprendizagem, motivo pelo qual adotamos aqui o conceito de “transposição didática” (VERRET, 1975; CHEVALLARD, 1991) para entender o conjunto de ações que

transformam o “saber sábio” — saber produzido por cientistas e intelectuais dedicados a produzir conhecimento científico, geralmente no mundo acadêmico — em “saber ensinável”, ou seja, o saber compartilhado dentro de sala de aula, seja no espaço físico, formal e institucional, seja nos novos espaços produzidos pelo aumento do uso das tecnologias da informação e comunicação no processo educativo. Segundo Yves Chevallard (1991, p.45):

Um conteúdo de saber que foi designado como saber a ensinar, sofre a partir de então um conjunto de transformações adaptativas que vão torná-lo apto para ocupar um lugar entre os objetos de ensino. O “trabalho” que transforma um objeto de saber a ensinar em um objeto de ensino é denominado Transposição Didática. (Tradução nossa. Grifos do autor).

Desenvolvimento do projeto e resultados

O projeto começou a ser pensado no final do primeiro semestre de 2020, quando os membros do NEABI-Campus Ceres, ao observar o processo de exclusão causado pela pandemia e pela ineficiência do Estado e dos órgãos institucionais na oferta de medidas adequadas no campo da educação, aprofundaram as reflexões sobre possíveis ações no campo do ensino, da pesquisa

e da extensão que pudessem enfrentar o quadro observado. Em agosto, a partir dessa constatação e com a abertura do edital de extensão do IF Goiano nº 12 de 14 de agosto de 2020, finalizamos a elaboração do projeto e decidimos submetê-lo à seleção, sob a coordenação geral do servidor técnico-administrativo, historiador e membro do NEABI, Elton John da Silva Santiago. Após a análise, o projeto foi então aprovado e executado entre setembro e dezembro do mesmo ano, e contou ainda com dois bolsistas remunerados. Para a sua divulgação, utilizamos o Instagram do NEABI, além das redes sociais de seus membros, site institucional e contato por telefone e e-mail com as escolas da região do Vale do São Patrício e de cidades próximas.

As inscrições foram realizadas através da ferramenta Google Forms e o contato com os alunos inscritos através de grupo de Whatsapp criado para este fim, de modo a tornar a comunicação mais dinâmica. Durante o projeto, contamos com setenta e quatro extensionistas inscritos, de vinte e quatro cidades do estado de Goiás, além de alunos de outros estados, como Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina e Paraná, que se interessaram pelo projeto e participaram do curso. A abrangência geográfica demonstra a potencialidade do projeto e da extensão.

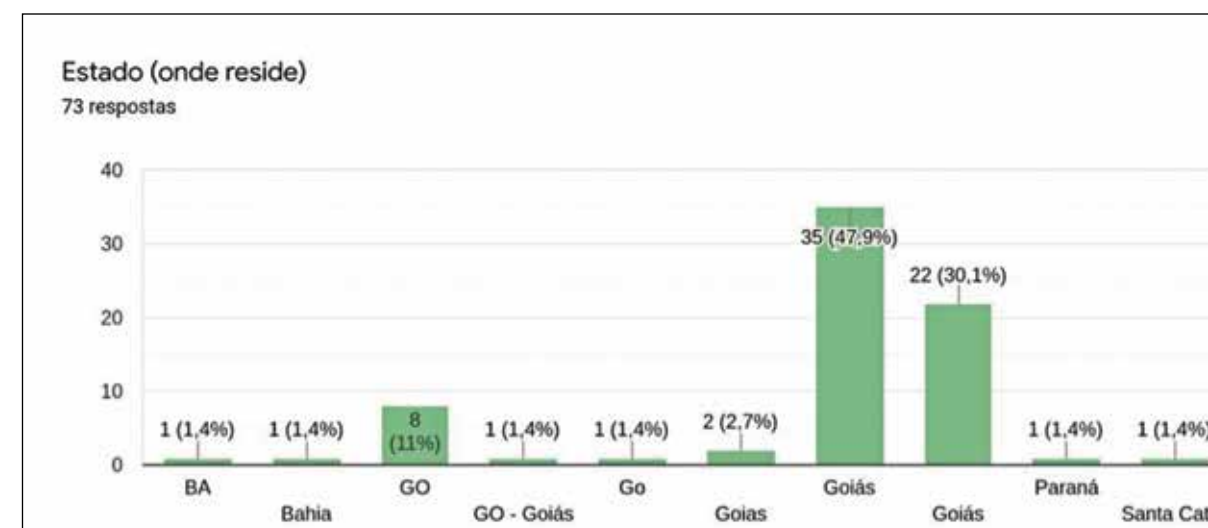


Figura 2 – Gráfico com origem geográfica dos alunos inscritos

Fonte: NEABI IF Goiano - Campus Ceres.

O curso foi dividido em sete temas: Meio Ambiente: política ambiental no Brasil; Tecnologia: tecnopolíticas de vigilância e tecnologia-resistências; Geopolítica: nova hegemonia asiática e protagonismo chinês; Movimentos Sociais: black lives matter, movimento antifa, movimento feminista, movimentos por acesso à terra e à moradia urbana; Educação e impactos da EAD: exclusão social e seus recortes de raça e classe, desmonte da educação pública e desumanização das relações; Fascismo e Comunismo: os conceitos e a caracterização das ideologias políticas, experiências históricas e expressões contemporâneas; Direitos Humanos - construção histórica da noção ocidental de cidadania e suas limitações: *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) e legislação contemporânea de garantia aos direitos humanos no Brasil.



Figura 3 – Gravação da aula referente ao tema Tecnologia, ministrada pelo professor Ricardo Takayuki
Fonte: NEABI IF Goiano - Campus Ceres.

A escolha dos temas teve como objetivo articular as necessidades do processo de transmissão do conhecimento com uma reflexão crítica sobre e para além dos conteúdos abordados. Assim, buscamos aproximar o conhecimento científico à realidade social dos alunos, considerando todo o capital cultural que estes trazem para o centro dessa relação. Desse modo, os saberes transpostos e produzidos a partir dessa interação, podem adquirir relevância para os alunos e serem reconhecidos como socialmente importantes, algo que Chevallard (1991) chama de “atualidade moral” dos conhecimentos.

Para a condução das aulas contamos com professores, externos e internos, das diferentes áreas que compõem as ciências humanas. Até o quinto tema, estes professores gravaram previamente suas aulas, que foram disponibilizadas pelos coordenadores do projeto aos alunos inscritos através do Google Drive, e realizaram ainda encontros síncronos, através do Google Meet, para a resolução de questões e aprofundamento das discussões levantadas nas aulas. Estes encontros síncronos tiveram como objetivo, ainda, estabelecer um contato direto, mais dinâmico e mais vivo com os alunos. Para os dois últimos temas — *Facismo e Comunismo e Direitos Humanos* —, a partir dos resultados obtidos nas respostas aos formulários avaliativos, percebeu-se uma necessidade de adaptação do formato, de modo que as duas últimas aulas não foram gravadas, mas, realizadas ao vivo em encontro síncrono único, em formato de exposição dos temas e discussão aberta.



Figura 4 – Aula referente ao tema Direitos Humanos, realizada pelo coordenador geral do projeto Elton John
Fonte: NEABI IF Goiano - Campus Ceres.

O curso passou por um processo de avaliação contínua, realizada pela equipe executora junto aos alunos inscritos, ao final de cada tema. Para viabilizar a análise e o desenvolvimento do projeto, aplicamos questionários avaliativos com perguntas que nos permitiram avaliar a relevância dos temas para a preparação para o ENEM e para um maior conhecimento sobre o mundo, o formato e as ferramentas utilizadas para as aulas e os horários de realização dos encontros síncronos. Isto nos possibilitou fazer as devidas adaptações e correções no decorrer do curso, como a mudança nos horários dos encontros síncronos, priorizando o período noturno, e a unificação de aulas e encontros ao vivo nos dois últimos temas.

Considerações Finais

Podemos concluir que durante a realização do curso, houve significativo envolvimento e

interesse dos alunos pelos temas abordados, o que possibilitou o alcance e a superação dos objetivos pedagógicos inicialmente propostos. Embora não tenha havido uma regularidade quanto ao cronograma e a participação tenha sido flutuante, com momentos de alta e baixa participação, fruto da natureza de um projeto de extensão e das condições que a pandemia nos impõe no tocante às instâncias e limitações no uso das tecnologias da informação da comunicação, verificamos que houve procura, acesso às aulas gravadas e participação nos encontros síncronos, com retorno positivo dos alunos que se mantiveram até o final do curso. Nesse sentido, concordamos com Silvio Paulo Botomé (1996) quando diz que o ensino e a pesquisa, quando trabalhados com a extensão permitem a produção de um conhecimento contextualizado, coletivo, construído a partir da realidade concreta, de forma dialética e dialógica. ◀

Referências

- ABOTOMÉ, Sílvia Paulo. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis/RJ: Vozes; São Carlos-SP: EDUFSCAR; Caxias do Sul - RS: EDUCS, 1996.
- CHEVALLARD, Yves. *La transposición didáctica: Del saber sabio al saber enseñado*. Traduzida por Claudia Gilman. Editora Aique: Buenos Aires, 1991.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Conversidade: conhecimento construído na relação entre educação popular e universidade. *Educação Brasileira*, v.27, n.54, p. 11-67, 2005.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Plano de Trabalho 2001/2002 – Principais Metas e Ações. Vitória/ES. Maio de 2001.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- VERRET, Michel. *Le temps des études*. Paris: Honoré Champion, 1975.



Educação Financeira UFRGS

Educação financeira em tempos de Covid-19

Wendy Beatriz Witt Haddad Carraro: Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS; wendy.carraro@ufrgs.br

Marisa Dornelles Rodrigues: Planejadora Financeira – CFP

Júlia Flach Allgaier: PPG Controladoria – UFRGS

Acadêmica do curso de Administração: Vanessa Silva Alves

Acadêmicos do curso de Ciências Atuariais: Diego Moreira Alves e Pedro Edmundo Boll Júnior

Acadêmicos do curso de Ciências Contábeis: Álamo Oliveira, Ana Cristina Volff Esteves; Aurora Duarte Morossino; Bruna Camargo de Assumpção; Diego Pereira de Souza; Francielle Muniz Costa; Gabriela Barbosa Ferreira; Guilherme Borges Steigleder; Henrique Campos Novo; João Pedro Lima Hofer; Laura Romero dos Santos; Leízer Santiago Cafarate Larroza; Lívia De Luca; Magda Pinto de Souza; Miriellen Meyres Pereira; Monise Pasetto Soster; Natália Gonçalves Garcia; Tayná Alves das Neves; Renildo Jovani da Silva Peralte; Thais Ceccon de Quadros e Welyton Lopes Cabral

Acadêmico do curso de Ciências Econômicas: Eliandro José de Almeida Junior

Acadêmica do curso de Ciências Jurídicas e Sociais: Gabriela Berriel Flores

Acadêmica do curso de Design Visual: Eduarda Ventura

Acadêmico do curso de Design de Produto: Lucas Haddad Carraro

Acadêmica do curso de Letras: Clarice Campani Langer

Acadêmicas do curso de Publicidade e Propaganda: Evelyn do Amaral de Almeida e Giovanna de Almeida Felisberto

Introdução

Este artigo tem por objetivo descrever a trajetória e iniciativas do Projeto Educação Financeira em tempos de Covid-19 idealizado no início da pandemia em 2020. Ele faz parte do Programa

Educação Financeira para Todos e para Toda Vida, que tem por objetivo melhorar a vida das pessoas através da Educação Financeira. A iniciativa surgiu tendo em vista que todas as ações previstas para 2020, envolvendo

atividades presenciais junto a escolas públicas e privadas do Rio Grande do Sul foram suspensas. O momento foi oportuno para trazer à tona a importância dos controles e gestão dos orçamentos familiares da sociedade brasileira.

Alguns dos reflexos na economia brasileira foram: o aumento do desemprego, queda na renda familiar e do PIB, impactados, principalmente, pelas restrições impostas ao comércio (BARROS, 2020). Muitas pessoas tiveram seus rendimentos reduzidos, gastos alterados, rotina reestruturada. Dentro deste cenário, o projeto Educação Financeira em tempos de Covid-19 iniciou no dia 02/04 com a organização de um Mural Digital, reunindo conteúdo relacionado à Educação Financeira. A ideia era ter um repositório de notícias e dicas para que pudessem ser compartilhadas com as escolas e interessados.

Entretanto, com o passar das semanas percebeu-se que havia mais a se fazer. Assim, em 21/04 foi lançada uma pesquisa com o intuito de identificar alternativas e efeitos financeiros que o período de isolamento social pela Covid-19 trouxe às famílias. Os resultados permitiram propor ações para apoiar e orientar indivíduos e famílias em relação ao tema de Educação Financeira, pois com esse cenário econômico, muitos precisaram adaptar ou alterar seu comportamento financeiro (APUD, 2020). A pesquisa identificou pessoas interessadas em ter apoio e acesso a conteúdo relacionado à Educação Financeira e isto de diferentes formas.

As Iniciativas do Projeto Educação Financeira em tempos de Covid-19 envolveram: Site do projeto; perfil do Instagram, murais digitais para escolas e público da área financeira; grupo de Whatsapp e Telegram; Lives com especialistas; Podcasts das Lives; Newsletters com ações realizadas; vídeos e cards orientativos; atendimento individualizado online; quiz; Wiki financeiro; Painel de dados da pesquisa; clipping de participações em mídias sociais;

artigos; e-book e Livro impresso. E em desenvolvimento: um aplicativo de educação financeira para crianças e um curso para plataforma Lumina. Este artigo descreve cada uma destas iniciativas e seus principais resultados até o momento identificados.

Nestes tempos de isolamento social mudanças ocorreram em nossa rotina. Para muitas famílias, uma das mais impactantes é a questão financeira. As empresas não tendo receita, não repassam ou reduzem os recursos aos seus colaboradores. Autônomos e profissionais informais sem fonte de renda. Ajudas governamentais que não chegam. Só chegam as contas e as necessidades essenciais. Urge a necessidade de repensar os gastos financeiros em casa. A mudança é na forma de gastar, de gerenciar os recursos, do uso que faremos com o dinheiro que temos. Para isto, é importante ter em mente que controle financeiro é essencial.

Quando conhecemos o quanto se gasta e com o quê, é possível dimensionar onde o nosso dinheiro está indo, e assim priorizar ações em relação a ele. Para quem já vinha fazendo controle dos gastos financeiros familiares, é mais fácil de analisar e identificar quais os gastos são prioritários neste momento e quais podem ser suspensos ou negociados. Para aqueles que não tinham nenhum tipo de controle de suas finanças pessoais e da família, é uma oportunidade de iniciá-lo, efetivamente. O controle financeiro nada mais é do que ter o registro de todos os gastos domésticos. Para realizá-lo você pode utilizar uma planilha Excel, algum aplicativo ou então, o que é muito prático e visível, fazer o registro manual em um caderno de anotações. Para Amadeu (2009 p. 23), “os objetivos da Educação Financeira consistem na utilização, pelas pessoas, da tecnologia, dos conceitos de dinheiro e de como geri-lo.” Normalmente, as despesas do orçamento familiar ou são fixas ou variáveis.

A primeira iniciativa do Projeto foi a

elaboração de um Mural Digital, na plataforma Padlet, contendo links de informações relacionadas aos seguintes tópicos: Reorganização dos Gastos Pessoais e Familiares e outras dicas; Dicas para Pequenos Negócios e geração de renda; Planilhas e Aplicativos Úteis; Reserva de emergência e dicas de investimentos; e Cursos, Leituras, Filmes e Canais sobre Educação Financeira. A Figura 1 ilustra a apresentação



deste Mural Digital. Ele consiste em um repositório de conteúdos, a partir dos quais iniciou-se a elaboração de cards com Dicas específicas sobre o tema. O mural digital contém atualmente mais de 340 links informativos. A partir dos links iniciais incluídos no Mural Digital, foram elaborados 40 cards com conteúdos objetivos e específicos sobre o orçamento pessoal. Os textos foram elaborados de forma que esclarecessem conceitos não usuais para os leitores. As Figuras 2, 3 e 4, ilustram os cards relacionados à classificação das despesas fixas e variáveis.

Figura 1 – Mural Digital Educação financeira em tempos de Covid-19

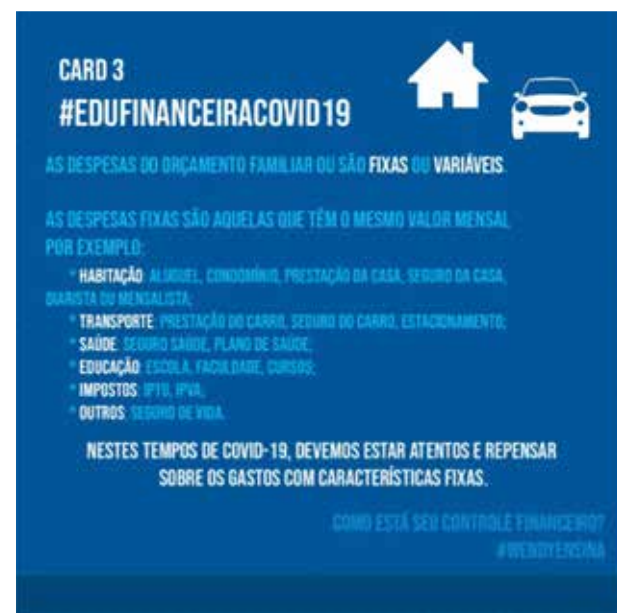


Figura 2 – Despesas Fixas

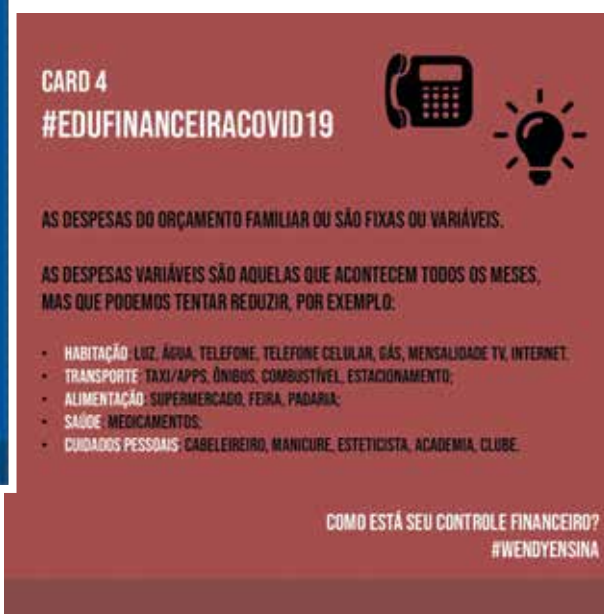


Figura 3 – Despesas Variáveis



Figura 4 – Como controlar um orçamento

webconferências e troca de mensagens por WhatsApp. Eles foram realizados por 6 integrantes da equipe de voluntários.

A pesquisa buscou também identificar iniciativas durante a pandemia para uma melhor educação financeira ou reeducação financeira das famílias. Dos 873 respondentes, 375 compartilharam alguma contribuição. Constatou-se que os participantes consideraram importante o controle do orçamento financeiro, principalmente no período da pandemia. “O orçamento pode ajudar a revelar usos eficientes e ineficientes dos recursos, o que faz dele um controle importante da gestão.” (GRIFFIN, 2012, p. 153). Na fala do Participante 56, observa-se a mudança de comportamento financeiro com o uso das palavras “antes” e “agora”, e a importância do orçamento: “*Antes disso acontecer não fazia um registro rígido do orçamento familiar, agora as coisas são compradas e registradas com mais cautela.*” (PARTICIPANTE 56).

A importância dos registros é complementada pelo Participante 801, que cita o uso do software Excel: “*Registro de gastos em Excel, registro dos investimentos em Excel, iniciei um ciclo de leitura de livros.*” (PARTICIPANTE 801). Leal e Nascimento (2012) afirmam que manter o registro de receitas e despesas é uma ferramenta fundamental para o controle financeiro familiar. Reforçado pela contribuição dada pelo participante 19: “*Reforçando a importância do controle financeiro, orientando a família a seguir o que foi estabelecido em nosso plano mensal de despesas.*” (PARTICIPANTE 19). Além disso, o planejamento financeiro é eficiente quando se conhece todas as nossas receitas e despesas e se consegue mantê-las em equilíbrio, de modo que sempre se gaste menos do que se ganha, gerando reservas

Estas dicas em formato de cards foram disponibilizadas no site da Faculdade de Ciências Econômicas em abril de 2020: <https://www.ufrgs.br/fce/dicas-de-educacao-financeira-com-wendy-carraro/>. Conjuntamente com o link do questionário que tinha por objetivo identificar alternativas e efeitos financeiros que o Covid-19 trouxe para as famílias. A pesquisa foi amplamente divulgada através de mídias da Universidade. A partir da publicação do site da FCE e da UFRGS Notícias houve contato por parte de mídias de comunicação de rádio e TV que permitiram uma maior divulgação do Projeto.

Em um dos blocos da pesquisa os participantes foram questionados quanto ao interesse em ter algum tipo de acompanhamento em relação à temática de Educação Financeira, dos 873 respondentes, 35,9% (313) indicaram que sim. As formas indicadas foram: assistir vídeos/lives com especialistas, receber dicas e orientações por e-mail, receber dicas e orientações por WhatsApp ou Telegram e ter atendimento e orientação individualizada. Em relação ao atendimento individualizado, foram atendidas de forma online mais de 30 participantes. O atendimento individualizado compreendeu contato por e-mail, ligações telefônicas,

Além da importância do controle orçamentário, os participantes citam a relevância de poupar para a realização dos objetivos futuros. O controle e o planejamento financeiros não mencionam somente o acúmulo de reservas para o alcance de metas pessoais, mas buscam propiciar segurança financeira em longo prazo, para que em momentos de reveses financeiros - como o que vem ocorrendo com a atual pandemia de Covid-19 - as famílias consigam se manter financeiramente independentes por um bom período de tempo, já que não se tem conhecimento de quanto tempo durará a pandemia e as restrições ocasionadas por ela (GIARETA, 2011). Isso é exemplificado pelo respondente 27: “Qualquer dinheiro que esteja sobrando, seja por não poder sair de casa ou por não precisar mesmo usá-lo, estou guardando para reforçar a reserva de emergência (e considerando poder usá-lo em curto prazo). (PARTICIPANTE 27). Igualmente pelo respondente 729: “Gasto apenas o necessário, seja no supermercado ou em lojas. Controlo meus ganhos e gastos mensais e estabeleço metas para atingir, metas essas que servem de estímulo para poupar” (PARTICIPANTE 729).

quão importante é a educação financeira nesse momento, o que se constata nas afirmações dos participantes 25 e 195: “Fiz cursos, acompanho os IGTVs do Instagram que falam sobre educação financeira e estão dando dicas para passar por essa pandemia, busco aprimorar minha relação com o dinheiro.” (PARTICIPANTE 25). “Estou fazendo mais cursos online sobre isso e também revendo o que é realmente necessário adquirir, percebi que o inevitável é alimentação, de resto, tudo é uma questão de escolha, penso no querer, merecer, precisar, poder, dever antes de comprar algo.” (PARTICIPANTE 195). Esse interesse dos participantes pela busca de educação financeira no momento de dificuldade é evidenciado no estudo de Atkinson e Messy (2012), os quais mostram que, em momentos de crise, os indivíduos têm maior interesse por educação financeira. Esses autores ressaltam o fato de que são nesses momentos que as pessoas são mais capazes de alterar seus comportamentos financeiros.



No site é utilizada a ferramenta para análise de tráfego de conteúdo (Google Analytics), através desta podemos aferir o tempo médio em que o internauta navega no site. Este tempo está em torno de 4 minutos, número excelente em relação ao que se observa em sites de perfil semelhante. Com o volume de disseminação de conteúdos e realização de atividades online, foram elaboradas Newsletters quinzenais, apon-tando os destaques do que havia sido desenvol-vido no Projeto. Foram divulgadas 18 edições de Newsletters. O acesso a este conteúdo pode ser feito pelo site do Projeto. Assim como o acesso aos cards e vídeos que foram elabo-rados com o propósito de compartilhar com professores de escolas do ensino fundamental e médio. Com o objetivo de propor sugestões de atividades para serem desenvolvidas por professores na promoção de competências rela-cionadas à Educação financeira de crianças e adolescentes, a equipe do Projeto elaborou um Mural Digital específico para este propósito. A Figura 6 ilustra o layout deste Mural, que foi enviado em PDF para professores de escolas do Estado.



63 | Revista da Extensão

O projeto teve inúmeras oportunidades de participar de entrevistas em programas de rádio, televisão, jornal e outros para disseminar suas dicas. No site do projeto consta o link do clipping destes registros, que passaram de 70. Foram realizadas também webinars com escolas e empresas. No decorrer do desenvolvimento de conteúdos, elaboramos dois instrumentos de interação com os participantes: um quiz e um wiki financeiro. O Quiz em maio de 2021 registrou mais de 900 mil registros de respostas. Ele consiste em um conjunto de 10 questões de verdadeiro ou falso. Ao final o participante verifica o seu % de conhecimentos sobre a temática.

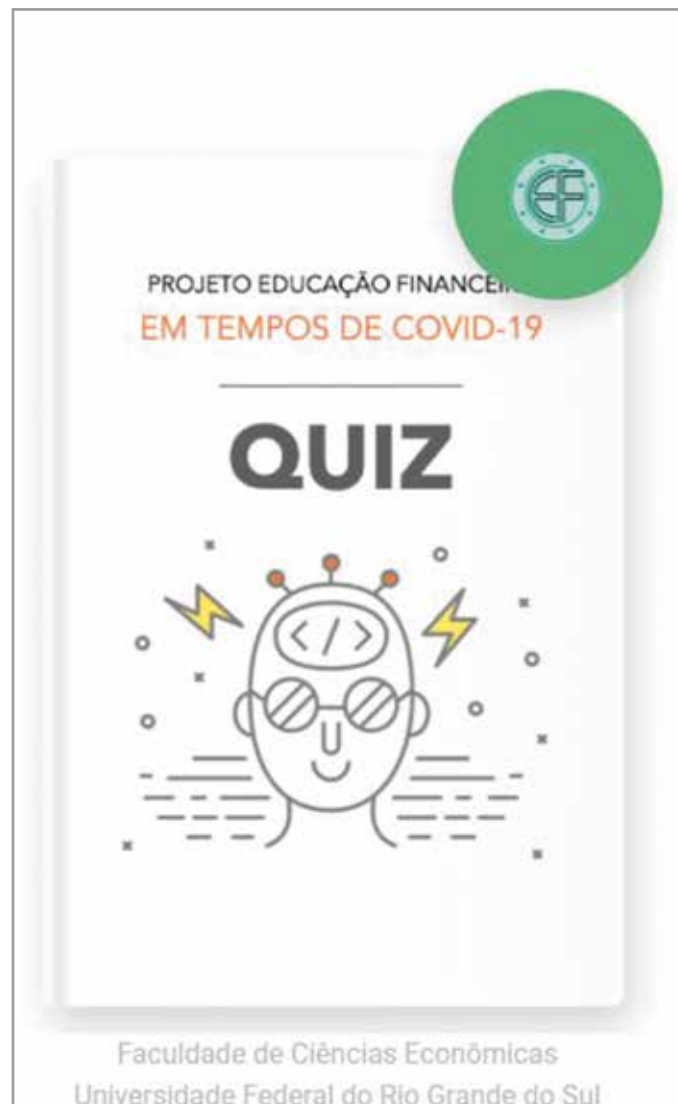


Figura 7 - Layout Quiz Educação Financeira

Já o Wikifinanceiro conta com mais de XX termos relacionados à temática. Estes links são compartilhados com os participantes, seguidores e escolas de contato. A Figura 7 ilustra o Layout do Quiz do Projeto.

Tendo em vista que o projeto está dentro do Programa Educação Financeira para Todos e para Toda Vida e que temos diferentes formas de disseminar os conteúdos, surgiu a oportunidade de lançar em fevereiro de 2021 um e-book que reúne 50 dicas, permitindo que mais pessoas tenham acesso a este conteúdo. Além delas, a obra contém destaque para momentos de reflexão, iniciativas dos participantes do projeto com dicas práticas para superação dos impactos financeiros em

tempos de pandemia, recomendações específicas dos entrevistados das nossas lives e hiperlinks aos murais digitais e iniciativas do projeto. Através do fomento da extensão foram impressos 300 exemplares da obra. A distribuição é destinada para pessoas que não têm acesso a internet, de baixa renda, vinculados à defensoria pública do Estado e escolas públicas. A Figura 8 ilustra a coordenadora do projeto com a versão impressa do livro.

O Projeto Educação Financeira em tempos de Covid-19 através das suas inúmeras iniciativas demonstra estar alcançando seu propósito, que é o de melhorar a vida das pessoas através da Educação Financeira, especialmente em tempos de pandemia. As ações seguem sendo realizadas na edição de 2021 e estão sendo desenvolvidos dois cursos online para a plataforma Lúmina. Um deles com foco em apresentar uma trilha de conhecimentos da temática e, o outro a partir do próprio E-book. Também está sendo desenvolvido um



aplicativo para crianças no sentido de desenvolver conhecimentos sobre Educação Financeira. Os resultados das informações coletadas na pesquisa geraram artigos acadêmicos e novas dicas sobre a temática. A Educação Financeira é para todos e para toda vida, acreditamos que este projeto promove esta realização. ◀

Figura 8 - Livro Dicas para manter sua educação financeira em alta : Projeto Educação Financeira em tempos de Covid-19

Referências

- AMADEU, João. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. 91f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2009.
- APUD. Mateus. Ibope: 9 em cada 10 brasileiros mudaram hábitos financeiros na pandemia. **Estadão**, São Paulo, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/educacao-financeira/ibope-brasileiros-habitos-financeiros-pandemia>. Acesso em: 22mar. 2021.
- ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. Measuring financial literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE). **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, Paris, n. 15, 2012.
- BARROS, Alerrandre. PIB tem queda recorde de 9,7% no 2º trimestre, auge do isolamento social. **Agência IBGE Notícias**, Brasília, 1 set. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28720-pib-tem-queda-recorde-de-9-7-no-2-trimestre-auge-do-isolamento-social>. Acesso em: 27 out. 2020.
- CERBAS, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**: inteligência financeira pessoal na prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- GIARETA, Marisa. **Planejamento financeiro pessoal**: uma proposta de controle de fluxo de caixa para orçamento familiar. 2011. 45f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Administração de Empresas) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- GRIFFIN, Michael. **Contabilidade e finanças**. Série Fundamentos. Porto Alegre: Saraiva, 2012. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502180161/>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- LEAL, Cícero; NASCIMENTO, José. Planejamento financeiro pessoal. **Revista de Ciências Gerenciais**, São Paulo, v. 15 n. 22, p. 163-186, 2012. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/rcger/article/view/2101>. Acesso em: 3 mar. 2021.



A cosmologia das práticas curativas: fazendo extensão com pessoas, cultura e natureza

Milena Silvester Quadros: Agroecologia - Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS); milena.quadros@restinga.ifrs.edu.br
Estudante do Ensino Médio do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS): Vanessa Guedes

Introdução

O projeto “A Cosmologia das Práticas Curativas” procura recuperar saberes tradicionais e populares através das memórias sobre os usos das plantas curativas na região de Porto Alegre, RS. Seu surgimento tem como uma das razões o curso de Agroecologia¹ oferecido aos estudantes do

PROEJA no IFRS - Câmpus Restinga, contando com a participação dos estudantes e da comunidade. Dessa forma pretendemos reconstruir memórias a partir das relações tecidas entre as pessoas, a cultura e a natureza, visando à valorização de saberes que têm sido desvalorizados pela autoridade da ciência e da indústria médicas.

O projeto foi financiado pelo Edital de Ações de Extensão do Instituto Federal do Rio Grande do

1. O curso tem como propósito desenvolver um estilo de agricultura mais sustentável, respeitando a natureza.

Sul e teve início em 2019, ano em que diversas ações foram desenvolvidas. Em 2020, fomos interpelados pela pandemia, sendo necessária a adaptação para um formato remoto com alguns encontros ocasionais que seguiram todos os protocolos sanitários exigidos.

Pensando historicamente o tema das ervas curativas, seus usos para fins medicinais está relacionado com as populações nativas. Estes conhecimentos eram transmitidos através da figura das rezadoras, raizeiras, do pajé, de geração para geração. Com a conquista pelos portugueses e com a diáspora africana, foram-se agregando novos saberes que resultaram na medicina popular e tradicional que conhecemos hoje. Além disso, há também uma utilização para meios religiosos, principalmente em religiões de matrizes africanas. Com a industrialização e o consequente aumento das áreas urbanas, houve uma diminuição desses saberes. O domínio da ciência como verdade absoluta, paulatinamente, fizeram com que essas sabedorias populares e tradicionais fossem consideradas charlatanismo.

Contextualizando o uso das plantas no Brasil

O uso de plantas para o tratamento de patologias é um conhecimento milenar que remonta desde as civilizações mais antigas como o Egito antigo. No Brasil, essa sabedoria está extremamente ligada aos povos nativos. Seus usos variam de acordo com os grupos e tribos, mas em geral se utilizam folhas, raízes, caules, entre outras plantas para criação de infusões, chás, cataplasmas, inalações, entre outros. Esses conhecimentos não recebiam registros escritos, entretanto, eram transmitidos de geração em geração pela figura do pajé, das rezadeiras, das raizeiras entre outros agenciadores da saúde do corpo e do espírito.

Segundo a “Cartilha plantas medicinais nativas de uso popular no Rio grande do Sul” realizada pela Universidade Federal de Santa Maria, 2019:

[...] Planta medicinal é definida como uma espécie vegetal, cultivada ou não, utilizada com propósitos terapêuticos, sendo denominada planta fresca, quando coletada no momento do uso, e planta seca, quando submetida à secagem, a qual também chamamos de droga vegetal.(pág. 4)

Como os indígenas repassavam seu conhecimento de forma oral, os registros dessas práticas curativas somente começaram a ser feitos com a chegada dos portugueses a partir do século XV. No princípio, os europeus agregaram seus conhecimentos sobre medicina, havendo uma certa fusão dos saberes dos povos que passaram a habitar a América e os povos nativos. Com a diáspora africana agregaram-se outros saberes, resultando na medicina popular e tradicional que conhecemos hoje. (Cunha, 2008)

Hoje, a Etnobotânica, a Fitoterapia, entre outras, são áreas da ciência que sistematizam o conhecimento e os usos de produtos de origem vegetal para tratamento com fins medicinais. São feitas pesquisas e catalogações para garantir a eficácia e segurança do uso dessas plantas medicinais. (Cartilha plantas medicinais nativas de uso popular no Rio grande do Sul, 2019).

Além disso, ainda existem muitas pessoas que utilizam esses conhecimentos tradicionais, como pessoas mais velhas, comunidades indígenas e quilombolas, além da população do meio rural e com baixa renda. Em 2006, o governo federal, através do Decreto nº 5.813, regulamenta a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicas, com o intuito de garantir à população o acesso seguro às plantas medicinais e fitoterápicas e um uso adequado das mesmas.

As mulheres e os usos das ervas nas religiões de matriz africana

As sabedorias dos povos africanos que foram escravizados e trazidos ao Brasil pelo tráfico de pessoas, influenciou não somente nossa cultura como também os conhecimentos sobre

cura através de plantas. Nas religiões de matriz africana, além do uso de ervas para medicina há também uma importância de cunho religioso, que representa a cura espiritual. Como percebemos, por exemplo, para o benzimento, a decoração de altares², a purificação do corpo e do espírito. Além disso, cada planta é representada por um orixá (divindade). Como a espada de São Jorge, que se associa com Ogum e Jasmim, representando Iemanjá.

Além disso, há práticas nos terreiros de religião e nas comunidades quilombolas que fazem referência à matricentralidade e ancestralidade negra. A matricentralidade está relacionada às mulheres, que são o centro da organização familiar e da comunidade. Apesar de vivermos em uma sociedade patriarcal, as mulheres assumem um importante papel em comunidades periféricas onde as religiões de matriz africana têm maior expressividade. Queremos dizer com isso que as mulheres são importantes determinantes nas comunidades e que participam de redes de auxílio e de ajuda mútua, garantindo o suporte em muitas ocasiões. Já a ancestralidade é o que dá continuidade ao ofício, e está muito ligada ao vínculo familiar e afetivo. Todo o conhecimento que benzedoras, rezadeiras e raizeiras possuem vai sendo transmitido de geração em geração. A ancestralidade é o elo de ligação entre passado e presente, sendo a mulher a conexão destes referentes. Segundo Dias (2018)

[...] As mulheres crescem em meio aos aprendizados das mais velhas e o fazem até que estejam preparadas para tomar seu lugar dentro da estrutura familiar. A partir desse ponto, as mulheres incumbidas do ofício se tornam o veículo de transmissão para as mais novas do ofício.

A perda dos saberes tradicionais

Durante o século XIX, as práticas populares e a

2. Além do uso para decoração, é utilizada como modo de afirmar a presença e a força de determinados Orixás, Caboclos ou Mestres responsáveis pela direção da casa.

ciência andavam lado a lado. Mas com a criação de universidades, ainda no Brasil colônia, essas sabedorias foram sendo marginalizadas pelo Estado. Dom Pedro I estabeleceu regras para combater as práticas populares. Ele extingue a fisicatura-mor, órgão que regulariza as artes terapêuticas. Em 1850 foi criada a Junta Central de Higiene Pública para regulamentar e fiscalizar as práticas populares. Essas medidas não eram somente para mostrar à Europa o quanto o Brasil estava avançado, mas também mostrar o status dos usuários de medicina na sociedade. A partir da década de 1870, a perseguição e repressão a essas concepções populares se intensificou (Edler, 1999).

O uso de remédios receitados por médicos além de sanar patologias era uma forma de mostrar status social, afinal naquele período o acesso a medicamentos era algo dispendioso, um luxo destinado aos brancos da elite. Às camadas populares restavam os remédios caseiros, ervas curativas e outras sabedorias orientadas por curandeiros. Apesar da repressão ainda se utilizavam dessas práticas postas ilegalidade.

A igreja católica por pretender ter o domínio sobre as pessoas, pregava que os saberes populares eram "obra de satã". Junto a isso rotulou as mulheres como bruxas, agentes de satã, como perigosas, traiçoeiras e responsáveis por tentarem os homens "à perdição". Essa crença era reforçada pelo fato de as mulheres serem ancestralmente as detentoras dos conhecimentos sobre plantas medicinais, algo que era reforçado pela igreja como bruxaria. Durante todo o período colonial, os feiticeiros e curandeiras eram perseguidos pelas justiças do bispo, da Inquisição e do rei, podendo ser presos, açoitados e multados. Isso era provocado pela mentalidade cristã da época que gerava o medo ao demônio e qualquer associação à ele. Apesar disso, os diversos tipos de "feitiçarias" foram praticadas por todas as camadas sociais, inclusive pessoas pertencentes ao clero. (Nogueira, 2004)

Até o início do século XX, com o começo da industrialização em nosso país e a consequente urbanização, cada vez mais o conhecimento popular vai sendo marginalizado pelo contínuo uso de remédios. O fato de a ciência surgir como a legítima representante da verdade sobre a saúde, acentua ainda mais os preconceitos com as práticas e a cultura dos povos ameríndios, dos africanos e dos afrodescendentes. Vale ressaltar que o objetivo deste projeto não é incentivar as pessoas a utilizarem ervas medicinais, ou deslegitimar a ciência. A ciência é fundamental nos avanços da humanidade. Contudo, é igualmente importante fazer a crítica do modo como a ciência também pode subjugar saberes populares. É na direção de resgatar e valorizar esses saberes que este projeto se encaminha.

Metodologia

A primeira parte do projeto foi dedicada à pesquisa bibliográfica sobre tópicos relacionados ao tema. Com base nessa pesquisa, no ano de 2019, foram feitas entrevistas com pessoas que utilizavam as ervas para práticas curativas. Posteriormente, foi estabelecido que seriam realizadas rodas de conversas, durante o período do evento intitulado "Mostra Científica" no IFRS Câmpus Restinga. Foram feitos debates com as turmas de estudantes do curso de Ensino Médio de Jovens e Adultos integrado ao Técnico em Agroecologia³. O intuito foi estabelecer um ambiente de interlocução no qual pudéssemos resgatar as memórias dos usos das plantas. Foram realizadas visitas técnicas a propriedades rurais, e ao quilombo dos Alpes, localizado no município de Porto Alegre. Ainda durante o ano de 2019, houve a criação de um canteiro de ervas medicinais no IFRS Restinga. Esta última atividade teve como objetivo providenciar um ambiente em que fosse

3. O curso Técnico em Agroecologia integrado ao EJA, foi uma conquista da comunidade da Restinga, bairro da periferia onde o IFRS está sediado. Atende a um público de estudantes trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda e residentes na comunidade. O curso visa formar técnicas/os em Agroecologia para atender a crescente demanda nesta área na capital Porto Alegre.

possível trocar conhecimentos sobre as ervas, onde aqueles que tivessem interesse em participar, fossem convidados a trazer uma muda de algum chá para compor o canteiro de ervas medicinais.

No ano de 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia causada pelo vírus Covid-19. Somado à pandemia, tivemos uma condução desastrosa pelo governo federal que colocou a sociedade brasileira em uma crise não somente sanitária, mas igualmente econômica e social. Em virtude da falta de alimentos que atingiu, sobretudo, famílias que vivem nas periferias das grandes cidades, demos continuidade no projeto implantando uma horta agroecológica em uma comunidade contígua ao IFRS. A criação da horta comunitária era uma demanda antiga na comunidade Vida Nova, Restinga, sendo possível sua realização através de financiamento de Edital de Extensão do IFRS específico para ações de combate à crise provocada pela pandemia. Nesta sessão apresentaremos algumas das ações realizadas no âmbito do projeto durante os anos de 2019 e 2020.

Resultados

As pessoas ouvidas são moradoras do bairro Restinga. O bairro teve origem nos programas de remoção de famílias empobrecidas do centro da cidade, seguindo as políticas de higienização social iniciadas no final da década de 1960. Grande parte das famílias removidas para a Restinga eram filhas e filhos de pessoas escravizadas que vieram tentar a vida na capital do estado no êxodo provocado no pós-abolição. A Restinga, portanto, é majoritariamente um bairro afro-brasileiro. Os interlocutores de nosso projeto, além de moradores da Restinga também são estudantes do curso de Agroecologia do IFRS. São pessoas que possuem, ao mesmo tempo, uma ancestralidade afro-brasileira materializada na história do bairro Restinga e o gosto pelas práticas de cultivo. Além disso, todos os 15 entrevistados tinham idade acima de 40 anos.

A maior parte dos nossos interlocutores relatou que os conhecimentos sobre o uso de chás, infusões, entre outros, foram obtidos na relação com mulheres: tias, mães, ou avós. Também relataram que tinham a percepção desses saberes estarem se perdendo no tempo. Nas palavras de uma interlocutora: “*minha vó era benzedeira, minha mãe conhecia as ervas como ninguém, eu já conheço um pouco; já a minha filha, pensa se ela sabe alguma coisa?*”. Alguns dos entrevistados disseram que, com o uso de fármacos, deixaram de usar e esqueceram alguns dos usos de plantas que eram realizados antigamente na família. As falas remetem a um uso das plantas que vai além do elemento de cura, mostrando o uso das ervas associado ao cuidado e às relações de afeto entre as pessoas. Este aspecto fica claro na fala de um interlocutor:

“Houve a diminuição desses saberes sim, porque antigamente se utilizava mais os chás caseiros, e usava antes de ir pro hospital, isso aí, fazia o chá e caso não resolvesse aí ia procurar um médico e comprar os remédios. E hoje não, hoje as pessoas vão direto consultar e o médico receita os remédios né, então eu acho que caiu por isso.” (Delma Guedes)

“Eu era do interior né, interior de Bagé. Então a minha mãe que era da Campanha, sempre utilizou muito os chás, o alecrim, que se põem até na comida né? A gente tomava para adquirir forças, por que tudo isso é coisa antiga, eu sou antiga, então a minha mãe pra tu ver né.” (Fani Goulart)

“Sim, tomo chás. Como o Alecrim, para o cérebro, Amora, que ajuda na menopausa. Marcela, quando tenho algum problema de estômago. Chá de malva ou de folha de batata-doce com leite são ótimos para tirar a infecção do dente.” [...] (Simone Vêloso)

“Sim, todo esse passado de gerações vem se perdendo, pois o marketing agressivo das farmácias, faz com que os próprios antigos não se lembrem, que o que eles estão comprando é nada mais nada menos do que as ervas que eles têm em casa.” [...] (Acimar Duarte)

Na sequência, apresentamos algumas informações obtidas durante a saída técnica em pequenas propriedades localizadas na região do extremo sul de Porto Alegre.

Junto com os estudantes do curso de Ensino Médio de Jovens e Adultos integrado ao Técnico em Agroecologia foram feitas visitas às propriedades de pequenos agricultores da região sul de Porto Alegre. O primeiro lugar visitado foi o Sítio Capororoca, onde tivemos como guia a agricultora Silvana. Durante essa visita conhecemos diferentes Plantas Alimentícias Não-convencionais (PANC's) e seus usos. Como exemplo, citamos a bertalha, uma trepadeira que possui uma ação cicatrizante, o que pode auxiliar quem sofre de gastrite, úlcera, problemas no estômago e melhorar a cicatrização de pessoas com diabetes. Além disso, ela é antifúngica, antigamente era muito usada como tratamento para frieira. Ademais, a planta é comestível e pode ser adicionada ao preparo do pão, salada, massas, panquecas. Além de ser muito saborosa, a bertalha possui um excelente valor nutricional.

Ao final do encontro foi feita uma confraternização com um lanche preparado somente com as PANC's do local, sendo possível comer diferentes lanches orgânicos e deliciosos.

Num segundo momento houve o deslocamento à Granja Lia, cujo objetivo foi conhecer mais sobre a produção de orgânicos. Todas as comidas e bebidas ofertadas eram orgânicas, produzidas com produtos da agricultura familiar.

Por último, visitamos à Granja Santo Antônio, que permitiu aos participantes conhecerem e discutirem diferentes tipos de técnicas de repelentes naturais nas plantações, ou seja, sem o uso de pesticidas tóxicos que com o tempo acarretam uma série de doenças, gradativamente. Infelizmente, essa prática é muito utilizada no



Figura 1 – Visita da turma do EJA e Técnico em Agroecologia ao Sítio Capororoca em Porto Alegre/RS

Fonte: IFRS – Câmpus Restinga

agronegócio em prol de ter mais quantidade e não necessariamente qualidade nas lavouras. Algumas dessas práticas de repelente seriam a utilização de lavanda, que repele insetos. O uso de uma caixa de som, com o áudio de um gavião ao redor das nogueiras, repele os bugios que comem as plantações, pois o gavião é seu predador. Um mecanismo natural de repelir um predador sem ter que mal tratá-lo.

O quilombo dos Alpes está localizado no morro da Glória, entre os bairros Cascata e Teresópolis. Essa é uma comunidade formada por cerca de 60 famílias. Sua formação aconteceu no século XVIII quando Maria Edwiges, mulher escravizada no período escravista, foge com seu companheiro da propriedade do fazendeiro que lhe mantinha cativa. Os dois subiram o morro da Glória e se estabeleceram na parte mais alta.

Com o passar do tempo, a comunidade foi crescendo, os antepassados da Edwiges continuaram com a formação e desenvolvimento do quilombo. Atualmente essa comunidade é dirigida pela mestra Janja, descendente de Maria Edwiges.

Em determinados momentos, o quilombo dos Alpes se abre à comunidade externa e permite que os mesmos conheçam mais sobre o local, através dos festejos de sua própria cultura. Esses eventos auxiliam para a manutenção do quilombo. Visitamos a comunidade acompanhadas dos estudantes do curso Técnico em Guia de Turismo do IFRS, Câmpus Restinga. Além de conhecer a história do local, também foi possível saber um pouco mais sobre o uso de plantas medicinais, que está intrinsecamente ligado ao dia a dia da comunidade e das

memórias locais.

A roda de conversa com as turmas de Agroecologia ocorreu no mês de julho de 2020. Começou com a fala da professora Milena Silvester Quadros, que introduziu o assunto. Ela abordou elementos fundamentais para que a conversa tomasse início. Falando da sua história, da relação com plantas medicinais na infância (tansagem e espinheira-santa), e memórias afetivas com sua mãe. Durante a conversa surgiram diversos temas relacionados, tal como o uso crescente dos remédios na nossa sociedade atual. Muitos chamaram a atenção para o número crescente de farmácias, o que está relacionado à lógica capitalista que tomou conta dos cuidados com a saúde do corpo. Falou-se a respeito do uso excessivo de remédios, onde o uso de um remédio leva a outro e assim por diante. Muitos concordam que essa lógica tem ocupado os espaços das práticas populares.

Um dos participantes da roda de conversa trouxe para o debate o fato de que, a maior parte das áreas rurais estão sendo transformadas paulatinamente em zonas de monocultura, levando as pessoas a migrarem para as cidades. Nas cidades, o estilo de vida moderno também induz ao uso dos fármacos. Em uma sociedade na qual a maior parte do tempo é destinada ao trabalho, é mais prático comprar um remédio, diz o nosso interlocutor. A sociedade capitalista da qual fazemos parte, impele à necessidade de maior produtividade sem perda de tempo, logo, quanto mais rápido a cura chegar, mais vantagem para o sistema produtor, pois o trabalhador estará apto ao trabalho em menor tempo. O aceleramento do tempo de tratamento de doenças chegou a um nível tão espantoso hoje em dia, que a própria prática de ir a um médico é deixada de lado. Muitas pessoas acabam indo diretamente às farmácias em busca de remédios. O autodiagnóstico e a automedicação com fármacos fazem parte da rotina das pessoas atualmente.

Além do que foi discutido acima, durante o diálogo foram lembrados os modos de utilização das ervas bem como suas formas de identificação. As falas remeteram a um certo consenso de que a maioria delas/deles aprendeu o que sabia das diferentes figuras femininas que estiveram presentes nas suas vidas.

“Então, o que eu procuro fazer, antes de mais nada, antes de ir ao médico, eu vou até a natureza, antes disso também eu vou aos meus antepassados, meu avós, minha mãe, meus tios e começo a conversar com eles, olha para o que é bom determinado chá, aí eles vão dizer, isso é bom para tal coisa, então eu vou usando essas experiências que eles vão me passando e o mais interessante disso é que eu vou me beneficiando disso também e vai fazendo efeito. Então muitas coisas na minha vida hoje que eu aprendi e que eu conheço tem tudo haver com uma relação com os meus pais, com os meus avós, os meus tios, os meus vizinhos. E uma coisa que me marcaram na infância, é que quando nós íamos fazer a colheita da marcela. Quando chegamos na sexta feira Santa nós acordávamos três e meia, quatro horas da manhã, com todas aquelas pessoas nós subíamos o morro, então quando nós chegávamos lá, nós colhíamos nos primeiros horários da manhã a marcela. Porque eles acreditavam que com o sereno, o orvalho da madrugada as propriedades dela se tornariam mais fortes, aumentava o poder curativo e também o alho. Eles usavam muito alho para combater infecções, gripes, até mesmo friagem. [...]” (Gilberto Lopes)

Por último vale salientar o que foi discutido em relação às religiões de matriz africana. Seja quimbanda, umbanda, entre outras, cada uma tem um uso para as ervas. Em específico a aluna Jussara relatou que na Umbanda, religião da qual faz parte, utiliza as ervas por causa do Amaci⁴, que tem a finalidade de preparar o médium para receber as energias vibrantes do terreiro; além de proporcionar uma limpeza de sua aura; como também confirmar as entidades

4. Iniciação dos filhos da casa para entrarem no mundo dos trabalhos da Umbanda. Ou seja, é um ritual destinado aos filhos que já trabalham na corrente mediúnica há um tempo.

e orixás que o acompanham. O ritual consiste em um banho de ervas específicas que serão determinadas de acordo com cada médium iniciante.

[..]” Pretos Velhos que eram escravos, receitavam os chás de acordo com o filho. Ele não precisa falar o que sente. E não te cobra nada, porque o que a natureza dá para ele, ele te devolve de graça. Aprendizado pra gente e para a entidade que está do lado também.” (Jussara)



Figura 2 – Roda de conversa sobre as plantas medicinais com as turmas de Agroecologia

Fonte: IFRS – Câmpus Restinga

Outra oficina ocorreu durante a “IX Mostra Científica do Câmpus Restinga”, cujo tema foi “Bioeconomia: Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável”. Essa prática ocorreu no dia 22 de outubro, no período da noite. Semanas antes do evento foi realizada a divulgação em salas de aula para os alunos do período da noite e fixação de cartazes nos murais dos corredores principais. A oficina era aberta a todos e todas que tivessem interesse em trocar saberes sobre ervas medicinais. Foi solicitado que, quem pudesse, trouxesse uma muda de planta medicinal, ajudando assim a compor a construção de um canteiro de ervas medicinais.

Ao longo da discussão surgiram opiniões e debates extremamente semelhantes ao que foi abordado durante o encontro, através de uma

roda de conversa com a turma da Agroecologia. Uma informação interessante trazida pelos participantes é o relato de que muitas vezes podem não saber o nome de determinada erva, contudo muitos guardam uma memória visual da planta. Isto é, embora não guardem o registro do nome, sabem identificar e para quais patologias esta planta pode auxiliar.

Os participantes levaram consigo ervas medicinais com as quais demos início ao canteiro de ervas medicinais no IFRS, Câmpus Restinga. Cada um falou dos usos populares conhecidos para cada planta, por ordem do nome da planta e seus usos, apresentamos algumas delas: Espada de São Jorge: místico, religião, diminui insetos em ambientes, ou hortas, como proteção; Babosa: ela pode ser ingerida, pode ser aplicada na pele, e no cabelo; Arruda fêmea: usada na forma de chá, banho, ou simpatia, ajuda nas cólicas menstruais, usos para fé; Tomate: propriedades capilares; Bergamota: propriedades calmantes, e o da casca acalma o estômago, auxiliar a digestão e alivia o estresse; Alecrim: tempero para comida ou chá, que é bom para ansiedade, coração, depressão, ansiolítico, repelente natural; Penicilina: antiviral e analgésica; Boldo Chileno: usado



Figura 3 – Plantio no canteiro de ervas medicinais durante a oficina da “IX Mostra Científica do Câmpus Restinga”

Fonte: IFRS – Câmpus Restinga

para disfunções do estômago; Funcho: trata as cólicas do bebê causada pelos gases. O encerramento da oficina deu-se com a ida até a horta para plantio das plantas trazidas pelos próprios participantes, no canteiro de ervas medicinais.

Com a interrupção das aulas presenciais, a continuidade do projeto no ano de 2020, ocorreu na comunidade Vida Nova. A implementação da horta permitiu o cultivo de um canteiro de ervas medicinais neste local. O projeto foi financiado por Edital específico do IFRS que permitiu o pagamento de bolsa de extensão a mulheres moradoras da comunidade. Ao todo, oito mulheres fizeram parte da rede, das quais seis são estudantes do curso Técnico em Agroecologia do IFRS. São mulheres que foram fortemente afetadas pela crise socioeconômica provocada pela pandemia. Foi realizada uma escala de atividades no local, de modo a não provocarmos aglomerações e riscos de contaminação pelo Covid-19. Uma vez por semana, ocorreram encontros ao ar livre (sede da Associação Vida Nova). Estes encontros foram dedicados a pensarmos a importância do trabalho coletivo

neste contexto de pandemia, além da importância do resgate de saberes populares sobre usos das ervas medicinais. Nos encontros surgiram temas atuais, tal como a indicação inadequada (e mesmo criminosa) de medicamentos ineficazes no combate à pandemia. Aproveitando o ensejo, debatemos a respeito da ética que alicerça a organização das sociedades. Muitas apresentaram o uso de plantas curativas dentro de uma ética do cuidado que demanda responsabilidade e zelo pelo próximo. Ao contrário do que tem sido promovido pela política brasileira no contexto da pandemia, em conluio com uma indústria farmacêutica irresponsável, as atividades com as plantas na horta comunitária da Vida Nova, acende uma necessidade de resgate de outras éticas, mais solidárias e pactuadas com o sentido da vida e do bem viver.

Considerações Finais

Durante a vigência do projeto nos anos de 2019 e 2020 foi possível concluir alguns dos objetivos propostos. As informações advindas da interlocução com as pessoas de diferentes

comunidades (da Restinga e Quilombo dos Alpes), a revisão bibliográfica sobre o uso de plantas medicinais para práticas curativas, e seus usos em religiões de matriz africana foram algumas das ações concluídas. Houve saídas de campo para propriedades agroecológicas e comunidade quilombola, além da realização de rodas de conversa com o curso de Agroecologia para fazer uma troca de conhecimentos entre os presentes. Realização do canteiro de chás com a presença dos participantes da oficina “Memórias e afetos dos chás”, e a partir disso foi feita a catalogação das plantas existentes no canteiro de chás para a realização de placas para sinalização. Ao fim do projeto, apresentamos nas mostras científicas realizadas em outros Institutos Federais do Rio Grande do Sul como a 4ª MEPEX no Campus Alvorada, no 4º Salão de Ensino Pesquisa e Extensão, e no Câmpus Bento Gonçalves, na EMPEX no Câmpus Canoas. E o projeto recebeu destaque na IX Mostra Científica do Câmpus Restinga. O projeto abriu um caminho para darmos sequência a ações que visem recuperar memórias dispersas que atualizam saberes ancestrais ainda hoje agenciados cotidianamente no contexto da comunidade e das famílias.

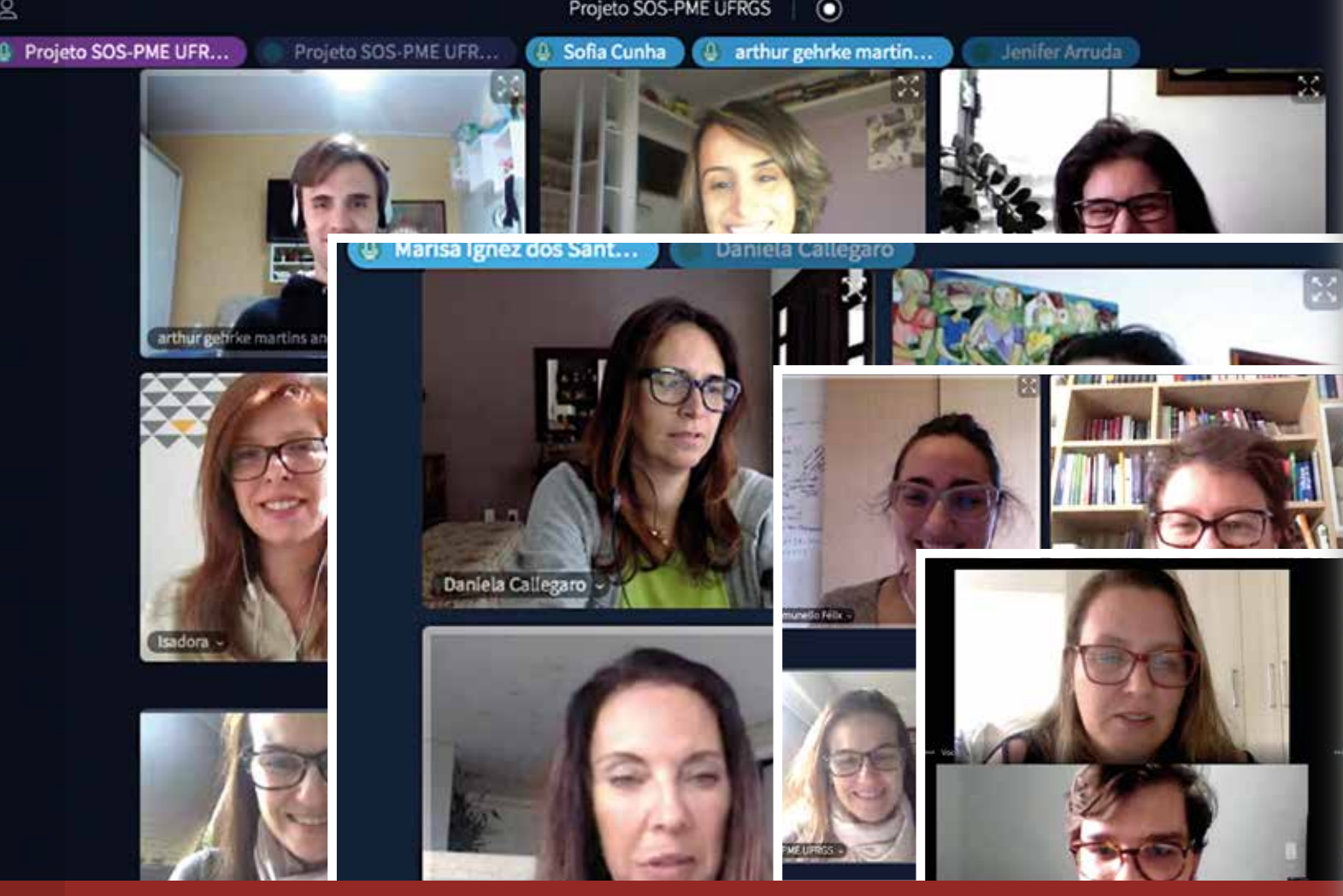
O projeto visou recuperar estes conhecimentos e, ao mesmo tempo, valorizar os referentes da cultura dos próprios estudantes do IFRS moradores da Restinga, de modo que estes

referentes participassem do processo de ensino e aprendizagem. O projeto deu ensejo, ainda, a possibilidade de que ações de extensão provocassem a interconexão de conhecimentos entre o IFRS e o bairro da Restinga e as comunidades tradicionais.

Por fim, é importante pontuar que setenta por cento dos estudantes dos cursos de PROEJA (como o Técnico em Agroecologia) do IFRS, Câmpus Restinga, são mulheres. As narrativas destas mulheres, moradoras da Restinga, nos mostraram que a manipulação de ervas e chás é uma atividade que historicamente compõe o universo das experiências de mulheres no cuidado com os filhos e com a família. Nessa linha de pensamento, o resgate de saberes através da memória popular dos usos das plantas nos levou a conhecer alguns referentes que compõe as sensibilidades e os pontos de vista de mulheres na construção do mundo. ◀

Referências

- ALMEIDA, Iveti. **O benefício das plantas medicinais na utilização pelos professores em uma escola pública**. Londrina. v.1, 1-17, 2015.
- DIAS, M; SILVA, J. Dinâmicas psicoeducativas do benzimento: uma construção comunitária. **Revista eletrônica da FEATI**, v. 1, n.17, jul-dez, 2018, Paraná.
- KORCZOVEI, Silvia; ROMAGNOLI, Mariza. Plantas Medicinais: valorização e preservação do conhecimento popular associado ao conhecimento científico. **Manborê**. v.1, 1-19, 2013/2014.
- VIANA, Antonio. **As utilizações de ervas nas religiões afro-brasileiras nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo**. Niterói 2017.
- RICARDO, Leticia. **Uso de PLANTAS MEDICINAIS: o Sistema Único de Saúde e a autonomia dos saberes comuns**. Rio de Janeiro. 2009.



Assessoria a pequenas e médias empresas durante a pandemia da Covid-19

Daniela F. Brauner: Escola de Administração – UFRGS; daniela.brauner@ufrgs.br
Raquel Janissek-Muniz: Escola de Administração - UFRGS
Sofia G. Cunha: Escola de Administração - UFRGS
Denise Avancini Alves: : Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - UFRGS

Introdução

A pandemia de coronavírus trouxe impactos para muitos empresários, que se viram impostos a um cenário de imprevisibilidade devido às mudanças das restrições de circulação da

população. Durante 2020, vivemos o fechamento temporário dos negócios, idas e vindas dos protocolos e uma mudança significativa no modo de consumo das pessoas. Esse cenário trouxe instabilidades para as atividades econômicas

e preocupações quanto à sobrevivência dos negócios, em especial aos micro, pequenos e médios empresários e às inúmeras famílias que dependem do emprego nessas empresas.

Diante deste cenário, professores da Escola de Administração da UFRGS criaram o projeto SOS-PME Rede de Assessoria Empresarial, que visa o levantamento de dados, diagnóstico e a prestação de assessorias aos micro, pequenos e médios empresários, no que tange aos impactos da pandemia de coronavírus e as consequências do *lockdown* em seus negócios. O projeto abrange temáticas relacionadas aos principais vetores da administração: visão sistêmica e estratégica, marketing, tecnologia de informação (TI), operações, finanças e gestão de pessoas. Tal abrangência levou à formação de parcerias com diversas outras unidades da UFRGS e da comunidade.

A principal frente do projeto são as ações de assessoria realizadas por grupos de pesquisadores, alunos e voluntários da comunidade, sob orientação de professores coordenadores. Cada assessoria envolve etapas de aproximação, tomada de conhecimento e diagnóstico das realidades de cada empresa. Os grupos são então desafiados a sugerir ações focadas nos problemas reais do empresário, visando a entrega de planejamentos direcionadores para a orientação de processos, identificação de novos modelos de atuação e alternativas estratégicas que permitam ao empresário um repensar de seus negócios.

Este artigo tem como objetivo apresentar o projeto SOS-PME, detalhando seu funcionamento e destacando os impactos positivos que ele traz para a comunidade acadêmica, profissional e civil. Inicialmente, é apresentada uma síntese das principais bases teóricas que guiaram o desenvolvimento do projeto. Em seguida, o histórico do projeto SOS-PME é retomado, descrevendo suas metodologias e modo de funcionamento. Os resultados alcançados pelo projeto, em termos de atendimentos e exposição na mídia, são detalhados no capítulo seguinte. Por fim, as principais

conquistas e potenciais do projeto são destacados nas considerações finais.

Fundamentação teórico-metodológica

Há algum tempo as universidades não têm estado mais focadas exclusivamente em educação e pesquisa. Elas estão evoluindo para um modelo mais empreendedor, integrando uma terceira missão de desenvolvimento econômico e social por meio da interação entre universidade-governo-empresa (Hélice tríplice) (ETZKOWITZ, 2013). Neste sentido, torna-se essencial a criação de novos arranjos entre as esferas institucionais que fomentem as condições para a inovação (universidade-governo-empresa), evidenciando o potencial de engajamento das universidades.

Ao colocar seu papel de engajamento em prática, as universidades podem se orientar no sentido de focar nos resultados da transferência de conhecimento ou em contribuições mais gerais para atividades de desenvolvimento econômico regional (SÁNCHEZ-BARRIOLUENGO; BENNEWORTH, 2019). Num cenário de crise como o da pandemia, esta atitude é especialmente benéfica para a comunidade no seu entorno (BRAUNER *et al.*, 2020).

O envolvimento da comunidade, por sua vez, é crucial para o sucesso das instituições de ensino ao lidar com os desafios do ensino à distância, ainda mais num contexto de crise. De acordo com Ossiannilsson (2021), é importante considerar todo o ecossistema universitário, incluindo lideranças, recursos digitais, professores e estudantes, inclusive aqueles em situação mais vulnerável. Nesse sentido, a manutenção de laços de confiança, solidariedade e cooperação entre essa rede é uma peça-chave para alcançar o sucesso.

Em Brauner e colegas (2020), os idealizadores do projeto SOS-PME questionam o papel das

universidades diante da crise imposta pela pandemia e como estas podem mobilizar recursos e rede de parcerias para contribuir com a sociedade. Os autores relatam que universidades com reconhecida trajetória de engajamento cívico, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), têm desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento de projetos voltados não apenas para questões de saúde, mas também socioeconômicas. No artigo, os idealizadores exploram as características mobilizadas pelo projeto SOS-PME que tornam a UFRGS uma universidade regional engajada (BRAUNER *et al.*, 2020). Como resultado, evidenciam que uma universidade engajada entrega conhecimento para a sociedade através do envolvimento social, além de educação e pesquisa. Dentre os elementos do projeto SOS-PME que proporcionam o engajamento estão: as alianças estratégicas formadas, a multidisciplinaridade da equipe, a agilidade e o gerenciamento do projeto, uma estratégia de

comunicação efetiva, e o suporte e a reputação institucional. Neste artigo, é detalhado como esses elementos foram organizados no contexto do projeto de extensão na UFRGS e abrem perspectivas para desenvolvimento de novos serviços para atendimento à comunidade.

Apresentação do Projeto SOS-PME

O SOS-PME é um projeto de extensão da UFRGS denominado Rede de Assessoria Empresarial. O projeto surgiu em março de 2020 (Figura 1), como uma iniciativa de professores da UFRGS, especialmente da Escola de Administração, para auxiliar pequenas e médias empresas no enfrentamento da crise gerada pela pandemia de Covid-19. Com o impacto social do projeto e sua divulgação pela Universidade e pela mídia regional, ele foi atraindo importantes parceiros, como outras unidades da UFRGS, empresas juniores, os Parques Tecnológicos

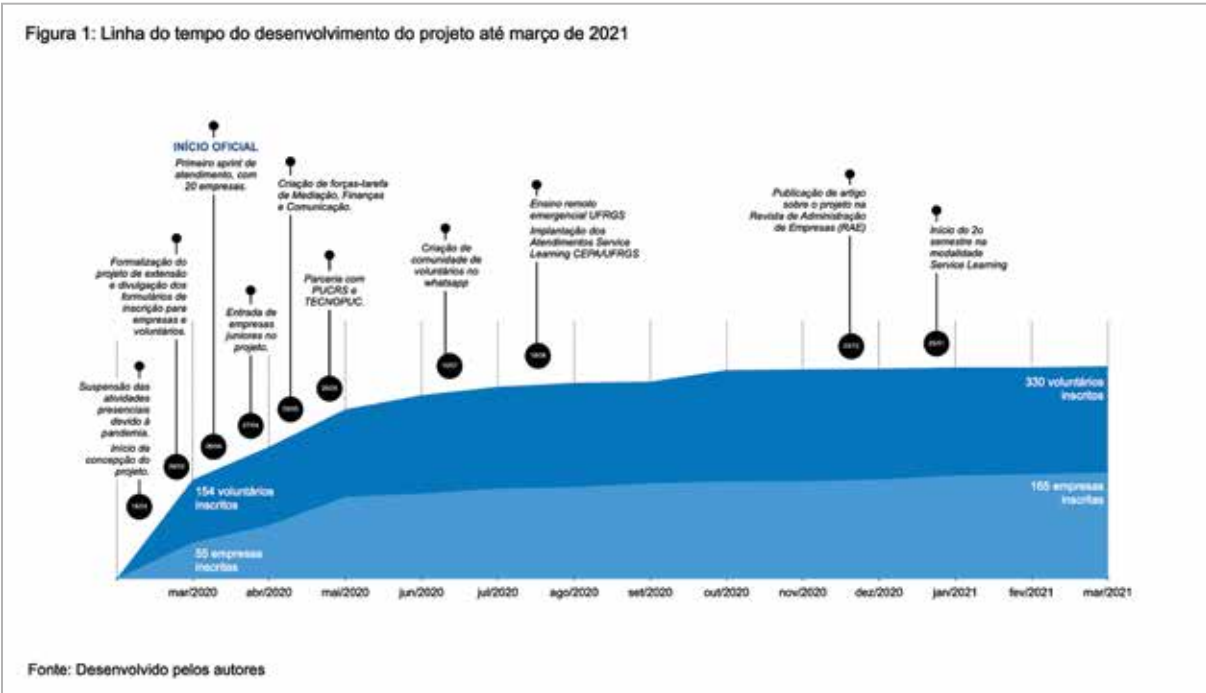


Figura 1 – Gráfico que mostra a linha do tempo do Projeto SOS-PME
Fonte: Desenvolvido pelos autores

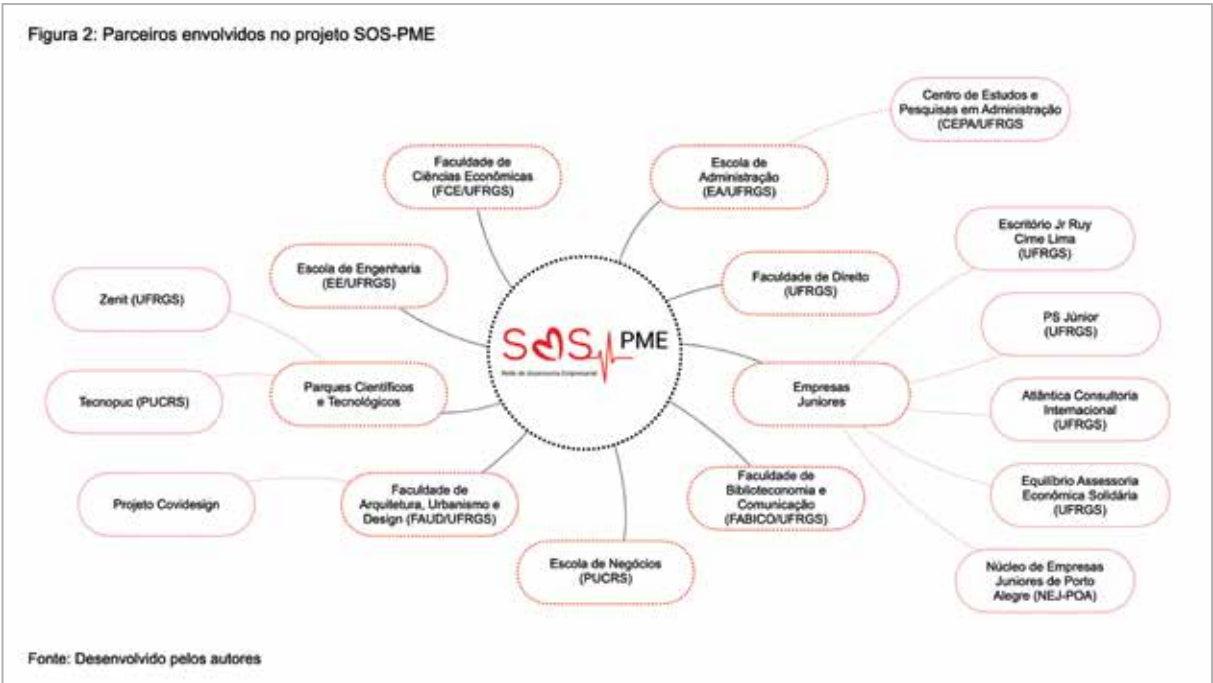


Figura 2 – O engajamento dos parceiros no Projeto SOS-PME
Fonte: Desenvolvido pelos autores

Zenit da UFRGS, o Tecnopuc da PUCRS e a Escola de Negócios da PUCRS (Figura 2).

Na primeira fase de atendimentos de abril a agosto de 2020, os empresários receberam gratuitamente assessorias personalizadas, realizadas por equipes multidisciplinares formadas por estudantes, docentes, técnicos da Universidade e outros voluntários associados ao projeto, incluindo perfis de empresários, profissionais de mercado e investidores. O processo de atendimento ocorreu através de um fluxo personalizado em cinco etapas principais: conscientização, entendimento, diagnóstico, cocriação e conclusão (Figura 3). Cada equipe contava com um coordenador, responsável pela comunicação com os empresários, voluntários e coordenação geral do projeto. Cada processo de assessoria levou aproximadamente 10 dias para ser finalizado. A assistência ofereceu orientações e alternativas em gestão empresarial, considerando o contexto, a situação da empresa e o envolvimento do empresário na cocriação de caminhos alternativos para seus problemas específicos. Ao final da assistência,

um relatório com recomendações foi entregue a cada empresário atendido, juntamente com um formulário de avaliação de satisfação. As empresas com requisitos especiais foram encaminhadas para receber assessoria adicional dos parceiros do projeto.

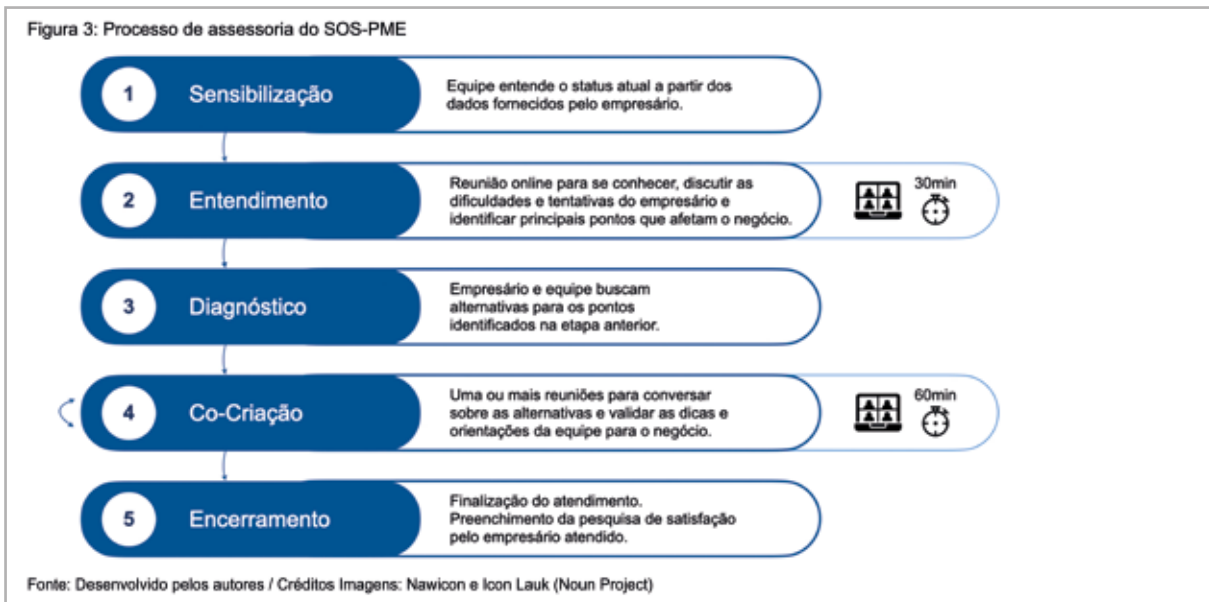


Figura 3 – Fluxo das cinco etapas principais de assessoria no SOS-PME

Fonte: Desenvolvido pelos autores. Créditos Imagens: Nawicon e Icon Lauk (Noun Project)

Observando os atendimentos realizados, foi possível perceber que todos seguiram um fluxo de conhecimentos abordando assuntos diversos conforme expertises da equipe e demandas específicas dos empresários. O mapeamento do fluxo

de conhecimento das equipes é apresentado resumidamente na Figura 4. Os assuntos abordados nas reuniões e relatórios envolveram os principais eixos de gestão empresarial tais como capital, operação, mercado, gestão e inovação.

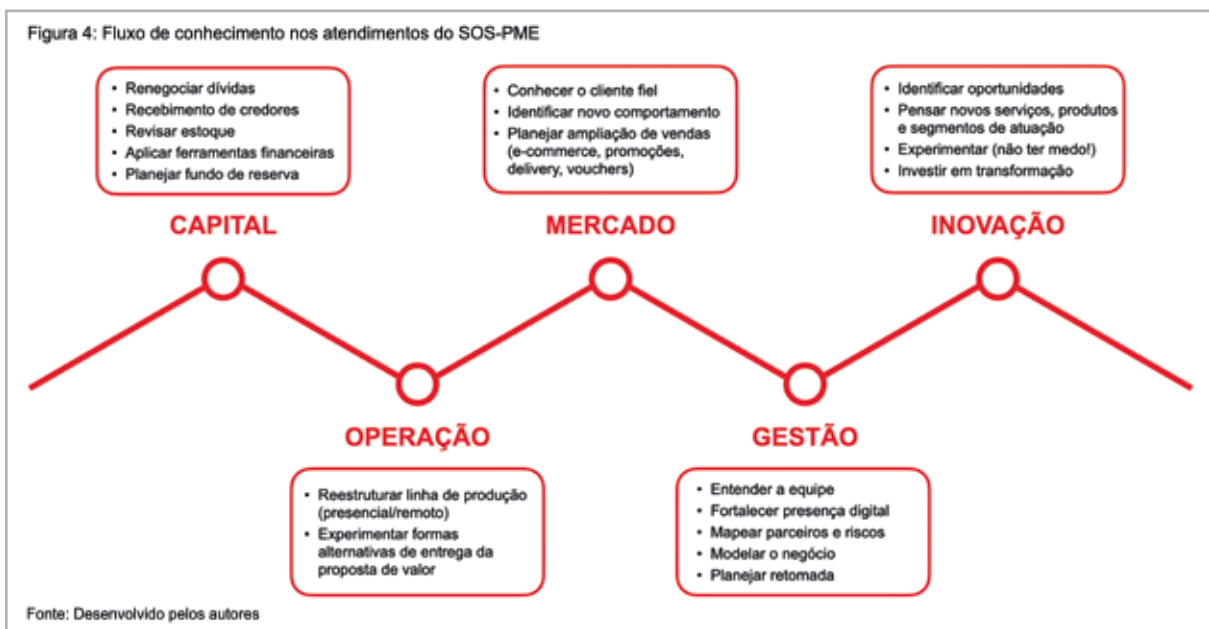


Figura 4 – Mapeamento do fluxo de conhecimento das equipes

Fonte: Desenvolvido pelos autores

Com a retomada das aulas via ensino remoto emergencial na UFRGS, em agosto de 2020, o trabalho de assessoria migrou para a sala de aula, em um formato de *service learning*, sendo incorporado como prática pedagógica para implementação piloto no contexto de algumas disciplinas de graduação. As empresas passaram a ser assessoradas por alunos, orientados por seus respectivos professores, e por mentores voluntários em assuntos de suas expertises. O serviço piloto vem sendo apoiado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA) e seu funcionamento é apresentado na Figura 5.

O *service learning* é uma metodologia ativa de ensino e aprendizagem, que integra a prestação de serviço de assessoria empresarial com as habilidades acadêmicas, permitindo aprendizagem de conteúdo e reflexão. É um modelo para o desenvolvimento da comunidade usado como uma estratégia instrucional para atender às metas de aprendizagem (Jacoby, 1996).

Dentre os objetivos do *service learning* do SOS-PME estão:

- Proporcionar aos alunos aplicação prática do conhecimento adquirido em sala de aula;
- Apresentar casos reais nas disciplinas de graduação e pós-graduação, trazidos pelas empresas parceiras;
- Preparar os alunos no contato com o mercado de trabalho: compromisso, ética e senso de comunidade;
- Entregar para a comunidade o conhecimento e o serviço da Universidade;
- Auxiliar os empresários parceiros no acesso aos conceitos e ferramentas utilizadas em sala de aula;
- Conectar professores, alunos e empresários com outros mentores da Rede de Assessoria Empresarial.

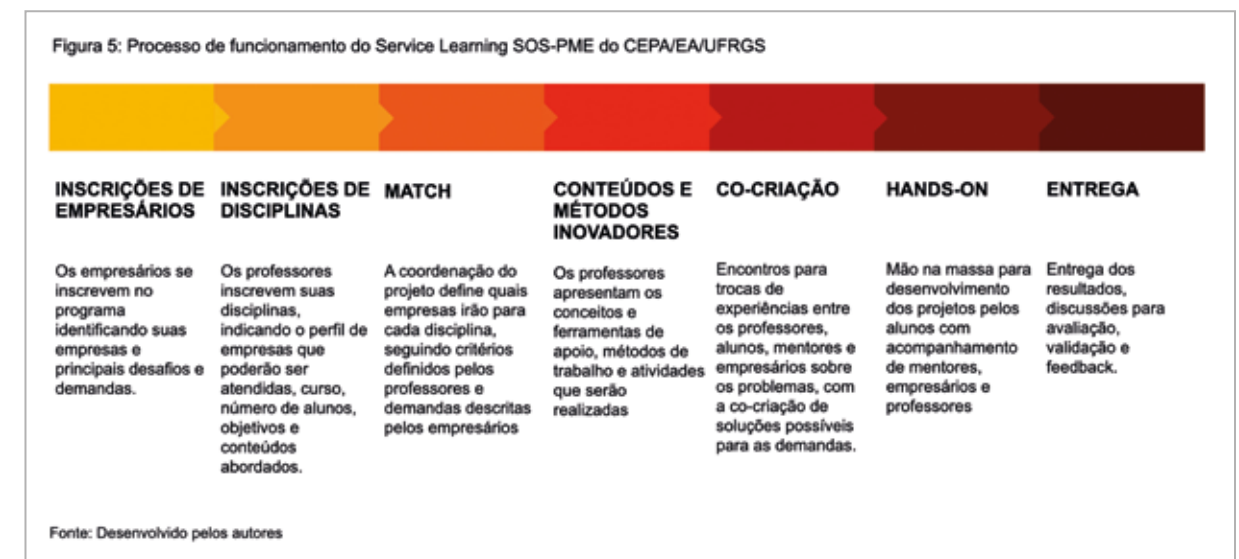


Figura 5 – Funcionamento do serviço piloto do Projeto SOS-PME

Fonte: Desenvolvido pelos autores

O *service learning* também conta com o apoio da Rede de Mentores formada pelos voluntários inscritos através do SOS-PME. A rede coloca à disposição do professor um conjunto de voluntários que podem assessorar os atendimentos das equipes, auxiliando o professor na condução e orientação das equipes atuantes no *service learning*.

A Rede de Mentores se organiza através de um grupo de Whatsapp¹ e também está sendo estruturado um quadro de apresentação dos voluntários, facilitando a localização para mentorias nos diferentes programas da Universidade. Já surgiram conexões da Rede com outras iniciativas da UFRGS, tais como Maratona de Empreendedorismo, disciplina transversal de empreendedorismo e projetos de aceleração de negócios ligados ao Parque da UFRGS e Escola de Administração, como o AcelerEA.

Devido ao distanciamento social, toda coordenação das atividades e os atendimentos são realizados online. Para gestão e coordenação

das atividades do projeto SOS-PME, foram adotadas técnicas de gerenciamento ágil e plataformas para gestão do conhecimento de forma a garantir a disseminação do conhecimento entre as diferentes equipes de atendimento para não centralizar o conhecimento apenas nas pessoas.

Na primeira fase do projeto, os atendimentos foram gerenciados em rodadas (*sprints*), baseados no Scrum (SUTHERLAND, 2014). O conjunto de empresas para atendimentos foram priorizadas com base em dados fornecidos pelos empresários, com relação à situação e urgência. Uma vez estabelecido o conjunto de empresas da rodada, cada coordenador de equipe escolhia uma empresa para auxiliar e então selecionava voluntários para sua equipe, de acordo com os conhecimentos necessários em função dos requisitos da empresa. Os coordenadores de equipe realizavam reuniões semanais com os coordenadores do projeto para discutir o progresso dos atendimentos, problemas e compartilhar dicas de assessoria e quaisquer outras questões emergentes, conforme apresentado na Figura 6. Ao final de

cada rodada, ocorria uma revisão colaborativa do processo para readequar o processo de assessoria ou repriorizar critérios de seleção de novo conjunto de empresas para a nova rodada. Com a retomada das aulas via ensino remoto emergencial na UFRGS até agora, a alocação de empresas para disciplinas é feita de forma personalizada, identificando disciplinas que mais se adequam às demandas relatadas pelos empresários. Os atendimentos nesta fase seguem um fluxo pré-determinado pelo planejamento definido em cada disciplina, porém seguindo o processo padrão apresentado na Figura 5.

Para gestão dessas atividades, os coordenadores do SOS-PME utilizam uma combinação de ferramentas colaborativas e gratuitas de suporte online, como o mural do Trello² para coordenação das equipes e das atividades de atendimento, funcionando como uma plataforma de gerenciamento de projetos para acompanhamento dos atendimentos. O Trello é uma aplicação web que viabiliza a gestão visual de fluxo de atividades de um projeto, permitindo, assim, implementar o método Kanban (ANDERSON, 2011). Dessa forma, é possível garantir a visualização do trabalho, facilitando a observação dos gestores do projeto e aprimoramento contínuo para garantia da agilidade. No Trello do SOS-PME cada atendimento a uma empresa é representado por um cartão. Assim, todo o conhecimento sobre os atendimentos é registrado no cartão, que é de acesso exclusivo dos participantes do projeto.

Todas as reuniões de alinhamento são realizadas através de plataforma gratuita de webconferência Elos.vc³, utilizada também para os atendimentos aos empresários. As reuniões de coordenação do projeto são documentadas em atas utilizando plataformas

de arquivos compartilhados, bem como os dados, formulários de coletas de dados e demais documentos, com acesso compartilhado pelas equipes de atendimento. Por estar lidando com dados sobre processos empresariais, todos os participantes do projeto assinam um acordo de confidencialidade constante no formulário de inscrição, independente da forma e tempo de atuação no projeto.

Como forma de ampliar a disseminação do conhecimento gerado no projeto, foi criado um mural de dicas colaborativo na plataforma Padlet⁴. Todos os voluntários do SOS-PME foram convidados a compartilhar ali conteúdos voltados para auxiliar os empresários assistidos pelo projeto, que, por sua vez, poderiam acessar o mural a qualquer momento para navegar pelas dicas. Os cartões com cada conteúdo são divididos em temáticas, de acordo com os assuntos mais discutidos nos atendimentos: Finanças, Gestão de Pessoas, Marketing, Operações, Tecnologia da Informação, Visão Sistêmica e Estratégica, Jurídico e Medidas Governamentais, Psicologia, Mediação Empresarial, Saúde e Cuidados com Covid-19. Adicionalmente, o mural também é utilizado como um meio de divulgação da presença do projeto na imprensa e publicações acadêmicas.

Resultados

Entre março de 2020 e abril de 2021, o projeto recebeu a inscrição de 167 empresas, 331 voluntários e 14 disciplinas, as quais envolveram mais de 360 alunos de graduação. Em oito sprints, seis com equipes multidisciplinares e dois semestres com a modalidade *service learning*, foram atendidas 111 empresas, representando 66% da base de inscritos. Algumas das empresas inscritas desistiram ao longo do processo (20 ao todo, correspondendo a 12% das empresas

1. <https://www.whatsapp.com/>

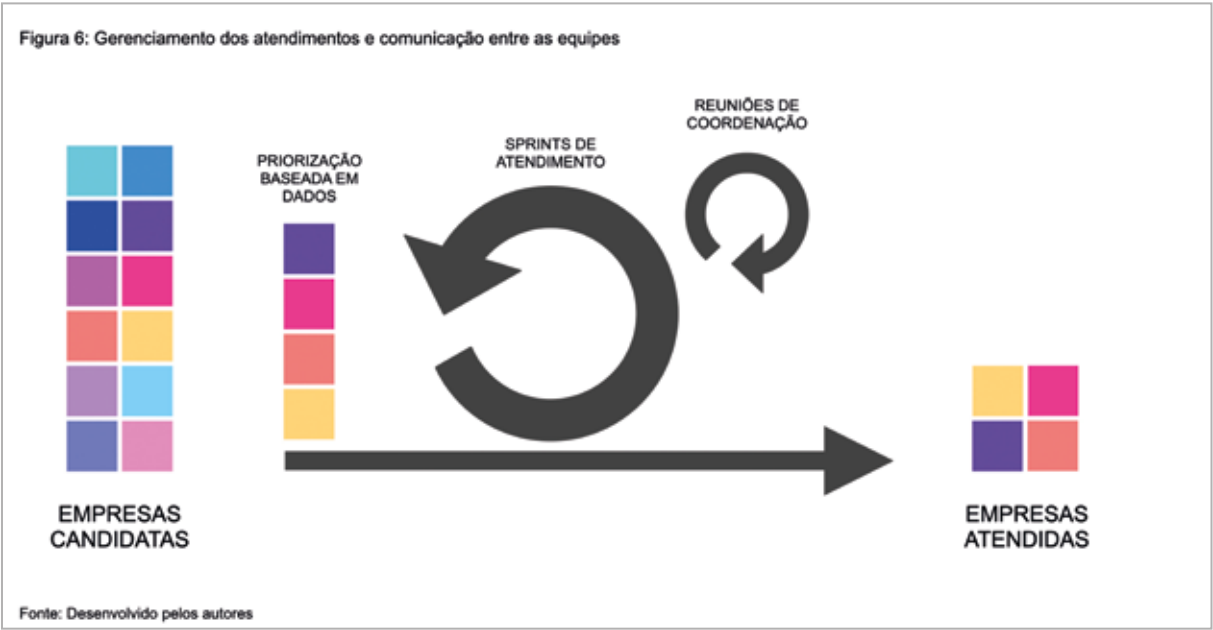


Figura 6 – Reuniões de coordenação do progresso dos atendimentos e gestão de assessoria
Fonte: Desenvolvido pelos autores

2. <https://trello.com>

3. <https://elos.vc>

4. <https://padlet.com/sospmee/dicasempresas>

inscritas), em função de limitação de tempo ou dificuldades impostas pela pandemia. Entre aquelas que receberam atendimento e responderam à pesquisa de satisfação (30 ao todo, correspondendo a 27% das empresas atendidas), o nível de satisfação foi alto, com nota média de 4,88 em uma escala de 5 pontos.

Para além das assessorias, o SOS-PME conta com uma frente de comunicação para ampliar o alcance do projeto e o acesso aos conteúdos gerados pela rede de voluntários. Além da criação de um site⁵ que centraliza as informações do projeto, foram criados perfis em redes sociais digitais com maior alcance entre o público, como Instagram⁶, Facebook⁷, Youtube⁸ e LinkedIn⁹. Uma equipe de voluntários dedicada à comunicação do SOS-PME mantém uma frequência de postagens e conteúdos para disseminação de conhecimento a respeito das soluções e dicas discutidas pelas equipes com os empresários atendidos. Desta frente, surgiu a iniciativa SOS Talks, uma série de conversas ao vivo entre um participante do SOS-PME e um convidado especialista no tema de cada evento. Até o momento, foram realizadas 18 sessões do SOS Talks no Instagram com diferentes temáticas relacionadas ao projeto, totalizando mais de 3.000 visualizações. Além disso, foram postadas mais de 120 publicações nas diferentes redes sociais, formando uma base de mais de 1200 seguidores, grande parte deles no Instagram.

O contato via e-mail foi o principal canal de comunicação entre a coordenação e os demais participantes do projeto. Todo novo inscrito, empresário ou voluntário, recebe

5. <https://www.ufrgs.br/escoladeadministracao/sospme/>

6. <https://www.instagram.com/sospme.ufrgs/>

7. <https://www.facebook.com/sospme.ufrgs/>

8. <https://www.youtube.com/channel/UCAkwT0YFQqPbrYweB-t4q11Q>

9. <https://www.linkedin.com/company/sospme-cepa>

uma mensagem de boas-vindas, com orientações sobre como participar do projeto. Também é enviada uma newsletter para empresários e voluntários com informações relativas ao projeto e conteúdos relevantes para os participantes, a maior parte extraída do mural de dicas colaborativo, o qual reuniu 188 conteúdos diferentes nesse período. Desde maio de 2020, foram disparadas 91 newsletters, totalizando 17.012 envios, com uma taxa de abertura média de 31%. Para comunicação com os voluntários, coordenadores de equipes de atendimento e equipe de comunicação também foram criados grupos no Whatsapp, visando a troca de informações e o fortalecimento do relacionamento entre eles.

O projeto SOS-PME também ganhou destaque na imprensa, com mais de 20 inserções de mídia espontânea, contemplando entrevistas com os coordenadores do projeto, membros de atendimento nas equipes e depoimentos de empresários assessorados. Essa exposição foi articulada pela equipe de comunicação junto a veículos de imprensa do Rio Grande do Sul e motivada pelos bons resultados do projeto junto às empresas atendidas.

Considerações finais

Após mais de um ano de atuação, o projeto ampliou seu objetivo e pretende continuar os atendimentos aos empresários em discussões sobre alternativas de atuação, não somente ao cenário da pandemia, mas em questões amplas de gestão e estreitando o relacionamento com a Universidade. O novo formato de atendimento através do *service learning* está sendo utilizado em cursos da UFRGS e PUCRS. Neste formato, a empresa se torna parceira da Universidade, numa via de mão dupla, onde a empresa tem seus problemas analisados por grupos de alunos, professores e voluntários, e a Universidade se aproxima dos problemas do dia a dia dos empresários, proporcionando um

aprendizado vivencial aos seus alunos.

O atendimento aos empresários através do piloto do *service learning* do SOS-PME, se mostra uma possibilidade à curricularização da extensão que é uma estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES. Dentre outros pontos, a Resolução estabelece no Art.4º que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018). Neste sentido, esta experiência pode servir como exemplo e objeto de discussão na Escola de Administração e em outras unidades da UFRGS, atuando como agente de integração entre disciplinas e projeto de extensão, e de colaboração entre diferentes unidades em prol de um objetivo único, e multidisciplinar, de extensão.

Neste sentido, a experiência com o projeto de extensão SOS-PME evidencia que a UFRGS é uma universidade regionalmente engajada, que aproxima parceiros, voluntários e

empresários, entregando conhecimento para a sociedade através do engajamento social. Os projetos de extensão como o SOS-PME, que oferecem serviços de apoio à sociedade durante a pandemia da Covid-19, demonstram-se efetivos em reforçar o papel da Universidade empreendedora e sua responsabilidade social perante à comunidade em seu entorno. ◀

Referências

- ANDERSON, D. **Kanban: Mudança Evolucionária de Sucesso Para Seu Negócio de Tecnologia**. Andrea Pinto (Tradutor). 1. ed. Blue Hole Press, 2011.
- BRAUNER, D. F.; MACIEL REICHERT, F.; JANISSEK-MUNIZ, R.; CARNEIRO ZEN, A.; CALLEGARO DE MENEZES, D.; QUADRADO CLOSS, L.; HADDAD CARRARO, W. B.; RUPPENTHAL, C. S.; MÜLLER, F. M.; SOARES LUBASZEWSKI, M.; S. RHODEN, M. I. Universidade engajada: Resgatando PMES na crise da Covid-19. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 60, n. 6, p. 437-450, 2020.
- ETZKOWITZ, H. Anatomy of the entrepreneurial university. **Social Science Information**, v.2, n.3, p. 486-511, 2013.
- JACOBY, B. **Service-Learning in Higher Education: Concepts and Practices**. San Francisco: Jossey-Bass, 1996.
- OSSIANNILSSON, E. Some Challenges for Universities, in a Post Crisis, as Covid-19. In: BURGOS, D.; TLILI, A.; TABACCO, A. (Editors). **Radical Solutions for Education in a Crisis Context**, Singapore: Springer, 2021. p. 99-112.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7 MEC/CNE/CES**. Brasília: Ministério da Educação, 18 de dez. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- SÁNCHEZ-BARRIOLUENGO, M.; BENNEWORTH, P. Is the entrepreneurial university also regionally engaged? Analysing the influence of university's structural configuration on third mission performance. **Technological forecasting and social change**, v. 141, p. 206-218, 2019.
- SUTHERLAND, J. **Scrum: a arte de fazer o dobro do trabalho na metade do tempo**. 1. ed. Leya, 2014.



Direitos sociais de mulheres e meninas em situação de violência social: em tempos de Covid-19

Fernanda da Fonseca Pereira: Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) – Universidade Federal do Rio Grande (FURG); fernandafonsecapereira@gmail.com

Cristina Fuentes Hamerski: Técnica em Assuntos Educacionais - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Acadêmica de Direito: Vitória das Neves Farias Tavares

Primeiros passos

O contexto de pandemia que o Brasil e o mundo vivem tem escancarado não apenas as desigualdades sociais como também situações de violências sofridas por meninas e mulheres cotidianamente. Impactadas e provocadas pelo

aumento de casos de violência de gênero contra mulheres e meninas, nesse período, destacado por agências de impacto mundial como a ONU Mulheres (PASSINATO, 2020), pelo agravamento dos índices de violência contra mulher no município de Rio Grande e contínuas situações

de violência atendidas durante o período de pandemia da Covid-19 pela Universidade Federal do Rio Grande, através do teleacolhimento social do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente CAIC-FURG, unidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande, surge no primeiro semestre de 2020, o projeto de extensão “Direitos Sociais de Mulheres e Meninas”.

Nesse sentido, a proposta do presente projeto é fomentar a garantia de direitos sociais no período de pandemia através da acolhida, da orientação social, especialmente de meninas e mulheres em situação de violência, atendidas pela Universidade Federal do Rio Grande, através da promoção de ações socioeducativas, da produção, publicização e divulgação de diferentes materiais sobre o tema, promovendo a popularização das legislações sociais voltadas para os direitos de mulheres e meninas e a articulação dessas ações à arte e à cultura.

Entendendo o projeto

O cenário de pandemia tem deflagrado uma realidade social fragilizada no aprofundamento das desigualdades e na reprodução e aumento da violência, especialmente, contra mulheres e meninas.

A partir dos dados da Delegacia da Mulher do município de Rio Grande, percebeu-se que, durante a pandemia, até o mês de abril de 2020, a violência aumentou 17,56% e até maio de 2020, foram registradas 666 situações de violência contra mulheres. No ano de 2020, foram mais de 24 mil casos de violência contra mulheres e meninas parte do grupo LGBTQI+ (BORGES, 2020). Em pesquisa realizada pelo DataSenado, em abril de 2020, a partir do Observatório da Mulher, percebeu-se que 78% das mulheres brasileiras que sofrem violência doméstica foram novamente agredidas pelos seus atuais ou pretéritos maridos, companheiros ou namorados. Como fatores influenciadores para tal situação

foram apontados a redução da renda e o aumento do uso de álcool, no período da pandemia.

O projeto surge em decorrência, especialmente, da necessidade de acolhimento dos casos de situações de violação de direitos de mulheres e meninas, no período de pandemia da Covid-19, atendidas pelo Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande, através do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente CAIC-FURG, unidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande.

Cabe destacar que a violência contra mulheres e meninas é uma expressão da questão social estruturada na sociedade capitalista, sendo aumentada no período de pandemia em função do acirramento das desigualdades. Em pesquisa realizada pelo Serviço Social do CAIC-FURG, contemplando a análise da violência contra meninas e mulheres de 101 famílias residentes na zona oeste do município de Rio Grande, explicitou-se que 76,24% dessas famílias eram chefiadas por mulheres; 66% sobreviviam com menos de um salário mínimo; 72,7% era vinculada ao trabalho informal, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas; 66% nunca havia feito parte de qualquer canal de participação e deliberação na cidade e/ou na sua comunidade; 20,7% dessas eram as únicas cuidadoras responsáveis pelas pessoas com deficiência na sua família; 29,8% também eram as únicas responsáveis na sua família pelos cuidados com as pessoas dependentes químicas (PEREIRA, 2018).

No estudo ficou explícito também a fragilização na garantia de direitos sociais e civis expressos na baixa escolaridade, nas condições precárias de trabalho, na fragilidade de acesso à documentação pessoal. Constatou-se que nas famílias chefiadas por mulheres, 41,46% delas não possuíam Registro Geral (RG), 27,27% não possuíam Cadastro de Pessoa Física (CPF) e 22,08% não possuíam Certidão de Nascimento (PEREIRA, 2018). Assim, a não cidadania faz

parte de um contexto de violação que as coloca numa situação de invisibilidade no acesso a direitos básicos para a sua constituição como sujeitos de direitos.

A violência se expressa pela condição de desigualdade que impõe a essas meninas e mulheres. Percebe-se, portanto, que a violência é a via de opressão das mulheres, que se define por um conjunto articulado que molda situações de subordinação, dependência e discriminação nas suas relações com os homens, com o conjunto da sociedade e com o Estado. Para além de todas as situações citadas, das 101 famílias estudadas, 81,19% possuíam meninas e mulheres em situação de violência. Dentre as violências já sofridas pelas meninas e mulheres, 81,7% se referia à violência psicológica; 79% a situações de negligência; 74% violência física e 39% violência sexual (PEREIRA, 2018).

A realidade retratada a partir do estudo com 101 famílias residentes na zona oeste, ou seja, famílias residentes do entorno do Câmpus Carreiros da FURG, apresenta um cenário de violência social que perpassa o cotidiano da relação entre comunidade e Universidade, desafiando ações a serem implementadas no projeto em voga buscando reafirmar a extensão universitária e a sua relação multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade.

Frente ao contexto apresentado, o projeto se propõe:

- Realizar a publicização de direitos sociais a partir de ações socioeducativas no período de pandemia que envolvam a arte e a cultura, disseminando, de forma popular, principalmente, através das redes sociais do projeto e dos canais de comunicação da Universidade, informações sobre a legislação social, sobre os canais de acesso na Rede de Proteção Social para as comunidades em situação de violência social;

- Criar e fortalecer espaços de escuta sensível e acolhimento das diferentes demandas sociais das comunidades durante o distanciamento social impulsionado pela Covid-19, em situação de violência social, a partir do atendimento especializado da área do Serviço Social;

- Construir um diagnóstico social e cultural da violência social presente nas comunidades;

- Potencializar espaços de formação e de diálogos que visem a constituição de multiplicadores e multiplicadoras que atuem na garantia de direitos sociais.

O público-alvo da proposta de trabalho são mulheres e meninas em situação de violência social, atendidas pelo Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC-FURG). Além disso, as ações são destinadas para a comunidade acadêmica e para moradoras dos arredores da Universidade.

Caminhos trilhados até o momento

Desde o início da ação, em agosto de 2020, estão sendo realizadas reuniões semanais com o intuito de promover a formação social e cidadã dos integrantes do projeto. Buscamos discutir nesses encontros, sobre os direitos sociais de mulheres e meninas e as ações futuras a serem desenvolvidas no projeto, assim como o andamento da elaboração dos materiais.

Foram elaborados, a partir do segundo semestre de 2020, mais de 101 (cento e um) arquivos-materiais sobre as legislações sociais, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto do Índio, Estatuto das Pessoas com Deficiência, Estatuto do Idoso e Lei Maria da Penha. Destaca-se, desse modo, que o projeto busca olhar e incluir todas as mulheres e meninas em suas particularidades. Entre esses materiais, foram produzidos cards, podcasts, cartazes, cartilhas,



Figura 1 – Capa da Cartilha
Fonte: Vitória Tavares, 2021.

vídeos, materiais que buscam atrair a atenção do público. Pode ser observada na Figura 1 a capa da cartilha desenvolvida pelo projeto e, na Figura 2, está presente o card “Onde buscar ajuda?” utilizado para dar efetividade nos materiais que informam os direitos das meninas e mulheres.

Soma-se a isso, a criação das redes sociais do projeto em voga. A criação do Facebook e Instagram ocorreu com a motivação de publicizar os materiais produzidos durante o andamento do projeto, assim como a divulgar rodas de conversa e eventos relacionados com a temática da ação. Portanto, as redes sociais mostram-se importantes aliadas à divulgação da ação aqui trazida.

No primeiro ano de existência do presente projeto foi criado também o Teleacolhimento Social para as famílias no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – (CAIC/FURG) e para meninas e mulheres do entorno da Universidade, a fim de ampliação dos canais de



Figura 2 – Card “Onde buscar ajuda?”
Fonte: Vitória Tavares, 2021.

escuta e dos espaços de acolhimento social dessas na Universidade. Essa ação de escuta sensível realizada a partir do Teleacolhimento Social é de fundamental importância, pois a partir desse serviço é feita a orientação social e acolhimento de casos de situação de violência contra mulheres e meninas, e encaminhados para a Rede de Proteção e Defesa dos direitos das meninas e mulheres.

Outro ponto importante a ser destacado é a parceria do projeto “Direitos Sociais de Mulheres e Meninas” com o projeto “Cuidar” do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande. Esse laço entre os projetos possibilitou que a orientação social das vítimas de violência fosse ampliada, fazendo com que as mesmas tivessem também o acompanhamento psicológico durante o ano de 2020.

O diagnóstico sociocultural, um dos objetivos do projeto, está sendo realizado a partir de entrevistas e fotos feitas nas saídas de campo. Nessa pesquisa busca-se colher informações, identificar, analisar e descrever sobre a trajetória das mulheres, pertencentes ao público-alvo do projeto, e os casos de violências que essas sofreram durante suas vidas. O diagnóstico sociocultural foi realizado, até o momento, em uma recicladora situada na Vila Maria dos Anjos, no município de Rio Grande/RS e também em uma comunidade indígena denominada Aldeia Y’Yrembé (Beira-mar), no qual pertencem a essa aldeia os indígenas Mbya-Guarani. A escuta sensível é a forma de receber essas informações colhidas através de desabafos. Através do resultado parcial da pesquisa, por meio dos relatos de violências sociais, identificou-se a precariedade do trabalho que muitas mulheres estão submetidas, situações de pobreza extremas e violências, os registros das saídas de campo tanto na recicladora quanto na comunidade indígena podem ser observados através das figuras ao lado:



Figura 3 – Artesanato produzido por mulheres indígenas
Fonte: Esteve Maris, 2020.



Figura 4 – Retrato da realidade
Fonte: Esteve Maris, 2020.

Na Figura 3 pode-se observar a forte relação da arte com a cultura, o artefato artístico desenvolvido pela comunidade indígena está relacionado com o meio cultural que esse povo vive cotidianamente. Para a comunidade guarani Y’Yrembé, o artesanato é a principal fonte de renda. Na Figura 4, por outro lado, temos a precariedade nas condições básicas de vida, a situação de pobreza é nítida aos arredores da recicladora situada na Vila Maria dos Anjos. Salientamos que essa forma de precariedade é uma das inúmeras violências sociais que mulheres e meninas sofrem diariamente.

Outro resultado importante quantitativamente é a parceria que o projeto “Direitos Sociais de Mulheres e Meninas” realizou com a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Foram distribuídos para 55 (cinquenta e cinco) escolas estaduais materiais desenvolvidos pelo projeto, em prol da publicização e difusão dos direitos sociais de mulheres e meninas. Uma das demandas futuras do projeto é, além de disponibilizar os materiais às escolas, também fazer formações com professores (as), para que os mesmos (as) possam atuar na disseminação dos direitos sociais de mulheres e meninas nas escolas que lecionam.

Igualmente, tem-se como resultado a apresentação do projeto de extensão em eventos científicos como a 19ª Mostra de Produção Universitária Virtual (MPU) da Universidade Federal do Rio Grande, a 6ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIEPE) da Universidade Federal de Pelotas e o 38º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul da Universidade Estadual de Londrina. Todos os eventos ocorreram no ano de 2020, na modalidade virtual, e foram essenciais para disseminar o projeto para outras universidades. Acreditamos que é fundamental a divulgação do projeto em voga não só no meio acadêmico e científico da própria Universidade, mas também para outras instituições com o intuito de fazer com que cada vez mais professores (as) e estudantes possam pensar e refletir sobre a extensão e os direitos das

mulheres e meninas.

Rodas de conversa também foram realizadas pelo projeto, em lives pelo Facebook. As rodas trataram sobre temáticas essenciais como mulheres negras, mulheres indígenas e mulheres com deficiência. Nesse encontro, as mulheres participantes tiveram a oportunidade de compartilhar sobre as suas dificuldades, de explanar acerca das superações e dos desafios de serem protagonistas de suas próprias histórias dentro dos seus contextos socioculturais. No mês de dezembro de 2020, foi realizada também a apresentação dos resultados do projeto em live no Facebook como maneira democrática de compartilhar os resultados do projeto à população.

Em 2021, por sua vez, foi elaborado um Calendário de Lutas Sociais. O mesmo destaca datas importantes na luta dos direitos sociais de mulheres e meninas e é utilizado como norteador das postagens nas redes sociais do projeto. As seguintes ações já foram realizadas no decorrer do presente ano, com referência ao Calendário de Lutas Sociais: no mês de março, as publicações nas redes sociais do projeto, foram voltadas para a seleção de materiais já produzidos no ano passado, alusivos ao Dia Internacional da Mulher. No mês de abril, por sua vez, as publicações foram referentes ao Abril Indígena, com publicações de materiais que davam destaque aos direitos das mulheres e meninas indígenas. Aliado a isso, foram selecionados e publicados também textos poéticos de escritoras, principalmente do movimento literário marginal periférico, que poetizaram, problematizaram a sua própria existência, situações de violência sofrida, bem como foi realizada a publicação de músicas que problematizam e desconstróem falas, discursos e práticas machistas. No mês de maio, está em andamento a ação referente ao combate ao Abuso e à Exploração Sexual infanto-juvenil.

Ainda no presente ano, foram selecionados materiais para serem disponibilizados para a Unidade Básica de Saúde do Centro de Atenção Integral

à Criança e ao Adolescente (CAIC-FURG). A ideia é que as meninas e mulheres atendidas na UBS possam levar impressos folhetos contendo informações acerca dos seus principais direitos sociais e os contatos e os locais de onde buscar ajuda, caso estejam em situação de violência.

Caminhos a serem trilhados

Como se pode perceber, o projeto “Direitos Sociais de Meninas e Mulheres” obteve diversos resultados em seu primeiro ano de existência. Mesmo diante do cenário de pandemia da Covid-19 e de todos os desafios impostos pelo contexto atual, acreditamos que ainda há um longo e vasto caminho a ser percorrido. Na tentativa de estreitarmos a relação entre a arte e os direitos sociais de mulheres e meninas, está prevista a criação de lambes, com frases que conscientizem e chamem a atenção para ao combate à violência contra meninas e mulheres. Os mesmos serão colados e anexados nos estabelecimentos comerciais dos bairros aos arredores da Universidade. Almejamos ainda criar áudio-cards com escritos poéticos de mulheres do movimento marginal.

Pretendemos intensificar as ações dentro do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC-FURG), neste lugar que, ao longo dos anos, tem se configurado como um dos maiores centros de extensão universitária, por ter permitido e viabilizado a interação

transformadora entre a Universidade e as comunidades que circundam o câmpus universitário, através de ações, nas áreas da educação e da saúde. Para tanto, pensa-se em ofertar encontros formativos para os (as) professores (as), bem como oficinas para os (as) estudantes das diferentes etapas de ensino, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cidade do Rio Grande, visando uma educação em prol dos direitos das meninas e mulheres, assim como, uma educação livre, feminista e antirracista.

A ideia também, para o presente ano, é ampliar cada vez mais o campo de atuação do projeto. Almeja-se, nesse sentido, estabelecer parceria com as escolas municipais do entorno da Universidade, a fim de que os direitos sociais de mulheres e meninas sejam amplamente divulgados nas escolas dos arredores do câmpus.

Por fim, destacamos que para além da importância das ações propostas para o público-alvo do projeto, a proposta tem sido igualmente essencial para a formação humana e social dos integrantes que fazem e que fizeram parte de sua constituição. Fazer parte da democratização do conhecimento “legal” acerca dos direitos sociais, especialmente de mulheres e meninas, em tempos tão desafiadores, como os da pandemia da Covid-19, tem sido um ato revolucionário e transformador para todas (os) nós. ◀

Referências

Panorama da violência contra as mulheres no Brasil [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2020. Disponível em: <<http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opedoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>>. Acesso em: 03/10/2020.

PASSINATO, Wania. **Diretrizes para atendimento em caso de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos de pandemia da covid-19. ONU Mulheres**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

PEREIRA, Fernanda da F. **A reincidência da violência contra Mulheres e Meninas da Zona Oeste do Município do Rio Grande**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, 2018;



Divulgação da ciência durante a pandemia de Covid-19: relato de experiência

Lina Naomi Hashizume: Faculdade de Odontologia – UFRGS; e-mail: lhashizume@yahoo.com

Tamires Timm Maske: Faculdade de Odontologia – UFRGS

Acadêmicos de Odontologia: Brenda de Azevedo Claudiano dos Santos, Ekaterine Brito Machado, Júlia Mariana dos Santos Jornada, Mayara de Oliveira Pacheco, Natália Bregalda Rossoni, Nelso Alfeu da Rosa Motta Júnior, Thalya Gabriela Moraes Carvalho

Introdução

A Covid-19 se caracteriza como uma infecção viral causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), identificada em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China. Por apresentar uma rápida

evolução e disseminação, em março de 2020 essa infecção foi declarada como uma pandemia global pela Organização Mundial de Saúde. Além da situação de alerta e de maiores cuidados com a saúde, a pandemia causada pelo novo coronavírus

trouxe mudanças impactantes para a vida da sociedade, fazendo com que as pessoas tivessem que se adaptar a uma nova rotina e criar novos hábitos. Devido ao isolamento e ao distanciamento social decorrentes da pandemia, o tempo dedicado às telas de computador ou de dispositivos móveis aumentou consideravelmente. O uso de redes sociais se tornou uma ferramenta de extrema importância nesse período, não só como um instrumento de aprendizado, mas também como uma ferramenta de trabalho para muitas pessoas (MALTA *et al.*, 2020).

Tendo em vista a situação reportada acima e todas as mudanças advindas do enfrentamento da pandemia de Covid-19, entende-se que as atividades de extensão dentro da universidade também precisaram se adaptar e se reinventar e, dentro desse contexto, a utilização de redes sociais se tornaram importantes instrumentos para a tentativa de desenvolvimento de ações de alcance comunitário dentro de projetos de extensão. Assim, destaca-se a ação recente do projeto de extensão “Ciência na Escola: Entendendo a Cárie Dentária”, que, durante a pandemia, utilizou-se de estratégias remotas e virtuais para manter o projeto em atividade.

A equipe deste projeto é composta por sete acadêmicos do curso de graduação em Odontologia

(do 5º ao 7º semestre) e por duas professoras do Departamento de Odontologia Preventiva e Social da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Figura 1). Antes dessa pandemia, quando as atividades do projeto eram presenciais, o projeto tinha como objetivo promover educação em saúde bucal e geral aos estudantes e professores de escolas de ensino fundamental da rede pública de Porto Alegre, RS.

Para dar continuidade às atividades do projeto, mesmo durante a pandemia de Covid-19, os extensionistas passaram a utilizar as redes sociais (Facebook® e Instagram®) como apoio à divulgação da ciência e para uma expansão e popularizar o projeto. Com a possibilidade de utilização destas plataformas digitais houve a oportunidade de alcançar não somente o público-alvo, mas também a comunidade em geral.

Tendo em vista as situações reportadas acima e decorrentes do enfrentamento da pandemia de Covid-19, este artigo tem como objetivo relatar as experiências do projeto de extensão “Ciência na Escola: Entendendo a Cárie Dentária” em relação à divulgação científica durante o período de pandemia.

Fundamentos teóricos e metodológicos

A população em nível mundial depende diretamente da ciência e da tecnologia para o seu desenvolvimento e manutenção. No entanto, percebe-se que somente uma pequena parcela da população está capacitada cientificamente e, por isso, torna-se essencial a divulgação científica em uma escala mais ampla e com linguagem acessível, para que ocorra uma conscientização da população e uma maior popularização do conhecimento científico disponível (MOREIRA, 2006).

A divulgação facilitada do conhecimento científico é um dos principais objetivos do presente projeto de extensão. Anteriormente ao período da pandemia, as atividades de divulgação realizavam-se através de atividades presenciais e com bastante interação, tendo como público alvo escolares e professores dentro de seu ambiente escolar. Com as medidas de distanciamento social impostas durante a pandemia de Covid-19, novos rumos para o desenvolvimento do projeto de extensão foram tomados, incluindo a migração das atividades presenciais para as atividades remotas em meios virtuais.

Sabe-se que a divulgação da ciência faz com que o público em geral seja atraído pelo seu conteúdo e se aproxime do meio científico e das suas descobertas e inovações (MASSARANI, 2008). Em meio à pandemia, e pelo fato de a população como um todo estar atenta às redes sociais, obteve-se, nesse período, um acesso rápido e facilitado a diversas informações, inclusive àquelas chamadas “fake news”, que se caracterizam como informações não corretas ou não cientificamente aceitas. A crença por parte da sociedade em informações desse tipo poderia levar a desfechos prejudiciais, principalmente no que diz respeito a sua saúde. Diante dessa situação, o papel dos extensionistas na divulgação científica através das redes virtuais de comunicação se tornou importante, a fim de permitir a conscientização e letramento da sociedade em relação à ciência e divulgando informações úteis através de uma linguagem acessível a todos (ALMEIDA, 2020).

Segundo os dados de um relatório de acesso às mídias sociais (WE ARE SOCIAL, 2019), 90% dos brasileiros têm acesso à rede social Facebook e 71% ao Instagram. Portanto, o projeto escolheu essas duas redes sociais virtuais para interação com o público e divulgação de conteúdos científicos confiáveis e de qualidade sobre questões relacionadas à saúde bucal e ao Covid-19, além da possibilidade de expansão do projeto para além do público-alvo inicial.

Do método tradicional à necessidade de adaptação

Período pré-pandêmico

Quando as dinâmicas do projeto de extensão eram apenas presenciais (Figura 2), as atividades eram organizadas associando o currículo escolar dos estudantes com o tema cárie dentária e a saúde bucal e ocorriam em quatro encontros semanais e interativos, de 40 minutos cada. Através de atividades teóricas e práticas, os temas abordados correspondiam aos conhecimentos dos escolares sobre a cavidade bucal, hábitos alimentares, higiene bucal, desenvolvimento da cárie e autopercepção em saúde bucal.

Durante as atividades práticas, o grupo realizava desde a demonstração da quantidade de açúcar presente nos alimentos até a coleta da saliva de alguns alunos para cultivo e visualização dos micro-organismos presentes na cavidade bucal dos escolares. Além disso, também eram ministradas, com o auxílio de macromodelos odontológicos, instrução de higiene bucal, escovação e uso do fio dental (Figura 2). Uma palestra interativa era desenvolvida para capacitação dos professores da turma e era entregue material de informação aos professores (Figura 3). Ao final dos quatro encontros, os temas desenvolvidos nas turmas eram retomados e relacionados de maneira a construir o conhecimento acerca das relações entre alimentação, micro-organismo, higiene bucal e a cárie dentária/saúde bucal.



Figura 1 – Integrantes do projeto de extensão “Ciência na Escola: Entendendo a Cárie Dentária”
Fonte: Das autoras.



Figura 2 – Acadêmico em atividade presencial do projeto na escola
Fonte: Das autoras.

Período Pandêmico

Com o início do período da pandemia de Covid-19, o projeto de extensão teve que sofrer algumas modificações. Com o fechamento das escolas e da própria Faculdade de Odontologia, todas as atividades acadêmicas presenciais ficaram suspensas. Assim, optou-se por modificar o cronograma e a metodologia das atividades propostas para o projeto. Considerando a impossibilidade de realizar as atividades de forma presencial, as redes sociais e plataformas para reuniões e videoconferências se tornaram uma alternativa viável. O uso dessas plataformas foi fundamental para continuar com as atividades desse projeto de extensão. O projeto utiliza os seguintes perfis nas redes sociais: <https://www.facebook.com/ciencia.sociedade.odonto> (Facebook) e [instagram.com/carionasescolas](https://www.instagram.com/carionasescolas) (Instagram).

Objetivo, redes de atuação e estratégias

O projeto de extensão “Ciência na escola: entendendo a cárie dentária” buscou adaptações para a sua continuidade e encontrou, inicialmente nas redes sociais

(Facebook e Instagram), espaço para divulgação científica (Figura 4). Assim, os conteúdos também passaram a ser compartilhados com a comunidade em geral, sempre priorizando a utilização de uma linguagem acessível a todos.



Figura 3 – Material confeccionado pelos extensionistas para atividade de capacitação com os professores das turmas
Fonte: Das autoras.



Figura 4 – Perfis do projeto de extensão nas redes sociais Facebook e Instagram
Fonte: Das autoras.

Dentro das plataformas dessas redes sociais os extensionistas confeccionaram materiais e disponibilizaram publicações (2 vezes na semana) através de posts de imagem única e texto, posts em estilo carrossel, *reels*, vídeos curtos no *feed* (de até um minuto) e vídeos no *IgTV* (de até cinco minutos). Com a utilização dessas ferramentas, buscou-se repassar informações científicas de qualidade para o público geral e atingir diversas modalidades de preferências pessoais pelo acesso de um conteúdo atrativo.

Sabendo do papel importante que a universidade pública tem em divulgar informações confiáveis e de sua responsabilidade social frente ao momento de pandemia, o projeto buscou, além de discutir temas sobre saúde bucal, atuar conscientizando a população por meio de postagens relacionadas ao Covid-19. Aspectos relacionados ao distanciamento social, utilização de máscaras, vacinas desenvolvidas, sintomas da doença, métodos preventivos e outras dúvidas referentes ao Covid-19 foram publicados. Buscou-se, também, atingir um maior número de pessoas que pudessem ser consumidoras do

conteúdo disponibilizado através da busca constante por seguidores, como os professores e escolares de ensino fundamental e médio e de outros segmentos profissionais.

Relato de vivência e resultados alcançados

O desenvolvimento das atividades remotas de modo virtual se tornou a principal forma de atuação do projeto, que se manteve ativo mesmo durante a pandemia de Covid-19.

Além das diversas publicações realizadas nas redes sociais, o projeto também realizou diversas atividades remotas com as turmas de escolares de escolas de Ensino Fundamental da rede pública de Porto Alegre. Nestas atividades foram abordados os temas desenvolvidos pelo projeto junto aos alunos e professores em salas de aula virtuais utilizadas por eles durante suas aulas online. Verificou-se um grande interesse por parte dos escolares, com muita interação durante as atividades. Após cada encontro remoto, os professores das turmas relataram muita

satisfação em ter recebido o projeto de extensão e que estas ações contribuíam para o aprendizado dos seus alunos durante este período pandêmico tão difícil pelo qual todos passavam.

Destaca-se, também, a participação do projeto em diversos eventos acadêmicos online, como: Salão de Extensão da UFRGS, na Semana Acadêmica de Odontologia da UFRGS (SEMAC) e Congresso da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO), apresentando as atividades desenvolvidas remotamente, dando visibilidade e divulgando o projeto em nível local e nacional.

Embora tenha havido a paralisação de todas as atividades presenciais, a utilização das redes sociais e plataformas virtuais permitiu a ampliação e dinamização do projeto de extensão. A divulgação e aplicação de suas atividades, que outrora acontecia pelo método presencial e era limitado a um público menor de escolares e seus professores, agora, de maneira virtual, passa a se estender ao público em geral, alcançando, também, a comunidade externa e abrindo um canal de maior comunicação com a população.

Apesar das limitações impostas pela pandemia, o projeto conseguiu utilizar as ferramentas tecnológicas disponíveis para viabilizar sua continuidade e permitiu uma experiência positiva e construtiva para os seus membros integrantes. As redes sociais e plataformas virtuais já fazem parte do cotidiano das pessoas e o seu uso ativo através da produção de conteúdo voltado à divulgação do conhecimento

científico tornou-se uma experiência valiosa para os acadêmicos e professores extensionistas. O aprendizado adquirido através das produções de conteúdo é parte essencial da formação profissional dos discentes e possibilita, ainda, a capacidade de troca de experiências com o público e a oportunidade de desafiar-se na busca e produção de conhecimento.

Durante o período da pandemia de Covid-19, o projeto teve que enfrentar muitos desafios, mas, com o trabalho em equipe realizado, foi possível superar essas adversidades e continuar com o propósito de divulgar ciência para a população. Após o retorno presencial, o qual é ansiosamente esperado por todos, pretende-se a continuidade do uso das redes sociais e plataformas virtuais como meio de divulgação científica.

Considerações Finais

Durante a pandemia ocasionada pela Covid-19, o projeto de extensão se reinventou e se readaptou quanto ao método de divulgação dos conhecimentos. A utilização de estratégias virtuais de divulgação remota através de encontros virtuais com os escolares e professores e pelas redes sociais permitiu a continuidade das atividades do projeto e que o objetivo do projeto de difundir ciência pudesse ser alcançado. Mesmo com o retorno das atividades presenciais, o projeto pretende dar seguimento à divulgação científica através das redes sociais, para alcançar um público maior. ◀

Referências

- ALMEIDA, Carla., RAMALHO, Marina. e AMORIM, Luís. **O novo coronavírus e a divulgação científica**. 2020.
- MALTA, Deborah Carvalho *et al.* A pandemia da Covid-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiologia e serviços de saúde : revista do Sistema Único de Saúde do Brasil**, [s. l.], 2020.
- MASSARANI, Luisa (ed.) **Ciência e criança: a divulgação científica para o público infantojuvenil**. Rio de Janeiro: Museu da Vida / Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, 2008. 120 p. il.
- MOREIRA, Ildeu de Castro. **A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil**. Vol.1, n.2, 2006.
- WE ARE SOCIAL and HOOTSUITE. Global Digital Report 2019. **Global Digital Yearbook**, 2019. Disponível em: <<https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>>. Acesso em: 28 de março de 2021.

Cidade Viva: a coletividade em tempos de isolamento social

Marta Oliveira dos Santos: Processos e Manifestações Culturais – Universidade FEEVALE;
e-mail: mosantos@feevale.br
Caroline Rigo: Processos e Manifestações Culturais - Universidade FEEVALE

Introdução

Este trabalho integra o projeto de extensão “Cidade Viva: intervenção urbana como ato comunicacional” da Universidade Feevale, no Rio Grande do Sul, que tem como objetivo promover atos comunicacionais dos estudantes da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo, no bairro

onde estudam/moram, possibilitando a participação ativa da comunidade escolar em questões relacionadas à vida em sociedade. O projeto tem como desafio buscar, nas ferramentas do campo da Comunicação Social, a possibilidade de desenvolver estratégias para promover exercícios de cidadania.



A proposta do projeto surgiu a partir de diálogos com a Escola Municipal de Arte Carlos Alberto de Oliveira – Carlão, que realiza, desde 2010, a pesquisa “Ensino de Arte e Memória em Novo Hamburgo”. Por meio dessa pesquisa foi detectada a dificuldade de comunicação e visibilidade daqueles que produzem arte e cultura em suas próprias comunidades. Vislumbrou-se, assim, a possibilidade da parceria entre universidade e escola pública.

Como metodologia, o projeto propõe atendimentos coletivos semanais com quatro turmas de duas escolas municipais de ensino fundamental de Novo Hamburgo. Os beneficiados atendidos são estudantes de 9 a 14 anos de idade que são instigados para um olhar atento ao bairro onde moram e convocados a identificar potencialidades ou carências desse bairro e a promover intervenções em espaços públicos por meio de atos comunicacionais.

Iniciamos o ano acadêmico de 2020 enfrentando uma pandemia causada pelo coronavírus e, desse modo, as oficinas, que incluíam proximidade física, foram diretamente impactadas. Todas as atividades precisaram sofrer uma adaptação para atender as novas diretrizes do Ministério da Educação ao mesmo tempo em que respondiam, mesmo que parcialmente, ao foco do projeto. Os desafios estavam postos: como trabalhar a noção de coletivo e a vivência no bairro em tempos de isolamento social? Como atingir um público que não se encontra no espaço escolar e com limitações de acesso à tecnologia? Este relato, portanto, apresenta uma estratégia de atuação para a extensão, que tem como princípio o estabelecimento de relações com a comunidade, no primeiro ano de Covid 19 – 2020.

O caminho percorrido

As escolas municipais de Ensino Fundamental Monteiro Lobato e Prudente de Moraes, do bairro São Jorge (Novo Hamburgo – RS), foram as escolas que acolheram o projeto em 2020. A

parceria havia recém sido estabelecida quando a notícia de que o isolamento social estava por começar no Brasil. Isso significa que nenhum vínculo havia sido formado com o corpo docente, nem com alunos e alunas das escolas. Os primeiros e únicos contatos presenciais foram exclusivamente com as equipes diretivas de ambas as escolas.

Inicialmente buscamos criar um momento de escuta, de acolhimento e de apresentação do projeto, a fim de estabelecer uma conexão e colocarmos-nos à disposição para ajudar num momento tão delicado para todos.

Ficou definido que a realização das atividades ocorreria por meio de encontros online com professores e equipe diretiva. Foram realizadas reuniões para discutir e planejar ações que envolvessem os alunos e a comunidade. O planejamento dos encontros resultou na troca de conhecimento entre os acadêmicos bolsistas, professores do projeto e os professores.

A partir do que ouvimos da comunidade escolar, encontramos como alternativa estratégica trabalhar via redes digitais e, assim, surgiu a campanha “Abra sua janela. Olhe para fora. O que você vê?”, que teve como objetivo promover uma conexão entre os moradores do bairro São Jorge, alunos e comunidade escolar. A ideia surgiu a partir das conversas sobre a importância de ressignificar o período de isolamento. Através da janela podemos enxergar o mundo pelo nosso olhar e pelo olhar do outro. Com o distanciamento social essa perspectiva se tornou muito importante, pois nos conecta com outras pessoas e outros lugares.

A experiência realizada também teve o intuito de possibilitar outra perspectiva sobre o bairro, já que, impossibilitados de sair de casa, a televisão passa a ser o principal meio de entretenimento e informação e, como nos diz Kellner (2001), as narrativas e imagens produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação possibilitam a constituição de uma cultura comum oferecendo

um material espetacularizado que, apesar de desterritorializado na sua produção, alcança a maioria dos lares e indivíduos colaborando para a constituição do que podemos compreender como “nós”. Esses materiais veiculados pela grande mídia acabam por criar um afastamento daquilo que é local e regional.

Para participar, bastava registrar, através de fotografia, desenho ou texto, o que era possível ver a partir da janela e compartilhar esse olhar na rede social Facebook. A campanha de divulgação ocorreu através das redes sociais Facebook e Whatsapp. Foram criados pelo projeto, quatro cards convidando a comunidade a participar.



Figura 1 – Card da ação Abra sua janela. Olhe para fora. O que você vê?

Fonte: Acadêmicos de Extensão (2020)

Num primeiro momento convocamos os professores a serem os disseminadores da ação através de uma mensagem de apresentação da campanha e de sensibilização sobre a importância do engajamento de cada um. Dando continuidade, foram enviadas mensagens com os cards para o Whatsapp dos alunos das Escolas Municipais Monteiro Lobato e Prudente de Moraes e às publicações no Facebook. A campanha aconteceu de 13 de junho

a 15 de julho de 2020.



Figura 2 – Publicação no Facebook da ação Abra sua janela. Olhe para fora. O que você vê?

Fonte: Acadêmicos de Extensão (2020)

Para encerramento da campanha foi produzido um vídeo com todas as publicações realizadas por professores, alunos e a comunidade em geral. O vídeo também foi publicado no Facebook das escolas e do projeto e encaminhado ao mailing das escolas através do Whatsapp.

Outra experiência realizada, que teve o intuito de fomentar a potência social de cada indivíduo, foi a Ação Plantando.

A proposta consistiu em duas etapas: na primeira, o objetivo foi incentivar professores, pais e alunos das escolas a realizarem o plantio e

o cultivo de mudas em suas próprias residências. Para isso, foi produzido material divulgando a ação e disponibilizado no Facebook das escolas participantes. Complementando a campanha, também foram criados cards com o passo a passo de como realizar o plantio e dicas de locais para o plantio e os cuidados necessários para se ter com as plantas

Esse canteiro coletivo, formado pelo conjunto das plantas, mostrar-se-á bastante simbólico, pois marcará o retorno das relações sociais fisicamente próximas e da importância do agir coletivo para o enfrentamento da pandemia.



Figura 3 – Card de divulgação da ação Plantando
Fonte: Acadêmicos de Extensão (2020)



Figura 4 – Card com sugestões de vasos para a ação Plantando
Fonte: Acadêmicos de Extensão (2020)



Figura 5 – Card com dicas de cuidados com as mudas e sementes da ação Plantando
Fonte: Acadêmicos de Extensão (2020)

A proposta de cultivar uma planta vinha ao encontro de um momento em que era (e ainda é) extremamente necessário: o cuidado consigo e com o outro, tanto físico quanto psicológico/emocional. Para a realização desta ação, o projeto contou com o apoio do Programa Educação Ambiental. (Figura 6). A primeira etapa ocorreu entre 13 de outubro a 13 de novembro de 2020.

A segunda etapa está prevista para o retorno às aulas presenciais, quando as plantas cultivadas individualmente serão transplantadas para um canteiro coletivo no bairro onde ficam situadas as escolas e darão vida a um espaço público.

Os resultados atingidos

Consideramos que frente às dificuldades de um ano atípico, enfrentando uma instabilidade em relação aos caminhos do ano letivo na escola pública e uma insegurança geral da sociedade em virtude do avanço de um vírus desconhecido, conseguimos articular ações que vão ao encontro do propósito do projeto “Cidade Viva, intervenção urbana como ato comunicacional e da Extensão Universitária”. Encontramos um caminho para possibilitar práticas que colaboraram para o desenvolvimento e a continuidade das ações.

Como resultado da ação “Abra a janela, olhe para fora. O que você vê?”, tivemos 47 publicações entre professores, pais e alunos no site Facebook. Essas publicações repercutiram em 837 reações, 89 comentários e 12 compartilhamentos. Já a ação “Plantando” obteve, na primeira fase, 34 publicações entre professores, pais e alunos no site Facebook. Essas publicações repercutiram em 127 reações, 10 compartilhamentos e 20 comentários.

Cabe também ressaltar que, por conta das adaptações que tanto a rede de ensino municipal quanto a universidade sofreram em decorrência da pandemia de Covid-19, os critérios das metas estabelecidas pela Pró Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (PROPPEX) foram ajustados e flexibilizados considerando o formato remoto e o uso de plataformas de redes sociais. As ações de curtidas e compartilhamentos de cada post realizado foi considerado um efeito realizado por um perfil de uma pessoa impactada pela mensagem, portanto considerado como beneficiado. Já os comentários e visualizações como um feedback da informação, do atendimento prestado a esse beneficiado.

Considerações finais

Acreditamos que o resultado desse trabalho serviu de significativo aprendizado para todos os envolvidos na construção da proposta. Tivemos que enfrentar um revés, mas sabíamos que era importante a continuidade do trabalho e a manutenção dos vínculos com o nosso

público. Utilizando-nos de encontros online e de ações de relacionamento nas redes sociais Facebook e Whatsapp levamos a Extensão Universitária até a comunidade escolar. O uso dessas ferramentas online se mostrou uma importante alternativa para a continuidade das ações.

A ação “Abra a janela, olhe para fora. O que você vê?” possibilitou uma conexão entre pessoas e lugares que, em tempos de isolamento social, essa perspectiva foi muito significativa. Com a ação “Plantando” cujo desafio era plantar e cultivar uma muda durante o tempo de isolamento social para que no retorno cada aluno possa dar sua contribuição na construção de um canteiro coletivo, coloca em pauta a relação estreita e muitas vezes opaca entre o individual e o coletivo.

Apesar das adaptações que precisaram ser realizadas, apesar do acesso restrito à tecnologia por parte dos estudantes, o trabalho seguiu apostando na relevância de envolver e comprometer a universidade e, em especial, os cursos da área da Comunicação Social na discussão sobre a potência cidadã e o agir coletivo. ◀

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

OPAS - **Organização Pan-Americana da Saúde**. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812> Acesso em: 15 abr. 2021.



Programa de Extensão Clube de Ciências do Campo na pandemia

Greice Souza: Educação em Ciências do Campo – UFRGS; e-mail: greicesh32@gmail.com

Aline Guterres Ferreira: Educação em Ciências do Campo - UFRGS

Daniela Alves Silva: Educação em Ciências do Campo - UFRGS

José Vicente Lima Robaina: Educação em Ciências do Campo - UFRGS

Introdução

O contexto atual aponta para a necessidade de serem realizadas ações pedagógicas nas escolas do campo voltadas a atividades multidisciplinares que incentivem a experimentação e a reflexão, de forma a permitir que os educandos atuem como agentes

transformadores de seu próprio aprendizado, realizando a aplicação dos conhecimentos teóricos, na prática, além de estabelecerem a conexão entre o conteúdo estudado e o que ocorre no dia a dia.

Nessa perspectiva, a Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, através da Faculdade de Educação (FACED), onde se encontra o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO/POA), através do programa de extensão Formação de Professores e Educandos da LECAMPO UFRGS, de autoria do Professor Doutor José Vicente Lima Robaina, que se desenvolve em escolas do campo nas cidades em que o curso da LECAMPO/POA atende à demanda originada destas cidades, propõe um projeto de ensino denominado de Clube de Ciências do Campo (CCC), onde a proposta é a criação de Clubes de Ciências nas escolas do campo. O programa de extensão é desenvolvido de forma coletiva e colaborativa por estudantes de graduação, pós-graduação, docentes e escolas do campo.

atividades interdisciplinares, articulando as áreas de ciências da Natureza (Química, Física e Biologia), consolidando-se com o Projeto Pedagógico do curso da EDUCAMPO/UFRGS. O Programa do CCC foi proposto inicialmente em três escolas do campo atendidas pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRGS/POA, em Nova Santa Rita/RS (duas escolas) e na cidade de Viamão/RS (uma escola).



Figura 1 – Logo do Projeto
Fonte: Das autoras

Mas o que é um Clube de Ciências do Campo?

De acordo com Gomes, (1988) e Fasolo, Moraes (1988) um clube de ciências pode ser considerado como atividades e estratégias ligadas direta ou paralelamente ao processo de ensino e aprendizagem de Ciências e sobre a Educação Científica.

Os Clubes de Ciências surgiram no final da década de 50, assim como o novo modelo de Currículo de Ciências que estava moldado para preparar seus educandos para serem “pequenos cientistas”, através de atividades experimentais nos laboratórios, as chamadas “metodologias científicas”. As atividades investigativas experimentais eram desenvolvidas nesses espaços chamados Clubes de Ciências, com caráter de reprodução da concepção da época, o Método da Redescoberta (MANCUSO, 1996).

O CCC propõe o desenvolvimento de

Um breve relato do percurso dos Clubes de Ciências do Campo

O CCC iniciou suas atividades no ano de 2015 com a proposta de formação de professores e educadores LECAMPO/FACED/UFRGS, como o objetivo de estimular, por meio de atividades interdisciplinares e culturais incentivando o desenvolvimento do caráter crítico e científico, assim estimulando os jovens o pensamento crítico e questionador em relação a assuntos como cidadania, meio ambiente, ciências e tecnologia. Pensando em como socializar as atividades dos Clubes de Ciências do Campo surge a ideia de realizar encontros dos Clubes de Ciências do Campo para as escolas participantes apresentarem e divulgarem seus trabalhos, oferecendo um momento de troca, convívio, produção de novas experiências, aprendizados e reflexões entre os participantes.



Figura 2 – Atividade Clube de Ciências
Fonte: Das autoras

Em 24 de novembro de 2016 foi realizado o I Encontro de Clubes de Ciências do Campo, nas dependências da Faculdade de Educação (FACED), buscando a integração dos Clubes com a Universidade. No ano de 2017 aconteceu o II Encontro de Clubes de Ciências do Campo, ocorrido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Treze de Maio, localizado no Assentamento da Reforma Agrária Itapuí. Em 4 de dezembro de 2018, buscando maior integração entre universidade, escola e comunidade, o III Encontro de Clubes de Ciências do Campo ocorreu na COOPAN (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita), localizada no Assentamento da Reforma Agrária Capela. Em dezembro de 2019, ocorreu o IV Encontro na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rui Barbosa (primeira escola a desenvolver o CCC). Todos os encontros foram realizados no município de Nova Santa Rita.

Os Encontros do Programa de Extensão CCC

se destacam como um momento de aprendizagens proporcionadas aos participantes, também esse espaço de encontro favorece estímulos, através de atividades interdisciplinares, culturais e lúdicas, o desenvolvimento do caráter crítico e científico, buscando a construção de uma consciência cidadã voltada ao meio ambiente, ciências e tecnologia.

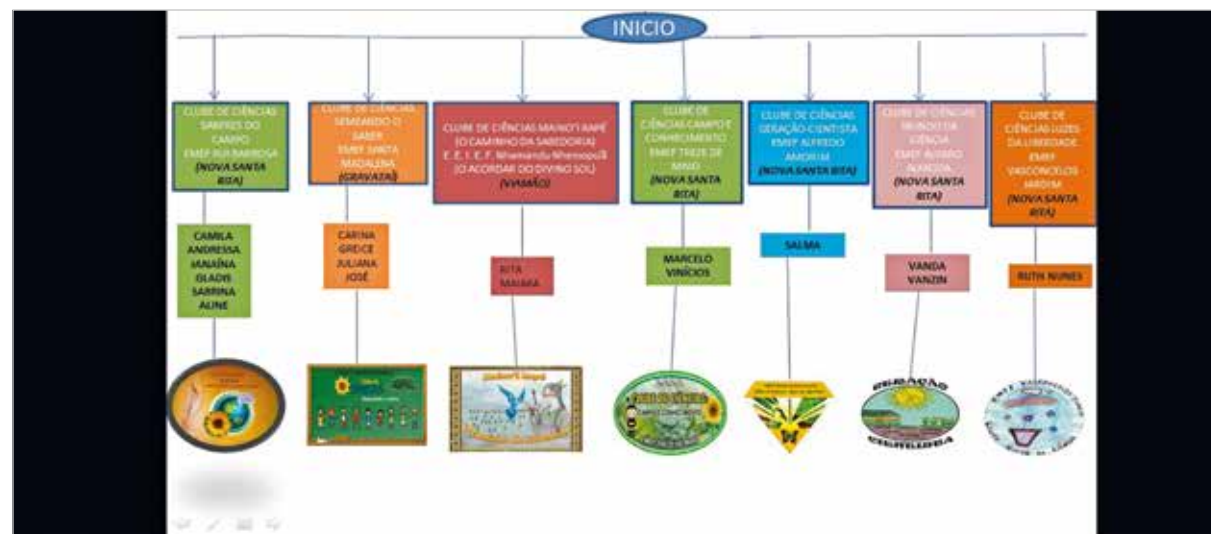


Figura 3 – luxograma dos primeiros Clubes de Ciência
Fonte: Das autoras



Figura 4 – Equipe do Projeto Clube de Ciências do Campo – UFRGS
Fonte: Das autoras

Atuação e ações do Projeto durante o período de pandemia

No início de 2020 a população mundial foi surpreendida pela disseminação do vírus SARS-CoV-19 causador da Covid-19, uma doença infecciosa, afetando toda população de diferentes maneiras. Para contenção ao avanço foram criados decretos de distanciamento social controlado, com regras de Bandeiras que regiam o Estado do Rio Grande do Sul e os limites dos protocolos de cogestão. A pandemia fez com que muitos processos, organizações e hábitos diários passassem por mudanças, e não foi diferente com as atividades desenvolvidas pelos CCC s impactando diretamente nas relações com as escolas participantes.

O programa procurou maneiras para mitigar os efeitos dessa conjuntura para garantir a continuidade das ações desenvolvidas pelo projeto dos CCC s, foi organizado o 5º Encontro dos Clubes de Ciências do Campo totalmente online. O encontro aconteceu dia 12 de novembro no período vespertino, por plataforma online. Durante a tarde e no dia seguinte ocorreram os Seminários do

Encontro, transmitidos pelo canal do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação do Campo e Ciências da Natureza (GPEEC NATUREZA / UFRGS) por um site de streaming. O 5º Encontro dos Clubes de Ciências do Campo proporcionou momentos de trocas e aprendizados mediados pelas escolas e extensionistas. O seminário teve como objetivo ser um momento de formação e discussões pedagógicas em torno de temáticas que abraçam as ações desenvolvidas com painelistas convidados. Este método de trabalho além de ser desafiador, privilegiou outras formas de interação e de integração.

As temáticas desenvolvidas no Seminário do 5º Encontro dos Clubes de Ciências do Campo foram construídas a partir de reuniões de planejamento semanais, no formato online, que tiveram início ainda no primeiro semestre de 2020 em conjunto às discussões em grupos de mensagens instantâneas. Esses assuntos foram escolhidos a partir da demanda dos professores, coordenadores e equipe diretiva das escolas do campo que desenvolvem o projeto na região metropolitana de Porto Alegre, entre eles, os municípios de Nova Santa Rita, Viamão e Gravataí.

No dia 12 de novembro pela manhã, estiveram reunidos em plataforma online, o coordenador do projeto na UFRGS, os professores/ coordenadores dos CCC s, algumas equipes diretivas das escolas do campo e a mediação do evento realizada por extensionistas da pós-graduação da UFRGS. Este encontro foi aberto para comunidade externa e teve como público, estudantes da graduação da LECAMPO (campus Porto Alegre e Litoral), pós-graduandos da UFRGS, demais professores da rede pública do RS e dos demais Estados, tais como, Amapá, Mato Grosso, Rio

de Janeiro e Roraima, com liberdade de interação através de perguntas via chat da plataforma online. Nesta manhã, os professores/ coordenadores dos CCC s apresentaram as atividades do projeto em suas escolas; a história de criação do Clube com a escolha do nome, logotipo e mascote; os principais experimentos e experiências realizados na escola; os frutos e produções midiáticas no decorrer desses cinco anos de desenvolvimento do projeto e ainda as perspectivas de atuação durante o período da pandemia e de distanciamento social controlado.



Figura 5 – Convite para o 5º Encontro Clube de Ciências do Campo
Fonte: Das autoras

Primeiramente, destacamos do Encontro as angústias, incertezas e aflições sob o desconhecimento científico sobre o vírus e a doença causadora nos relatos de todos os participantes. Observamos falas permeadas de agonia e inseguranças sobre as decisões tomadas em nível do governo federal sob os protocolos de saúde e recomendações de medicamentos, visto que vivíamos no ápice da crise sanitária junto a altos níveis de incêndios e desmatamentos dos grandes biomas brasileiros. Temáticas, essas, que seriam trabalhadas nas atividades remotas dos Clubes de Ciências do Campo dos municípios de Viamão e Nova Santa Rita. Destacamos, ainda, do Encontro, a disseminação de sentimentos nostálgicos ao resgatar a história de abertura dos CCC's nas escolas do campo, descrevendo a participação de toda a comunidade escolar perante às escolhas dos nomes e mascotes de cada experiência, onde foram expostos fotos e vídeos desses processos democráticos.

As principais experiências e experimentos científicos desenvolvidos pelos CCC's, participantes do programa tiveram destaque pelos professores/coordenadores durante as apresentações, visto que um dos objetivos do projeto é a alfabetização científica dos estudantes a partir dos anos iniciais da educação básica. Os quais destacaram as explicações de cunho metodológico realizadas pelos próprios estudantes através de vídeos durante a exposição de experiências científicas realizadas em casa no período da pandemia. Para finalizar as apresentações, alguns dos professores/coordenadores apresentaram um compêndio das reportagens, documentários e entrevistas onde as escolas do campo participaram trazendo as atividades do projeto dos CCC's e as suas atuações na comunidade escolar.

Durante a tarde ocorreu o lançamento do seminário online do 5º Encontro dos Clubes de Ciências do Campo via site de streaming,

com a seguinte palestra de abertura: "Políticas Públicas e Gestão na Educação do Campo em tempos de Pandemia". A palestra teve como convidados a equipe diretiva escolar e de gestão administrativa dos municípios de Canoas e São Gabriel, tratando das experiências gestoras das escolas do campo e urbanas durante a pandemia. Os convidados discorreram sobre as estratégias de acolhimento aos estudantes nesse período de distanciamento social controlado; falaram sobre a atuação da escola sobre as comunidades com a manutenção da alimentação escolar através de doações de alimentos e materiais de primeira necessidade e higiene às famílias dos estudantes e, por fim, apresentaram as ferramentas e plataformas de interação, de envio/recebimento de atividades escolares aos estudantes, não permitindo que esses ficassem distantes do ensino escolar no período da pandemia. Essas entregas de diferentes materiais foram realizadas de forma presencial na escola ou enviados pelo transporte escolar (ônibus ou vans escolares) às mais distantes propriedades familiares no meio rural. A mediação dessa palestra contou com a participação de duas professoras de escolas do campo do município de Nova Santa Rita, onde interagiram com a audiência trazendo os questionamentos para o debate, as felicitações pelo excelente trabalho apresentado pelos convidados e, ainda, contextualizaram essas práticas na realidade do município.

Na tarde de sexta-feira 13, de novembro, foi apresentada no Seminário do 5º Encontro dos CCC's a palestra sobre "Metodologias Ativas para a Educação do Campo", ministrada por estudantes de pós-graduação do programa de Educação em Ciências: Química da vida e saúde da UFRGS, onde foram apresentadas as principais ferramentas digitais utilizadas para a educação escolar no período da pandemia em nível nacional. Os painelistas trouxeram ambientes virtuais de aprendizagem, tais como, as plataformas online de acesso gratuito

e software livres, que provêm metodologias de ensino, através de estratégias de construção de conhecimento. Ainda foi recomendado por esses, o uso de programas e aplicativos pelos professores, para gerenciar e conduzir as atividades escolares durante esse período, tornando as ferramentas online e digital como um meio facilitador entre a comunidade escolar, famílias e escolas. Essa palestra contou com a mediação de uma professora da educação básica da rede pública do estado do Mato Grosso, que interagiu com a audiência da palestra trazendo as perguntas do público para o debate e ainda contextualizou o uso dessas ferramentas e estratégias na realidade educacional do seu estado.

A palestra de encerramento do Seminário do 5º Encontro dos CCC's, ocorreu no período noturno, momento esse de maior audiência dos professores da rede pública dos estados e municípios, devido à sobrecarga de trabalho que os mesmos estão sofrendo neste período de pandemia. Essa palestra teve uma dinâmica maior em relação às demais, pois contou com a participação de oito painelistas que desenvolveram metodologias ativas específicas e direcionadas às escolas do campo e ainda contou com a mediação de uma professora da rede básica de educação do município de Nova Santa Rita. Os palestrantes apresentaram estratégias educacionais que poderiam ser operacionalizadas via o ensino remoto através da rede mundial de computadores (internet) ou mesmo na falta desta. Tendo em vista os inúmeros problemas de acesso à internet e até mesmo da falta de energia elétrica que as populações do campo sofrem na atualidade. Os painelistas apresentaram propostas de ensino voltadas para a Educação do Campo, onde são consideradas as diversidades dos povos do campo e os contextos onde os estudantes vivem, bem como, as possibilidades e potencialidades dessas realidades para o ensino e a aprendizagem escolar. As metodologias ativas apresentadas faziam

parte das pesquisas de teses e dissertações dos convidados, portanto, a palestra transcorreu de forma em que as apresentações complementassem umas às outras, criando assim, estratégias educacionais que conglomeram diversas áreas do conhecimento.

Para finalizar o Seminário do 5º Encontro dos CCC's, o coordenador do projeto, Professor Doutor José Vicente Lima Robaina, contextualizou a conjuntura em solidariedade às vítimas (diretas e indiretas) do Covid-19 e ressaltou os trabalhos e esforços dos professores e profissionais da educação que se empenham diuturnamente para manter a educação escolar de seus estudantes em meio a tantas adversidades e desafios nunca presenciados por essa geração. A mística de encerramento ficou a cargo da expressão cultural de músicas e danças que representam a Educação do Campo e a diversidade dos povos que a compõem.

O próximo Encontro dos Clubes de Ciências do Campo, no ano de 2021, somente será presencial se todos os professores e profissionais da educação, junto aos estudantes das escolas, estiverem completamente vacinados e imunizados. O evento seguirá os protocolos sanitários recomendados pelos órgãos internacionais de saúde.

A construção de atividades remotas dos Clubes de Ciências do Campo

Ainda como parte das ações, o projeto (2021 - 2022) está desenvolvendo a construção de cursos online para a formação de professores para a gestão e desenvolvimento de Clubes de Ciências do Campo, com objetivo de incentivar a criação e execução de Clubes de Ciências do Campo através de projetos e atividades que priorizem intervenções interdisciplinares e que valorizem o desenvolvimento da educação científica através de diferentes ações

em escolas do Campo. O projeto é dividido em seis etapas: as primeiras cinco etapas são direcionadas a apresentação, sensibilização, orientação e acompanhamento em cada uma das escolas participantes, produção de materiais didáticos, difusão e exposição da produção desenvolvida pelos Clubes participantes. A sexta etapa é dedicada ao curso de formação intitulado como “Formação de professores para a Gestão e Desenvolvimento de Clubes de Ciências do Campo e de Hortas Escolares”.

Também está em fase de organização e construção de um e-book com artigos produzidos pelos CCC's, onde os mesmos apresentam a sua história e trajetória de atuação. O e-book conta com a participação de 10 Clubes, dividido em 10 a 12 capítulos.

Dentro deste contexto da pandemia, foi ofertado e realizado também aos coordenadores dos Clubes de Ciências do Campo (C.C.C.), um curso de formação em Metodologias Ativas para docentes das Escolas do Campo da Prefeitura de Nova Santa Rita / RS, parceria realizada entre a Prefeitura de Nova Santa Rita e a UFRGS através do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Este curso foi ministrado por alunos oriundos de dois diferentes projetos da UFRGS, e que alguns alunos estão vinculados ao Grupo de Pesquisa GPEEC NATUREZA, como “Especialização Ciência é 10”, mestrando e doutorando do PPGQVS da UFRGS, num total de 40h. Esta formação foi realizada nas quartas-feiras das 18h às 20h com aulas síncronas e assíncronas no período de março a junho de 2021. Os tópicos trabalhados neste curso foram: Sala de Aula Invertida, Ensino Híbrido por Rotações, Aprendizagem Baseada em Problemas, Aprendizagem Baseada em Projetos, Gamificação, bem como diversas ferramentas como Canva, Anchor, Vídeo Shot,

Kahoot, Woki, Google Forms, Kisses, Word Wall, Padlet e outras. Neste curso também foi proporcionado um debate que dois doutorandos do PPGQVS e membros do GPEEC NATUREZA proporcionaram através de uma Roda de Conversa sobre Realidade Virtual. Finalizando o curso, os coordenadores e os professores das escolas do campo apresentaram as ferramentas que escolheram e que já estão utilizando em suas aulas no modelo ERE.

Conclusão

Desde 2016 o projeto de extensão dos Clubes de Ciências do Campo vem fazendo a diferença na formação dos docentes e discentes das escolas do campo que fazem parte do referido projeto, oportunizando às populações do campo um ensino de Ciências da Natureza diferenciado, proporcionando “[...] atividades que priorizem intervenções interdisciplinares e que valorizem o desenvolvimento da educação científica através de ações realizadas em escolas do campo”. (ROBAINA, 2015, p. 01).

No decorrer destes cinco anos de realização do projeto foram vivenciados pela sociedade destas escolas do campo, um aporte de trabalhos, projetos, dissertações, tese e até estudos de pós-doutorado que estão sendo realizados em decorrência deste projeto. Em 2021, já tivemos a defesa da dissertação de mestrado da professora Sabrina Rosa, docente da escola EMEF Rui Barbosa que defendeu a sua dissertação intitulada “Clube de Ciências Saberes do Campo: contribuições para aprendizagem da educação em ciências no ambiente real dos educandos da EMEF Rui Barbosa, em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul”, defendida no dia 31/03/2021, no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, onde podemos vivenciar, que percebe

“que o ensino de ciências da Escola, através do Clube de Ciências Saberes do Campo aborda temas que fazem parte da realidade dos educandos, o ensino parte do que os educandos já conhecem e convivem, sendo assim tem significado para eles” (ROSA, 2021, p. 245).”

Esta mesma dissertação ainda proporcionou para a sociedade sete produtos (artigos publicados em revistas e capítulos de livros publicados em 2020 e 2021), que estarão disponibilizados nas referências para o acesso dos leitores.

Também está previsto para o mês de setembro de 2021 mais duas dissertações que serão apresentadas e que foram realizadas dentro do Clube de Ciências Saberes do Campo, uma tratando sobre a “Reestruturação curricular da escola a partir das práticas pedagógicas realizadas no Clube de Ciências” e as outras sobre “Potencialidades da aprendizagem em Ciências através da implantação de

uma Biblioteca do Campo”.

Dessa maneira, podemos perceber a riqueza e o retorno que esse projeto vem dando às escolas do campo, aos docentes e aos discentes, bem como para toda a sociedade, que, de uma forma ou outra, faz uso desses conhecimentos que estão sendo produzidos. ◀

Referências

- Barbosa, R. A.; Rosa, S. S.; Schwalm, F. U.; Robaina, J.V. L. A construção de um formigueiro artificial como proposta de Educação Ambiental para a Educação do Campo. *Revista brasileira de Educação do Campo – RBEC*, v. 4, p. E5739-16, 2019.
- GOMES, César Mena Barreto. Aspectos Psíquicos e Políticos do Ensino no Clube de Ciências. *Revista do PROCIRS. Porto Alegre: FDRH*, v.1, n.1, 1988, p.30.
- MANCUSO, R. (coord.); LIMA, V. M. do R.; BANDEIRA, Vera A. *Clubes de Ciências: criação, funcionamento, dinamização*. Porto Alegre: SE/CECIRS, 1996.
- Rodrigues, A. L. M.; Rosa, S. S.; Robaina, J.V. L. Caminhos da Educação do Campo de Nova Santa Rita/RS. *Revista Insignare Scientia, RIS*, v. 4, p. 23-32, 2021.
- ROBAINA, J.V.L. *Apresentação do Projeto Clubes de Ciências do Campo: Possibilitando Diferentes Formas de Aprender aos Educadores do Campo*, 2015.
- ROBAINA, J.V.L. *Projeto de Extensão Clubes de Ciências do Campo*. Porto Alegre: UFRGS, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, 2015.
- ROBAINA, J.V.L.; Grellt, C. *Curso de Formação em Metodologias Ativas para docentes das Escolas do Campo da Prefeitura de Nova Santa Rita / RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2021.
- ROSA, S.S.; ROBAINA, J. O Ensino de Ciências nas Escolas do Campo a partir da análise da produção acadêmica. *Revista Insignare Scientia - RIS*, v. 3, n. 2, p. 156-175, 24 ago. 2020.
- SANTOS, D. J. F.; SANTOS, JMT dos. *Guia de orientações para implementação de um Clube de Ciências*. São Paulo, 2008



A extensão do CEP-RUA/FURG no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes: ações e reinvenções durante a pandemia

Simone dos Santos Paludo: Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande (FURG);
e-mail: simonepaludo@furg.br
Paulla Hermann do Amaral: Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Isadora Deamici: Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Ana Carolina de Souza Fonseca: PPG Psicologia - UFRGS

Introdução

Situações de violência acometem crianças e adolescentes diariamente. Em 2019, o Disque 100, importante canal de notificação, recebeu 86.837 registros de violência contra meninos e meninas brasileiras e

os casos de violência sexual contabilizaram 17 mil ocorrências (DISQUE 100, 2019)¹.

1. SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS. Presidência da República (BR). Disque 100 – Disque Direitos Humanos/módulo criança e adolescente, Brasília - DF, 2019.

É possível que esse número seja ainda maior, já que o abuso e a exploração sexual acontecem de forma velada. No atual cenário pandêmico, a realidade se torna ainda mais preocupante. Para muitas crianças e adolescentes o perigo pode estar dentro de casa (PALUDO ET AL., 2020). Abordar a prevenção, a identificação e o enfrentamento do abuso e da exploração sexual é um desafio que vem sendo assumido pelo Centro de Estudos Psicológicos (CEP-RUA), desde a sua implementação em 1996, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Por tratar de um fenômeno complexo e multifatorial, a abordagem bioecológica do desenvolvimento humano proposta por Bronfenbrenner (2011) e a inserção ecológica têm orientado a fundamentação teórico-metodológica do grupo (SILVEIRA ET AL., 2009).

Atividades desenvolvidas: o percurso teórico-metodológico

Após 25 anos de ações, o CEP-RUA/FURG ainda percebe a necessidade de instrumentalizar a comunidade a fim de criar um ambiente acolhedor e propiciar a formação de uma rede de apoio social e comunitária apta a reconhecer a dinâmica da violência sexual e agir adequadamente (PIETRO; PISKE; YUNES, 2018). Dentre as ações de extensão que vêm sendo desenvolvidas serão destacadas, aqui, as atividades efetuadas sobre a temática no ano de 2019 e seus desdobramentos na pandemia. As intervenções foram planejadas e executadas junto à rede de proteção do município, aos Programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz e à comunidade universitária. Para todos os grupos que participaram desses encontros foi ofertada uma oficina dividida em três etapas e coordenada pela equipe do CEP-RUA/FURG. No primeiro momento, os participantes responderam uma *survey* composta por 19 perguntas, com o objetivo de apurar as percepções acerca do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. O instrumento também buscava examinar

se o participante já havia conhecido alguma criança ou adolescente vítima de violência sexual, quais eram os motivos que poderiam ter levado ao ocorrido, quais as opiniões sobre os agressores e quais medidas eles tomaram e/ou tomariam caso se deparassem com esta situação. Na sequência era proposto um jogo denominado “Mito ou Verdade”, com o intuito de introduzir aspectos conceituais de forma dialógica, a fim de discutir mitos presentes no imaginário social. Os participantes foram convidados a utilizar as placas de “verdadeiro” ou “falso” disponibilizadas previamente para responder às afirmações exibidas pelos ministrantes da intervenção. As frases empregadas variavam, desde: “se não houver marcas físicas, não houve abuso”; “muitos abusos são acompanhados de um discurso de carinho e amor”; “o abusador é geralmente um estranho”; “na maior parte dos casos o abusador é membro da família”; “a criança ou o adolescente cooperou com o agressor”; “o agressor envolve as vítimas em uma relação desigual, na qual o poder ou a autoridade do abusador causa sujeição”.

A dinâmica sugerida pela atividade permitia que uma série de crenças e mitos fossem desconstruídos. A última etapa envolveu a apresentação expositiva e a discussão na roda de conversa de conteúdos sobre a caracterização, os tipos e os contextos da violência sexual; a dinâmica associada ao evento abusivo, a qual pode abarcar estratégias de sedução, manutenção de rituais, perpetuação do segredo, síndrome do silêncio, dificuldades na revelação e retratação; as possíveis consequências psicológicas, comportamentais, cognitivas e emocionais decorrentes da situação e os caminhos percorridos pela rede de proteção e pelo judiciário após o recebimento dos casos, informações e contatos das instituições responsáveis por cada fase da notificação.

As ações junto à política de assistência social são fruto de parcerias entre o CEP-RUA/FURG e a Secretaria Municipal da Cidadania

e Assistência Social (SMCAS). É importante destacar que a Resolução 19 do Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2016)² institui o Programa Primeira Infância no SUAS e materializa o Programa Criança Feliz no território brasileiro. Dessa forma, trabalhar com os seus agentes, que acessam famílias em situação de vulnerabilidade através de visitas domiciliares e do acompanhamento de famílias com crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 2018)³, é uma forma de efetivar a Proteção Social Básica e prevenir situações de violência. Nessa ação contamos com a participação de 32 visitantes, que utilizaram o espaço da oficina para manifestar dúvidas, compartilhar experiências



Figura 1 – Atividade realizada dentro da Universidade Federal do Rio Grande

Fonte: CEP-Rua FURG (2019)

2. BRASIL. Resolução nº 19, de 24 de novembro de 2016. Institui o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social SUAS, nos termos do §1º do art. 24 da Lei Nº8.742, de 7 de Dezembro de 1993. Diário Oficial da União, novembro de 2016.

3. BRASIL. Decreto nº 9.579. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, novembro de 2018.

e solicitar orientações quanto aos encaminhamentos apropriados nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Os relatos evidenciaram que casos de abuso e exploração sexual são problemáticas recorrentes no exercício das suas atribuições. Além disso, durante o diálogo com os profissionais foi evidenciado o entendimento de que a atuação articulada em uma rede intersetorial oportuniza a produção de conhecimentos alinhados à realidade social das famílias e a implementação de políticas de proteção eficazes. O grupo também teve como meta incluir nessa discussão os estudantes universitários, especialmente aqueles que irão atuar diretamente com crianças e adolescentes, seja

na escola ou nos serviços públicos e privados. Para isso, intervenção similar foi ofertada à comunidade acadêmica. A divulgação se deu através das redes sociais e de outras mídias digitais. Participaram 12 pessoas no turno da manhã e 54 no turno da noite. O público-alvo foi composto por psicólogas (6,06%), pedagogas (1,52%) e acadêmicos dos cursos de Psicologia (72,73%), Direito (7,58%), Pedagogia (4,55%), Letras (3,03%), Gestão Ambiental (3,03%)

e Educação Física (1,52%), o que revela a natureza multidisciplinar dos participantes. De modo geral, foi possível constatar que os encontros viabilizaram um espaço para o debate, o esclarecimento de noções referentes ao abuso e à exploração sexual e a desmistificação de pressupostos relacionados ao tema. Os participantes ocuparam um papel de protagonismo na atividade de extensão, tendo em vista que, apesar da existência de um roteiro estruturado, os encontros foram conduzidos conforme os relatos e as proposições



Figura 2 – Atividades dentro do espaço do programa Primeira Infância Melhor

Fonte: CEP-Rua FURG (2019)

do grande grupo. Essa característica possibilitou a observação de diferenças no posicionamento do público-alvo ao longo dos diferentes encontros desenvolvidos. Nas intervenções na Universidade, por exemplo, foi verificado que uma parcela expressiva dos indivíduos reportou temer as consequências da notificação/denúncia por não saber como agir adequadamente diante dessas situações, o que demonstra o pacto de silêncio e os estigmas comumente atrelados aos casos de violência sexual (SUFREDINI; MORÉ; KRENKEL, 2016). Nesse cenário, a elucidação dos procedimentos implicados na notificação foi fundamental para desenvolver a conscientização dos participantes.

Além das ações descritas, a equipe esteve envolvida nas atividades da “Praça da Proteção” evento que reúne todos os serviços que compõem a rede de proteção do município. No ano de 2019, o evento ocorreu na Praça Tamandaré, localizada na região central de Rio Grande/

RS, no dia 17 de maio, das 13h às 16h. Nessa ação, o CEP-RUA/FURG buscou oferecer atividades de lazer para as crianças e adolescentes, bem como oferecer orientações sobre prevenção, notificação e cuidado para a comunidade. A fim de conhecer as percepções da comunidade sobre o tema, ao longo da atividade a equipe também esteve envolvida na aplicação da *survey* nos indivíduos que circulavam no entorno da praça na ocasião do evento.

Todos foram convidados a responder de forma individual, voluntária e anônima.



Figura 3 – Atividades lúdicas com crianças

Fonte: CEP-Rua FURG (2018)



Figura 4 – Atividades lúdicas com a comunidade na Praça Saraiva - Rio Grande/RS

Fonte: CEP-Rua FURG (2018)

Resultados: o que os dados da comunidade nos contaram?

Sabe-se que a presença de diferentes crenças sociais sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes podem colaborar para uma naturalização da violência e uma interpretação e atribuição de significados que contribuem com a subnotificação (PEREIRA ALBERTO ET AL., 2009). Os resultados obtidos na aplicação da *survey* em todas as intervenções nos ajudam a identificar formas eficazes de transmitir informações e envolver a comunidade na prevenção e notificação de casos. Aqui estão apresentadas, de forma breve, as análises dos questionários aplicados na comunidade durante o evento da Praça da Proteção. No evento foi possível acessar 42 pessoas, sendo, em sua maioria, do sexo feminino (76,2%), com idade média de 48,36 anos ($dp=17,6$), casadas (45,2%), com filhos (76,2%), ensino fundamental completo (31%) e trabalhadoras (66,7%).

Ao perguntar sobre conhecimento de casos

de violência sexual, quase metade das pessoas entrevistadas relatou conhecer alguma criança ou adolescente que já sofreu abuso sexual e 54,8% afirmou ter ciência da ocorrência de algum tipo de exploração sexual. A respeito do motivo da ocorrência do abuso sexual, uma parcela da amostra (54,8%) o atrelou à falta de cuidado das mães/“livre arbítrio” do adolescente e outra parte (38,1%) afirmou que está associado, principalmente, à falta de valores

de quem comete o abuso. Dados identificados em falas como “a mulher maltrata o marido e ele desconta a vontade de sexo na criança” (SIC) sugerem que a responsabilidade da ocorrência do abuso, por vezes, é tributada às adolescentes e às mulheres. As crenças sociais reveladas nos discursos reforçam estigmas e mitos sobre o



Figura 5 – Atividades lúdicas com a comunidade na Praça Xavier Ferreira - Rio Grande/RS

Fonte: CEP-Rua FURG (2016)



Figura 6 – Grupo do CEP-Rua FURG durante o desenvolvimento das atividades com a comunidade na Praça Xavier Ferreira - Rio Grande/RS

Fonte: CEP-Rua FURG (2016)

abuso e reafirmam concepções fundamentadas em preconceitos e em uma cultura de naturalização da violência que corrobora o processo de revitimização e culpabilização da criança e do adolescente já identificado na literatura (SILVA, 2016).

Ao questionar os motivos para a ocorrência de exploração sexual, os resultados não são muito diferentes no que se refere à culpabilização. No entanto, as respostas apresentam outro tom, especialmente quando 16,7% atribuem a valores das vítimas e 11,9% à escolha da própria criança ou adolescente: “alguns estão porque querem, os adolescentes querem, falta de vergonha, não querem trabalhar” (SIC). Ainda, 76,2% atribuíram as razões da violência à ordem dos pais e 67,7% à pobreza. Nesse sentido, a literatura sugere que a família e a falta de recursos podem ser fatores de risco para a exploração (VEGA & PALUDO, 2015). Além disso, constatou-se que a maioria dos entrevistados considera crianças abusadas sexualmente como vítimas, enquanto aqueles explorados sexualmente tendem a ser responsabilizados por um crime cometido contra

eles. Baseado em uma cultura que não reconhece ou nega os direitos das crianças e adolescentes, o foco deixa de ser o adulto que abusa, explora ou paga para ter sexo com crianças e adolescentes e passa a ser a própria vítima.

No que se refere à opinião da comunidade sobre os adultos que abusam sexualmente de crianças e adolescentes, destaca-se que a falta de valores foi mencionada por 50% dos participantes. Já nos casos de exploração, a maioria

referiu que “os adolescentes já sabem dizer não” (78,6%). Assim, enquanto o abuso sexual é atrelado à falta de valores do adulto, na exploração o adolescente passar a ser o responsável pela situação. Essa ideia descaracteriza o fenômeno da exploração no momento em que passa a tolerar a presença do adolescente no mercado do sexo como se estivesse em igualdade de condições das pessoas adultas que exercem esta atividade. Devido à possível obtenção de lucro, a comunidade tem dificuldades em compreender o processo de vitimização implicado nestes episódios (VEGA & PALUDO, 2015).

Em relação à indagação sobre o que fariam se soubessem de algum caso de abuso sexual, 73,8% afirmou que relataria a situação para a família. Essa é uma estratégia equivocada, tendo em vista que a maioria dos casos envolve algum membro da rede social próxima da criança ou do adolescente (DISQUE 100, 2019). A notificação precisa ser feita para os órgãos competentes, a fim de evitar a perpetuação do “pacto de silêncio” com o agressor. A mesma pergunta também foi realizada com foco nos casos de exploração e demonstrou que 85,7% dos respondentes disseram que reportariam às autoridades, enquanto 4,8% não fariam nada se fosse o desejo da criança ou do adolescente. Embora seja uma parcela minoritária,

percebe-se que parte da população possui algumas crenças de que a exploração sexual pode ocorrer devido a um desejo ou consentimento da vítima. Alberto *et al.* (2009) já diziam que a comunidade sabe da existência da exploração, onde ocorre e quem são os envolvidos, mas por vezes culpam aqueles que são explorados. Esses fatores podem se caracterizar como graves impeditivos para o rompimento do ciclo de violência.

De maneira geral, as entrevistas permitiram a descoberta de algumas crenças e percepções de parte da população. Ainda que seja difundida por uma pequena amostra, foi possível observar a existência de uma ótica social sedimentada no “adultocentrismo”, na qual ocorre a naturalização da violação de crianças e adolescentes. Pôde-se constatar, também, que, embora alguns participantes responsabilizem os abusadores, grande parte dos entrevistados ainda revitimiza a criança ou o adolescente no processo de abuso sexual e exploração por meio da culpabilização dos mesmos. Ademais, percebe-se que a diferenciação do abuso para a exploração sexual não está apenas na conceitualização, mas também no momento de reconhecer o verdadeiro culpado da dinâmica abusiva. Para os participantes da pesquisa, os adultos que pagam por sexo com crianças e adolescentes cometem um crime, no entanto, ainda percebem um papel ativo daqueles que são explorados, especialmente dos adolescentes.

O planejamento das ações da extensão não pode ser descolado das informações coletadas aqui e das reflexões dos extensionistas. Por isso, os resultados obtidos podem subsidiar novos planejamentos, bem como a implementação e o monitoramento de novas propostas. A formação de uma rede de apoio que conheça os aspectos do fenômeno e saiba como agir pode funcionar como um fator de proteção no enfrentamento da violência sexual. O grande desafio é pensar em estratégias socioeducativas e psicológicas que possam lidar com esse processo sem responsabilizar ou punir as vítimas. Ainda é necessário problematizar, capacitar, orientar e discutir a temática com a população.

Reinventando as ações na pandemia: considerações finais

A chegada da pandemia disparou um alerta importante sobre as possíveis violações de direitos de crianças e adolescentes. Embora seja destacado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sob a Lei nº 8.069/90, que a sociedade tem o dever de proteger e cuidar desses cidadãos brasileiros em desenvolvimento e tem a obrigatoriedade de assegurar o cumprimento integral dos direitos necessários à promoção de toda a sua potencialidade, afastando qualquer forma de opressão ou discriminação (Brasil, 1990)⁴, na realidade a maior responsabilidade ainda é creditada ao Estado. Pereira Alberto *et al.* (2009) destacam que a comunidade ainda não se vê como parte importante nessa equação.

Em um momento em que as escolas estão fechadas, a rede de proteção afastada ou reduzida nas comunidades, estar em casa, distante daqueles que protegem, pode ser um risco (PALUDO *ET AL.*, 2020). Passado um ano após o início da pandemia, muitos profissionais e serviços da rede de assistência social, educação, saúde e segurança se adaptaram e passaram a usar outras estratégias para atender as demandas da população. Ainda assim, precisam mais do que nunca da ajuda da comunidade. Tendo em mente que a comunidade rio-grandina reconhece que o enfrentamento da violência sexual precisa envolver a família, a sociedade e o Estado, mas compartilha diversas crenças sociais que reforçam estigmas e mitos sobre o abuso, como identificamos em 2019, as novas ações investiram em estratégias de popularização do conhecimento. Em consonância com o texto base desenvolvido pela campanha “Faça Bonito”⁵, de 2021, que é uma iniciativa do Comitê

4. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, julho de 1990.

5. FAÇA BONITO. Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra criança e adolescente: texto base, 2021. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Rede ECPAT Brasil, maio de 2021.

Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Rede ECPAT Brasil, o CEP-RUA/FURG buscou desenvolver atividades e ações no ambiente virtual. Além disso, as parcerias com a rede de proteção do município foram reforçadas e as atividades, em 2021, buscaram ampliar o escopo de ação. Houve um estímulo ao debate nos meios de comunicação e atividades com profissionais de referência através de transmissões online que abordaram o tema e auxiliaram a divulgar possíveis reorganizações das redes locais de atendimento. As atividades se voltaram para a democratização do conhecimento científico. Postagens simples, com mensagens diretas, vídeos curtos e eventos interativos foram priorizados nas redes sociais do grupo (<https://www.facebook.com/cepfurg>). Ações remotas e via WhatsApp foram planejadas junto aos serviços parceiros. No Mês da Proteção aconteceram ações diárias, remotas e no território, as quais foram conduzidas pelo sistema de garantia de direitos do município. O CEP-RUA, junto aos parceiros da Universidade, também participou de uma série de ações dentro da programação municipal (<https://www.furg.br/noticias/noticias-institucional/furg-integra-programacao-municipal-do-mes-da-protacao>).

As situações de violência continuam acometendo crianças, adolescentes e famílias, e as ações de proteção não podem se limitar ao mês de maio. Por esse motivo e diante das possibilidades das atividades online, o CEP-RUA/FURG decidiu reunir diferentes grupos de pesquisa que atuam e discutem temas associados para juntos formarem uma rede mais ativa e atuante na disseminação de informações sobre proteção. Dessa forma, nasceu o minicurso chamado #juntossomosproteção. Serão sete encontros, sendo um por mês, a partir de junho de 2021, sendo que o lançamento aconteceu em



Figura 7 – Card “Faça Bonito” sobre exploração sexual contra crianças e adolescentes
Fonte: CEP-Rua FURG (2021)



Figura 8 – Card “Faça Bonito” sobre abuso sexual contra crianças e adolescentes
Fonte: CEP-Rua FURG (2021)

maio, em alusão ao dia 18 de maio, e tratou sobre questões do combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Os encontros seguintes também irão abordar a proteção de crianças, mulheres e outras populações vulnerabilizadas e serão ministrados por pesquisadores convidados e parceiros do grupo de diferentes regiões do país. Os encontros estarão abertos à comunidade e poderão ser acessados de forma livre e gratuita e tem como objetivo desconstruir mitos, crenças e ideias que ainda seguem presentes na comunidade. Para tanto, serão propostos encontros dialógicos e reflexivos sobre temáticas que se relacionam às violações de direitos e será estimulada a construção de práticas de proteção no contexto de pandemia. Com isso, é mantido o compromisso com as ações de extensão mesmo em um cenário pandêmico, que limita as possibilidades de ação territorial, mas amplia as possibilidades de disseminação e popularização do conhecimento. O CEP-RUA/FURG segue firme em seu propósito de construir intervenções e ações protetivas a partir do levantamento de evidências junto ao grupo que será foco das atividades (SILVEIRA ET AL, 2009). Como extensionistas ecológicos, precisamos nos aproximar

da comunidade, ouvir o que ela tem a dizer e construir as ações a partir desse ponto. Bronfenbrenner (2011) já destacava que a aplicação dos conhecimentos não pode partir de uma ciência estranha, feita com pessoas estranhas e em curtos períodos de tempo. Ao longo de seus 25 anos, o grupo vem construindo pesquisa e extensão de forma indissociada junto à comunidade, com o objetivo de continuar promovendo a visibilidade de temas que ainda são velados. A pandemia tem desafiado a manutenção e a continuidade das ações de extensão no território, no entanto, ampliou o papel dos extensionistas e das ações de educação em momentos de crise sanitária. Diante do distanciamento social e dos perigos existentes para situações de violência sexual dentro e fora de casa, é fundamental convocar a comunidade para a ação. A integração entre setores, serviços e sociedade civil pode salvar vidas e contribuir com o desenvolvimento saudável e uma vida livre de abuso e da exploração sexual. ◀

Referências

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. A. Carvalho-Barreto (Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2011.

PALUDO, S.; NASCIMENTO, D.B.; LORDELLO, S.R.M.; ROSA, E.M. Home is not always a safe place: A bioecological approach for the violence in pandemic time. **Estudos de Psicologia**, 25(2), p. 222-231, abril a junho de 2020.

PEREIRA ALBERTO, M. F. et al. A exploração sexual infanto-juvenil sob a ótica de membros da população. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 41-59, dez. 2009.

PIETRO, A. T.; PISKE, E. L.; YUNES, M. A. M. Educador social e ambiental: protagonista na formação de uma rede de proteção para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Revista Ambiente & Educação**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 154-172, março de 2018.

SILVA, J. O processo de revitimação de crianças que vivenciam a violência sexual. **Boletim Científico ESMPU, Brasília**, a. 15 – n. 47, p. 11-52, 2016.

SILVEIRA, S. B.Á.B. et al. Inserção ecológica: metodologia para pesquisar risco e intervir com proteção. **Psicologia da Educação, São Paulo**, n. 29, p. 57-74, dez. 2009.

SUFREDINI, F.; MORE, C. L. O. O.; KRENKEL, S. Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: uma revisão sistemática. **Contextos Clínicos, São Leopoldo**, v. 9, n. 2, p. 265-278, dezembro de 2016.

VEGA, L.; PALUDO, S. Exploração sexual e rede de proteção na perspectiva da vítima. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 67(2), 47-60, 2015.

Português para falantes de outras línguas da UTFPR: do presencial ao remoto

Fernanda Deah Chichorro Baldin: Dalem - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); email: fernandabaldin@utfpr.edu.br

Jeniffer Imaregna Alcantara de Albuquerque: Dalem - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Elisa Novaski Cordeiro: Dalem - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de relatar as ações do Programa de Extensão Universitária Português Para Falantes de Outras Línguas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Curitiba (CT), doravante PFOL, no período de pandemia, desde março de 2020. Procuramos descrever as ações realizadas no programa de extensão a partir da

suspensão das atividades presenciais na Universidade e início do modo remoto.

As atividades do PFOL na UTFPR se iniciam em 2001, quando a Universidade era um Centro de Educação Tecnológica (CEFET). A principal demanda, na época, era de alunos intercambistas, provenientes de instituições



internacionais (europeias e latino-americanas em sua maioria), que precisavam de aulas de português para se estabelecer em Curitiba e acompanhar as aulas na instituição.

Em 2008, o CEFET passou a ser universidade e, com isso, novos cursos de graduação, como o de Letras foram criados. A partir de 2010, o público de alunos estrangeiros também mudou: os recentes eventos de deslocamento forçado de pessoas, devido a desastres naturais, guerras e crises socioeconômicas em países como Haiti, Síria, Venezuela e outros países da América Latina e África colocaram o Brasil no mapa como um lugar de (re)estabelecimento. Em 2015, o PFOL expandiu a quantidade de cursos de extensão, passando a organizar-se em cinco níveis (PFOL 1, 2, 3, 4 e 5), oferecidos semestralmente, de acordo com a demanda, além de promover outras ações de extensão mais pontuais, todas abertas à comunidade externa.

Em 2016, o curso de Letras Português Inglês foi descontinuado e o Câmpus Curitiba passou a ter duas licenciaturas em Letras (Português e Inglês separadamente). A nova grade curricular do curso de Letras Inglês passou a oferecer três disciplinas curriculares que visavam à formação de professores de PFOL: duas obrigatórias, Ensino de PFOL 1 (previsto para o 6º período) e Ensino de PFOL 2 (previsto para o 7º período), e uma optativa, Grupo de Pesquisa PFOL.

Em 2019, o PFOL passou de projeto de extensão à programa de extensão universitária graças às muitas atividades desenvolvidas pelo programa, a saber: cursos de extensão de português oferecidos semestralmente, oficinas de curta duração com temas específicos (produção textual escrita, conversação, tópicos gramaticais, entre outros),

encontros que visavam a promover momentos de interação e trocas culturais entre estrangeiros e brasileiros, rodas de conversa, palestras e mesas-redondas. Além desses eventos, também eram promovidos encontros e minicursos voltados aos alunos de Letras a fim de proporcionar momentos de discussão teórica e compartilhamento de experiências de sala de aula, promovendo a formação docente dos professores orientadores do programa e dos graduandos de Letras. A Figura 1 apresenta um esquema visual sobre a organização das atividades extensionistas do Programa PFOL em 2020/2021.

Ao longo dos anos procuramos estabelecer uma relação próxima entre ensino-pesquisa-extensão, a saber: três pesquisas de doutorado (duas concluídas em 2019 e 2020 e outra em andamento); artigos publicados sobre o funcionamento geral do programa de extensão, a atividade de monitoria em sala – desenvolvida por/com os alunos do curso de Letras Inglês – (BALDIN e CORDEIRO, 2017; CORDEIRO *et al.*, 2020) e a inserção do PFOL no âmbito das discussões de internacionalização da universidade pública (CORDEIRO *et al.*, 2021); 12 trabalhos de conclusão de curso; 3 encontros acadêmicos intitulados Encontro de Português para Falantes de Outras Línguas (EPFOL), em 2015, 2016 e 2017.

A partir do cenário apresentado, procuramos demonstrar como as definições de extensão universitária são factíveis às atividades do PFOL, cuja operação dentro do tripé ensino-pesquisa-extensão

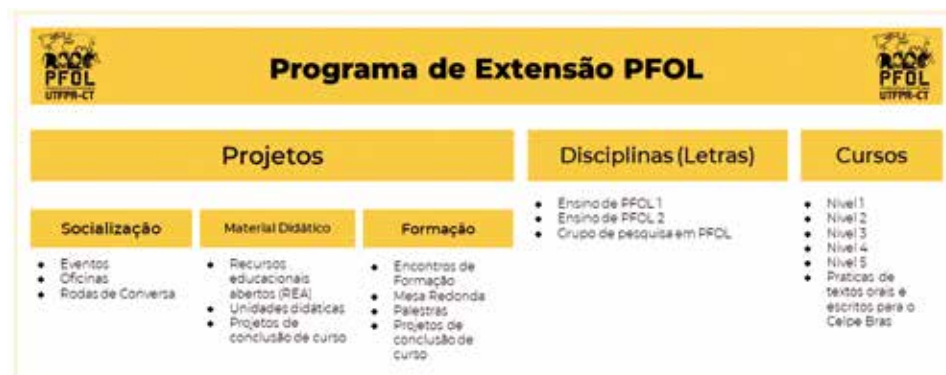


Figura 1 – Esquema visual da organização do Programa do PFOL da UTFPR-CT

Fonte: as autoras (2021)

é organizada e coordenada a fim de suprir demandas sociais e culturais, no que se refere a: 1) inserção de cidadãos não brasileiros na sociedade, possibilitando-lhes acesso não só à língua portuguesa, mas a partir da língua, também a possibilidades de inclusão no mundo do trabalho e em círculos sociais, bem como ao acesso à educação e 2) formação de professores de língua sensíveis a um ensino plural e multicultural que visibilize o outro como um indivíduo cheio de particularidades e não generalizável.

Fundamentação teórico-metodológica

Tal como exposto anteriormente, o PFOL se caracteriza como um programa de extensão por ser capaz de cumprir sua função social, oportunizando o diálogo com a sociedade e atendendo a uma demanda social específica, sendo configurado como uma atividade capaz de interligar ensino e pesquisa, por meio de atividades extensionistas. De acordo com Nogueira (2013), ao se discutir o novo lugar da extensão na universidade, a partir da década de 1990, na então redemocratização do Estado Brasileiro e de suas instituições:

Repensar a extensão universitária enquanto atividade acadêmica significava colocá-la ao lado do ensino e da pesquisa como meio para democratizar o conhecimento produzido e ensinado na universidade e, ao mesmo tempo, possibilitar que esta universidade atendesse às demandas mais urgentes da população, na crítica e na reconstrução de uma sociedade mais justa. (NOGUEIRA, 2013, p. 37).

Nos trabalhos recentes publicados pelas professoras do grupo (BALDIN e CORDEIRO, 2017; CORDEIRO *et al.*, 2020 e CORDEIRO *et al.*, 2021), é possível visualizar a gama de atividades coordenadas desenvolvidas ao longo dos últimos anos na área de ensino de PFOL, de forma a integrar as atividades da Licenciatura em Letras Inglês e a comunidade externa.

Em relação à atividade de monitoria, desenvolvida pelos graduandos em Letras, podemos defini-la como um processo constituído pela/na/com a interação

de saberes promovida pela diversidade natural das relações (SCHNEIDER, 2006). Tal dinâmica ocorre entre os atores do PFOL: graduandos de Letras Inglês em formação docente, professores do curso de Letras Inglês e alunos estrangeiros.

Compreendemos que ensinar uma língua adicional como o português é promover um espaço contínuo de automovimento, compartilhando a constante construção da realidade social vivenciada por cada um. Nas atividades de extensão realizadas, oportunizamos situações de ensino próximas das realidades e demandas dos alunos, permitindo que eles ampliem e diversifiquem novos aspectos da realidade social e se apropriem deles. Nosso desafio constante enquanto Programa de Extensão é o de mobilizar estratégias de aprendizagem possíveis para que os alunos (estrangeiros e da graduação de Letras) reflitam sobre seu papel de transformação do mundo a sua volta (FREIRE, 2008).

No novo contexto desenhado, a partir de março de 2020, tem sido fundamental repensar nosso novo espaço de atuação docente. Desde então, temos dividido nossas atividades de ensino e interação entre tarefas assíncronas e síncronas, utilizando ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) para organizar e tentar favorecer a formação de comunidades de aprendizagem (MARTINS *et al.*, 2016). Segundo os autores:

Os AVAs têm por objetivo principal figurar como um espaço de construção do conhecimento por meio do desenvolvimento de atividades educativas, mediadas pelo uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), valorizando a interação e o trabalho colaborativo. (p.115).

Corroborando a definição dos autores, os AVAs foram essenciais para que conseguíssemos adaptar nossas aulas, oficinas e eventos para o modo remoto. Por meio deles, pudemos criar diferentes espaços de interação síncrona e assíncrona, criando ambientes seguros para que tanto nossos alunos de PFOL participassem das aulas, quanto os licenciandos de Letras Inglês seguissem com as atividades de formação docente. Os AVAs mais

utilizados foram o Google Classroom e as plataformas de reuniões virtuais: Zoom e Google Meet.

Resultados

Em março de 2020, quando a UTFPR suspendeu suas atividades presenciais devido à pandemia, passamos por um período de adaptação que possibilitou a manutenção das atividades do programa. Naquela época, tínhamos iniciado as atividades de matrícula de alunos estrangeiros novos, distribuição de turmas e organização de graduandos de Letras Inglês que participariam do programa como bolsistas e voluntários. Iniciamos os cursos regulares previstos para aquele semestre de 2020/1, com três turmas: PFOL 1 (que seria nível básico para não hispanos); PFOL 1 hispanos (nível básico para falantes de espanhol) e PFOL 3 (formado por diversas nacionalidades e diferentes línguas maternas, mas que já se comunicavam razoavelmente bem).

Além dos cursos regulares, também tínhamos planejado ações para acontecerem ao longo do semestre vinculadas a um novo projeto: “Formação inicial de professores através de ações de socialização entre estrangeiros e brasileiros - PFOL UTFPR-CT”. O objetivo era promover encontros e oficinas sobre temáticas culturais entre as comunidades interna e externa da UTFPR, propiciando o contato entre professores, alunos estrangeiros e alunos brasileiros e, com isso, oportunizando a formação inicial de professores de língua estrangeira (em especial de PFOL), uma vez que os alunos de Letras Inglês atuavam na realização dessas atividades.

Com a suspensão das atividades presenciais, nossa primeira preocupação foi reorganizar as aulas nas turmas já definidas. A princípio, mantivemos contato com os alunos por grupos de WhatsApp (um grupo por turma) e enviávamos atividades para serem feitas de modo assíncrono semanalmente. Os alunos recebiam as atividades, realizavam-nas e nos mandavam para a correção. Porém, com o passar das semanas, percebemos que a grande

maioria dos estudantes passou a desmotivar-se. Então, pensamos em modos de dar aula de forma remota que resgatassem o interesse e promovessem interação entre esses alunos. Na medida em que fomos nos familiarizando com as plataformas online e discutindo juntas as possibilidades de interação, cada uma das professoras e monitores das turmas passaram a intercalar atividades assíncronas com encontros síncronos em plataformas como Google Meet e Zoom.

No começo de abril de 2020, concomitantemente às atividades assíncronas enviadas aos alunos, planejamos e preparamos conteúdos para duas oficinas de extensão. Ambas seriam ministradas por alunos estrangeiros, orientados e auxiliados por nós, professoras, contando com a ajuda de alunos de Letras Inglês no apoio técnico (formulário de inscrições, material de divulgação, ajuda com as plataformas e com a parte técnica de preparação de material). Uma delas foi “Salaam Aleikum: Oficina de Introdução à Língua-Cultura Árabe”, ofertada entre os dias 15/06/2020 a 06/07/2020, com 8 horas de duração e com 63 participantes. A outra foi “¡Dale Salsa! - Oficina introdutória ao ritmo e dança!”, com 10 horas de duração e 16 participantes. Elas contaram com atividades síncronas e assíncronas por meio das plataformas Google Meet e Google Class Room, bem como com materiais escritos e vídeo-aulas. A experiência de planejar e ministrar essas oficinas de modo totalmente remoto foi nossa primeira tentativa de uso efetivo dessas plataformas de ensino, vendo que sim era exequível manter interação e criar um ambiente de aprendizagem possível. A partir daí, ganhamos novo ânimo para começar a planejar as aulas remotas de modo síncrono para o início do semestre 2020/2.

Então, reorganizamos as turmas, pois apesar da pandemia continuávamos recebendo pedidos de novos alunos para participar das aulas. Assim, no segundo semestre de 2020, ofertamos quatro cursos de extensão de PFOL, abertos à comunidade externa, com aulas síncronas de duração de 90 minutos cada, duas vezes por semana, por meio da plataforma Google Meet e com apoio da

plataforma Google Classroom. Cada um dos cursos teve duração de 60 horas, atendendo um total de 51 alunos, divididos nas quatro turmas. As aulas ocorreram entre 21/08/2020 a 11/12/2020.

Junto com as aulas, organizamos três encontros do projeto “Formação inicial de professores através de ações de socialização entre estrangeiros e brasileiros - PFOL UTFPR-CT”. A Figura 2 mostra o cartaz do evento sobre o seriado “A Grande Família”. Passamos à descrição mais específica dessa e outras ações na sequência:



Figura 2 – Evento de socialização sobre o seriado “A Grande Família”

Fonte: as autoras (2021)

1) “Memes! O que são? De onde vem? Como surgem?”, realizado em 05/10/2020, com duração de 2 horas assíncronas (pelo Google Class Room) e 2 horas síncronas (pelo Google Meet), com um total de

47 participantes. Nesse encontro, houve a participação de alunos de Letras Inglês e alunos estrangeiros para falar sobre a formação de memes no Brasil e em outros países. Houve diferentes momentos de interação e trocas interculturais. As bolsistas, estudantes de Letras Inglês, atuantes no projeto, participaram como mediadoras em pequenos grupos de discussão em salas do Google Meet.

2) “Roda de Conversa: experiências de estrangeiros com o aprendizado de português no Brasil (PFOL/UTFPR-CT)”, realizado em 06/10/2020, com duração de 2 horas e com a participação de 17 pessoas (entre alunos da disciplina Ensino de PFOL 1 e alunos de português). O objetivo era falar sobre as experiências dos estrangeiros como aprendizes de português no contexto de imersão.

3) “Aspectos culturais na série A Grande Família”, realizado em 09/11/2020, com 2 horas de duração e 43 participantes. O encontro teve a participação de alunos de Letras Inglês e alunos estrangeiros para falar sobre aspectos culturais encontrados na série brasileira “A Grande Família”. As bolsistas atuaram como mediadoras de momentos de interação e trocas interculturais em pequenos grupos de discussão em salas do Google Meet.

Além desses encontros que visavam tanto à socialização entre brasileiros e estrangeiros a partir de temáticas culturais quanto à formação de professores de línguas, em especial de PFOL, organizamos eventos de extensão voltados exclusivamente a alunos venezuelanos (em condição de migração forçada):

1) “Roda de Conversa: direitos trabalhistas de migrantes”, em 26/11/2020, com duração de 2 horas, com a participação de 10 alunos. Neste encontro, uma advogada falou sobre direitos trabalhistas no Brasil para alunos de origem venezuelana que se encontram em condição de migração forçada.

2) “Migrantes e direito de uso do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil”, em 03/12/2020, com duração de 3 horas, com a participação de 9 alunos. Houve a explanação dos serviços oferecidos pelo SUS - desde atendimento e acompanhamento médico-ambulatorial, emergências, cirurgias, tratamentos longos e mesmo explanação da importância das vacinas e de atendimento para saúde mental. Os participantes tiraram suas dúvidas pontuais com relação ao acesso a que eles, como estrangeiros, têm direito.

3) “Revalidação de diplomas e possibilidades de (re)ingresso em universidades no Brasil”, em 16/12/2020, com duração de 3 horas, com a participação de 5 alunos. Houve a explanação de questões documentais, procedimentos para conseguir as informações necessárias e locais em que os alunos podem buscar auxílio para entender mais sobre o processo de revalidação de diplomas e/ou editais de reingresso. Os participantes tiraram suas dúvidas sobre questões pessoais a respeito da revalidação de diplomas, reingresso em universidades no Brasil.

Além dessas ações, no ano de 2020, houve também a criação e execução de outras atividades como encontros de formação com os alunos da graduação em Letras, conforme está apresentado na Figura 3, e também a produção de sete Recursos Educacionais Abertos (REAs) na disciplina Grupo de Pesquisa PFOL do curso de Letras Inglês, na edição de 2019/2 e outros na edição

2020/1. Embora estas não sejam atividades extensionistas em si, elas alimentam os cursos e ações de extensão ofertados aos alunos estrangeiros.

Outra iniciativa foi a reativação de nosso Facebook (<https://www.facebook.com/pfol.utfpr>), criação do Instagram (@pfol_utfpr.ct) e canal do Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCIDcYkbN7OaqL7yDMMCm9mw>) entendidos como meios de comunicação entre alunos de PFOL, alunos de Letras e sociedade em geral. Estamos trabalhando, ao longo do período de pandemia, para alimentar essas redes sociais por meio da criação, seleção e divulgação de conteúdos referentes ao ensino de PFOL e às identidades que fazem parte do nosso programa.

Em 2021, retomamos as atividades remotas em fevereiro: com os trabalhos nas redes sociais e oferta de três cursos de extensão, ministrados de forma remota, de diferentes níveis de PFOL. Cada curso ocorreu entre os meses de março e junho de 2021, com aproximadamente 60 alunos ao total (95% de comunidade externa). As aulas ocorreram sincronicamente duas vezes por semana (três horas semanais), por meio da plataforma Google Meet e as atividades assíncronas via Google Classroom e WhatsApp. Além dessas ações em andamento, já pudemos promover mais um encontro do projeto “Formação inicial de professores através de ações de socialização entre estrangeiros e brasileiros - PFOL

UTFPR-CT”, intitulado “Imaginou? O PFOL canta!”. O evento ocorreu em 27/04/2021, com duas horas síncronas de duração e mais duas horas assíncronas. Nesta ação, tivemos mais de 50 participantes, entre brasileiros e estrangeiros, que puderam compartilhar seus gostos musicais e falar sobre canções de diferentes países. Este projeto continuará no ano de 2021.

Na UTFPR, até que voltemos às nossas atividades presenciais (estas seguem suspensas até, pelo menos, setembro de 2021), seguiremos nos adaptando para continuar com nosso trabalho na extensão, certas de nossa responsabilidade social para com o ensino, a formação de professores e, acima de tudo, às pessoas envolvidas direta ou indiretamente no nosso trabalho de universidade pública, pessoas essas que nos fazem repensar e ressignificar todos os dias nossas atitudes e posições no mundo em que habitamos.

Considerações Finais

De acordo com Medeiros (2017), a extensão pode ser compreendida como o meio de comunicação

direta entre a universidade e a comunidade em geral, havendo a possibilidade de esta apresentar suas demandas, provocando um processo de questionamento das verdades acadêmicas. Nesse sentido, o PFOL, enquanto um Programa de Extensão vem atuando para promover mudanças (ainda que pequenas) em nosso entorno, abrindo as portas da UTFPR, instituição pública de ensino, em benefício de uma demanda social urgente: a integração de cidadãos estrangeiros nas diferentes esferas da sociedade brasileira.

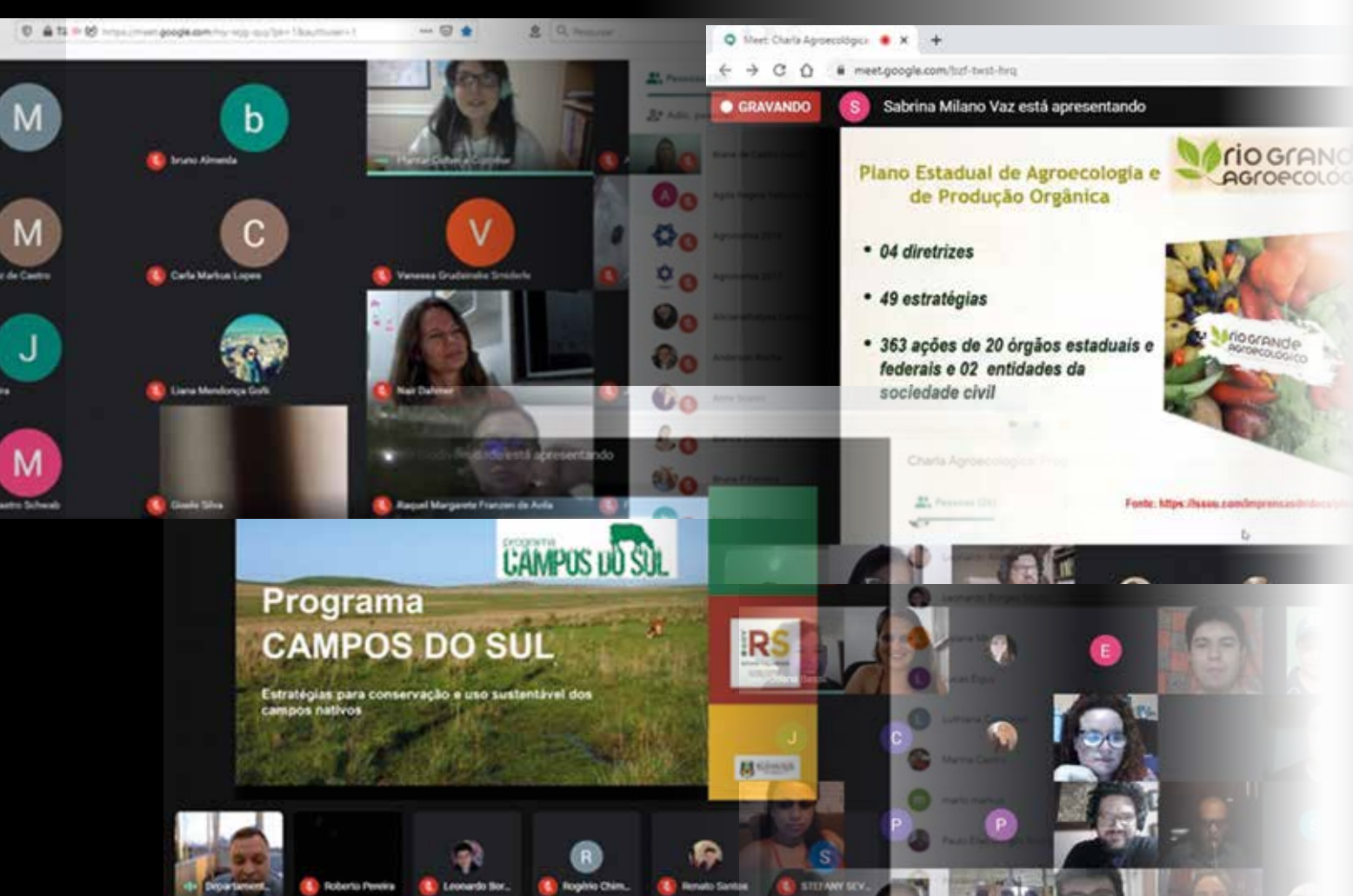
A pandemia tem causado muitas mudanças comportamentais, emocionais e sociais em nossas relações. Em um contexto de ensino, essas mudanças nos têm exigido constante reelaboração de nossas práticas e visões que envolvem o ato de ensinar e aprender. Questionamos nossos papéis, nossas escolhas e passamos a duvidar de máximas que já tínhamos como certezas, construindo novos caminhos para poder sobreviver diante de tempos tão incertos. ◀

Referências

- BALDIN, Fernanda D. C.; CORDEIRO, Elisa N. O processo de formação inicial de professores de português para falantes de outras línguas na UTFPR-CT: Integração entre prática pedagógica e teoria. Em: **Revista Línguas e Letras**, v. 18, n. 39, p. 96- 111, 2017.
- CORDEIRO, Elisa Novaski; ALBUQUERQUE, Jeniffer Imaregna Alcantara de; BALDIN, Fernanda Deah Chichorro. Monitoria em sala: uma ação de formação docente. Em: **Fólio - Revista de Letras**, v. 12, n. 1, p. 315-338, 2020.
- _____. A internacionalização a partir de ações de um programa de extensão universitária do sul do Brasil. Em: **Fórum Linguístico**, v. 18, n. 1, p. 5642-5652, 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do compromisso**: América Latina e educação popular. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2008.
- MARTINS, D. O. ; TIZIOTTO, S. A.; CAZARINI, E. W. . Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) como ferramentas de apoio em Ambientes Complexos de Aprendizagem (ACAs). Em: **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 15, p. 1, 2016.
- MEDEIROS, Marcia Maria. A extensão universitária no Brasil: um percurso histórico. Em: **Revista Barbaquá**, v. 1, n. 1, p. 09-16, 2017.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. Em: **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 35-47, 2013.
- SCHNEIDER, M.S.P.S. Monitoria: instrumento para trabalhar com a diversidade de co-nhecimento em sala de aula. Em: **Revista Espaço Acadêmico** (UEM), v. Mensal, p. 65, 2006.



Figura 3 – Encontro remoto de formação entre professoras e alunas de Letras Inglês, atuantes no Programa
Fonte: as autoras (2021)



Charla Agroecológica

Biane de Castro: Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); e-mail: biane-castro@uergs.edu.br
 Bruna Pereira Ferreira: Tecnóloga em Gestão Ambiental e Bacharel em Agronomia
 Acadêmica de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial: Ianysei Pereira Gonçalves

Introdução

Agroecologia tem o potencial de produzir localmente grande parte dos alimentos necessários para as comunidades rurais e urbanas por meio do uso sustentável do meio ambiente. Particularmente, em um mundo ameaçado pelas mudanças climáticas e outros distúrbios, como as pandemias de doenças, a ingestão de alimentos nutritivos à base de vegetais produzidos em propriedades agroecológicas locais

pode ajudar a fortalecer nosso sistema imunológico. Esse hábito de consumo traria, dentre vários benefícios, a melhoria da capacidade de resistir a várias ameaças, incluindo os vírus contagiosos, como o SARS-CoV-2 (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

Santana do Livramento é um município limítrofe com o Uruguai e compreende uma área de 617 mil hectares, o que corresponde ao segundo município

em extensão territorial do Rio Grande do Sul. Cerca de 81% do total dos estabelecimentos agropecuários é oriundo da agricultura familiar. Algumas iniciativas locais vêm contribuindo para a comercialização de frutas e hortaliças, como mercados locais com a (re)conexão da produção e consumo de alimentos agroecológicos em circuitos curtos, tais como feiras livres e entregas à domicílio, assim como vendas institucionais (GEPAD, 2015).

As condições impostas pela pandemia por Covid-19 têm feito com que as pessoas utilizem cada vez mais as diferentes plataformas virtuais para divulgar diversos temas, podendo ser uma excelente oportunidade para divulgar a agroecologia e formar e fortalecer redes envolvendo todas as cadeias produtivas. Desse modo, o projeto de extensão “Charla Agroecológica” teve como principal objetivo difundir e trazer para a discussão políticas públicas e pesquisas voltadas à produção de base ecológica, integrando agricultores e consumidores e orientar sobre diferentes estratégias de desenvolvimento sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas por uma perspectiva social, econômica e ecológica.

Charlas Agroecológicas: ações propostas, execução e resultados alcançados

Foram realizadas quatro edições das Charlas Agroecológicas, em 2020, com distintos enfoques. Para tanto, foram elaboradas propostas que foram devidamente cadastradas em um formulário emitido pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (ProEx-UERGS), estando vinculadas ao propósito de ações diversificadas e remotas do macroprojeto ProEx Covid-19 do Programa Inova – RS, promovido em parceria com a Secretaria Estadual de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT).

As quatro edições das Charlas Agroecológicas propostas foram previamente classificadas quanto aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme a Agenda 2030 da ONU (2020) durante o cadastro das ações de fluxo contínuo.

As propostas foram classificadas como ações voltadas à erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; e consumo e produção responsáveis.

As atividades de extensão surgiram a partir do convite realizado diretamente aos palestrantes pela Profa. Dra. Biane de Castro (UERGS), sendo posteriormente responsável, também, pela moderação dos eventos. Cada palestra consistiu em uma apresentação, verbal e/ou com material digital de apoio. Posteriormente foram realizadas rodadas para dirimir dúvidas e realizar comentários de cunho técnico extensionista e científico, mas em tom descontraído de conversa entre os beneficiários das ações de extensão e os realizadores dos eventos. Essa proposta de trabalho deu origem ao nome do projeto conter a palavra “Charla”, associando ao fator sociocultural e bilíngue de região fronteira, associando à temática “Agroecológica”.

As quatro edições ocorreram via Google Meet e foram abertas aos alunos da UERGS e público em geral interessado no tema, com duração de aproximadamente uma hora por palestrante convidado. Para cada evento foi criada uma arte e divulgada nas redes sociais, contando com o fundamental apoio da ProEx-UERGS e da Unidade em Santana do Livramento/RS da UERGS.

Previamente ao evento, os participantes precisaram se inscrever por meio do preenchimento do formulário até as 12h do dia do evento e o link da sala era encaminhado ao e-mail cadastrado no momento da inscrição. Dentre as atividades cadastradas pelos inscritos tiveram participantes discentes de diferentes instituições, extensionistas rurais, professores universitários, advogados, professores do ensino básico e de ensino especial, psicopedagogos, aposentados, ativistas ambientais, agricultores, comerciantes, cozinheiros, jornalistas e profissionais da área do marketing.

Os eventos foram realizados no turno da noite,

para que os estudantes que trabalhassem durante o dia pudessem participar dos eventos. Foi realizada essa opção tendo em vista que essa é a realidade de muitos acadêmicos, principalmente para aqueles que cursavam Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial na UERGS no turno da noite. Além disso, a pandemia também levou ao aumento da busca por empregos por discentes matriculados em cursos diurnos.

O primeiro encontro virtual do projeto de extensão realizado foi a Charla Agroecológica: Ensino da Agroecologia através da Horticultura e da Culinária, tendo por objetivo proporcionar conhecimentos sobre o ensino da agroecologia por meio da horticultura e culinária. O ensino da Agroecologia pode se dar através de diversas formas, cabendo a cada professor encontrar a melhor metodologia para a sua realidade regional. Com essa edição da "Charla Agroecológica" foi possível conhecer o projeto "Plantar, Colher e Cozinhar", que é uma metodologia de ensino desenvolvida para o meio urbano e registrada como propriedade intelectual da Profa. Dra. Viviane Falkembach Pretz, no Instituto Quintal Urbano.

Realizada no dia 29/05/2020, às 19h30min, essa ação de extensão atingiu pessoas das seguintes cidades do Rio Grande do Sul: Arroio do Sal, Bento Gonçalves, Capão do Leão, Jari, Porto Alegre, Santa Maria, Santana do Livramento e

Viamão. Também contamos com a participação de pessoas de outros estados, com os seguintes municípios, a saber: Campo Largo (PR), Curitiba (PR) e Natal (RN).

O projeto da primeira edição previu uma integração entre ensino, pesquisa e extensão, pois foram divulgados resultados de pesquisa a partir de um trabalho desenvolvido em uma propriedade agroecológica da agricultura familiar em um assentamento da reforma agrária, bem como muitas informações acerca do conhecimento acumulado na trajetória acadêmica da palestrante e empregado em ações de ensino e extensão em sua atividade profissional.

O segundo encontro remoto realizado foi a "Charla Agroecológica: A Experiência na Construção do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no RS (PLEAPO - RS)". Essa ação consistiu na apresentação realizada pelas engenheiras agrônomas, analistas agropecuária e florestal da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR - RS), associadas do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul (SINTERGS) e Associação dos Servidores de Ciências Agrárias do RS (ASSAGRA).

O evento foi realizado às 19h de 30/09/2020, atingindo pessoas das seguintes cidades: Cacequi, Cachoeirinha, Dom Pedrito, Jari, Porto Alegre, Quaraí, Rivera (Uruguai), Santa Maria, Santana do



Figura 2 – Segunda edição da Charla Agroecológica: A Experiência na Construção do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no RS (PLEAPO - RS)

Fonte: Das autoras

Livramento e Viamão. Com essa edição da Charla Agroecológica foi possível conhecer conceitos envolvendo direito à alimentação adequada e sistemas de produção alimentar, bem como o papel do poder público na formulação de políticas públicas frente às demandas da sociedade. O processo de construção do 1º Plano Estadual de Agroecologia Produção Orgânica do RS (PLEAPO - RS), composto por diretrizes, estratégias e ações, foi o tema central da atividade.

O terceiro encontro remoto realizado foi a "Charla Agroecológica: Uso Sustentável da Flora Nativa". Essa ação consistiu na apresentação realizada pela Engenheira Agrônoma Angélica Ritter (Chefe da Divisão de Flora do Departamento de Biodiversidade - DBIO da Secretaria Estadual do Meio

Ambiente e Infraestrutura - SEMA) e Ma. Bióloga Joana Braun Bassi (Analista Ambiental da Divisão de Flora - DBIO da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMA).

Com essa edição da Charla Agroecológica, realizada às 19h do dia 24/11/2020, foi possível transmitir informações sobre o uso sustentável da flora nativa, que está previsto na legislação ambiental, e também sobre a certificação como ferramenta que tem por objetivo garantir o uso das espécies nativas de forma sustentável, sendo importante estratégia de conservação da biodiversidade. Foram divulgados resultados de políticas públicas com o uso da flora nativa a partir de trabalhos desenvolvidos com a colaboração de diversas instituições, inclusive de ensino, pesquisa e extensão. Essa ação de extensão

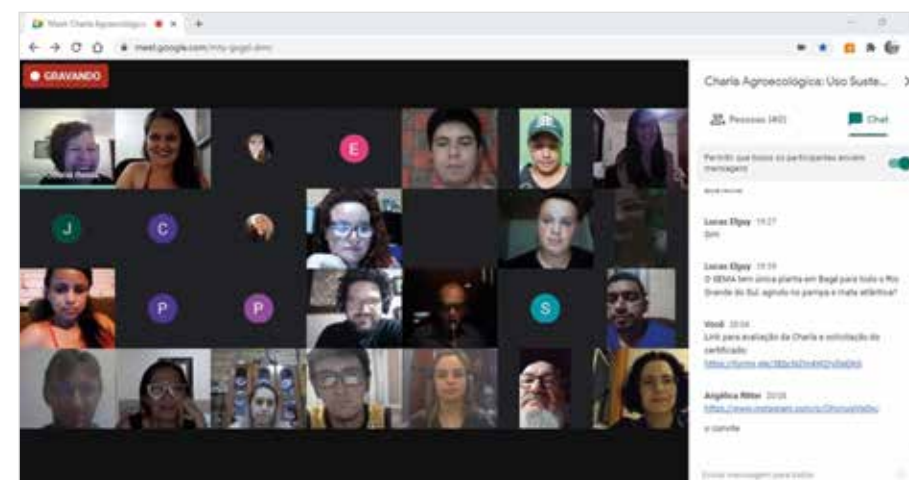


Figura 3 – Terceira edição da Charla Agroecológica: Uso Sustentável da Flora Nativa

Fonte: Das autoras

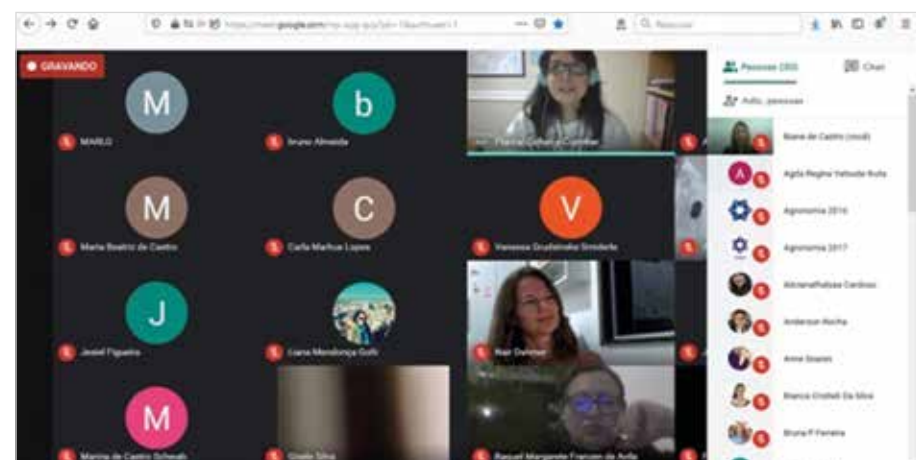


Figura 1 – Primeira edição da Charla Agroecológica: Ensino da Agroecologia através da Horticultura e da Culinária

Fonte: Das autoras

atingiu pessoas das seguintes cidades: Alegrete, Dom Pedrito, Jari, Parobé, Porto Alegre, Quaraí, Santana do Livramento e São Leopoldo, todas do Rio Grande do Sul, e Campo Largo, do Paraná.

O quarto e último encontro remoto realizado em 2020 foi a “Charla Agroecológica: Programa Estadual Campos do Sul – Estratégias para Conservação e Uso Sustentável dos Campos Nativos”. Com essa edição da Charla Agroecológica foi possível apresentar o Programa Estadual Campos do Sul, política pública que tem por objetivo preservar os campos nativos inseridos nos biomas Pampa e Mata Atlântica mediante a adoção de boas práticas ambientais e de manejo, integrando uma produção pecuária sustentável.

Essa ação consistiu na apresentação realizada pelo Me. Engenheiro Agrônomo, Diretor do Departamento de Biodiversidade - DBIO da Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Diego Melo Pereira. Realizada às 19h de 10/12/2020, atingiu

pessoas das seguintes cidades: Alegrete, Canoas, Eldorado do Sul, Jari, Parobé, Porto Alegre, Quaraí, Santana do Livramento e São Leopoldo, ambas do Rio Grande do Sul, Campo Largo, do Paraná e, Florianópolis, Santa Catarina.

Considerações Finais

A Agroecologia tem se mostrado como uma alternativa mais que necessária para o desenvolvimento rural e uso sustentável dos recursos naturais. Os quatro encontros da Charla Agroecológica serviram para agregar conhecimento sobre os temas apresentados, aproximando a comunidade acadêmica aos produtores, técnicos da área e a outros interessados no tema. Impulsionadas pela situação da pandemia por Covid-19, as Charlas Agroecológicas realizadas via Google Meet foram uma forma para propagar e popularizar a Agroecologia e a importância da conservação e uso sustentável do meio ambiente, principalmente quando associadas a políticas públicas. ◀



Figura 4 – Quarta edição da Charla Agroecológica: Programa Estadual Campos do Sul – Estratégias para Conservação e Uso Sustentável dos Campos Nativos

Fonte: Das autoras

Referências

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C.I. La Agroecología en tiempos del COVID-19., **Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas (CELIA)**, University of California, Berkeley, p.1-7, 2020.

GEPAD. **Grupo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial**. Brasil: a emergência da diferenciação agroalimentar no Pampa Gaúcho - reconectando agricultores e consumidores. 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/agricultorafamiliar/index.php?formulario=notici>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

O rumo das atividades do tripé universitário durante a pandemia: um relato do Grupo PET Letras

Acadêmicas de Letras: Bianca Gomes Martins (biagomes110@gmail.com), Ediele Maria Rodrigues de Lima e Gabriela Rodrigues Santana

Introdução

Como continuar as atividades de um grupo de extensão que sempre realizou atividades presenciais? Como promover a integração e a socialização entre alunos do curso, comunidade acadêmica e não acadêmica no meio online? O presente artigo, que objetiva compartilhar o caminho que o PET Letras

UFRGS traçou para responder tais questões, é um relato das atividades desenvolvidas pelos bolsistas vinculados ao Programa Tutorial de Educação do Instituto de Letras no período de 2020-2021. Neste relato, apresentaremos o PET Letras, também realizaremos um apanhado com a trajetória do programa e seus principais projetos, destacando

suas finalidades e seus agentes principais, como o público-alvo e o seu papel dentro do tripé universitário. Também integrará uma reflexão sobre os projetos realizados e sua adaptação para o período de distanciamento social.

Breve apresentação do programa e do núcleo PET Letras

O Programa de Educação Tutorial se constitui de grupos em formato de tutoria e é compreendido institucionalmente como um investimento nos cursos de graduação, pensando em estimular produções acadêmicas, sendo elas pesquisas ou projetos pedagógicos. O objetivo da formulação desses grupos é fomentar o protagonismo no processo de aprendizagem de seus participantes, para estimular a reflexão, as discussões e a cooperação mútua entre os membros.

Todos os grupos PET têm uma atuação ampla, que contempla o tripé das universidades: pesquisa, ensino e extensão. Esses três tipos de atividades são realizados com o intuito de integrar a teoria aprendida em sala de aula pelos alunos da graduação com a prática relacionada a alguma “situação-problema” observada pelos alunos. Os projetos que se desenvolvem pelos grupos não se limitam ao público acadêmico, tendo em vista, também, o público externo da universidade, considerando a importância da pluralidade de saberes na execução dos projetos. Além disso, é desenvolvida a autonomia dos membros de cada grupo, uma vez que precisam formular projetos e organizá-los, de forma que estejam de acordo com o que o público-alvo espera e que também sejam de realização viável.

O PET Letras realiza as suas atividades dentro do escopo da área de Letras, englobando temáticas diversas. Há, também, a possibilidade de realizar projetos e ações em conjunto com outros grupos PET: atividade que se chama PET Elos, por unir mais de uma área em torno de um projeto interdisciplinar. Nos próximos tópicos, discorreremos sobre alguns dos projetos que já foram realizados, projetos em andamento no momento presente e

algumas particularidades das atividades realizadas pelo grupo.

Transição de tutores, novos caminhos para o grupo

O grupo PET Letras esteve sob a tutoria da professora Dra. Marcia Ivana de Lima e Silva, durante os seis anos previstos de atuação da tutoria, terminando seu período de coordenação do projeto no ano de 2019. Durante seu período de tutoria, foram desenvolvidas diversas atividades, tanto em ensino, pesquisa e extensão. Entre elas, podemos citar a realização do Clube do Livro, projeto que trazia diversos títulos de obras literárias para serem discutidas entre os alunos do curso de Letras e que já contou com convidados especiais (autores, professores) em seus encontros. Também tivemos o desenvolvimento do projeto “Literatura em extensão”, atividade que promoveu palestras sobre algumas das obras obrigatórias do Vestibular da UFRGS, nos anos de 2017, 2018 e 2019, e contava com a participação de alguns professores do Instituto de Letras, além de mestrandos e doutorandos da área de Literatura. O evento contribuiu para a construção do currículo e das experiências de alunos da pós-graduação, além de ser um evento destinado a vestibulandos e estudantes de baixa renda, que podiam acessar os materiais de forma gratuita. Além dos projetos anteriores relacionados à temática literária, também se realizaram atividades no âmbito do ensino/aprendizagem de língua inglesa no projeto “Conversações”, que visava oportunizar um espaço para pessoas das mais diversas áreas que quisessem praticar seu inglês dentro da Universidade, de forma fácil e descontraída, além de contribuir para a formação dos bolsistas envolvidos. Além desses projetos citados, o grupo desenvolvia vários outros, mas também servia de apoio para eventos institucionais, como o UFRGS Portas Abertas, no qual os bolsistas ajudavam a montar a estrutura do evento e sinalizar os ambientes, e na execução do projeto, atuando como monitores do evento, auxiliando os visitantes que tivessem dúvidas ou prestando apoio aos expositores que estivessem envolvidos em suas apresentações, além de parte do grupo realizar

a apresentação de alguns dos projetos principais desenvolvidos e executados até então, chamando a atenção para futuros universitários que pudessem ter interesse em ingressar no curso de Letras.

A partir do novo processo seletivo para tutor, foi realizada a transição para o atual professor responsável, Gabriel de Ávila Othero, e foi dado início para novos projetos no grupo PET Letras. Uma das primeiras ações do grupo sob nova tutoria foi a realização de um processo seletivo para novos bolsistas. Com novos membros no grupo (também chamados de petianos), o PET Letras começou a ter participação mais ativa nos InterPETs, eventos mensais que contam com a presença de todos os grupos PET's da UFRGS, que visam a troca de experiências e que também promovem discussões sobre temáticas pertinentes à realidade universitária, como a aplicação de ações afirmativas nos processos seletivos do programa, por exemplo.

Alguns dos projetos que marcaram essa fase de trabalho foram o “Aprendendo a Ensinar: línguas estrangeiras para o público infantil”, em que os bolsistas organizaram ciclos de palestras sobre o tema, convidando palestrantes e interlocutores; o “PET Elos com o PET Psicologia”, que contou com

uma palestra interdisciplinar entre os dois cursos sobre o tema “Análise do Discurso e Psicologia”, com o prof. Dr. Fábio Ramos; o “CinePET”, projeto em que foram escolhidos filmes com temática pertinente à área de Letras para discussão com alunos e professores do curso, trazendo sempre um convidado do corpo docente para realizar o paralelo entre a obra e sua área de estudo; o “Conversas com Letristas”, sessões de conversas/entrevistas com professores que fizeram e fazem a história do Instituto de Letras. Além disso, também houve um aumento considerável da presença do grupo em mídias digitais, como as redes sociais. Foram discutidas maneiras de estarmos mais presentes para a comunidade acadêmica e então o grupo criou perfis e páginas para a postagem e divulgação de suas atividades, bem como divulgações de atividades a pedido da direção do Instituto de Letras e outros grupos PET parceiros.

Pandemia em 2020: Ensino Remoto Emergencial e o desafio de envolver a comunidade acadêmica no meio online

Durante as férias de verão, os “petianos” continuaram a realização de atividades online, como o Concurso de Poesia Travessia e reuniões de equipe, onde repensamos nossas atividades e projetos para



Figura 1 – Foto tirada durante o evento CinePET do filme “Mary Shelley”, com a professora convidada Márcia Ivana, que ocorreu em 08/11/2019

Fonte: Gabriel de Ávila Othero

o seguinte ano letivo. Com o início do semestre seguinte, uma das primeiras ações foi a Recepção dos Calouros, quando orientamos os estudantes que estavam em processo de matrícula presencial. Também produzimos um material com o objetivo de servir como manual dos Calouros: documento com dicas e informações sobre a vida acadêmica, a Universidade e o curso de Letras. Esse material foi disponibilizado em PDF e distribuído por e-mail e redes sociais.

Porém, em meados do mês de março de 2020, a quarentena foi decretada em Porto Alegre e as atividades presenciais de toda a Universidade foram suspensas por período indeterminado. Sendo assim, todas as atividades realizadas pelo grupo, até então, passariam a ser em caráter remoto. Com isso, o foco das reuniões do grupo se tornou a elaboração de alternativas à distância para a realização dos projetos já existentes, assim como criação de novos projetos que fossem de encontro com os interesses e necessidades da comunidade do curso de Letras. Após a decisão das organizações responsáveis, as atividades da Universidade teriam continuidade, porém, agora em regime de Ensino Remoto Emergencial (ERE), com normativas e portarias próprias para se adequar ao período extraordinário de crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19.

A partir da definição do novo regime de atividades remotas, considerando que até então todas as atividades realizadas pelo programa eram de caráter presencial, assim como as atividades da Universidade como um todo, houve dificuldades para a migração para a esfera digital. Questões como o acesso à internet, dificuldades de ter e manter sua conexão estável durante reuniões e projetos em andamento, a gestão de ferramentas e software digitais foram centrais nesse processo.

O espaço acadêmico, agora virtual, trouxe grandes dificuldades para a vida universitária, como, por exemplo, a privação da interação entre alunos e professores. Por isso, o PET teve de buscar alternativas para atrair os estudantes durante o período de ensino remoto emergencial, já que o discente

começou a passar grande parte do seu tempo na frente de dispositivos eletrônicos, como tablets, celulares e computadores, para acompanhar as aulas síncronas e atividades assíncronas passadas pelos professores.

Uma vez que, para a realização dos projetos durante o período de distanciamento social, foram necessárias diversas mídias digitais, isso implicou uma nova maneira de intermediar os processos pedagógicos. Em sua teorização sobre os multiletramentos, Roxane Rojo fala da influência direta (e indireta) das mídias sociais na vida escolar e embora esse não seja o contexto do qual tratamos em nosso relato, visto que nossos projetos são voltados a um público amplo e não somente para a escola, traçamos um paralelo entre o que discorre a autora sobre essa influência das mídias digitais no ensino e aprendizagem, já que, da mesma forma, estamos inseridos em um contexto de ensino e muitas das questões pedagógicas dos anos escolares podem ser transpostas para pensar nossas práticas no grupo PET Letras.

Na coletânea “Multiletramentos na escola”, Roxane afirma que mídias e tecnologias consideradas “cultura de massas”, como os projetores, reprodutores de vídeo analógicos, tiveram pouca penetração no contexto de ensino da educação básica. A autora irá defender que essas tecnologias mais analógicas, tão comuns até determinada parte do século XX, não foram incorporadas ao currículo e nas práticas de ensino, já que a escola é um espaço predominantemente oralizado, onde se realiza a oralização do escrito e do impresso. Porém, mais ao final do século XX, Rojo percebe uma mudança na relação a essas tecnologias em um âmbito geral e na vida escolar, já que surgiram novas mídias digitais que influenciaram fortemente as práticas pedagógicas atuais. Também reconhece que “essas são tecnologias onipresentes e extremamente importantes na vida cotidiana das pessoas em geral e dos alunos em particular.” (ROJO, 2012)

Os multiletramentos são definidos pela autora como:

as práticas de trato com os textos multimodais ou multissemióticos contemporâneos – majoritariamente digitais, mas também impressos –, que incluem procedimentos (como gestos para ler, por exemplo) e capacidades de leitura e produção que vão muito além da compreensão e produção de textos escritos, pois incorporam a leitura e (re)produção de imagens e fotos, diagramas, gráficos e infográficos, vídeos, áudio etc. (ROJO, 2012)

Através desse referencial, podemos refletir como as exigências sociais da contemporaneidade quanto aos tipos e níveis de letramento e as práticas do grupo na utilização de diversas semioses (linguagem verbal oral, linguagem verbal escrita, imagem estática, imagem em movimento, áudio etc.) ordenariam a forma com que combinaríamos as modalidades semióticas para construir produções e atividades múltiplas em seus significados e diálogos, visto que se destinam a públicos diversos (estudantes do curso, vestibulandos, professores do curso, comunidade acadêmica e público geral).

Algo que é característico desses novos letramentos é o grau de interatividade (recurso a dispositivos interativos ou propostas de interação) de cada um dos projetos que desenvolvemos e se relaciona com a as características do leitor no meio digital, como explica a autora:

A quarta revolução da escrita, como a chama Chartier (1997), a cultura digital, põe por terra todo o edifício de práticas letradas cultuadas e perpetuadas pela escola. Nela, o leitor não é mais reverente ao texto, concentrado e disciplinado, mas disperso, plano, navegador errante; não é mais receptor ou destinatário sem possibilidade de resposta, mas comenta, curte, redistribui, remixa. As fronteiras entre leitura e autoria se esfumam. (ROJO, 2017, p.7)

Esse fenômeno pode ser observado no espaço para comentários em nossas redes sociais, e-mail, site, replies do Twitter, enquetes, testes etc.

Para que ocorresse uma aprendizagem interativa, determinamos o que precisaríamos fazer baseados

em projetos e participações em atividades em que essas necessidades surgiam, em consulta com especialistas (nosso tutor, nossos colegas de outras ênfases, autores, professores), em ordem determinada por nós. Foi possível aprender, em colaboração com os colegas, a lidar com programas de edição de áudio, imagem e vídeo. Além do trabalho com o texto, pensamos de que maneira trabalharíamos com os conteúdos teóricos estudados pelo grupo para que a comunicação visual se desse de maneira eficiente e produtiva, compreensível e acessível a todos que fossem nosso público receptor em potencial.

Segundo uma pesquisa realizada pela UFRGS, sobre o primeiro semestre de aulas remotas, a maioria dos discentes constatou que a quantidade de atividades e o tempo para a realização dessas, propostas pelos seus professores, é maior do que quando as aulas eram presenciais. Os alunos também afirmaram que tiveram dificuldades de adaptação ao novo regime de ensino, seu aprendizado havia sido comprometido e sua interação com colegas e professores quase nula. (UFRGS, p.34-42, 2021). Pensando nos estudantes, o grupo PET Letras desenvolveu projetos que fossem didáticos, com conteúdos para ajudar na sua formação, mas que também fossem uma forma de entretenimento e integração para a comunidade acadêmica.

Síntese dos projetos desenvolvidos e análise do engajamento no meio virtual

A fragmentação da comunidade acadêmica também afetou o grupo, pois os participantes não possuíam mais o mesmo convívio que havia antes das medidas de distanciamento social. Para esta fase de adaptação foi necessária que nos organizássemos a fim de suprir a lacuna para os nossos encontros. As reuniões do grupo foram programadas para acontecer uma vez na semana, com a presença do tutor e de todos os bolsistas, nas plataformas digitais como o Google Meet, para debater e elaborar os projetos que seriam realizados. Além do trabalho, da organização e da criação de novas iniciativas, os encontros também foram uma forma de suporte para o grupo enfrentar esse período tão incomum,

um momento de diálogo, desabafo e principalmente interação entre colegas do curso. O grupo recebeu novos “petianos” e as boas-vindas foram realizadas de forma remota e, mesmo com as barreiras físicas e tecnológicas, nós conseguimos construir um ótimo ambiente para a comunicação, o que possibilitou a criação e o sucesso dos projetos durante a pandemia.

Neste período de adaptação, surgiu o projeto “Dicas de Leitura”, em que os professores do curso e membros do grupo foram convidados a indicar uma leitura para os alunos. As dicas foram postadas nas páginas do Instagram e Facebook do programa e foi uma forma de deixar discentes mais próximos à Universidade. Junto a esse projeto, houve a indicação de filmes e documentários, trazendo outros meios de distração para os alunos durante a pandemia.

Um dos projetos de maior sucesso foi o “Sopa de Letras”, um podcast com conteúdos das áreas do curso de Letras, como linguística, literatura, tradução e ensino. Os áudios são disponibilizados gratuitamente através da plataforma de streaming Spotify e alcançam tanto a comunidade interna

quanto externa da Universidade. Com postagens regulares semanais, nós superamos nossas expectativas com os ouvintes: atualmente são mais de 300 seguidores na página e foram mais de 2.000 visualizações nos áudios ao longo da pandemia. Os conteúdos são diversos, entre artigos da Revista Roseta sobre linguística, parcerias com a TAG-Experiências Literárias, com leitura dos resumos dos livros publicados pela editora, até conteúdos autorais, como o centenário de grandes autores e curiosidades da área das Letras. Atualmente o podcast possui um novo quadro, “Conversas com o autor”, em que são entrevistados os autores dos materiais que os alunos leem ao longo do curso; assim eles aprendem um pouco mais sobre os autores que estão lendo. O “Sopa de Letras” também está disponível na página do Lúmina, o repositório de cursos e podcasts produzidos pela UFRGS.

Como uma forma de auxiliar os estudantes durante essa nova realidade remota, o PET Letras criou o projeto “BiblioPET Online”, uma biblioteca virtual que disponibiliza os materiais textuais das cadeiras utilizados ao longo do curso. O projeto utiliza uma pasta no Google Drive para centralizar os arquivos em apenas um lugar, onde esses foram separados

em pastas com os nomes das cadeiras do curso e, com a permissão dos professores, foram anexados os textos para o acesso da comunidade acadêmica, respeitando todas as normas de direitos autorais das obras. Esse projeto foi realizado com o intuito de facilitar o acesso do estudante aos materiais didáticos, podendo acessá-los a qualquer hora e lugar, mesmo que os sistemas da Universidade, como exemplo o Moodle, ficassem fora do ar. Além disso, os alunos economizam espaços em seus dispositivos eletrônicos, sem precisar baixá-los.

O acervo já possui materiais de mais de

Figura 2 – Imagem elaborada pelo grupo, para o projeto “Dicas de Leitura”

Fonte: Grupo PET Letras



30 disciplinas. O acesso ficou restrito para alunos da Universidade, e, para acessar o acervo, foi necessário realizar um cadastro através de um formulário específico.

A construção das relações interpessoais, entre colegas e professores, foi prejudicada pela quarentena, pois essas, atualmente, ocorrem apenas nas aulas síncronas ou no desenvolvimento dos trabalhos em grupos, e não mais nos espaços compartilhados no ambiente fora de sala de aula, como nos intervalos, restaurantes universitários e eventos estudantis. Por esse motivo, o PET Letras buscou, de alguma maneira, possibilitar que houvesse novamente a integração da comunidade do curso de Letras, mesmo nesse período de ensino remoto. Para isso, foram realizadas lives no Youtube, pelo projeto “Conversas com Letristas”, que convidou professores do Instituto de Letras para uma conversa informal sobre suas carreiras, curiosidades e histórias. O projeto acontecia por meio de palestras presenciais, mas acabou sendo adaptado para lives, nessa nova modalidade de ensino. A escolha dos professores ocorreu por uma seleção dos alunos, que votaram em enquetes pelas redes sociais, como o Instagram. Durante as lives, os alunos faziam perguntas para os professores, transformando o espaço em uma forma de os discentes terem um maior contato e conhecerem melhor os seus professores. As lives foram gravadas e disponibilizadas para que os alunos pudessem acessá-las em outros momentos.

Outro projeto que buscou a interação entre a comunidade acadêmica foi o “Playlists do PET”, em que foram criadas, na página do Spotify do PET Letras, playlists contendo as músicas favoritas dos “petianos” e dos professores do curso. Através do estilo musical, os alunos puderam conhecer um pouco mais sobre seus professores, além dos alunos

Figura 3 – Na imagem temos um esquema elaborado para o projeto “Educação literária e diversidade”, no qual se busca trabalhar o conceito de educação literária com a obra “Quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus

Fonte: Grupo PET Letras

que fazem parte do PET-Letras. Foram feitas 50 playlists e o projeto obteve um feedback bastante positivo dos alunos nas redes sociais, que elogiaram a iniciativa, por conhecerem o que os professores gostam de escutar. O PET Letras planeja expandir o projeto e construir as playlists dos técnicos administrativos do Instituto de Letras e, assim, através da música, possibilitar a aproximação da comunidade acadêmica.

Visando maior alcance do público externo à Universidade, o PET Letras criou o projeto “Educação literária e diversidade”, que possui como principal objetivo dar visibilidade para autores que durante muito tempo foram considerados marginalizados, além de pensar em dicas para a educação literária na educação básica. Para isso, foi criado, e divulgado, nas nossas redes sociais, publicações com resumos das obras, autores e materiais didáticos para trabalhar as publicações dentro da sala de aula, a nível de ensino médio e superior. O propósito do projeto foi criar uma maior aproximação da comunidade em geral com essas obras, levando para diferentes níveis de ensino uma possibilidade de acesso à informação sobre diferentes tipos de literatura e não somente a literatura canônica. Alguns dos livros trabalhados ao longo do projeto: “O Sol na Cabeça”, de Geovani Martins, “Cartas para a minha mãe” de Teresa Cárdenas e o “Amora” de Natalia Borges Polessio.



Também podemos citar alguns projetos que tiveram de ser adaptados durante esse período remoto, como o “Projeto Svetlana: Como é ser mulher no Brasil”. O projeto visava a realização de uma pesquisa com as mulheres brasileiras para que estas contassem suas histórias através de entrevistas presenciais. Entretanto, com a pandemia da Covid-19 e as medidas de distanciamento social, isso não foi possível, e o projeto teve de se reinventar e realizar a pesquisa no ambiente virtual. Para isso, criou-se um questionário onde foram coletados mais de 100 relatos de vida, de todo o território brasileiro, sobre as dificuldades de ser mulher. Os dados foram computados e os relatos transcritos, para uma futura publicação, com objetivo de dar vozes às mulheres brasileiras para contarem suas histórias.

Considerações Finais

Mesmo em meio a uma situação complicada durante a pandemia da Covid-19, nosso grupo conseguiu elaborar alternativas para garantir uma ampla continuidade de nossas atividades. O diálogo entre os bolsistas e tutor foi essencial para que pudéssemos expor nossas ideias, interagir com os colegas e aprender juntos a lidar com as ferramentas e recursos digitais. Também realizamos a reelaboração de materiais informativos para suprir as novas necessidades e realidades dos estudantes no ERE, pesquisa, curadoria de conteúdo, produção de textos multissemióticos e contato com outros profissionais.

Referências

B ROJO, R.H., R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. Entre plataformas, odas e protótipos: novos multiletramentos em tempos de web2. **The Especialist: descrição, ensino e aprendizagem**. Vol. 38 Nº 1 jan -jul 2017. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/esp/article/view/32219>.

_____. BARBOSA, Jaqueline. **Hipermodernidade, multiletramento e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola editorial, 2015

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Relatório sobre o Ensino Remoto Emergencial no período letivo 2020/1**. Porto Alegre: UFRGS, 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2021/02/Comissao-ERE-Anexos.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Através da apreensão do conceito de multiletramentos, que foi essencial para pôr em prática as atividades remotamente de maneira satisfatória, foi possível pensar em uma metodologia de trabalho que abrangesse as particularidades de cada meio e possibilidade discursiva no meio digital, de forma a gerar identificação e engajamento positivo por parte do público-alvo (docentes e discentes do curso de Letras). Além disso, conseguimos impor nossas próprias experiências enquanto estudantes do Ensino Remoto Emergencial, para formular atividades que fossem atrativas para a comunidade acadêmica.

Com o relato dos projetos realizados ao longo deste trabalho, é perceptível o impacto positivo que se pode ter ao realizar atividades interativas em caráter remoto, conseguindo, assim, uma aproximação da comunidade acadêmica em torno de tópicos de seu interesse e mantendo o contato entre os alunos e a Universidade. Além de perseverar com as atividades do tripé universitário, apesar das condições atuais do país, foi possível nos aproximarmos e fomentar diálogos importantes para o contexto em que vivemos. ◀



Visitas monitoradas pelos prédios da UFPel em tempos de pandemia

Dalila Müller: Centro de Ciências Socio-Organizacionais – Universidade Federal de Pelotas (UFPel); e-mail: dalilam2011@gmail.com

Dalila Rosa Hallal: Centro de Ciências Socio-Organizacionais – Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Acadêmicas de Turismo: Hellen da Silva Bitencourt, Paola Carolina Eckert

Introdução

O presente trabalho relata as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Visitas Monitoradas pelos Prédios da Universidade Federal de Pelotas”, do Curso

de Bacharelado em Turismo, cujo objetivo principal consiste em “elaborar e realizar visitas pelos prédios da UFPel, visando divulgar, valorizar e preservar o patrimônio cultural edificado da Universidade”.

Essas ações partem da premissa de que “todos os esforços de preservação dos bens do passado, de maneira que eles possam vir a adquirir sentido de representatividade para a sociedade, perpassam pelo desenvolvimento de procedimentos informativos destacando os valores desses acervos (artísticos, históricos, etc.)” (FERRUGEM, 2015, p. 41).

Desde 2009, ano de início do projeto, até março de 2020, as visitas ocorriam de forma presencial, cujo roteiro era percorrido de ônibus, atendendo diferentes grupos, como antigos trabalhadores, alunos do ensino fundamental e médio, grupos de idosos e de pessoas com deficiência, acadêmicos e servidores da Universidade, entre outros.

Porém, no ano de 2020, em função da situação pandêmica de Covid-19, as atividades presenciais da Universidade precisaram ser substituídas por atividades remotas. Além do ensino, as atividades de pesquisa e de extensão também tiveram de se adaptar.

Nesse contexto, o projeto precisou se reestruturar e, aproveitando os recursos que a tecnologia da informação oferece, elaboramos uma versão virtual do roteiro a partir do Google Earth integrado com o Google Street View. O objetivo foi possibilitar que as pessoas percorressem, mesmo que virtualmente, o patrimônio cultural edificado da UFPel.

Além do roteiro, as informações sobre esse patrimônio foram disponibilizadas a partir do podcast “Conta mais, UFPel”, no Spotify, com o objetivo de facilitar o acesso às informações sobre o patrimônio.

Com o constante avanço da tecnologia, novas formas de documentação digital do patrimônio têm surgido, permitindo visitas virtuais em edificações e locais de interesse histórico e cultural. O uso de ambientes virtuais interativos está cada vez mais sendo estudado para

aplicações em diversas áreas, buscando formas interativas de aprendizado. Nesse contexto, a visita virtual para a visualização e difusão do patrimônio edificado permite ao usuário experiências que podem ser compartilhadas online, provendo o acesso a esse bem e a integração com o mesmo.

Desse modo, este artigo busca apresentar e discutir as etapas de produção de um roteiro virtual pelos prédios da Universidade, disponibilizado no Facebook, e de um podcast, disponibilizado pelo Spotify, os quais propiciam informações acerca do patrimônio, como uma forma de sensibilização para o patrimônio cultural edificado da Universidade, visando a preservação da sua memória histórica.

A elaboração do roteiro virtual envolveu as seguintes etapas: busca de informações sobre cada um dos prédios apresentados, as quais foram obtidas em fontes documentais, bibliográficas e imagéticas, com o objetivo de elaborar um verbete sobre o mesmo e apresentar fotos, tanto antigas como atuais; obtenção de relatos escritos através do Formulário Google online, com o objetivo de conhecer e refletir sobre a forma como os cidadãos se relacionam com a cidade e seus componentes – neste caso, o patrimônio cultural edificado da UFPel –, delineando histórias e vivências que compõem narrativas únicas e especiais, tornando mais viva a história desses espaços; elaboração do roteiro com o auxílio do Google Earth; disponibilização do roteiro na rede social Facebook do projeto e do Curso de Bacharelado em Turismo.

O podcast foi elaborado a partir das informações que já tínhamos em razão da elaboração do roteiro virtual; foi preparado o roteiro de áudio e, com o auxílio de um microfone e um smartphone, a gravação ocorreu. Para o corte e edição dos áudios, fizemos uso do aplicativo *Anchor*, uma plataforma que permite aos usuários a criação de podcasts de maneira simples,

gratuita e facilitando a publicação dos mesmos, podendo ser realizada no próprio site/aplicativo. Os podcasts foram divulgados nas redes sociais Facebook e Instagram do Projeto.

A Universidade Federal de Pelotas e seus prédios: patrimônio cultural edificado

O patrimônio cultural edificado da Universidade é resultado da sua formação e da sua trajetória histórica, o que gerou uma estrutura híbrida (PERES; ESSINGER; GOULARTE, 2019), com um campus isolado e com a integração dos seus prédios ao contexto urbano de Pelotas.

A UFPel foi criada em 08 de agosto de 1969, a partir da união da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (composta pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária e Faculdade de Ciências Domésticas); das Faculdades de Odontologia e de Direito e do Instituto de Sociologia e Política pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul; do Conservatório de Música de Pelotas; da Escola de Belas Artes “Dona Carmem Trápaga Simões” e da Faculdade de Medicina, da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado (BRASIL, 1969a), ou seja, quando da sua criação, essas unidades já possuíam prédios localizados em diferentes locais de Pelotas (a localização de alguns prédios pode ser visualizada na Figura 1), incluindo o distrito rural do Capão do Leão, os quais foram incorporados à Universidade. Logo que foi criada, outros institutos também foram criados.

Com o crescimento das atividades universitárias, a partir do aumento no número de cursos de graduação e também de pós-graduação, principalmente com a adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade precisou de outros prédios para atender essa demanda causada pela sua expansão.

Novos prédios foram construídos no Câmpus Capão do Leão, onde está localizada a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. A UFPel se mantém nesse Câmpus, porém, algumas faculdades, institutos e a reitoria transferiram-se para a cidade de Pelotas, o que resultou no aumento do número de prédios adquiridos a partir da compra, doação ou locação na área urbana de Pelotas, mantendo sua integração com o contexto urbano da cidade.

A formação e a trajetória da Universidade deram origem ao patrimônio construído da UFPel, composto por prédios historicamente construídos com o objetivo educacional e por antigas residências, antigos espaços de serviços e antigos espaços industriais que foram e estão sendo adaptados para as atividades acadêmicas e administrativas da Universidade.

Esse patrimônio cultural edificado da UFPel se insere no conjunto patrimonial de Pelotas. A Lei Estadual nº 11.546/2000 declara integrantes do patrimônio cultural do estado sete prédios históricos da Universidade Federal de Pelotas: Liceu Riograndense de Agronomia e Veterinária; o atual prédio da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; o prédio da antiga residência de Carlos Ritter, atual Faculdade de Medicina; Faculdade de Direito; a antiga Escola de Belas Artes; o prédio do Conservatório de Música; o atual prédio do Centro de Integração do Mercosul, antigo Banco Nacional do Comércio (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2019).

Os prédios industriais, ou seja, os prédios das extintas indústrias “constam no Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas, criado pela Lei Municipal 4.568/2000 e atualizado pelos Decretos 4.490/2003 e 4.703/2004” (GONZÁLEZ, 2019, p. 90). Esses prédios são: Frigorífico Anglo, hoje Câmpus Anglo; Cosulã e Moinhos Santista, hoje Câmpus das Ciências Sociais; Cotada, hoje Centro das Engenharias; Laneira Brasileira, hoje Centro de Cuidados Paliativos; e a Cervejaria

Haertel-Sulriograndense/Brahma, hoje Livraria e Editora da UFPel. Todos esses prédios se inserem no nível II de preservação, previsto no III Plano Diretor de Pelotas (Decreto 5.685/2013), que consiste na preservação integral das fachadas públicas e volumetria das edificações, mas que podem sofrer intervenções internas.

A UFPel promoveu processos de resignificação e de revalorização dos patrimônios de Pelotas ao utilizar antigos espaços industriais, de moradia e de serviços para as atividades educativas.

Ações do Projeto Visitas Monitoradas pelos Prédios da UFPel durante a pandemia

O patrimônio cultural edificado da Universidade é compartilhado com diferentes grupos a partir das visitas monitoradas. Desde o início de suas atividades, em 2009, as visitas eram realizadas de forma presencial, mas, com a pandemia, passaram a ser desenvolvidas de forma remota. Assim, organizamos uma visita virtual a partir de um mapa virtual do Google Earth que contém a localização dos prédios no contexto urbano, uma descrição dos mesmos, fotografias antigas e atuais e relatos escritos obtidos com o Formulário Google. A visita virtual se caracteriza por “visitas em 360° de um interior ou exterior de um imóvel, ou de um local aberto” que dá “uma sensação de espaço” e fornece “uma pequena ideia do que é estar presente naquele espaço.” (SANTOS, 2014, p. 30-31).

De acordo com Santos (2014, p. 25), o “aparecimento de técnicas e ferramentas capazes de criar ambientes imersivos onde é possível ao visitante manipular a visualização do espaço de forma interativa, vendo-o de forma altamente personalizada”, fez com que a empresa Google investisse no Google Earth e no Google Street View.

O autor conceitua o Google Earth como um programa virtual que mostra lugares através de imagens de satélite e 3D, possibilitando ver imagens por satélite, mapas, terrenos, edifícios em 3D etc. (SANTOS, 2014), ou seja, é uma ferramenta que permite conhecer lugares sem sair de casa. Já o Google Street View possibilita navegar pelas ruas das cidades a partir de imagens em 360° observando, com excelente qualidade, os seus locais (SANTOS, 2014).

Atribui-se à tecnologia o papel de comandar uma verdadeira revolução de ordem social, seja na rápida difusão das informações, seja na ruptura de barreiras físicas entre países, pessoas ou instituições. Esse contexto influenciou a educação e também a educação patrimonial, que vem propondo novas formas de visualização e interação com o patrimônio de forma virtual, tornando o indivíduo capaz de se reconhecer em um ambiente sociocultural como fazendo-o despertar para a preservação do patrimônio que conserva viva a memória e a identidade da comunidade e dos indivíduos nela inseridos.

Assim, com o uso do Google Earth integrado ao Google Street View, elaboramos um roteiro virtual por alguns prédios do patrimônio cultural edificado da UFPel. Foram selecionados 10 prédios para elaboração desse roteiro (Figura 1), mantendo a lógica das visitas presenciais em função da sua localização na cidade, ou seja, começando a visita pela Faculdade de Medicina e pela Laneira, no bairro Fragata, passando pelo centro da cidade e finalizando na região do Porto.

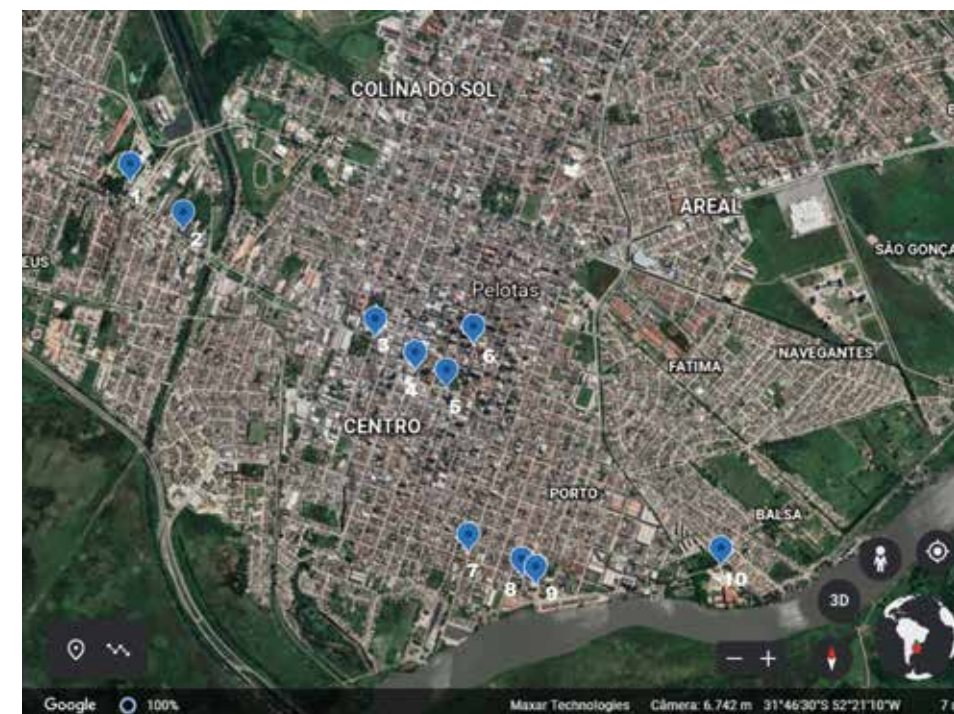


Figura 1 – Localização dos prédios inseridos no roteiro virtual

Fonte: Google Earth, 2021

Legenda: 1) Faculdade de Medicina; 2) Laneira Brasileira (Centro Regional de Cuidados Paliativos); 3) Escola de Belas Artes Carmen Trápaga Simões; 4) Centro de Integração do Mercosul; 5) Grande Hotel (Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria); 6) Conservatório de Música; 7) Campus das Ciências Sociais; 8) Editora e Livraria da UFPel; 9) Centro das Engenharias; 10) Campus Anglo;

O visitante não precisa seguir o roteiro proposto na ordem que estão dispostos no mapa, dispondo de várias opções para percorrê-lo, porém, como afirmado, essa ordem segue um trajeto provável de se fazer presencialmente, iniciando pelos espaços localizados no bairro Fragata, passando pelo centro da cidade e terminando no bairro

Porto. O visitante também pode escolher “visitar” somente o patrimônio de sua preferência ou curiosidade, conforme a lista no lado esquerdo da tela (Figura 2).

No roteiro, o visitante seleciona o prédio e, clicando no nome, será direcionado para a vista

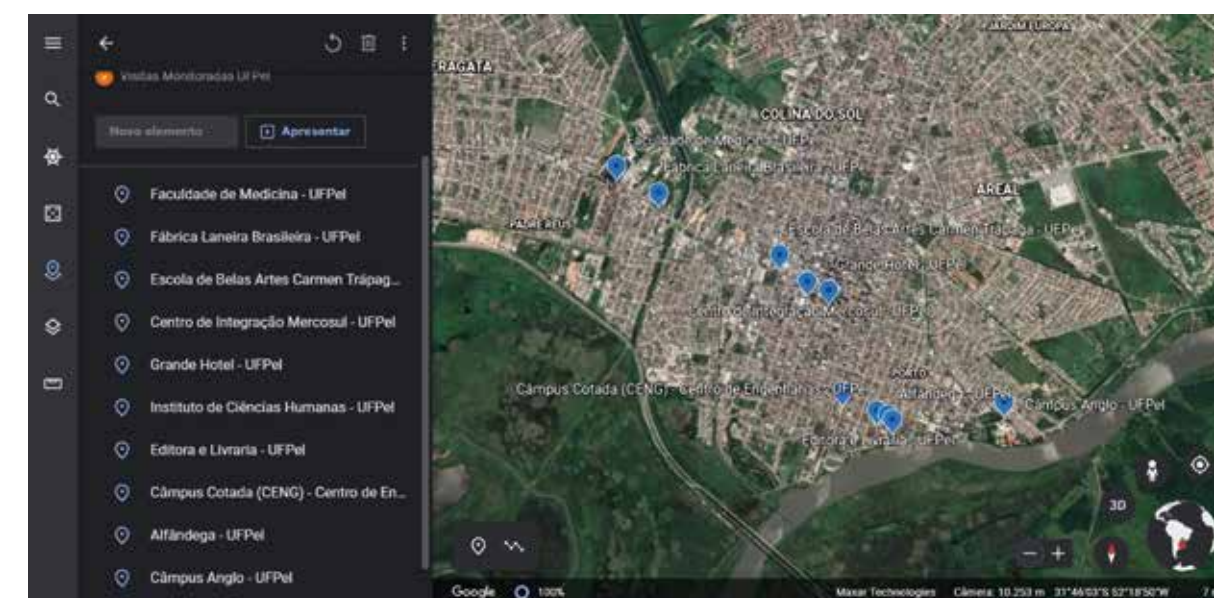


Figura 2 – Tela inicial do roteiro virtual

Fonte: Google Earth, 2021

aérea do mesmo e posterior vista da sua fachada (Figura 3); nesta mesma tela aparecerá a descrição da trajetória do prédio (informações de caráter histórico), os relatos sobre os mesmos, os quais poderão ser lidos deslizando para baixo, e as fotos. Clicando na primeira foto, abrirá uma tela com as mesmas, as quais podem ser vistas em uma sequência cronológica, englobando vista da fachada mais antiga, atividades desenvolvidas no local e vista atual da fachada. Voltando para o índice na parte inferior esquerda do mapa, o visitante encontra os demais prédios para serem visitados.



Figura 3 – Tela com apresentação do prédio, fotos e verbete

Fonte: Google Earth, 2021

Neste trabalho, o patrimônio cultural edificado da Universidade escolhido para ilustrar o roteiro e apresentar suas etapas é o Grande Hotel. No verbete, apresentamos a trajetória do prédio, desde hotel até ser doado pela Prefeitura Municipal de Pelotas para a UFPel e abrigar o Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria e os principais acontecimentos:

Inaugurado em 1928, o Grande Hotel foi construído entre 1925 e 1928 no local do antigo cinema Politeama, por iniciativa da Companhia Incorporadora Grande Hotel e com a subscrição de 354 acionistas. Personalidades como o presidente Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, entre outros, já marcaram presença no local. Antes da sua inauguração, o hotel foi municipalizado, principalmente devido às crises

econômicas do fim dos anos 1920. O hotel foi arrendado até 1960, quando foi comprado por Pedro Elba Zabaleta, permanecendo com a família até 2002. Neste ano, o prédio perdeu sua função enquanto hotel e é comprado pela Prefeitura Municipal de Pelotas. Mais tarde, em 2011, foi doado para a Universidade Federal de Pelotas, abrigando o Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria, desde o primeiro semestre de 2012. Atualmente passa por reformas para incorporar um Hotel Escola.

Como a situação atual não permite roteiros participativos, pensamos em uma forma de interação com a comunidade a partir de relatos escritos, obtidos com o uso de um Formulário Google, disponibilizado na rede social Facebook. Os relatos se referem aos diferentes estágios da trajetória dos prédios, ou seja, quando utilizados para sua função original, durante o período sem uso e, alguns, em estágio de deterioração e durante o período em que foram adquiridos, reformados e utilizados pela Universidade.

Especificamente sobre o Grande Hotel, os relatos se referem ao momento em que era hotel, ao momento em que já havia encerrado suas atividades, mas ainda não tinha uma definição precisa de qual seria seu uso final e, atualmente, ocupado com o Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria da UFPel:

Meu irmão morou um tempo no Grande Hotel quando estudava em Pelotas. Eu adorava visitá-lo e entrar naquele prédio que, para mim, é um dos mais lindos da cidade. Isso foi no fim dos anos 70, início dos anos 80. (Liliane, moradora de Pelotas).

Fiz meu primeiro teste de teatro quando o TEPA tinha autorização de usar o espaço do Grande Hotel quando ele estava "sem uso". Foi a única vez que entrei no prédio, mas lembro de ficar muito impressionada com a beleza, com as ruínas e o tamanho

das aberturas. Fiquei imaginando como era a rotina dele, quem cuidava, quem abria a porta, quem frequentava, quantos sonhos também aconteceram ali dentro, além do meu. (Mariposa, moradora de Pelotas).

Fui professora e primeira coordenadora do curso de hotelaria que iniciou suas atividades em 2012 no Grande Hotel. Trabalhei nele lá até me aposentar em 2014. Durante este período, o Grande Hotel foi segunda casa de vários alunos, servidores e professores. Muitas atividades acadêmicas como aulas teóricas e práticas, exposições, visitas guiadas, palestras e eventos acadêmicos foram realizadas em seu interior. (Urania, moradora de Pelotas).



Figura 4 – Anúncio do Grande Hotel (1929)

Fonte: Almanaque de Pelotas, 1929

Figura 5 – Vista do Grande Hotel a partir da Praça Cel. Pedro Osório (1949)

Fonte: <https://www.facebook.com/Olhassobrepelotas/posts/2963058817134637>



Figura 6 – Banquete realizado no hall do Grande Hotel

Fonte: Andrey Schlee (CALDAS, 2013, p. 113)



Figura 7 – Interior do hotel (Década de 1990)

Fonte: Acervo das autoras

Para complementar o verbete e os relatos, inserimos, no mapa virtual, fotografias que revelam as características dos prédios e dos seus usos atuais e antigos. As fotografias são importantes para a composição do roteiro, que, da mesma forma que o texto, comunicam, manifestam memórias em quem as vê e estimulam aqueles que não viveram o momento ou época registrados. As figuras a seguir (Figuras 4, 5, 6, 7) ilustram a parte do roteiro referente ao Grande Hotel:



O podcast, que consiste em um processo midiático a partir da publicação de arquivos de áudio na internet para veiculação de músicas, exposição de conteúdos, relatos de acontecimentos, bate-papos ou debates informativos sobre os mais diversos temas, possibilita sua escuta em inúmeras situações e momentos do dia a dia (FREIRE, 2015). Partindo dessa ideia e com as informações que já obtínhamos em razão da elaboração do mapa virtual, preparamos o roteiro de áudio e procedemos a gravação do podcast para posterior disponibilização.

A produção de um podcast é simples, utilizando tecnologias simples, como um computador, fone de ouvido e microfone, sendo gratuitos alguns softwares necessários (FREIRE, 2015), facilitando a sua elaboração.

O nome escolhido foi “Conta Mais, UFPel!”, e a arte para a divulgação e capa do canal nas plataformas de serviço de streaming pode ser visualizada na Figura 8. O Grande Hotel foi definido para ser o prédio a estreitar no canal, pois completou 93 anos de inauguração no dia 20 de abril de 2021, data em que o primeiro podcast foi disponibilizado.



Figura 8 – Capa do Podcast
Fonte: Acervo do Projeto, 2021

O podcast se baseou na ideia de criar uma narrativa mais leve, como demonstram os fragmentos

do texto do Grande Hotel:

Imagina fazer parte de um concurso de projetos que, anos depois, o projeto ganhador se torna um dos prédios mais lindos e cheios de história da cidade? [...]

Sem mais delongas, voltando pro início do podcast, lembra que houve um concurso de projetos? Então, realmente existiu e foi para decidir qual seria o projeto arquitetônico do nosso maravilhoso Grande Hotel, e o ganhador foi um arquiteto e engenheiro civil brasileiro chamado Theófilo Borges de Barros. E foi esse cara que deu os primeiros sinais de vida ao prédio, por iniciativa da Companhia Incorporadora Grande Hotel, no lugar onde antes era um cinema chamado Politeama. [...]

Em um lugar super elegante, frequentam grandes personalidades, certo? É claro que o Grande Hotel não ficou de fora, recepcionando pessoas como Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Getúlio Vargas, que discursava para o povo pela sacada da esquina, Berilo Neves, um grande jornalista e escritor, que em seu livro “Pompas e Coxilhas” fez questão de escrever que o Grande Hotel de Pelotas era um dos poucos “grandes hotéis”, do mundo que justificam seu nome. É de dar orgulho, né?

A associação dos podcasts a diversos aparelhos e a possibilidade de disponibilização online, sem custos, a partir de diversos serviços gratuitos de armazenamento automatizado (FREIRE, 2015), possibilita a sua larga disseminação e acesso a informações para um número maior de pessoas. Desse modo, a história do patrimônio edificado da UFPel pode ser ouvida e conhecida por mais pessoas.

Considerações Finais

Nosso trabalho está em fase inicial. Estamos aprendendo sobre o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem da educação patrimonial. As visitas virtuais ainda se encontram relativamente pouco interativas e não proporcionam a visualização dos prédios

internamente, mas, mesmo assim, possibilitam o acesso a informações sobre o patrimônio cultural edificado da Universidade Federal de Pelotas para um número maior de pessoas, uma vez que podem realizar a visita quando e de onde estiverem e o podcast pode ser ouvido em qualquer aparelho. A equipe está aprendendo sobre o emprego de tecnologias na educação patrimonial, enquanto processo permanente e sistemático, tornando possível o reconhecimento desse patrimônio e da importância de protegê-lo.

Os resultados alcançados têm mostrado a importância da tecnologia para a educação patrimonial, materializando-se no número de pessoas que realizaram a visita virtual e que ouviram o primeiro podcast, o que denota o cumprimento do seu papel de atividade de extensão, levando à sociedade conhecimentos produzidos no meio

acadêmico.

A tecnologia pode oferecer à educação patrimonial ferramentas que possibilitem uma interação maior entre o visitante e a enorme diversidade cultural do país. Ferramentas como blogs, redes sociais, vídeos e podcasts são mecanismos que, se utilizados e estimulados, são importantes aliados no processo de ensino-aprendizagem e também na percepção da diversidade cultural. O seu uso pode contribuir para o fortalecimento da identidade a partir do reconhecimento e sentimento de pertencimento a determinado grupo.

Assim, vê-se no uso das tecnologias a possibilidade de proporcionar formas de trabalho mais significativas para a educação patrimonial, oportunizando uma democratização do conhecimento e inclusão social. ◀

Referências

- BRASIL. **Decreto-Lei Nº 750, de 08 de agosto de 1969**. Transforma a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0750.htm. Acesso em: 15/08/2011.
- CALDAS, Karen V.. **Contrapontos entre teoria e prática da conservação/restauração do patrimônio histórico edificado: o caso do Grande Hotel de Pelotas/RS 2013**. 210f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- FERRUGEM, Isabel Cristina F.. **Educação, Patrimônio e Ludicidade: a experiência educativa do Setor do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SPH/UFRGS)**. 2015. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- FREIRE, Eugênio P. A.. Potenciais cooperativos do podcast escolar por uma perspectiva freinetiana. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, out.-dez. 2015, p. 1033-1056. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fkBgmrpkfLsDtMzvYJtMCG/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10.03.2021.
- GONZÁLEZ, Ana Maria S. A UFPel, a cidade de Pelotas e seu patrimônio industrial: uma reflexão e sistematização a partir do projeto “Memória, identidade e patrimônio industrial adquirido pela UFPel”. In: MICHELON, Francisca F.. **O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2019.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia C. de; SILVEIRA, Aline M. da. Entre tramas: as ações do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira e a preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização no sul do Rio Grande do Sul. In: MICHELON, Francisca F.. **O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2019.
- PERES, Otavio M.; ESSINGER, Cíntia V.; GOULARTE, Daniela V.. UFPel, Espaço Urbano e a Cidade de Pelotas. In: MICHELON, Francisca F.. **O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2019.
- SANTOS, Afonso G. de F. dos. **Visitas imersivas em contexto turístico**. 2014. 187f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Informática) – Instituto Superior de Engenharia do Porto, Porto/Portugal, 2014.

Programa Aproxime-se 2020: ações de Extensão Universitária ancoradas na EaD

Eliane Marina Palhares Guimarães: Centro de Apoio à Educação à Distância (CAED) - Universidade
WFederal de Minas Gerais (UFMG); e-mail: diretoria@caed.ufmg.br

Cristina Gonçalves Ferreira de Souza: Centro de Apoio à Educação à Distância (CAED) - Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG)

Acadêmica de Psicologia: Ana Carolina Borges Gonçalves

Acadêmica de Arquitetura: Raquel Santos Leal

Acadêmica de Nutrição: Yasmin Sangalet de Lima Francisco

Introdução

A importante relação entre Extensão Univer- sitária e Educação a Distância

A extensão universitária, segundo
Carvalho (2015), surgiu na Europa,
em meados do século XIX, a partir
de ações filantrópicas das univer-
sidades. No Brasil, a extensão iniciou-se no

começo do século XX e abrange uma gama de
atividades que vão desde cursos a atendimentos
ambulatoriais.

A extensão nas universidades brasileiras compõe
o chamado 'tripé' universitário: ensino, pesquisa

e extensão, cuja indissociabilidade é garantida
pelo artigo 217 da Constituição Federal Brasi-
leira. Sob este princípio, as universidades vêm
trabalhando para que a extensão se reafirme cada
vez mais como parte estruturante das relações
educacionais. De fato, segundo Cunha (2019),
o trabalho extensionista é parte fundamental da
formação oferecida nas universidades na atuali-
dade e possui grande importância social:

O trabalho extensionista é um conjunto de
processos que permite a flexibilização de
ações juntamente com a sociedade e que
traz consigo uma postura de liberdade de
abordagens criativas e inovadoras na busca
de respostas e soluções aos problemas
contemporâneos. (...) Tal processo pressupõe
difundir o conhecimento produzido dentro
da universidade e, ao mesmo tempo, criar
condições que possibilitem absorver o
conhecimento e a cultura existentes nas
comunidades selecionadas para a execução
das propostas. (CUNHA, 2019, p.13)

A Educação a Distância (EaD), modalidade
educacional na qual os alunos e professores
estão separados, física ou temporalmente, e
utilizam-se de meios e tecnologias de infor-
mação e comunicação, está em franco cresci-
mento no Brasil, devido a fatores diversos de
caráter tanto político, social, econômico quanto
tecnológico (CUNHA, 2015). A indissociabi-
lidade é um princípio que se estende também
à EaD, e deve ser garantido com a oferta de
extensão de qualidade a todos os alunos.
Segundo Silva *et al.* (2019), apesar dessa
obrigatoriedade, há uma lacuna na formação
dos estudantes no que se refere às ações de
extensão na EaD, principalmente no âmbito
da Universidade Aberta do Brasil, projeto do
MEC dedicado à formação de professores. De
acordo com Machado (2019), as razões dessa
lacuna passam, principalmente, por questões
relacionadas à própria institucionalização da
modalidade. No que tange à UAB, o sistema de
financiamento rígido cria dificuldades para a
realização de ações extensionistas por essas não
se encaixarem, muitas vezes, nas especificações
de verbas.

O principal empecilho para a institucio-
nalização encontra-se no fato de a UAB
configurar-se como um programa com
verbas e financiamento anuais, o que
dificulta sua organização a longo prazo
nas universidades. Além disso, a execução
dos recursos financeiros ocorre através de
planilhas que contabilizam os profissionais,
professores, tutores e materiais didáticos a
partir do número de alunos em formação.
(MACHADO, 2019, p.83)

Esse sistema retira das universidades a autonomia
para realizar outras formas de trabalho que fujam
ao formato exigido pelos órgãos financiadores.
A flexibilidade necessária para as ações de
extensão fica, portanto, seriamente prejudicada.
Apesar do cenário pouco favorável, é fato que a
evolução que a EaD tem sofrido nos últimos anos,
principalmente em termos sociais e políticos, tem
levado a comunidade universitária a discutir e a
construir políticas que integrem a modalidade à
estrutura das instituições. A EaD, por suas carac-
terísticas, é uma modalidade que pode contribuir
fundamentalmente para o crescimento das ações
de extensão, assim como para o crescimento do
ensino como um todo. Segundo Belloni (2005), a
EaD deixou a condição de modalidade emergen-
cial para assumir papel fundamental nos sistemas
educativos.

A EaD tende, doravante, a se tornar cada
vez mais um elemento regular e necessário
dos sistemas educativos, não apenas para
atender a demandas ou grupos específicos,
mas também para desempenhar funções de
crescente importância, especialmente no
ensino pós-secundário, ou seja, na educação
da população adulta, o que inclui o ensino
superior regular e toda a grande e variada
demanda de formação contínua gerada pela
obsolescência acelerada da tecnologia e do
conhecimento. (BELLONI, 2005, p. 189)

Belloni defende a importância da EaD para a
melhoria da qualidade do ensino das institui-
ções educacionais, por meio da sinergia entre
ensino à distância e presencial, propiciada pelas
inovações educacionais que lhe são típicas.
Inovações que possuem cunho tecnológico,

mas também metodológico e organizacional. A extensão também tem sido impactada pela necessidade de integração e ações que conjugam cursos à distância e presenciais, cada vez mais frequentes. O “Programa Aproxime-se”, programa de extensão do CAED¹/UFMG, que será apresentado no próximo item, é um exemplo de ação que conjuga as qualidades da EaD e da extensão na realização de um trabalho que impacta tanto a comunidade acadêmica como as comunidades dos polos UAB.

O Programa Aproxime-se

O Aproxime-se é um programa do CAED que, desde 2013, realiza atividades de extensão nos polos de EaD no estado de Minas Gerais, visando aproximar ainda mais o polo e a comunidade, tanto acadêmica como local e, com isso, propiciar a construção de um *locus* ativo de formação de profissionais e divulgação do saber, da ciência e da tecnologia. O programa visa estabelecer um espaço para discussão de questões atuais, de elucidações à população de problemas por ela vividos e de fortalecimento da formação do aluno da graduação e da atividade docente. Seu objetivo geral é empreender a extensão universitária nestas comunidades para estabelecer a interlocução de saberes acadêmicos e locais. Suas concepções são perpassadas pelos conceitos de transdisciplinaridade e de interdisciplinaridade, os quais privilegiam o estabelecimento de diálogos entre as diversas áreas de formação. O programa é composto por quatro projetos interligados: **Cidadania**: que busca beneficiar a comunidade local, firmando parcerias com as prefeituras por meio da realização de campanhas de divulgação dos saberes de interesse dessa comunidade; **Saberes Transversais**: que tem por finalidade promover, por meio de palestras, a socialização entre a comunidade acadêmica e a comunidade local e o compartilhamento de saberes fundamentais para a compreensão da sociedade

contemporânea; **Ficção & Realidade**: que tem como propósito possibilitar, por meio de sessões de filmes comentados, a discussão sobre temas culturalmente polêmicos da atualidade e **Virtualidades**: que tem como objetivo instrumentalizar os envolvidos no uso dos diferentes recursos digitais, como os recursos de pesquisas on-line, bibliotecas e museus virtuais.

O “Aproxime-se” tem como público alvo estudantes dos cursos de graduação na modalidade EaD e ensino presencial da UFMG, profissionais da educação básica que atuam na região dos polos e outros profissionais interessados. O programa realiza edições anuais nas quais desenvolve uma série de atividades, como participações em eventos, cursos e publicações. O ponto alto da edição são os eventos realizados nos polos da UAB, nos quais o programa busca, por meio de ações educativas, estreitar os laços entre a comunidade acadêmica e a comunidade local. O programa conta com uma equipe composta por um coordenador de extensão, técnicos administrativos em educação, coordenadores de polo UAB e bolsistas de extensão, os quais têm as bolsas financiadas pelo programa Pbext, da Pró-reitoria de Extensão. Desde sua primeira edição, o programa já atendeu cerca de 3.300 pessoas, com eventos realizados em diversas cidades mineiras.

No ano de 2020, devido às restrições impostas pela pandemia da Còvid-19, as atividades do “Aproxime-se” foram realizadas remotamente, com foco nas cidades mineiras de Sabará, Lagoa Santa e Confins. É objetivo deste trabalho apresentar as ações realizadas pelo programa nos polos e refletir acerca do quanto as tecnologias apoiadas nas metodologias da EaD foram importantes para sua realização. O cenário atual da extensão no país, carente de iniciativas apoiadas na EaD, aponta para a importância de tais reflexões. Esta produção também é uma etapa importante para o grupo envolvido no projeto, que encontra, no texto acadêmico, a culminância das ações desenvolvidas.



Figura 1 – Equipe da edição 2020

Fonte: CAED/UFMG

Desenvolvimento

Eventos do Programa Aproxime-se nos polos de Sabará, Confins e Lagoa Santa

As ações do ano de 2020 iniciaram-se no mês de março, com a seleção de seis bolsistas de extensão. O projeto foi impactado logo de início pelas restrições sanitárias, que levaram as ações para o espaço virtual desde a primeira reunião. O planejamento conjunto das ações da edição foi realizado com auxílio da webconferência. Os bolsistas foram organizados em duplas acompanhadas por um assessor pedagógico. Cada trio foi encarregado de preparar o evento em uma das cidades escolhidas, juntamente com a coordenação do polo UAB. O trabalho iniciou-se com uma pesquisa sobre a cidade, abordando

aspectos históricos socioculturais e econômicos, além de curiosidades. Em seguida, foi realizada uma pesquisa de temas junto à comunidade local e alinhados os interesses locais com as reivindicações das coordenadorias de polo. Como resultado, foram obtidos os eixos de interesse de cada cidade: Confins - educação, tecnologia e saúde; Lagoa Santa - educação, psicologia e saúde; e Sabará - educação, tecnologia e psicologia. A partir desses dados, os trios propuseram atividades que atendessem ao solicitado. Palestrantes foram convidados na comunidade acadêmica e também na comunidade local. Cursos, palestras e filmes foram preparados dentro das temáticas apontadas. Todas as atrações foram perpassadas por questões relacionadas à pandemia da Covid-19 e organizadas de acordo com os projetos do programa.



Figura 2 – Mesa de abertura da cidade de Sabará

Fonte: CAED/UFMG

1. Centro de Apoio à Educação a Distância

Tradicionalmente realizados presencialmente, os eventos foram adaptados para o ambiente virtual. Foram criados ambientes virtuais personalizados e intuitivos, com a utilização da plataforma Moodle², tendo como objetivo concentrar as atividades. Também foram utilizados como ferramentas o canal do CAED no YouTube³, o Gmail, o MConf e o WhatsApp. Os eventos aconteceram em três fins de semana do mês de junho. As interações ocorreram por meio de mesas de conversa com transmissão ao vivo e fóruns assíncronos no ambiente virtual. Todas as práticas contaram com o trabalho de mediação da equipe do “Aproxime-se”, a fim de estabelecer diálogo e conectar pontos comuns nos debates. O grande número de inscritos, 391, e de acessos aos ambientes e de participações fortuitas nas palestras síncronas apontaram uma boa participação média no evento. O retorno dado pelos participantes nos questionários de avaliação e os depoimentos da equipe deixaram evidente que os eventos atingiram seus objetivos e que as escolhas tecnológicas e as estratégias de mediação utilizadas para dinamizar as atividades remotas foram bem sucedidas.



Figura 3 – Mensagem do bolsista no evento virtual

Fonte: CAED/UFMG

2. <https://virtual.ufmg.br/caed/>.

3. <https://www.youtube.com/channel/UCp4LvwNCO7Ko9bKwa-JzVkJ2w>.

Reflexões acerca da importância da EaD para as ações do programa

A necessidade de oferecer interações sociais seguras guiou a organização de cada atividade desenvolvida ao longo da edição, levando a equipe a adaptar-se à realização das atividades por meio de recursos tecnológicos, o que impactou a estrutura original do programa, bem como as relações interpessoais, levando a novos aprendizados. Foi necessário acionar e ampliar o repertório teórico, metodológico e técnico da equipe. Os conhecimentos sobre EaD e a sua relação *sine qua non* com a tecnologia foram importantes na elaboração de estratégias para a realização dos eventos virtuais. A equipe mobilizou os recursos digitais disponíveis no conjunto de serviços do CAED para realizar as atividades previstas ao longo da edição. Nos eventos nos polos UAB, especificamente, recursos tecnológicos foram empregados para possibilitar a realização das atividades síncronas, como palestras e, atividades assíncronas, como fóruns, exibição de vídeos, oferta de materiais educativos e oficinas, previstos na programação. Ferramentas como o AVA-Moodle, a plataforma MConf, o canal do

Youtube, o e-mail do Gmail, o WhatsApp e o Site Institucional, comuns na EaD, foram combinadas para dar suporte à realização das atividades previstas. O emprego dos recursos digitais de cunho educacional, como é o caso do Mconf e da plataforma Moodle, e também de recursos

digitais não educacionais, a princípio, como o YouTube, o Gmail e o Whatspp, foi pensado de forma a criar um conjunto que desse suporte ao estabelecimento de diálogos entre os membros da equipe e à criação de um ambiente virtual que centralizasse as relações educacionais desenvolvidas ao longo dos eventos.



Figura 4 – Ambiente do evento da cidade de Sabará
Fonte: CAED/UFMG

As metodologias ativas de aprendizagem compreendem um espectro amplo de processos de ensino que possuem como principal característica a inserção do aluno/estudante como agente principal responsável pela sua aprendizagem, comprometendo-se com seu aprendizado. As metodologias ativas de aprendizagem ofereceram à equipe do “Aproxime-se” o suporte necessário para a escolha do formato do evento e o estabelecimento dos objetivos em ensino-aprendizagem que partissem de problemas e necessidades reais das comunidades e promovessem discussões e proposições de soluções.

Teorias, como as relacionadas à produção de Objetos Digitais Educacionais⁴ e Recursos Educacionais Abertos⁵, serviram de suporte para elaboração de numerosos recursos educacionais produzidos com o emprego das tecnologias digitais. Ademais, as metodologias comuns na EaD foram empregadas como referenciais para a realização dos eventos que tiveram todas as etapas intermediadas pela tecnologia digital. Dentre as metodologias empregadas, destacam-se as metodologias ativas e o Design Instrucional.

O Design Instrucional (DI), compreendido como o planejamento do ensino-aprendizagem a partir de um conjunto de métodos, técnicas e recursos (FILATRO, 2004), foi elemento chave para o planejamento dos eventos. Apoiado pelas tecnologias, o Design Instrucional permitiu a contextualização do projeto educacional aumentando sua eficiência. A partir das teorias do DI, os eventos nos polos foram planejados de forma contextualizada e flexível.

A partir destes dois conceitos principais, realizamos pesquisas de interesse, buscamos atrações que se encaixassem na realidade de cada comunidade e nos desejos expressos na pesquisa. O ambiente virtual foi customizado com uma interface amigável para receber novos usuários, possibilitando interações mais dinâmicas e intuitivas. Diversos materiais de apoio foram desenvolvidos. Atualizações e alterações foram realizadas durante os eventos para melhor

4. Segundo Alan (2013), são considerados objetos digitais de aprendizagem todo e qualquer recurso, disponível em formato digital, que conduza os alunos a se apropriar de algum conceito de forma estruturada e consistente, fazendo-os contextualizar e conectar assuntos e temas diversos ou mesmo se aprofundar sobre determinado conhecimento.

5. Segundo Nova Escola (2015), o termo REA foi adotado em 2002, em um fórum da Unesco, para designar conteúdos digitais de ensino, aprendizado e pesquisa que estão em domínio público ou publicados sob licença livre, que podem ser usados, adaptados e/ou distribuídos por qualquer pessoa.

acomodação dos participantes. Um sistema de avaliação foi adotado considerando as percepções dos participantes e da equipe. Dessa maneira, fica evidente que a realização dos eventos do “Aproxime-se” em formato virtual não foi encarada pela equipe como mera transposição do presencial, mas como uma nova forma de pensar criticamente a interação e aprendizagem utilizando tecnologia (ALMEIDA, 2003). Isso, amparado nas metodologias da EaD e do DI, bem como naquelas relacionadas à Extensão e ao emprego de Recursos Tecnológicos na Educação.

mais acurácia as experiências até então inéditas. Após a realização dos eventos iniciou-se uma série de investigações, que culminaram na escrita de artigos e relatos sobre os resultados obtidos, sobre a eficiência da metodologia usada, sobre a qualidade dos recursos tecnológicos empregados e sobre o impacto do isolamento social do projeto. Assim, foram identificados os principais benefícios obtidos com o formato remoto, sendo eles: a ampliação do público atingido, para além dos polos inicialmente definidos; a viabilidade da presença de palestrantes convidados que eventu-



Figura 5 – Reunião da equipe do programa
Fonte: CAED/UFMG

O empenho da equipe para adaptação às circunstâncias do isolamento social e o intuito de manter o compromisso com a qualidade da extensão universitária nortearam o desenvolvimento dos trabalhos. As condições criadas pelo distanciamento despertaram reflexões e novos horizontes de pesquisa quanto à oferta de eventos em formato presencial e on-line. Ao final da edição 2020 do programa, foi possível analisar com

almente não poderiam se deslocar para o evento presencial e a possibilidade de estender a duração do evento. Do mesmo modo, foram observadas as dificuldades, dentre as quais é possível destacar: a manutenção do engajamento por meio da mediação virtual e a elaboração de uma programação que atendesse a públicos diversificados que possuem relações diversas com tecnologias.

Considerações Finais

O relato aqui apresentado buscou apresentar as principais ações realizadas pelo “Programa Aproxime-se”, em sua edição do ano de 2020, e refletir acerca do quanto as metodologias da EaD foram importantes para o processo. As teorias da EaD e do DI foram acionadas para a elaboração de eventos que partissem das necessidades das comunidades focalizadas e promovessem discussões e compartilhamento de conhecimentos. Dessa forma, essas teorias trouxeram uma nova perspectiva para o planejamento dos objetivos de ensino-aprendizagem. Os resultados obtidos apontaram que as escolhas teóricas foram acertadas e favoreceram

a realização bem sucedida dos eventos. Embora o uso de recursos tecnológicos e teorias da EaD e do DI na extensão ainda sejam incomuns no Brasil, a experiência relatada mostrou que se trata de uma solução eficiente e que poderá tornar-se indispensável, em alguma medida, em um futuro não distante. ◀

Referências

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 327-340, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 de maio de 2021.
- BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância e Inovação Pedagógica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3 n. 1, p. 187-198, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462005000100010 Acesso em 31 de maio de 2021.
- CORRADI, Wagner (org). **Extensão universitária na EAD: desafios e experiências da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2019. Disponível em: https://www.ufmg.br/ead/wp-content/uploads/Extens%C3%A3oEaD_comcapa.pdf Acesso em 31 de maio de 2021.
- CUNHA, Vilson Sérgio de. O papel da Educação a Distância na Extensão Universitária. ABED. **Anais do Congresso da ABED**. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_333.pdf Acesso em 31 de maio de 2021.
- CUNHA, Evandro José Lemos da. O desenvolvimento das ações de extensão em educação a distância nas universidades públicas brasileiras. In: CORRADI, Wagner (org). **Extensão universitária na EAD: desafios e experiências da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2019. Disponível em: <https://www.editoraufmg.com.br/#/pages/ebook/781> Acesso em 31 de maio de 2021.
- FILATRO, Andrea. Design Instrucional contextualizado. **Congresso da ABED 2004**. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/049-tc-b2.htm> Acesso em 31 de maio de 2021.
- MACHADO, Marcela Rosa de Lima. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Educação a Distância: desafios e experiências. In: CORRADI, Wagner (org). **Extensão universitária na EAD: desafios e experiências da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2019. Disponível em: <https://www.editoraufmg.com.br/#/pages/ebook/781> Acesso em 31 de maio de 2021.
- NOVA ESCOLA. O que são recursos educacionais abertos? **Revista Nova Escola**. set 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4648/o-que-sao-recursos-educacionais-abertos> Acesso em 31 de maio de 2021.
- SILVA, Luiz Eduardo da. NOGUEIRA, Luciene Aparecida Gouvêa. BARBOSA, Cristiane Santos Freire. Algumas reflexões e apresentação de propostas de programas de extensão para o ensino a distância. In: CORRADI, Wagner (org). **Extensão universitária na EAD: desafios e experiências da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2019. Disponível em: <https://www.editoraufmg.com.br/#/pages/ebook/781> Acesso em 31 de maio de 2021.



Entre extensão, ensino e pesquisa: artesanias, escutações e conversações entre arte, saúde e educação

Daniele Noal Gai: Faculdade de Educação – UFRGS; e-mail: daninoal@gmail.com
Sônia Maria Lemos: Saúde Coletiva - Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Paula Cadore: Especialista em Saúde Mental Coletiva
Acadêmicas de Pedagogia: Aline Milena Matos, Miriam Pavan

Esta escrita é uma narrativa “entre experiências”, que narra diferentes possibilidades e modos de se estar presente em Redes, a fim de desenvolver uma outra dimensão de cuidado, desenvolvendo potencialidades nas pessoas com a contribuição dos espaços

virtuais criativos, construtivos e inclusivos em saúde e em educação. No ano de 2020, diante da pandemia de Covid-19, ou Coronavírus, no Brasil e no mundo, e do necessário isolamento e distanciamento social, o projeto de extensão “Entre: Artesanias da Diferença”, da Faculdade de

Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se dedicou a “artesanar” através da escuta dos relatos conjunturais e singulares nas áreas da saúde, da arte e da educação. O projeto realizou uma acolhida aos profissionais da linha de frente no combate ao Coronavírus, uma acolhida a pesquisadores, oficineiros, professores, estudantes e bolsistas de norte a sul do Brasil, conectando os Pampas e a Floresta, através de encontros de “escutações” e conversações.

O presente projeto de extensão é coordenado por um grupo de mulheres, composto por Paula Cadore (Terapeuta Ocupacional e Trabalhadora em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas), Daniele Noal Gai (Educadora Especial, Doutora em Educação e Professora da Faculdade de Educação da UFRGS), Aline Milena Matos (Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Trabalhadora em um Centro de Atenção Psicossocial II Adulto), Sônia Maria Lemos (Psicóloga, Doutora em Saúde Coletiva, Professora da Universidade do Estado do Amazonas/AM) e Miriam Coelho Pavan (Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Bolsista voluntária neste Projeto e Estagiária em Centro de Atenção Psicossocial II Adulto).

Este projeto de extensão surge a partir do projeto de pesquisa “Entre Artesanias da Diferença” (encontros com modos de existir, narrar e aprender com a deficiência e com a loucura), com o objetivo de convocar a universidade e a comunidade para estarem juntas, construindo e expandindo redes, “artesanando” possibilidades, aproximações e invenções que promovam fugas para os corpos da diferença de um certo enclausuramento, da perpetuação da segregação e das múltiplas facetas da exclusão. Um dos objetivos destacados neste texto: escutar, conversar, tecer e “artesanar” a partir da diferença, produzindo fugas do que assombra, silencia, nega e apaga a diferença.

Este projeto - que diz: “Entre!” - convida para entrar, estar junto, estar em roda, investe na

“escutação” e na conversação, colaborando com a comunidade interna e externa da Universidade nos seus processos de subjetividade, subjetivação, diferenciação e sustentação de seus modos de existir muito próximos ou dentro das marcas da loucura e da deficiência. Uma pergunta que nos fazemos no âmbito deste projeto é: quais os modos de existir, narrar e aprender com a deficiência e a loucura? Um primeiro instrumento defendido aqui é a relação entre ensino, extensão e pesquisa. Além das tecnologias leves em saúde: artesanias do pensamento, que se dá pela “escutação” e conversação.

Entre experiências pandêmicas: a Covid-19 e as mudanças necessárias para o acolhimento e o cuidado em educação e em saúde

Em 2020, o projeto “Entre” se dedicou à procura de possíveis em meio um ano de durezas. Em nossos encontros semanais, que aconteciam através da plataforma Google Meet, entre equipe organizadora do projeto, nos acolhemos e pensamos: como fazer essa mesma acolhida e escuta à comunidade durante esse momento pandêmico? Como saímos da presencialidade e ainda assim produzimos materiais e materialidades que nos aproximem e cuidem? Como acolher os afetos e sensações desse tempo pandêmico? Como priorizar, fazer listas de prioridades e dar atenção ao que realmente importa, inclusive àquilo que importa como promoção de saúde? Como conectar nossas Redes de pesquisadores, trabalhadores da saúde, profissionais e estudantes de educação, oficineiros e artistas que estavam no norte e no sul do país e que nos demandavam uma atenção e cuidado? Como “artesanar” com a extensão, a pesquisa e o ensino na universidade, produzindo um sensível relicário (de pessoas, de encontros, de leituras, de artes, de “escutações” e de conversações)?

Movidas, nós, mulheres da equipe executora do projeto, pelo desejo de estarmos com a comunidade e reunirmos nossas Redes, nos adaptamos às mídias digitais, planejamos quatro encontros

entre telas e fios, que respeitassem os diferentes tempos e os diferentes corpos e/ou “corpas” da diferença. Planejamos e propusemos encontros para que pudéssemos abrir nossos cotidianos, nossos diários pandêmicos. Encontros em rede gerando conectividade, para gerar vínculos, para acolher. Conectar para reduzir danos e perdas (CADORE *et al*, 2021). Conectar para produzir afetos e construir laços de amizade e cuidado. Conectar através da extensão universitária para estudar, ler, comentar, aprofundar temas relevantes e dar sentido a uma experiência na graduação e/ou na pesquisa.

Com a artesanania do pensamento de forma coletiva para produzir novidades, mudanças, inovação e perspectivas para uma educação e uma saúde. Assim é que começamos os encontros, através da plataforma ofertada pela Universidade e que nos possibilitava gravar as ações através do Google Meet. Ao mesmo tempo “artesanar” e implementar ações de cuidado, além de sustentar perspectivas para a contemporaneidade, resgatando memórias dos nossos percursos, afirmando mais uma vez a arte como disparadora dos processos de pensamento, invenção e cuidado em saúde.

Estávamos, no ano de 2020, nos propondo ao enfrentamento da atualidade e todas as suas contradições e perigos, com arte. A arte ou as artes no acolhimento.

As artes do acolhimento. As artes da união. As artes da tecelagem, do tricô, da colagem, do bordado, dos relicários... Artistas e arte produzem saúde no caos. Arte, sim, desde que entendamos em nós as artes que produzimos, para então iniciar o compartilhamento.

Para este projeto foi importante entremear as

“escutações” e as conversações com as nossas produções manuais, artesanais, artes, invenções plásticas. Entendemos que conversar e tricotar é um ato que pode compor um cenário de cuidado. Voltamos a ver as singularidades do que cada um e cada uma de nós pode inventar com as suas próprias mãos e com seu corpo presente. Foi necessário intimidade, acolhimento, não ter vergonha, se sentir numa sala ou roda de conversas.

A cada encontro extensionista nos entendemos e nos respeitamos ainda mais. Entender quem a gente é, e se valorizar como é, para escutar o outro, a outra, outrem. Assim, convidamos os usuários da saúde mental, oficinairos, artistas, educadores, profissionais da saúde, docentes da universidade e estudantes de graduação, para “artesanar” durante as tardes de quarta-feira, conciliando os horários da nossa Rede da Região da Grande Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com os horários da nossa Rede que reside no estado do Amazonas.



Figura 1 – Uma acolhida de norte a sul: conectar para “artesanar” e reduzir danos em educação em saúde

Nos conectamos entre fios e telas para nos desconectar dos momentos de durezas, o que é irônico e, ao mesmo tempo, provocativo. Através da nossa rede ativa de e-mails, agendamos os encontros, marcados por um convite com flores e amores para pessoas que geograficamente não poderiam

estar compondo juntas presencialmente mesmo sem a pandemia da Covid-19. Então, no mês de outubro de 2020, o “Entre Artesanias” se fez Rede, ainda mais, e se constituiu em um projeto e um movimento de abertura. Provocamos, no primeiro momento, um encontro com o cuidado de si, uma escuta coletiva, uma busca de elementos e memórias individuais, um cuidado em casa, uma roda de chimarrão ou suco (ou vários quadradinhos) através do Google Meet...

Fazer-se com o outro e fazer com objetos simples novas possibilidades, isso é o que provoca uma artesanania, também é o que o Projeto “Entre” provocou e promoveu em tempos de isolamento e distanciamento social. Diante da situação caótica que vivíamos, foi necessário provocar e convidar a nossa Rede, para que pudéssemos encontrar potência e conforto na simplicidade do cotidiano, na política da amizade, na ética do cuidado, baseados na coragem da verdade (FOUCAULT, 2011), produzindo torções em uma lógica de conectividade esteada numa produtividade desenfreada. Uma provocação que vai para além dos rumos e percursos singulares ou individuais, que se tramam e fazem pensar sobre um tempo e outros modos de existir em meio a uma pandemia.

“Como posso explicar a uma pessoa que está fechada há um mês num apartamento numa grande metrópole o que é o meu isolamento? Desculpem dizer isso, mas hoje já plantei milho, já plantei uma árvore” (KRENAK, 2020, p. 78). Viver “entre” essas experiências, de plantar uma árvore em uma reserva à plantar sementes dentro de um vaso, que fica na janela de casa enquanto se está isolado. Viver “entre” experiências pandêmicas que se atentem a um cuidado, permitindo que os nossos afetos se fortaleçam nesse “Entre”. “Porque se a experiência é o que nos acontece, o que é a vida senão o passar do que nos acontece e nossas torpes, inúteis e sempre provisórias tentativas de elaborar seu sentido, ou sua falta de sentido?” (LARROSA, 2015, p.74).

Ao acolher nossa Rede durante os encontros de

artesanias, através dos relatos, percebemos as perdas nas aprendizagens que atingiam os alunos desde os estudantes da educação especial, que têm sido pouco alcançados pelas ações pedagógicas inclusivas, até os estudantes universitários, que denunciavam os impactos da pandemia na sua saúde mental. E esses impactos na aprendizagem, segundo relatos, também foram gerados pela limitação no orçamento das famílias, dos professores e das gestões de escola, para garantir o básico do dia a dia da educação, além de equipamentos tecnológicos e internet banda larga. A pandemia da Covid-19 exigiu-nos uma reorganização que exigia recursos e, no caso da educação e da saúde, minimamente precisávamos de recursos humanos, tecnológicos e digitais. No caso dos estudantes de graduação, perguntávamos: como reorganizar o ensino? Como seguir com a graduação e dar sentido aos percursos acadêmicos individuais? Como construir processos de aprendizagem para aqueles que não possuem acesso à internet ou a um equipamento adequado? Como produzir atenção e cuidado em saúde mental através das telas do computador ou das micro telas de um celular?

Possibilidades para o ensino remoto emergencial: a extensão universitária como apoio às aulas na graduação

“Artesaniamos” à distância com o que tínhamos próximo de nós, criando com os papéis, com as canetas, com as linhas, com os bordados, com os cacarecos, bordando com a escutas dos relatos em saúde e educação e com o que também nos paralisava diante da pandemia de Covid-19. Partilhemos sobre a vida, as possibilidades e impulsos para produzir saúde mental, mas o que, de fato, se produziu a partir desse encontro e dessa abertura do Projeto “Entre”? No que mexeu em nós, equipe coordenadora e executora, e naqueles que convidamos para “artesanar” em dias de pandemia e necessário isolamento social? Como interferiu em seus processos de permanência no isolamento social? No que impactou, como afetou cada um e cada uma convidada à “artesanar” conversações

e “escutações”? Victória, estudante do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, à época matriculada e cursando no Ensino Remoto Emergencial a disciplina de graduação “Arte, Saúde e Educação”, que partilhou conosco:

“Foi divertido, foi acolhedor e muito bom poder ouvir um pouco da história, vivências, experiências de cada um e enquanto isso ir produzindo coisinhas aleatórias – e que fazia tanto tempo que eu não executava. Adorei os registros de cada um, a mistura de palavras, anotações, desenhos.” (ENTRE ARTESANIAS/ERE, 2020).

Percebemos, nessa experiência, a importância da extensão universitária como espaço inclusivo e como suporte ao ensino e às atividades de ensino da graduação. Através do “Entre”, testemunhamos uma abertura e um espaço de inclusão para a escuta das demandas diversas, complexas, coletivas e individuais. Escutar e conversar é

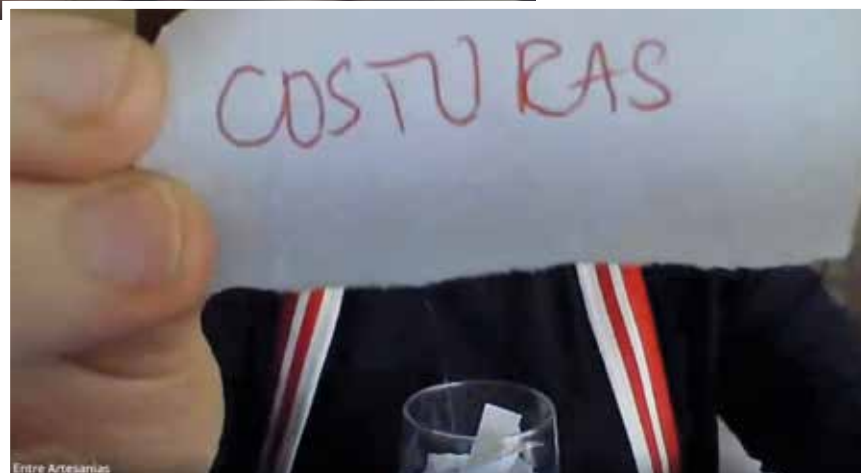
um exercício sustentado pelas “artesanias do pensamento”, e consideramos que essa configuração, “entre experiências”, pode ser investida e pensada para além da universidade. Também perguntamos para o coletivo, para a nossa Rede, sobre o que produzimos e a importância do que produzimos nos nossos encontros remotos nesse Projeto. Em especial, nesse texto e como resultado desse conjunto de ações, destacamos os relatos das estudantes de graduação e o que elas responderam sobre nossos encontros: o que se produz a partir do “Entre”, Bianca?

“Consegui imaginar fazendo algo similar dentro de uma sala de aula com os alunos. A questão do ouvir o outro para entender e não para responder. Juntamente com o fazer artístico, expressar cada um da sua maneira e conhecer o outro e também trabalhar o autoconhecimento”. (ENTRE ARTESANIAS/ERE, 2020).



Figuras 2 e 3 – Captura de imagens das gravações do encontro

Fonte: Arquivo do projeto “Entre artesanias da diferença”



Remexemos com as artesanias dos sonhos, em um segundo momento do conjunto de encontros, e nos perguntamos sobre quais os sonhos possíveis de se sonhar no cenário atual, despertando as possibilidades de se sonhar pela arte, pela saúde e pela educação, adentrando, mais uma vez, um espaço virtual de cuidado. Por algumas horas nos permitimos viver as memórias anteriores à pandemia, memórias de abraços, de aglomerações e de trocas. Memórias da juventude, do ser criança, das crianças, da família, dos colegas, dos amigos, do trabalho... Dessa forma, ousamos esperar, reunindo nossos caquinhos, nossos fragmentos de memórias, algumas fotografias, confeccionando nossos relicários e recordando:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. É esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperança é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperança é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo. (PETRY, 2021)

Seguimos “artesanando” o esperar, esperando possibilidades de manter nossos sonhos com ética e liberdade, em um momento tão delicado e de crise socio sanitária (BRUM, 2021; KRENAK, 2020a). Esperança numa dimensão coletiva, pensando na comunidade, nos múltiplos corpos e múltiplos tempos, e, devido a isso, todos os nossos encontros foram gravados, para que aqueles que não conseguissem estar nos acompanhando de maneira síncrona fossem contemplados e “artesanassem” conosco. A seguir, destacamos o depoimento sobre a participação no “Entre”, de um estudante do Curso de Medicina da UEA, o Gabriel:

“Minha experiência com o Entre Artesanias pode ser traduzida em uma palavra: união. União de áreas diferentes do conhecimento. Saúde, educação, arte, cultura. Enfermagem, medicina, psicologia, pedagogia. União de pessoas, de vários jeitos e estágios da vida. Pessoas do norte, pessoas do sul. Estudantes,

professores, pesquisadores. Pessoas recém-formadas, profissionais experientes. Pessoas em vias de se aposentar e pessoas que nem começaram a trabalhar ainda. Trata-se de uma união de conhecimentos, de experiências, de vidas. União de falas e de ouvidos atentos a ouvir. União de técnicas e de novas possibilidades artísticas. Como estudante da saúde, é nítido para mim que tudo isso que acontece no Entre Artesanias tem um grande potencial de promover saúde. Se a saúde, além de bem-estar físico, é bem-estar mental, social e espiritual, então esse projeto promove saúde através de um pilar essencial da existência humana - nossas relações. O “artesanar” em conjunto é algo muito bonito, e espero que esse projeto cresça ainda mais, unindo mais relações, promovendo mais saúde e nos trazendo mais cores, especialmente em um momento tão cinzento para a saúde no Brasil”. (ENTRE ARTESANIAS/ERE, 2020).

Percebemos que esse movimento foi importante dentro das adaptações que a educação básica e a educação superior realizaram rapidamente durante a pandemia da Covid-19. Com urgência passamos a nos adaptar com as plataformas digitais, com os quadrados das telas e as paredes de livros ou portas abrindo ao fundo, com as conversas associadas aos sons das residências, com as dificuldades na conexão, com a internet instável em alguns horários, dependendo da cidade... O acolhimento da rotina de cada um foi extremamente importante, tanto para as interações através das telas e mídias digitais se tornarem efetivas, como para o fortalecimento da nossa rede e criação de possíveis comuns. Essas adequações também aconteceram no campo da saúde, para os profissionais na linha de frente do combate ao Coronavírus e estudantes da saúde. Não podemos deixar de destacar o impacto da pandemia na extensão universitária, com a ampliação de suas ações e construções com a comunidade, inúmeras lives e eventos on-line, criação de possíveis para os professores, estudantes e bolsistas, criação de possíveis para os usuários do sistema único de saúde e/ou alunos e estagiários desses serviços.



Figuras 4 –
Artesaniando
sonhos

Fonte: Arquivo
do projeto “Entre
artesanias da
diferença”



Figuras 5 –
Artesaniando
memórias

Fonte: Arquivo
do projeto “Entre
artesanias da
diferença”



Figuras 6 –
Artesaniando
possibilidades

Fonte: Arquivo
do projeto “Entre
artesanias da
diferença”

A cada encontro aberto do projeto de extensão “Entre Artesanias da Diferença” o desafio e responsabilidade de proporcionar um espaço de acolhimento foi sendo experienciado mais intensamente. Embora planejado por um grupo, os encontros do “Entre” também se constituíam no ato, pois “artesaniamos” a partir do reconhecimento da potência do encontro com o outro. Nossa Rede, espontaneamente, construiu o compromisso coletivo de escuta, de partilha, de construção, para obtermos uma resposta criadora e própria, mediante

todo o caos e complexidade do tempo em que vivíamos.

A escuta é um movimento importante atualmente; um movimento que gera conexão e torna possível olhar para si, para seu momento e para o momento do outro. Em um dos diários narrativos, proposto pela disciplina de graduação “Arte, Saúde e Educação”, a estudante Jéssica relembra os encontros do “Entre Artesanias” e se questiona: “Quais sonhos são possíveis “Artesaniar”? Qual é o meu momento?”

(ENTRE ARTESANIAS/ERE, 2020). Cada indivíduo traz consigo sonhos, momentos, histórias e trajetórias que merecem um local que favoreça esse olhar, assim como sua escuta e reconhecimento. Dessa maneira, o projeto “Entre Artesanias” se propõe a ouvir, enxergar e “artesanar” coletivamente o momento que cada um vivencia. A estudante de Pedagogia, Miriam, que hoje atua como bolsista voluntária do projeto, comenta que:

“Através dos encontros do Entre me deparei com a diferença, uma vez que tive a oportunidade de exercitar a escuta. Escuta daquilo que é importante para o outro, escuta do momento que o outro vive nesta pandemia. Acho fundamental esse olhar para o outro, tão intensificado durante os encontros, que traz um espaço de escuta, de fala e um espaço para conviver com as diferenças que nos unem, não separam”. (ENTRE ARTESANIAS/ERE, 2020).

Assim, escutamos, observamos e sentimos que a aproximação das nossas Redes, nos encontros do “Entre”, oportunizou uma experiência de identificação, de representação, de múltiplas competências, de agenciamento e capacidade adaptativa no momento da crise provocada pela pandemia. Esse Projeto de Extensão ofereceu e seguirá oferecendo à comunidade um espaço potencialmente aberto, flexível e

inclusivo e seguirá sustentando na Universidade um espaço de “escutação” e conversação, que se entremeiam e se enlaçam através das artesanias da diferença. No momento em que estudamos e reivindicamos a curricularização da extensão na graduação, esse projeto traz possibilidades práticas e inovadoras para o cenário universitário, desde as universidades das Florestas do Pampa à Floresta Amazônica, indissociando ensino, extensão e pesquisa na universidade, haja vista os relatos dos estudantes de graduação que destacamos nesse texto.

Nossa conexão através do “Entre” ousou ir além dos encontros síncronos. Nossa Rede nos demandava uma atenção e cuidado e, por isso, foi possível nos conectarmos em diferentes tempos e plataformas. Também construímos o Instagram do Projeto, com uma importante intervenção: o “S.O.S com ARte”. Para visitar, contribuir e participar da nossa Rede, acesse: @entre.artesanias. Uma conexão entre extensão, ensino e pesquisa. Uma conexão entre universidade e comunidade. Uma conexão entre estados, desde o Rio Grande do Sul até o estado do Amazonas. Uma conexão entre educação pública e saúde pública através das artesanias do pensamento (das “escutações” e conversações). ◀

Referências

Brum, Eliane. O que significa cuidar de um filho na pandemia? **Jornal El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/autor/eliane-brum/>. Acesso em fevereiro de 2021.

Cadore, Paula; Gai, Daniele Noal Gai et al. Artesaniando possibilidades de acolhimento de Norte a Sul: entre experiências pandêmicas na saúde e na educação. **Revista Climacom**. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/>. Acesso em abril de 2021.

Foucault, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. Curso College de France (1983-1984). São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Krenak, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

Krenak, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Larrosa, Jorge. **Tremores**. Escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, Editora, 2015.

Petry, Ivan. Esperançar - Paulo Freire. **Youtube**, 19 jan. 2021. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=rdQnW5oClBo>> Acesso em: 19 abr. 2021.



Curricularização da extensão na pandemia: o III Seminário das Armações Baleeiras de Santa Catarina

Tatiane Melissa Scoz: Antropologia Social – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC);
e-mail: tatiane.melissa@ifsc.edu.br
Juliani Brignol Walotek: História Social – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Acadêmica de Gestão Ambiental: Clariziene Duarte da Cruz

Introdução

Desde os meses finais de 2019 a sociedade foi assolada pela pandemia decorrente da doença Covid-19 que afetou, dentre outros setores, as escolas públicas. No Brasil, após março de

2020, uma das medidas adotadas para frear a curva de contágio do vírus SARS-CoV-2 foi o distanciamento social, o que impactou diretamente as instituições de ensino, como o Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. O exercício da

educação que se dava presencialmente precisou moldar-se, não sem dificuldades, a um formato de ensino on-line. A prática do ensino, da pesquisa e da extensão se mostrou ainda mais difícil no contexto pandêmico.

É sobre isso que este trabalho se debruça. Trazemos um relato de experiência que envolve ensino, pesquisa e extensão, e trata sobre a realização do projeto de extensão, na modalidade evento, intitulado “III Seminário sobre Armações Baleeiras de Santa Catarina” que, nesta edição, ocorreu totalmente on-line, sendo transmitido pelo canal do YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=uVNq2kgPTIM&t=2652s>) do IFSC Câmpus Garopaba¹, de 08 a 10 de dezembro de 2020.

O evento em questão surgiu por meio de uma demanda de pessoas da comunidade externa envolvidas de alguma forma com a temática, e a ideia foi abraçada pelas professoras e estudantes da unidade curricular de Atividade de Extensão do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, do IFSC Câmpus Garopaba.

Essa unidade curricular tem como finalidade aproximar os estudantes da comunidade externa por meio da prática da extensão universitária. Para tanto, os estudantes deveriam concretizar um projeto de extensão em todas as suas etapas. Esse componente curricular faz parte do processo de curricularização da extensão que deve integralizar 10% da carga horária de extensão nos cursos superiores, assim estabelecido no Plano Nacional de Educação e regimentado na Resolução n. 7,

1. Garopaba está situada no litoral sul de Santa Catarina. De acordo com dados do IBGE (2020), o município conta com uma população de 23.579, segundo o site da prefeitura da cidade, suas praias atraem cerca de 140.000 turistas por ano de diversas regiões. O Câmpus do IFSC neste município surgiu em 2010, possui em torno de 800 alunos matriculados e oferta cursos de qualificação profissional (FIC), idiomas, técnicos, de graduação e Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas áreas de turismo, eventos, hospitalidade, administração, ambiental e informática.

de 18 de dezembro de 2018.

Ao longo do texto abordaremos mais sobre a curricularização da extensão e a unidade curricular Atividade de Extensão. Falaremos, principalmente, sobre os desafios de realizar ensino, pesquisa e extensão, por meio da experiência de organização e transmissão do evento “III Seminário sobre Armações Baleeiras de Santa Catarina”, num contexto pandêmico decorrente da doença Covid-19.

A curricularização da Extensão no curso superior do IFSC - Câmpus Garopaba

A disciplina Atividade de Extensão busca criar mecanismos para que os alunos tenham contato com as ações de extensão, seja por meio de criação de seminários, propostas com visitas técnicas, cursos ou oficinas para propor soluções ao público externo à instituição.

No ano de 2020, quando o ensino foi totalmente remoto, o desafio foi justamente propor atividades de extensão on-line. Na unidade curricular em questão, antes de iniciarmos a elaboração e execução do projeto, trabalhamos com os estudantes as legislações sobre a curricularização da extensão e textos científicos sobre o assunto. Também apresentamos experiências, modelos e critérios de submissão de projetos no IFSC. É bastante necessário debater a percepção de extensão, como ela está indissociável do ensino e da pesquisa, e a importância da interdisciplinaridade nesse processo.

Nesse sentido, o marco regulatório da curricularização da extensão, também conhecido como Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, em seu artigo 3º, compreende a extensão na Educação Superior Brasileira como a atividade que, integrada à matriz curricular e em permanente articulação com o ensino e a pesquisa, constitui-se “em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico” (BRASIL, 2018, p. 01), capaz de

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão compreende, grosso modo, a dimensão formativa do estudante, a produção do conhecimento científico e a preocupação com os problemas da sociedade. Essa tríade é o processo para a construção do conhecimento, sem esquecer do diálogo com outras áreas de saberes, que é o aspecto interdisciplinar.

Nessa obra, Freire (2015) questiona a prática da extensão em que simplesmente há a transferência de um saber acadêmico, tido como muito superior, à comunidade que não é envolvida na solução do problema, e seu conhecimento não é reconhecido. Para Freire, extensão nesses termos não é compatível com a educação. Para o autor, é preciso humildade, escuta, diálogo, e conhecimento do contexto em que vive a comunidade. É preciso entender o conhecimento e o aprendizado não como transmissão e absorção, mas como reflexão crítica e, assim, com respeito às tradições culturais, contribuir para soluções de problemas sociais.

Assim, em conjunto com os estudantes da unidade curricular Atividade de Extensão, foi elaborado e cadastrado o evento como ação de extensão. Esse projeto teve como objetivo geral compartilhar conhecimentos com a população sobre as armações baleeiras, conscientizando sobre os impactos ambientais e econômicos, a importância do patrimônio histórico e a preservação do meio ambiente, por meio da realização do evento “III Seminário sobre Armações Baleeiras de Santa Catarina” entre os dias 08 a 10 de dezembro de 2020.



Fonte: Equipe organizadora do projeto

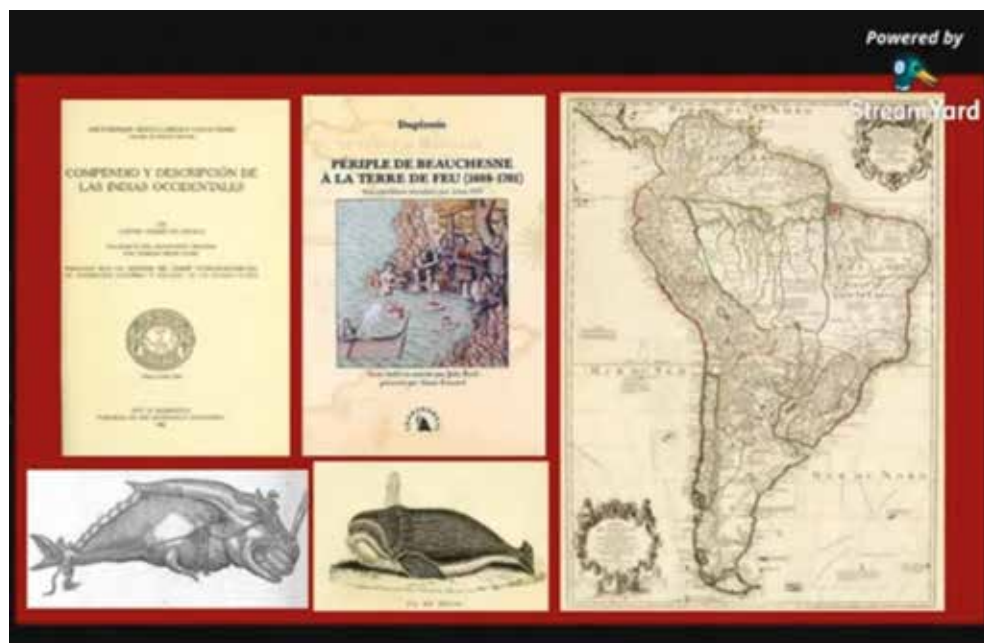


Figura 2 – Apresentação do professor Daniel Quirez sobre as armações baleeiras na América do Sul
Fonte: Equipe organizadora do projeto

As armações baleeiras catarinenses fazem parte do complexo de armações construídas e exploradas no Brasil entre os séculos XVII e XIX que visava atender a necessidade de geração de renda para a Coroa portuguesa. Elas beneficiaram aspectos relacionados à fundação e à estrutura das armações, sendo um sistema organizado de caça às baleias. Sua função de produzir e comercializar

óleo para construções e iluminações de cidades da época, desempenharam um papel importante no processo de formação dos municípios, como o de Garopaba (SOUZA e MEIRA, 2018). Embora as armações baleeiras tenham trazido benefícios à economia da cidade, é importante ressaltar que isso se deu em detrimento ao meio ambiente e as condições precárias de trabalho.



Figura 3 – Professor João Pacheco de Souza apresentando a antiga armação baleeira São Joaquim de Garopaba
Fonte: Equipe organizadora do projeto

Garopaba fez parte do complexo das armações baleeiras do Brasil. Segundo Souza e Meira (2018), foi entre 1793 e 1795 que ocorreu a fundação da Armação Baleeira de São Joaquim de Garopaba, sendo extinta em 1824. Durante o período desse empreendimento, houve aumento da ocupação, defesa e povoamento na região, pois o município vizinho de Imbituba também teve instalação de uma armação. Esses impactos se mostram no conjunto de atividades e edificações ali fixadas, na transformação da paisagem natural, dentre outros aspectos que não serão aprofundados aqui, mas que extrapolam a dimensão do fornecimento de óleo de baleia.

Diante desse contexto histórico, teve todo sentido o IFSC - Câmpus Garopaba sediar o “III Seminário sobre Armações Baleeiras de Santa Catarina”, mesmo todas as atividades sendo transmitidas on-line.

A transmissão ocorreu pela plataforma Stream Yard e pelo canal do YouTube Câmpus Garopaba. Mas até chegar nessa etapa, foram realizadas várias reuniões on-line, tanto para o planejamento das atividades do seminário como à capacitação para utilizar a plataforma. Nestas reuniões participaram os estudantes, as professoras, pessoas da comunidade externa envolvidas na organização do evento, e servidores do IFSC que se prontificaram em ajudar na transmissão.

Nas reuniões de planejamento do projeto, foi feito o detalhamento e distribuição das tarefas. Dentre elas podemos mencionar: a) Criação de um canal no Instagram para a divulgação do evento; b) Criação e divulgação de um formulário de inscrição que serviu como lista de presença; c) Divulgação do evento nos canais Institucionais; d) Verificação da qualidade dos vídeos que seriam apresentados durante as palestras; e) Elaboração de convites para os palestrantes e envio por e-mail; f) Elaboração de um roteiro das falas dos apresentadores e mediadores do evento (script); g) Organização de listas de contatos para a divulgação do evento por e-mail; h) Organização

de documentos orientadores para os palestrantes contendo: horários, tempo de apresentação, acesso a plataforma, interação com o público pelo YouTube; i) Organização de ensaios com toda equipe do evento.

De modo geral, as atividades do seminário ficaram estruturadas da seguinte forma: três dias de evento, todas às noites com algumas apresentações à tarde. Para cada dia foram programadas temáticas que contemplaram o debate das mesas compostas por palestrantes convidados. Além das palestras, entre as apresentações, foram exibidos vídeos relativos ao tema da sessão. No dia 08/12, a partir das 19h00, tivemos a abertura oficial. O tema da mesa proposta foi “Preservação das armações baleeiras catarinenses”. No dia 09/12 o tema programado foi “Povos originários e caça às baleias”. No dia 10/12 à tarde, a mesa contemplou o debate sobre “Turismo e baleias”, e no mesmo dia à noite a temática versou sobre “Armações baleeiras na História de Santa Catarina”. O evento contou com pesquisadores de diferentes regiões, tais como: Recôncavo Baiano/BA; Florianópolis/SC; Garopaba/SC; Penha/SC; Imbituba/SC e Chile. Da mesma forma, os participantes que assistiram às atividades ao vivo, também eram de diversos lugares. A transmissão on-line favoreceu esse alcance e as interações com o público foram muito profícuas. O evento teve, além dos inscritos que receberam certificado, centenas de visualizações com a participação de pessoas de diferentes áreas de atuação como condutores ambientais e guias de turismo, biólogos, bibliotecários, museólogos, professores de Geografia e História.

Após a finalização do evento, foi realizado um encontro com os estudantes da disciplina de Atividade de Extensão para avaliar todo o processo. Obtivemos alguns depoimentos, como o do estudante Cesar da Rosa que ressaltou que o evento “alcançou o objetivo da extensão universitária, seja no contato com a comunidade, na troca de informações e na transmissão de conhecimentos recíprocos, a fim de aperfeiçoamento e discussões sobre os temas apresentados”. Segundo

ele, o propósito se deu além do esperado, e continuou: “o III Seminário sobre Armações Baleeiras de Santa Catarina na atividade de extensão permitiu, ainda, compreender que as experiências e dificuldades vividas nas épocas passadas podem contribuir para valorizarmos o esforço, respeitar, preservar e transmitir para as novas gerações os conhecimentos e seu acervo”. Para a estudante Ana Caroline, o evento atingiu os propósitos da extensão universitária, pois “conseguimos ver na prática a forma de fazer um trabalho de extensão através da escrita do trabalho e principalmente pela organização como um todo do evento e da transmissão. A troca com os professores foi muito bacana. Sentimos que o aprendizado foi uma via de mão dupla em que cada um contribuiu com os seus conhecimentos e aprendeu”. A estudante complementa: “com relação à disciplina, eu aprendi que a extensão não é feita somente daquele que tem o conhecimento e que conhecimento não se resume ao que é aprendido dentro de uma universidade. Atividade de extensão é você ter consciência que dentro de uma comunidade, você é mais um entre tantos que obtêm o conhecimento e que da mesma forma que está disposto a auxiliar uma comunidade com os seus conhecimentos tem que estar disposto a ouvir o outro”.

A estudante Raquel Barcellos entende que “a disciplina de Atividade de Extensão proporcionou muitos aprendizados, desde o início com a escrita do projeto até o final no desempenho das tarefas, possibilitando interagir com organizadores, palestrantes e o público do evento”. Ela diz que através dessa disciplina pode adquirir conhecimentos e experiências que levará para a vida.

Além disso, com o evento, servidores e pessoas da comunidade externa passaram a conhecer mais sobre a história local e sobre a atuação do Movimento de Valorização das Armações Baleeiras de Santa Catarina, passando a se voluntariar para contribuir com o Movimento. O documento denominado “Carta de Garopaba”, produzido pelo referido Movimento, foi apresentado no dia do encerramento do seminário e enviado a todos os participantes, representando um pacto coletivo para reforçar o engajamento em prol da defesa da proteção do meio ambiente, dos patrimônios edificados e das baleias no seu habitat.

A organização e transmissão on-line deste evento de extensão teve resultados positivos, como podemos perceber pelos depoimentos dos estudantes. O retorno também foi considerado

positivo pelos membros do Movimento das Armações Baleeiras, citado acima. Mas vale mencionar que o processo apresentou também inúmeras dificuldades, dentre elas é possível elencar:

- Notamos a necessidade de nos capacitarmos para utilizar a plataforma de transmissão on-line escolhida (Stream Yard), pois muitos de nós estávamos fazendo uso dela pela primeira vez. Tivemos que encontrar tempo para nos reunirmos para essas capacitações, e não foi fácil conjugar a agenda de todos os membros da equipe organizadora.
- Foi necessária a formação de uma equipe só para a transmissão do evento on-line, que ficou incumbida de auxiliar nos aspectos mais técnicos, como o controle das telas dos apresentadores conforme estabelecido no roteiro da transmissão;
- Tivemos que estudar e adequar a programação e a apresentação do evento de acordo com a política de comunicação institucional para o ambiente virtual;
- Era nosso intuito ter a participação de intérpretes de Libras, mas como a instituição estava com muitas demandas em eventos oficiais, não conseguimos nenhum com disponibilidade de agenda.

-Tivemos imprevistos que surgiram na hora do evento, como conexão com a internet deficitária, nervosismos dos palestrantes e mediadores que precisaram ser contornados ao vivo.

Podemos concluir que esta atividade de extensão realizada de forma remota oportunizou desafios, aprendizados e oportunidades. Os principais desafios foram relacionados ao uso de ferramentas digitais e tecnologias para organização e transmissão das mesas de debates. Os aprendizados surgiram da necessidade de trabalhar com tais ferramentas on-line para realizar o evento, além é claro, dos aprendizados de cunho histórico-científico. Este formato oportunizou a participação dos palestrantes e membros das comunidades que estavam em locais distantes sem a necessidade do deslocamento. As oportunidades que surgiram de trocas de experiências e de contatos entre pesquisadores e estudantes foram incríveis, deixando um legado virtual para futuras consultas e desdobramentos, como a “Carta Manifesto” para a reabertura do museu da baleia franca de Imbituba e as ações de salvaguarda dos patrimônios culturais edificados das antigas armações baleeiras do território de Santa Catarina. ◀



Figura 4 – Reunião on-line da equipe organizadora. Na imagem estão as professoras do IFSC e integrantes do Movimento pela Valorização das Armações Baleeiras de Santa Catarina

Fonte: Equipe organizadora do projeto

Referências

BRASIL. **Resolução n. 7**, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 26 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.

IBGE. **Garopaba, 2020**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garopaba/panorama>. Acesso em: 23 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. **Atividades Econômicas**, 2015. Disponível em: <https://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/23113>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SOUZA, João Pacheco; MEIRA, Roberta Barros. A Armação Baleeira de Garopaba: sua justa dimensão. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 413 - 434, dez. 2018.

Normas para submissão de artigos

Os artigos deverão ser encaminhados para o endereço revistadaextensao@proext.ufrgs.br no seguinte formato:

Artigos: textos inéditos resultados de atividades de extensão ou reflexões relativas à extensão universitária caracterizando-se como contribuição ao conhecimento sobre o tema. Os artigos devem seguir as normas da ABNT, conter título, autor e titulação, e-mail e instituição, devendo contemplar aspectos formais que indiquem introdução, fundamentação teórico-metodológica, resultados, considerações finais e referências que não excedam 08 publicações/citações. A ordem dos autores, com o máximo de 4, deve obedecer à hierarquia do desenvolvimento do projeto ou programa de extensão a que se vincula o artigo.

Formato: máximo de 10 páginas (fonte Times New Roman; espaço 1,5; tamanho 12; margens 2,5 cm), incluindo imagens, referências e notas.

Importante: os artigos devem conter ao menos 3 ilustrações, uma vez que a Revista é uma publicação ilustrada. O assunto do e-mail que contenha o artigo deve ser identificado com o nome do principal autor.

Figuras (fotografias, imagens e gráficos), Tabelas e Quadros: devem ser enviados com resolução mínima de 300 DPI, legendados com fonte/créditos do autor, ter espaço/local marcados no texto e ser enviados em arquivos separados como anexos.

Orientações para o envio de artigos: os artigos deverão ser encaminhados em Microsoft Word 97-2003 ou superior. Anexar arquivo em formato ZIP ou RAR, no qual serão incluídas as Figuras, Tabelas e Quadros, em JPG. Os anexos deverão ser legendados, numerados e ter identificada a sua inserção no texto, por exemplo: Figura 1; Quadro 2, Tabela 3.

Normas para avaliação de artigos

Os artigos encaminhados serão avaliados por dois integrantes da Conselho Editorial. Caso haja necessidade, também serão encaminhados para avaliadores *ad hoc*. Os processos de avaliação e seleção têm como critérios: as normas estabelecidas para a submissão de artigos; a relevância social do tema; a consistência teórica e metodológica da proposta; a originalidade e a qualidade argumentativa do texto. Os pareceres são revisados pelo Conselho Editorial da Revista e classificados em aceito, aceito com restrição e não aceito. Os trabalhos aceitos com restrição serão devolvidos aos autores para as modificações solicitadas pelos pareceristas. Os autores terão o prazo máximo de 07 dias para reenviar o texto alterado ao endereço eletrônico da Revista da Extensão.



Acesse a versão digital da Revista da Extensão em www.revistadaextensao.ufrgs.br
Acesso também disponível no portal de periódicos SEER UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora

Patrícia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitora de Extensão

Adelina Mezzari

Vice-Pró-Reitor de Extensão

Eduardo Cardoso

Revista da Extensão n. 23

Porto Alegre, dezembro de 2021

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Editor

José Antônio dos Santos

Editor Adjunto

Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Projeto gráfico e diagramação

Paulo Baldo

Revisão

Fernanda Reis

Marcos Almeida Pfeifer

Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Conselho Editorial Revista da Extensão

Adelina Mezzari

Presidente do Conselho Editorial

Eduardo Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Fernando Arthur de Freitas Neves (Universidade Federal do Pará)

Geraldo Ceni Coelho (Universidade Federal da Fronteira Sul)

Gustavo Menéndez (Universidad Nacional del Litoral - Argentina)

Luciane Noal Calil (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Monica Bussetti (Universidad Nacional de San Luis - Argentina)

Paulo Henrique Caetano (Universidade Federal de São João Del Rey)

Polliane Trevisan Nunes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Renato P. Ribas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Revista da Extensão



A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, 5º andar, Bairro Farroupilha
CEP 90040-060 - Porto Alegre / RS
(51) 3308 3379

www.prorext.ufrgs.br
www.revistadaextensao.ufrgs.br
revistadaextensao@prorext.ufrgs.br